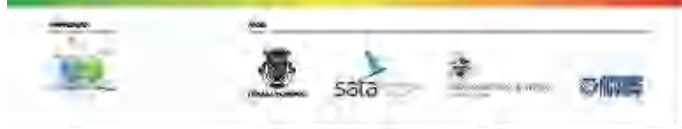


fundão  
XXIII  
COLÓQUIO  
LUSOFONIA

27 A 31 . MARÇO . 2015  
FUNDAÇÃO PORTUGAL | CASINO FUNDANENSE



**ATAS/ANAIS**

# XXIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA

*27-31 março 2015 Fundação (Castelo Branco - Serra Da Estrela - Portugal)*

ISBN 978-989-8607-05-8





APOIOS



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Covilhã | Portugal



## 1. AICL PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

OS “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA [AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA]”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade. Para a consecução destes objetivos compromete-se a

- Promover encontros científicos, desenvolver estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;
- Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades;
- Promover cursos e bolsas de estudo na área da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
- Fomentar a divulgação de obras em português com reedições e traduções;
- Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação

Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias.

A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa. Em defesa da Lusofonia, da nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiosincrasias,

A nossa divisa é “NÃO PROMETEMOS, FAZEMOS”

## 2. HISTORIAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTE

Aqui se traça em linhas gerais o percurso da AICL. Uma breve resenha do historial dos Colóquios da Lusofonia incluindo a sua ação na divulgação da açorianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo.

Um exemplo da sociedade civil num projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais que depois de Portugal Continental, Açores, Brasil, Macau e Galiza continua a tentar negociar idas a outros países: Itália, EUA, Canadá, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Polónia, Roménia, França e outros países.

Gostaria de começar usando a frase de Martin Luther King, 28 agosto 1963, “*I had a dream...*” para explicar como já realizámos vinte e um Colóquios da Lusofonia.

Criados em 2001, passamos a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 2010 e, cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Os colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos/as de longa data se tratasse. Não buscam mais uma Conferência para o currículo - quem vem em busca disso cedo parte por se sentir desajustado/a - antes partilham ideias, projetos, criam sinergias, todos irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem.

É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, que nos tem permitido avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas.

Aliás, desde a primeira edição abolimos o sistema português de AXIÓNIMOS (castas) que distingue as pessoas pelos títulos apensos aos nomes. Esta pequena revolução tem permitido desenvolver projetos onde não se pretende a autoria mas a partilha do conhecimento. Sabe-se como isso é anátema nos corredores bafientos e nalgumas instituições educacionais (universidades, politécnicos e liceus para usar a velha designação mais abrangente), e daí termos realizado o 21º colóquio numa praia...

Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças. Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, hoje, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e daí nasceram os Colóquios da Lusofonia. Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio.

Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos.

**No 1º Colóquio 2002** afirmou-se

Pretende-se repensar a Lusofonia, como instrumento de promoção e aproximação de povos e culturas. O Porto foi a cidade escolhida perdida que foi a oportunidade, como Capital Europeia da Cultura, de fazer ouvir a sua voz nos média nacionais e internacionais como terra congregadora de esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Cabinda e Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.

Há algum tempo (2002) o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia-nos dizendo:

*“O Português parece-me, tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba.*

*Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Para banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso.*

*A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas, O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.”*

Posteriormente, contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras, manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de tantas línguas aborígenes no meu país e espantado pelo desenvolvimento de outras. Mostrava-me apreensivo pelos brasileirismos e anglicismos que encontrara em Portugal após 30 anos de diáspora. Mesmo admitindo que as línguas só têm capacidade de sobrevivência se evoluírem eu alertava para o facto de terem sido acrescentadas ao léxico 600 palavras pela Academia Brasileira (1999) das quais a maioria já tinha equivalente em português.

Sabendo como o inglês destronou línguas (celtas e não só) em pleno solo do Reino Unido a partir do séc. V, tal como Crystal (1977) afirma no caso do Cumbrico, Norn e Manx, perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo linguístico eram cada vez mais baixos, estando a ser dizimados por falantes, escribas, jornalistas e políticos ignorantes, sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal. A sua resposta em março 2002 pode-nos apontar um de muitos caminhos.

Diz Crystal:

*“As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto, é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românticas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de latim e de Francês na sua origem.*

*Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como kingly (Anglo-*

*saxão), royal (Francês), e regal (Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.*

*Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como por exemplo debati no meu livro Language Death. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substituiu o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc. existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.*

*Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.”*

Por partilhar a opinião do professor David Crystal espero que possam todos repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

Em 2001, queríamos patentear que era possível ser-se organizacionalmente INDEPENDENTE e descentralizar estes eventos sem subsidiodependências e provou-se, em poucos anos como os Colóquios já se afirmaram como a única realização regular, concreta e relevante - em todo o mundo - sobre esta temática, sem apoios nem dependências. Os Colóquios inovaram nessa sua PRIMEIRA EDIÇÃO e introduziram o hábito de entregarem as Atas/Anais em DVD/CD no ato de acreditação dos participantes.

No 2º Colóquio [2003] disse-se

Só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Há outros aspetos de que, por serem tão correntes, já mal nos apercebemos: o mau uso das preposições, a falta de coordenação sintática, e a violação das regras de concordância, que, logicamente, afetam a estrutura do pensamento e a expressão. Além dos tratos de polé que a língua falada sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real. Urge pois apoiar a formação linguística dos meios de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes.

A atual crise portuguesa não é meramente económica mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o cinzentismo e a uniformidade são a regra de referência, onde a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, onde a posse de um diploma superior constitui ainda uma vantagem competitiva, claro que continua a grassar a desresponsabilização.

Os cursos superiores estão desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais que para nada servem, existem professores que mantêm cursos abertos para se manterem empregados. Ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?

No 3º Colóquio [2004], cujo tema era a Língua Mirandesa, dizia-se

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Este colóquio como pedrada no charco que pretendia ser, visava alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. Visa alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Em 2004, lançamos

a campanha que salvou da extinção o importante portal Ciberdúvidas.

No 4º Colóquio [EM 2005] sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste, escrevia-se

*“O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”, defende o linguista australiano Geoffrey Hull no seu livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional. A língua portuguesa “tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas” e é tanto mais plausível porque “o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense” e quando Timor-Leste emergiu da fase colonial “não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico”. “O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o Tétum-Díli”, afirma Hull. “A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender” a língua portuguesa*

Estas eram, de facto, as premissas com que partimos para o 4º Colóquio. Não sabíamos ainda que teríamos entre nós a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Carlos Filipe XIMENES BELO, e muito menos imaginávamos que teríamos a exposição de fotografia do Presidente Kay Rala XANANA GUSMÃO (Rostos da Lusofonia), e que o Colóquio coincidia com o maior eclipse anular do sol desde o início do século passado. Durante dois dias foi debatido o futuro do português na ex-colónia, além de temas mais genéricos como as tradições, a literatura e a tradução em geral. As razões desta temática orientada para Timor-Leste têm a ver com um dos aspetos que consideramos de certo modo controverso.

Em termos linguísticos é a primeira vez que se faz uma experiência destas no mundo: impor-se uma língua oficial numa nação onde não existe uma língua própria, mas várias

línguas: a franca, o tétum, e vários dialetos”. O objetivo destas iniciativas é *“aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada pessoa dentro da sua especialidade para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades”*.

De acordo com várias fontes, o aumento do número de falantes do português quase que triplicou desde a independência de Timor, há cinco anos. A organização do Colóquio entende que *“foi sobremodo graças à ação da Igreja Católica que a língua portuguesa se manteve em Timor”,* e daí a relevância da presença do bispo resignatário de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, no segundo dia de trabalhos.

Dentre os temas debatidos focando aspetos curiosos da Geografia à História de Timor, passando pelo Ensino e Cooperação, é importante realçar que os projetos com melhor e maior acolhimento foram aqueles que saíram das linhas institucionais rígidas. Trata-se de projetos em que os professores e cooperantes adaptaram os programas à realidade timorense e assim conseguiram uma adesão e participação entusiástica dos timorenses, que hoje os substituem já nessas tarefas. Este aspeto é notável, pois colide com a burocracia oficial e rígida que estipula quais os programas a aplicar sem conhecimento da realidade local e suas idiossincrasias.

Em especial dois destes temas foram abordados por cooperantes brasileiros e portugueses, esperando-se que iniciativas semelhantes possam ser reproduzidas no futuro, pois só estes permitem preparar os timorenses para tomarem os seus destinos e os da sua Língua Portuguesa nas suas próprias mãos. A ideia transversal e principal deste colóquio era o futuro do português em Timor.

*“O tétum está a ser enriquecido com toda uma terminologia que deriva automaticamente do português, e não do inglês. Enquanto as línguas tradicionais cada vez mais se servem do inglês, o tétum está a servir-se do*

*português para criar palavras que não existem na sua língua franca o que enriquece tanto o português como o tétum”.*

Quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo não hesito em afirmar que “de momento está salvaguardado através do seu enriquecimento pelas línguas autóctones e pelos crioulos, que têm o português como língua de partida. Enquanto a maior parte das línguas tende a desaparecer visto que não há influências novas, o português revela nalguns locais do mundo uma vitalidade fora do normal. A miscigenação com os crioulos e com os idiomas locais vai permitir o desenvolvimento desses crioulos e a preservação do português”. Por isso, “*não devemos ter medo do futuro do português no mundo porque ele vai continuar a ser falado. E a crescer nos restantes países*”.

#### **EM 2006, NO 6º COLÓQUIO**

No V Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação presente, onde o genocídio linguístico atingiu uma forma nova e subtil, já não através da perseguição aberta e pública do galego, como em décadas passadas, mas pela promoção social, escolar e política de uma forma oral e escrita deturpada, castelhanizada, a par de uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas).

Debateu-se uma Galiza que luta pela sua sobrevivência linguística, numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total nas próximas décadas. Falou-se de história, dos vários avanços e recuos e de vários movimentos a favor da língua portuguesa na Galiza, teceram-se críticas, comentários e apontaram-se soluções, sendo quase universalmente exigida a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios. Existe aqui ampla oportunidade para as televisões portuguesas descobrirem aquele mercado de quase três milhões de pessoas. As oportunidades comerciais de penetração da Galiza podem ser uma porta importante para a consolidação da língua naquela região autónoma.

Foi sobejamente assinalada a quase generalizada apatia e desconhecimento do problema da língua na Galiza por parte dos portugueses e o seu esquecimento por parte das entidades oficiais sempre temerosas de ofenderem o poder central em Madrid. Faltam iniciativas como esta para alertar, um número cada vez maior, as pessoas para este genocídio linguístico, desconhecido e que mora mesmo aqui ao lado.

Por outro lado, constatou-se a necessidade de uma maior concertação e união entre as várias associações em campo que propugnam a língua portuguesa na Galiza. A sua presença regular em eventos semelhantes em Portugal pode alargar o número de académicos preocupados com o tratamento de polé dado à língua nossa antepassada num território que por mercê duma conquista histórica de há 500 anos teima em não perder a sua língua original, que é a nossa. O anúncio por Martinho Montero da criação duma Academia Galega da Língua Portuguesa é simultaneamente arriscado e ousado mas pode ser um passo em frente para a concretização do sonho de muitos galegos.

Os problemas da tradução foram também debatidos como forma de perpetuar e manter a criatividade da língua portuguesa nos quatros cantos do mundo, algo que é importante realçar pois as pessoas não se apercebem muitas vezes desta vertente, sendo a mais surpreendente comunicação (Barbara Juršič), uma referente à tradução de obras portuguesas (de Saramago a Mia Couto) na Eslovénia.

*“Enquanto a tradução de obras portuguesas não estiver suficientemente difundida, a língua portuguesa não pode alcandorar-se ao nível de reconhecimento mundial doutras línguas. Começa a haver um certo número de traduções de livros de autores portugueses, mas é altamente deficiente e deficitária. Uma das formas de preservar a língua é através da tradução. Só a tradução de obras permite a divulgação, algo muito importante na preservação da língua.”*



Por outro lado, conseguiu-se que os colóquios se tornassem graças à sua persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática.

A intenção destes colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Pela sua independência permite a participação de um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Por outro lado, ao contrário de outros encontros e conferências de formato tradicional em que as pessoas se reúnem e no final há uma ata cheia de boas intenções (raramente concretizadas) com as conclusões, estes colóquios visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja verifica-se a criação de uma rede informal que permite um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolonga ao longo dos anos, muito para lá do colóquio em que intervieram.

Estes Colóquios podem ser ainda marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa, de Brasília, ou de qualquer outra capital, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados como se viu na edição de 2005, com a campanha para salvar o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa e com o lançamento a nível oficial do Observatório da Língua Portuguesa.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida, enquanto franceses e ingleses estão bem ativos.

O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara [em Macau] os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do seu velho e impotente colonizador Portugal. A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais, etc., dos países onde está instituída e os quais estão geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os esses países lusófonos e as comunidades lusofalantes.

Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão, que com a nossa podem coabitar. Essa a mensagem dos 5 colóquios anuais da lusofonia e dos encontros açorianos da lusofonia.

**EM 2007, NO 8º COLÓQUIO** buscou-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate:

*“O Português no século XXI, a variante brasileira rumo ao futuro. O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas.”*

Assim, a verificar-se (e creio ser só uma questão de tempo) a emancipação da variante brasileira, a língua portuguesa europeia estará condenada a uma morte lenta associada a uma rápida diminuição e envelhecimento da população de Portugal que aponta para uns meros 8,7 milhões em 2050 contra os atuais 10,7 milhões.

Quanto a Bragança encontrei ali formas vernaculares (quase medievais) da língua que perduraram a todos os níveis da população independentemente da sua classe socioeconómica e da sua educação, mas de que constato uma quase vergonha dos seus falantes por entenderem que não falam português correto, o que aliado à desertificação humana desta região tende igualmente a acabar. Tenho um filho de 7 anos que em pouco mais de ano e meio adaptou para seu uso um vernáculo totalmente distinto do que ouve em casa e que faz rir os seus primos do Porto...a própria construção gramatical é diferente. Creio que como cidadão australiano há mais de 25 anos a lutar em prol da preservação da língua e cultura portuguesa de meus antepassados, ninguém está mais interessado na sua preservação. Creio que ela poderá ser feita numa evolução dinâmica aceitando os desafios e alterações que a própria língua inevitavelmente irá sofrer.

Os Portugueses quase sempre alheados destes problemas e sempre temerosos de ofenderem a vizinha Espanha esquecem-se de que a vizinha e irmã é a Galiza e não a Espanha da velha Castela e da unificação à força. Foi nos primeiros dias do ano de 2006 na RTP num telejornal à hora do almoço, que pela primeira vez ouvimos falar os Galegos sobre os seus problemas com a nossa (e deles) língua.

Qual é a nossa responsabilidade como professores, jornalistas, estudiosos da língua em relação a esta guerra silenciosa que aqui ao lado consome tantos e a nós nos deixa indiferentes. Trata-se dum povo que fala a língua da Lusofonia de que tantos falam mas de que tão poucos cuidam. Ou será que a Lusofonia continua a ser entendida por muitos como uma extensão do ex-Império? Esses velhos do Restelo, amantes dum passado

que se espera nunca mais volte têm de despertar para a realidade e confrontar-se com ela por mais desagradável que lhes seja.

Os desafios que se põem nestes Colóquios são grandes. A divisão na Galiza é enorme entre lusistas, reintegracionistas e todos os outros. Será que vão conseguir finalmente criar uma plataforma abrangente que permita o entendimento entre algumas das várias correntes de pensamento? Ou irão continuar na sua guerrilha contra tudo e todos que não estejam de acordo com as teorias que professam. A importância do debate é enorme como atrás se inferiu. Ou o Galego é Português mesmo que seja uma variante, como o Brasileiro ou então o que é? Se for uma língua própria teremos todos de nos cuidar, porque o Brasil com mais razão e há mais tempo pode igualmente fazê-lo.

Creemos que esse não será o caminho. O Português, ao contrário do que muitos pensam não tem pernas para andar sozinho com uma população entre 9 e 15 milhões se incluirmos os expatriados, e tem de contar sobretudo com o número de falantes no Brasil, na Galiza, em Angola, Moçambique, Timor, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné-Bissau e por toda a parte onde haja comunidades de lusofalantes, mesmo nas velhas comunidades esquecidas de Goa, Damão, Diu, Malaca.

São lusofalantes os que têm o Português como língua, seja língua-mãe, língua de trabalho ou língua de estudo, vivam eles no Brasil, em Portugal nos PALOP's, na Galiza, em Macau ou em qualquer outro lugar, sejam ou não nativos, naturais, nacionais ou não de qualquer um dos países lusófonos.

O espaço dos Colóquios da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendemos como a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos

sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão.

Se aceitarmos todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes da Austrália aos Estados Unidos, dos Açores às Bermudas, à Índia e a Timor. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes.

Ao longo de mais de uma década tivemos colóquios em vários locais. Começámos no Porto, depois tivemos Bragança como base entre 2003 e 2010, Seia em 2013, Brasil (2010), Macau (2011), Galiza (2012), e nos Açores, na Ribeira Grande (2006-7), Lagoa (2008-12), Vila do Porto (2011), Maia (2013) na praia, nos Moinhos de Porto Formoso em 2014 e, de novo, em Seia 2014 a que seguem Fundão e ilha Graciosa em 2015 e Montalegre em, 2016.

Os Colóquios são independentes de forças políticas e institucionais, através do pagamento das quotas dos associados e do pagamento de inscrições dos congressistas. Buscam apoios protocolados especificamente para cada evento, concebido e levado a cabo por uma rede de voluntários. Pautam-se pela participação de um variado leque de oradores, sem temores nem medo de represálias.

Ao nível logístico, tentam beneficiar do apoio das entidades com visão para apoiar a realização destes eventos. Estabeleceram várias parcerias e protocolos com universidades, politécnicos, autarquias e outros que permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

Nos Açores, agregaram académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições, numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA.

Pretendia-se divulgar a *identidade açoriana* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde têm sido feitas traduções de obras e de excertos de autores açorianos. *Tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade.*

De referir que em todos os colóquios mantivemos sempre uma sessão dedicada à tradução que é uma importante forma de divulgação da nossa língua e cultura. Veja-se o exemplo de Saramago que vendeu mais de um milhão de livros nos EUA onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Relembremos agora algumas das nossas conquistas não enunciadas antes:

#### EM 2007 NO 8º COLÓQUIO

atribuíram o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateram, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

#### EM 2008 NO 10º COLÓQUIO

inauguraram a Academia Galega da Língua Portuguesa e o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa Professor Adriano Moreira deslocou-se propositadamente para dar “o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia”. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Idêntica visita ocorreu em 2009 na Lagoa (Açores).

A PARTIR DE 2007 prosseguimos, incansáveis, a nossa campanha pela implementação total do ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, com o laborioso apoio de Malaca Casteleiro e

Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

**EM 2009 NOS 11º E 12º.**

definimos os projetos do MUSEU DA LUSOFONIA e do MUSEU DA AÇORIANIDADE que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano convidámos o escritor Cristóvão de Aguiar para a Homenagem Contra O Esquecimento, que incluía Carolina Michaëlis, Leite De Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Um protocolo foi estabelecido em 2009 com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos que decorreu posteriormente.

**EM JANEIRO DE 2010**

lançámos os Cadernos de Estudos Açorianos (em formato pdf no nosso portal [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)), que trimestralmente publicámos, estando já disponíveis mais de duas dezenas de cadernos, suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Servem de suporte ao curso de Açorianidades e Insularidades que pretendemos levar online para todo o mundo e de iniciação para os que querem ler autores açorianos cujas obras dificilmente se encontram.

**TAMBÉM EM 2010,**

**o 13º COLÓQUIO** deslocou-se ao Brasil, participou na conferência da CPLP em Brasília, visitou o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo e no Rio foi recebido na Academia Brasileira de Letras, onde palestraram Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello, antes de se rumar a essa décima ilha açoriana que é Santa Catarina e Florianópolis.

**EM 2010, BRAGANÇA, NO 14º COLÓQUIO,**

na Sessão de Poesia, tivemos poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do poema “Ode ao Boeing 747” em 11

das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio que se valorizassem as publicações de trabalhos das Atas através de um ANUÁRIO de comunicações selecionadas e não editadas em papel do 1 ao 13º colóquios, o qual já está no portal, disponível apenas para os associados.

**EM 2011, NO 15º COLÓQUIO,**

uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local e lá se firmaram novos protocolos embora ainda não tenham trazido resultados práticos.

Nesse ano de **2011, NO 16º COLÓQUIO,**

fomos pela primeira vez a Santa Maria, Ilha-Mãe. Em Vila do Porto, além se apresentar a antologia bilingue de autores açorianos, o XVI Colóquio da Lusofonia aprovou uma DECLARAÇÃO DE REPÚDIO pela atitude de Portugal que *olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.*

**EM 2012 NO 17º COLÓQUIO NA LAGOA,**

reunimos 9 autores na *HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO*: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Caetano Valadão Serpa (EUA); de São Miguel: Eduíno de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Dra. Idalinda Ruivo e filha Maria João); Daniel de Sá; da ilha Terceira, Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado

pela filha e poeta Joana Félix; da ilha do Pico, Urbano Bettencourt, e do Brasil, Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Maria Josefina.

#### EM OUTUBRO 2012, NO 18º COLÓQUIO,

levamos os Colóquios a Ourense na Galiza, parcela esquecida da Lusofonia que foi o berço da língua de todos nós que tenta reunir-se com as demais comunidades lusofalantes. Ali houve uma cerimónia especial da Academia Galega em que foram empossados oito novos Académicos Correspondentes. Foi um evento rico em trabalhos científicos e apresentações mas com fraca adesão de público.

#### NA LAGOA E NA GALIZA (2012)

difundimos o MANIFESTO AICL 2012, A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO, (ver LINK no fim) como contributo para uma futura política da língua no Brasil e em Portugal. Vivemos hoje uma encruzilhada semelhante à da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum e que configura o mundo, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite do alcance linguístico. Falta dizer que dois importantes projetos dos colóquios viram a luz do dia em 2011 e 2012, a Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos e a Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos (em 2 volumes), editadas pela Calendário de Letras da autoria de Helena Chrystello e Rosário Girão, lançadas em Portugal e Açores (2011-2013), Galiza e Toronto (2012).

#### NA MAIA (2013) NO 19º COLÓQUIO,

lançaram-se vários novos projetos, a antologia no feminino (9 ilhas 9 escritoras), um cancionero, o projeto de musicar poemas, e o novo Prémio Literário AICL Açorianidade.

#### EM SEIA (2013) NO 20º COLÓQUIO,

criou-se um projeto de levantamento do Corpus da Lusofonia pelo Grupo Interdisciplinar, de Pesquisas em Linguística Informática (GIPLI) sob a coordenação da Professora Doutora Zilda Zapparoli, que será composto por textos em língua portuguesa de diversos países lusófonos. Esta proposta foi feita a José Lopes Moreira Filho durante a sua comunicação ao 20º colóquio, e pressupõe a disponibilidade de ferramentas computacionais para tratamento e análise de textos.

Iremos continuar com o projeto de musicar poemas de autores açorianos e dos colóquios, como a Ana Paula Andrade demonstrou no 19º e 20º colóquios ao apresentar temas de Álamo Oliveira, Luísa Ribeiro, Norberto Ávila, Concha Rousia e Chrys Chrystello. Igualmente iremos prosseguir com o projeto de musicar autores em versão pop, como tem sido feito pelo grupo de professores da Escola da Maia em s Miguel, Açores, com vista ao lançamento de um CD. Prosseguiremos à medida das disponibilidades dos nossos tradutores, com traduções de excertos de autores açorianos.

Tenta-se colocar a Antologia de Autores Açorianos no Plano Nacional de Leitura (ela que já consta do Plano Regional de Leitura dos Açores). Lançamos no 21º colóquio mais dois projetos: a Coletânea de Textos Dramáticos de autores açorianos, da autoria de Helena Chrystello e Lucília Roxo (incluindo Álamo Oliveira, Martins Garcia, Norberto Ávila, Daniel de Sá, e Onésimo Teotónio de Almeida) bem como a *antologia no feminino* “9 ilhas, 9 escritoras” incluindo Brites Araújo, Joana Félix, Judite Jorge, Luísa Ribeiro, Luísa Soares, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Natália Correia, Renata Correia Botelho.

#### 2014, O 21º COLÓQUIO

teve a particularidade de nos obrigar a fechar as inscrições dois meses antes da data prevista por haver excesso de oradores para o idílico local onde se realizou – a Praia dos Moinhos, Porto Formoso. Nesse ano lançou-se o 2º Prémio Açorianidade (2014 –

Poesia em honra de Brites Araújo), e publicaremos o 1º Prémio Literário AICL Açorianidade (2013 – Judite Jorge) no 22º colóquio além de tentarmos criar o Centro de Estudos Virgilianos com apoio do IPG, UBI, e outras entidades, sendo o Professor Malaca Casteleiro encarregado de providenciar aos esforços tendentes a conseguir este desiderato.

**EM 2014, NO 22º COLÓQUIO EM SEIA,**

tivemos dois dos maiores vultos da ciência portuguesa, desconhecidos para a maioria da população – os professores José Carlos Teixeira do Canadá, especialista em Geografia Humana e o professor José António Salcedo, especialista mundial em ótica e laser. Conseguimos igualmente trazer um grupo de dançarinos/as de Timor-Leste que ao longo de três sessões nos encantaram, tentando fazer uma aproximação entre culturas lusófonas bem distantes.

Muito resumidamente, foi isto que os Colóquios fizeram numa década, provando a vitalidade da sociedade civil quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Esperemos que mais se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia - para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa. Ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

Ao terminar podemos questionar quanto vale um idioma? Se a Língua Portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida num canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si.

Um estudo solicitado pelo Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à Língua Portuguesa.

*“É um percentual interessante, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%)”* - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, professor visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho 2012.

O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia relações que exigem uma língua e descarta atividades que podem ser executadas por trabalhadores de outra nacionalidade ou competência linguística. Ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além destas "indústrias da língua", há as ligadas a fornecedores de produtos em Português, como a administração pública, o setor de serviços, ou as que induzem maior conteúdo de Língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

A pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais. O crescimento sustentado da última década fez o gigante da Língua Portuguesa saltar aos olhos globais.

O Brasil é líder das relações comerciais entre países lusófonos, movimentando um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial. Já o PIB dos imigrantes de Língua Portuguesa noutros países ronda US\$ 107 mil milhões (2009).

A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país. Isto está demonstrado em casos como o do Egito, com mais de 5.000 anos, e é pobre. Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis.

O Japão possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial, uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufaturados. Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo no seu pequeno território onde cria animais, e cultiva o solo durante quatro meses ao ano, no entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno com uma imagem de segurança, ordem e trabalho, como cofre-forte do mundo.

Na comparação entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, demonstra-se que não há qualquer diferença intelectual. A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços são apenas meios...

A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos devem plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética.

#### **SOLUÇÃO - SÍNTESE:**

Transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada

em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um micro Estado. As transformações desejadas serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica.

Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

1. A ética, como base;
2. A integridade;
3. A responsabilidade;
4. O respeito às leis e aos regulamentos;
5. O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;
6. O amor ao trabalho;
7. O esforço pela poupança e pelo investimento;
8. O desejo de superação;
9. A pontualidade.

Somos como somos, porque vemos os erros e encolhemos os ombros dizendo: “não interessa!”

A preocupação de todos deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir!

Muito mais se poderia dizer sobre a ação dos Colóquios quer a nível das suas preocupações com o currículo regional dos Açores e outras questões nacionais e internacionais, mas o que atrás fica dito espelha bem a realidade das nossas iniciativas.

Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King:

" O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante é o silêncio dos que são bons..."

Leia o MANIFESTO (2012) CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO,

<http://www.lusofonias.net/propostas-aicl/manifesto-aicl-2012.html>

### 3. TEMAS 2015 FUNDÃO

#### TEMA 1 AUTORES E TEMAS LOCAIS

1.1. Autores e obras ()

1.2. Falares do fundão

1.3. Da história do povoamento aos nossos dias, da transumância à gastronomia, uma identidade

#### TEMA 2 LUSOFONIA E LÍNGUA PORTUGUESA

2.1. Língua Portuguesa na Galiza, Olivença, Goa, Malaca, (no mundo em geral)

2.2. Língua Portuguesa como língua científica. Vocabulários Científicos

2.3. Língua Portuguesa Língua de Identidade e Criação

2.3. Língua Portuguesa na Comunicação Social e no Ciberespaço

2.4. Língua Portuguesa, Lusofonia e diásporas

2.5. Língua Portuguesa, Ensino e currículos. Corpus da Lusofonia.

2.6. Política da Língua

2.7. Lusofonia na arte e noutras ciências

2.8. Ortografia, Desafios, constrangimentos e projetos sobre a ortografia

2.9. Outros temas lusófonos

#### TEMA 3 Açorianidades (TEMAS PERMANENTES)

3.1. Arquipélago da Escrita (Açores) - Literatura de matriz açoriana

3.1.0. Autores açorianos convidados

3.1.1., Urbano Bettencourt a falar de José Martins Garcia

3.1.2. Susana Teles Margarido a falar de Literatura Infantojuvenil /Prémio AICL Açorianidades,

3.1.3 Brites Araújo a falar de Homenagem contra o Esquecimento, Insularidade em Cecília Meireles

3.2. Açorianos em Macau e em Timor – D. Arquimínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa Nunes e D. Paulo José Tavares, (bispos açorianos em Macau), Áureo da Costa Nunes de Castro, João Paulino de Azevedo e Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado

3.3. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores, – Por Exemplo:

· Ashe, Thomas/Haydn, Joseph (1813): History Of The Azores or Western Islands, Containing An Account Of The Government, Laws, And Religion, The Manners, Ceremonies, And Character Of The Inhabitants And Demonstrating The Importance Of These Valuable Islands To The British Empire, London: Sherwood, Neely, And Jones.

· Bullar, Joseph / Henry (1841): A Winter In The Azores: And A Summer At The Baths Of The Furnas, Vol. I, London: John Van Voorst [Vol. II Com As Mesmas Referências Bibliográficas].

· Henriques, Borges De F. (1867): A Trip To The Azores Or Western Islands, Boston: Lee And Shepard.

· Orrico, Maria "Terra De Lídia",

· Petri, Romana "O Baleeiro Dos Montes" E "Regresso À Ilha",

· Tabucchi, Antonio, "Mulher De Porto Pim"

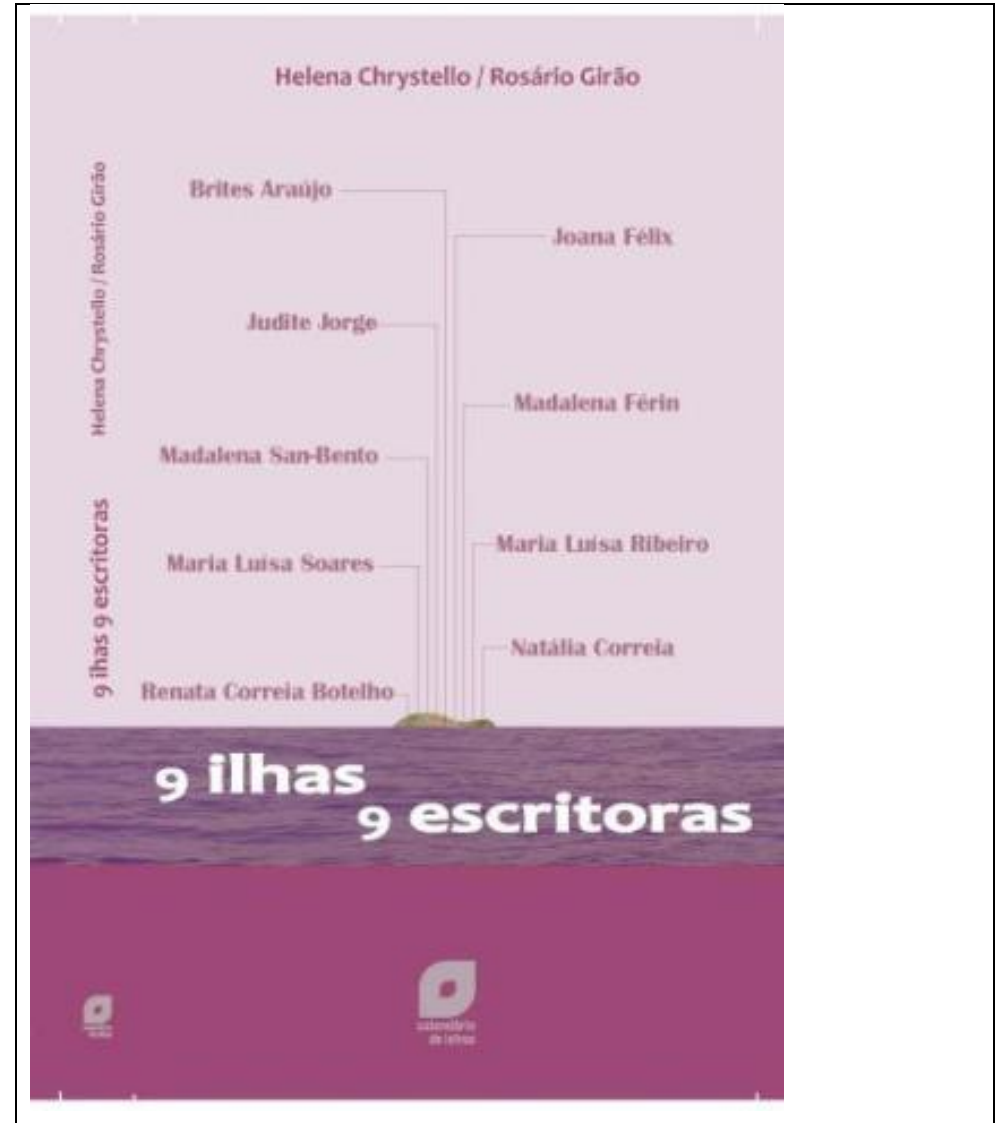


- Twain Mark (1899): The Innocents Abroad, Volume I, Nova Iorque; London: Harper & Brothers Publishers. (Capítulos Sobre Os Açores, Faial), Cap. V/Vi
- Updike, John. "Azores", Harper's Magazine, March 1964, pp. 11-37

#### TEMA 4 Tradutologia

- 4.1. Tradução de Literatura lusófona
- 4.2. tradução de e para português

#### 4. MOSTRA DE LIVROS DA AICL/CALENDÁRIO DE LETRAS



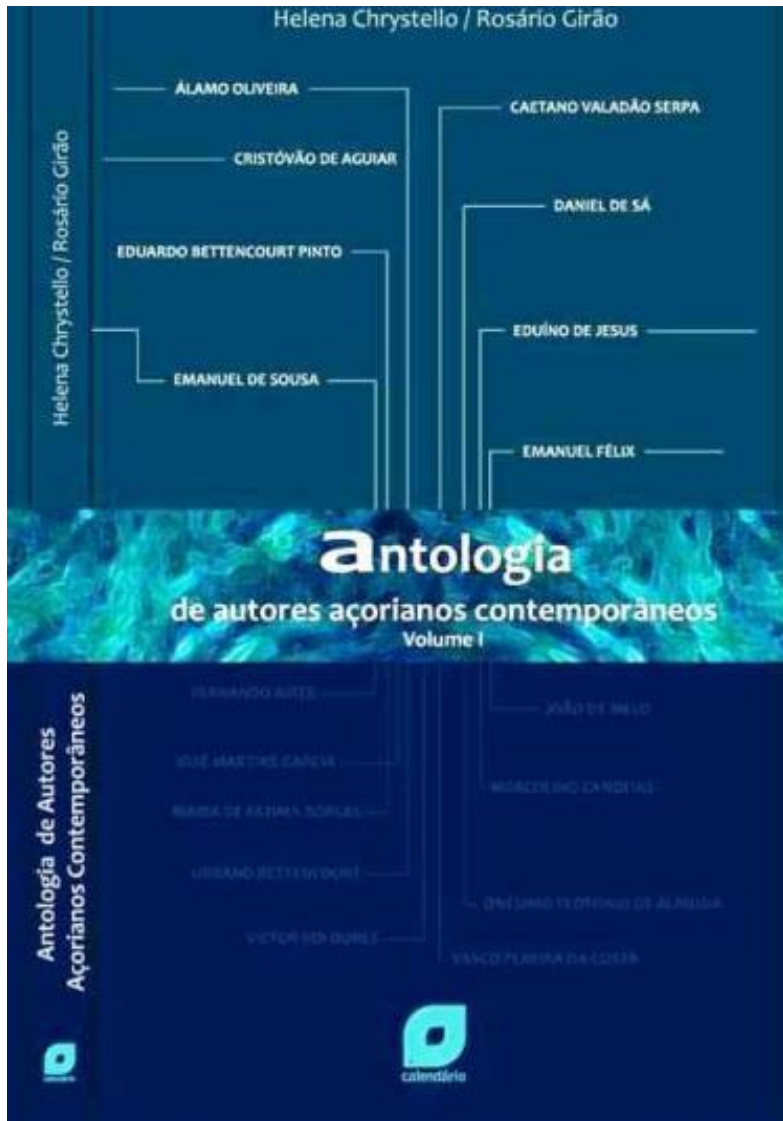


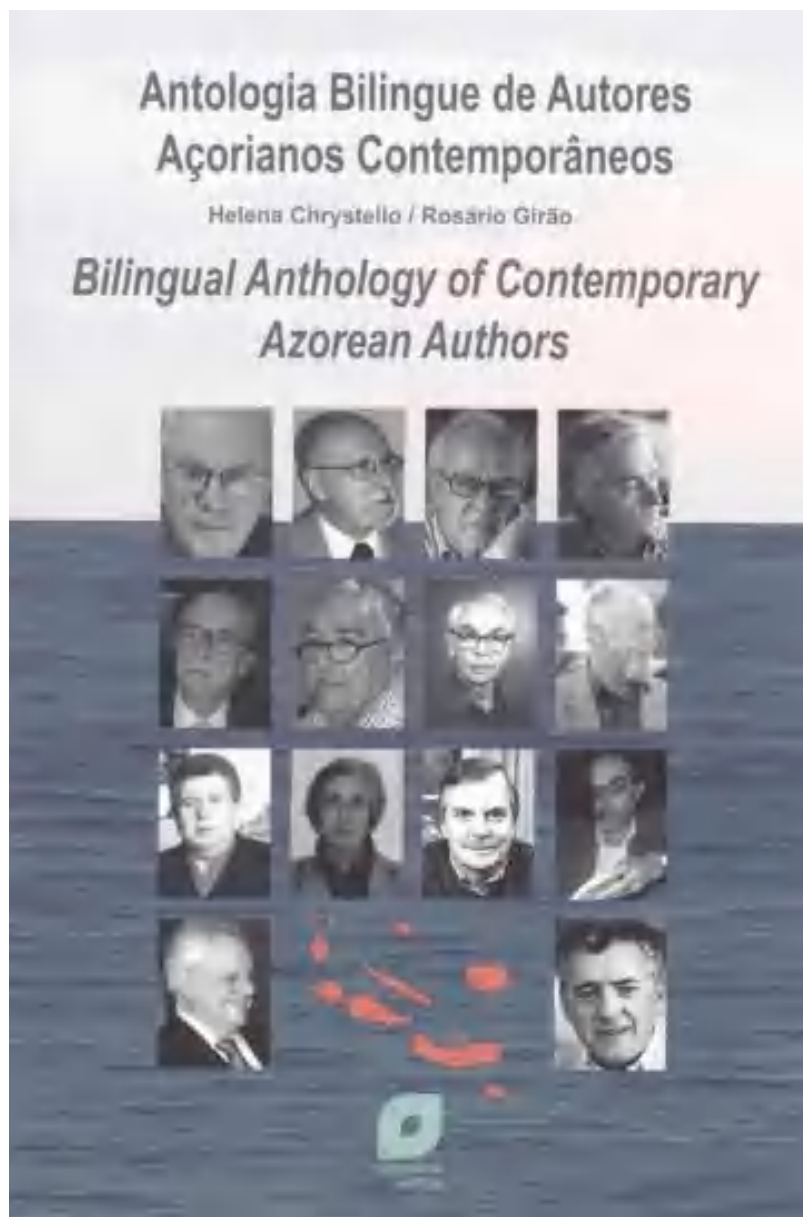
# Coletânea de textos dramáticos de autores açorianos

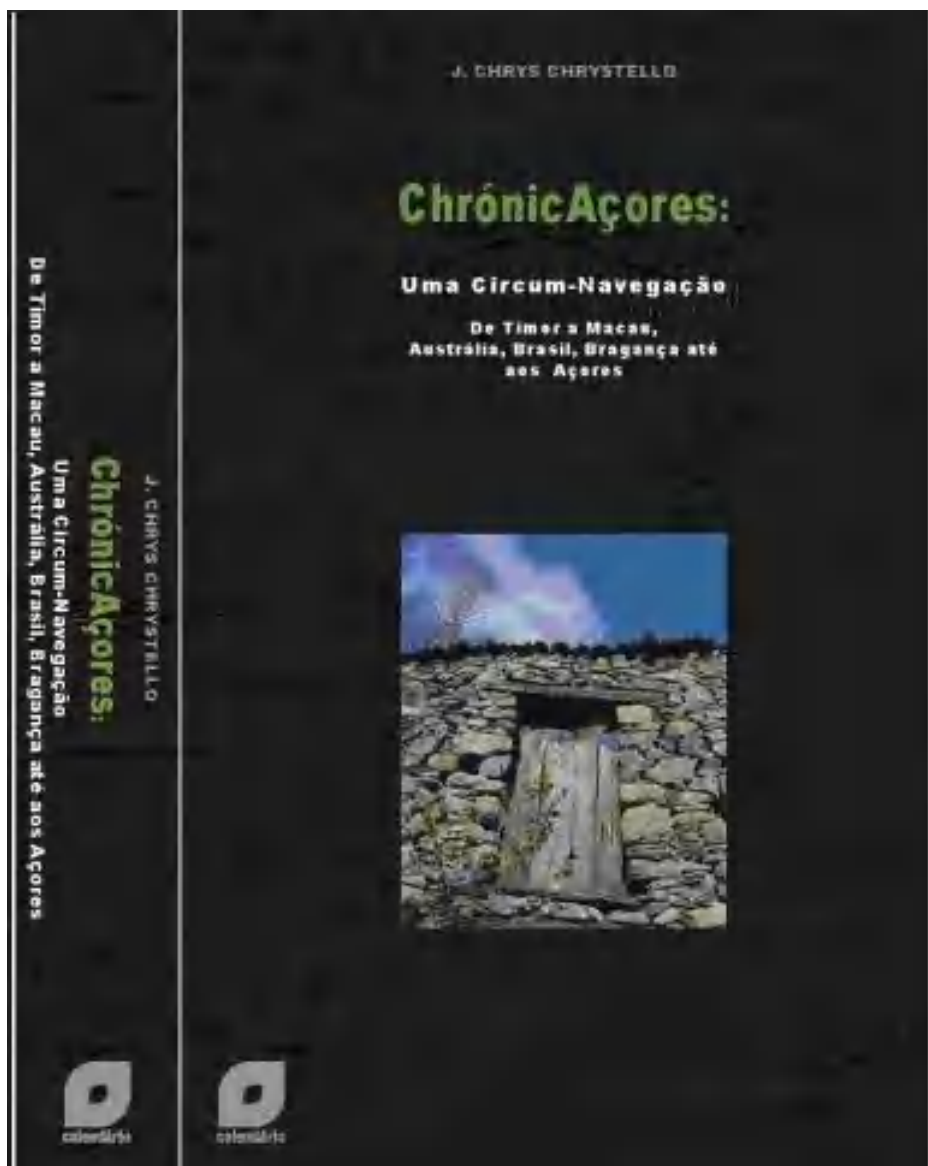
*Helena Chrystello*

*Lucília Roxo*









5. **RECITAIS MÚSICA CLÁSSICA - ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO, CONSERVATÓRIO REGIONAL, PONTA DELGADA, AÇORES /AICL**



ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964) – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano.

Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade.

Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.



**COM A UDESC EM SANTA CATARINA 2010**





COM A UDESC EM SANTA CATARINA 2010



Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando desde 2004 o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Ponta Delgada. Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC.

Em 2011 acompanhou o 15º Colóquio a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas.



NO IPM (MACAU) 2011

No 16º colóquio atuou em Vila do Porto com Raquel Machado e Henrique Constância.



**2011 STA M:**

No 17º COLÓQUIO na Lagoa atuou com alunas do Conservatório de PONTA DELGADA, de flauta e viola da terra.



**2012 LAGOA**

No 18º (Ourense, Galiza) estreou com Carolina Constância, peças inéditas do P.e Áureo da Costa Nunes de Castro (açoriano missionário em Macau).



**2012 GALIZA**

No 19º colóquio na Maia (S. Miguel, Açores) estreou mais peças do Padre Áureo e musicou dois poemas, um de Álamo Oliveira e outro de Chrys Chrystello, tendo atuado com Henrique Constância (violoncelo) e Helena Ferreira (soprano).



**2013 MAIA**



No 20º colóquio em Seia 2013 estreou mais peças musicadas de autores açorianos, atuando com Henrique Constância (violoncelo), Carolina Constância (violino) e a soprano Raquel Machado.

Presença habitual dos Colóquios da Lusofonia foi nomeada Pianista Residente em 2010. Desenvolve atualmente um projeto AICL de musicar poemas de autores açorianos selecionados e a divulgar obras inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro.



2013 SEIA

ATUA DESDE 2008 NOS COLÓQUIOS, LIDERANDO AS PERFORMANCES MUSICAIS EM BRAGANÇA 2008-2009, LAGOA 2008-2009, BRASIL (FLORIANÓPOLIS) 2010, BRAGANÇA 2010, MACAU 2011 E VILA DO PORTO 2011, LAGOA 2012, OURENSE – GALIZA 2012, MAIA 2013, SEIA 2013.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL /É SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

**6. SESSÕES DE POESIA (CARREGUE PARA VER DETALHES)**

Poesia de autor declamada pelos próprios

[BRITES ARAÚJO](#)

[CONCHA ROUSIA](#)

[CHRYS CHRYSTELLO](#)

[MARIA DOVIGO](#)

[SUSANA MARGARIDO](#)

[URBANO BETTENCOURT](#)

[LUCIANO PEREIRA](#)

**7. PASSEIOS CULTURAIS (CARREGUE PARA VER DETALHES)**

[sessão especial na UBI \(Universidade da Beira Interior\)](#)

[visita guiada a aldeia histórica](#)

[aldeias de xisto](#)

[centros museológicos do Fundão](#)

[Museus de lanifícios da UBI Covilhã \(visita patrocinada pela UBI\)](#)

[Centum Cellas](#)

[Museu do Queijo na Covilhã \(visita patrocinada pela UBI\)](#)

**8. COMISSÕES 23º COLÓQUIO FUNDÃO 2015**

**COMISSÃO EXECUTIVA DO COLÓQUIO**

**PRESIDENTE,**

Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), Presidente da Direção da AICL e da Comissão Executiva dos Colóquios

**VICE-PRESIDENTES,**

1. Helena Chrystello, Mestre, Coordenadora de Departamento, Escola EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores / Vice-Presidente da Direção da AICL
2. Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

**VOGAIS:**

1. Vereadora da Câmara Municipal, Dra. M<sup>a</sup> Alcina Domingues Cerdeira
2. Perpétua Santos Silva, CIES/ISCTE-IUL, IP SANTARÉM/AICL, Santarém, Portugal

**COMISSÃO CIENTÍFICA 23º colóquio da lusofonia - AICL –**

1. Professor Doutor João Malaca Casteleiro Academia de Ciências de Lisboa, Portugal
2. Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara Academia Brasileira de Letras Brasil
3. Professor Doutor Luciano J B dos Santos Pereira, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico Setúbal, Portugal
4. Professor Doutor Rolf Kemmler, CEL, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) Vila Real, Portugal
5. Concha Rousia, MSc (Master in Science), Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
6. Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), Presidente da Direção da AICL
7. Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, Vice-Presidente da Direção da AICL, S. Miguel Açores, Portugal
8. Professor Doutor Paulo Osório, UBI
9. Professor Doutor Alexandre Luís, UBI
10. Professora Doutora Carla Sofia Luís, UBI

**SECRETARIADO EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:**

Helena Chrystello, Mestre, Coordenadora de Departamento, Escola EB 2,3 Maia, S Miguel, Açores

**ADJUNTOS:**

1. CONCHA ROUSIA MSc (Master in Science), psicóloga, Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
2. PERPÉTUA SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, IP SANTARÉM/AICL, SANTARÉM, PORTUGAL
3. João Costa Simões Chrystello, ENTA – INOVA (Escola de Novas Tecnologias dos Açores) - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Ponta Delgada

4. Maria Elisa Dias, Escola Secundária das Laranjeiras, PDL; Açores

**COMISSÃO CIENTÍFICA PERMANENTE DA AICL 2013-15**

1. Prof. Doutor João Malaca Casteleiro, Academia de Ciências de Lisboa, Portugal
2. Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara, Academia Brasileira de Letras Brasil
3. Chrys Chrystello, MA (Master of Arts), jornalista/escritor, Presidente da Direção da AICL
4. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, Vice-Presidente da AICL, S. Miguel Açores, Portugal
5. Prof.<sup>a</sup> Doutora M<sup>a</sup> do Rosário Girão, (Deptº Estudos Românicos) Universidade do Minho, Braga, Portugal
6. Prof. Doutor Rolf Kemmler, (CEL) Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal
7. Prof. Doutor Luciano B. Pereira, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico, Setúbal, Portugal
8. Prof.<sup>a</sup> Doutora Anabela Naia Sardo, ESTH, Instituto Politécnico, Guarda, Portugal
9. Eduardo Bettencourt Pinto, escritor, Vancouver, Canadá
10. Prof. Doutor Manuel J Silva, Universidade do Minho, Braga, Portugal
11. Concha Rousia, MSc (Master in Science), psicóloga, Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
12. Prof.<sup>a</sup> Doutora M<sup>a</sup> Zélia Borges, jubilada Universidade Mackenzie, S. Paulo, Brasil
13. Prof.<sup>a</sup> Doutora Anabela Freitas (Mimoso), Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto, Portugal
14. Dr. Ângelo Cristóvão, Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
15. Dr J H Álamo Oliveira, escritor, ex- DRC, Terceira, Açores
16. Dr Norberto Ávila, escritor, Lisboa, Portugal

**9. LISTA ORADORES/PRESENCIAIS/CONVIDADOS/ORGANIZAÇÃO**

NOME	INSTITUIÇÃO	TEMA E TÍTULO
------	-------------	---------------

NOME	INSTITUIÇÃO	TEMA E TÍTULO
1. ALEXANDRE LUÍS	UBI -UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR/AICL, PORTUGAL	2.9. AFONSO DE ALBUQUERQUE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO/IMPÉRIO PORTUGUÊS DA ÍNDIA
2. ALMIRANTE ANTÓNIO REBELO DUARTE	INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO REPRESENTA PROF. ADRIANO MOREIRA, LISBOA, PORTUGAL	2.1. A CPLP, UMA COMUNIDADE À PROCURA DE UM CAMINHO
3. ANA PAULA ANDRADE	AICL /CONSERVATÓRIO REG. PONTA DELGADA, AÇORES	RECITAIS
4. ANA RITA CARRILHO	UBI -UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.5. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EUROPA: PORTUGAL E POLÓNIA.
5. ANTIA CORTIÇAS LEIRA	ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS, GALIZA	2.1 <u>CONTRIBUTOS PARA O ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DO PORTUGUÊS NA GALIZA / SESSÃO AGLP</u>
6. BRITES ARAÚJO	CONVIDADA AICL - AICL/ESCRITORA AÇORES,	3.1.3. O TRAÇO INSULAR EM CECÍLIA MEIRELES
<del>BRITES ARAÚJO</del>	<del>CONVIDADA AICL - AICL/ESCRITORA AÇORES,</del>	<del>SESSÃO DE POESIA 5</del>

7. CARLA SOFIA LUÍS	UBI/AICL - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.1. A ESCRITA DE JOSÉ LEÓN MACHADO: O CASO DAS OBRAS <i>MEMÓRIA DAS ESTRELAS SEM BRILHO</i> E A <i>VENDEDORA DE CUPIDOS</i> .
CARLA SOFIA LUÍS	UBI -UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR/AICL, PORTUGAL	MODERADORA SESSÃO 7
8. CAROLINA CONSTÂNCIA	CONSERVATÓRIO REG. PONTA DELGADA, AÇORES	RECITAIS
9. CHRYS CHRYSTELLO	AICL/AGLP, AUSTRÁLIA/AÇORES	2.4. HISTORIAL DA AICL
CHRYS CHRYSTELLO	AICL/AGLP, AUSTRÁLIA/AÇORES	3.1. AÇORIANIDADES: CANTO DOS AÇORES, OS POEMAS
CHRYS CHRYSTELLO	AICL/AGLP, AUSTRÁLIA/AÇORES	MODERADOR SESSÃO 10
CHRYS CHRYSTELLO	AICL/AGLP, AUSTRÁLIA/AÇORES	SESSÃO POESIA
10. CONCHA ROUSIA	AGLP, AICL, GALIZA	2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA
CONCHA ROUSIA	AGLP, AICL, GALIZA	SESSÃO DAS ACADEMIAS
CONCHA ROUSIA	AGLP, AICL, GALIZA	/MODERADORA SESSÃO 12/

CONCHA ROUSIA	AGLP, AICL, GALIZA	SESSÃO DE POESIA
11. D'SILVAS FILHO	CIBERDÚVIDAS/AICL, LISBOA, PORTUGAL	PRESENCIAL
12. EVANILDO BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)/AICL, RIO, BRASIL	SESSÃO DAS ACADEMIAS
13. FÁTIMA MADRUGA	MÉDICA, HOSPITAL DE VILA NOVA DE GAIA, PORTUGAL	PRESENCIAL
14. FRANCISCO MADRUGA	EDITORA CALENDÁRIO DE LETRAS/AICL, V N GAIA, PORTUGAL	PRESENCIAL/MOSTRA DE LIVROS
15. HELENA CHRYSTELLO	AICL/ EBI MAIA, AÇORES	MODERADORA SESSÃO 6/12
16. HENRIQUE CONSTÂNCIA	CONSERVATÓRIO REG. PONTA DELGADA, AÇORES	RECITAIS
17. JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO	ENTA-INOVA (ESC. DE NOVAS TECNOLOGIAS/ INSTº INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, AÇORES	SECRETARIADO
18. JOÃO MALACA CASTELEIRO	ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL)/AICL, PORTUGAL	SESSÃO DAS ACADEMIAS

19. JOÃO MARINHO DOS SANTOS	UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL	2.9. CRISES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA
20. JOSÉ BARBOSA MACHADO	UTAD, VILA REAL, PORTUGAL	2.2. DICIONÁRIO DOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1488-1499)
21. JOSÉ MANUEL BARBOSA	AGLP, GALIZA	2.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A ETIMOLOGIA DE OURENSE
22. JOSÉ ROSA,	BC/UBI - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	2.4. <i>ESTAR EM DIÁSPORA'</i> : UM MODO DE <i>SER</i> PORTUGUÊS.
23. LUCIANO PEREIRA	ESE-SETÚBAL – IP SETÚBAL/AICL, SETÚBAL, PORTUGAL	3.1.1. A BÉLGICA NA POESIA DE NEMÉSIO
LUCIANO PEREIRA	ESE-SETÚBAL – IP SETÚBAL/AICL, SETÚBAL, PORTUGAL	MODERADOR SESSÃO 17
LUCIANO PEREIRA	ESE-SETÚBAL – IP SETÚBAL/AICL, SETÚBAL, PORTUGAL	SESSÃO POESIA
24. MANUEL CÉLIO DA CONCEIÇÃO	UNIVERSIDADE DO ALGARVE, PORTUGAL	2.2. LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA: QUE COMPROMISSOS?
25. Mª da CONCEIÇÃO COUTO MENDONÇA	Esc. SEC LARANJEIRAS, PDL, AÇORES	PRESENCIAL CONVIDADA

26. M <sup>a</sup> da CONCEIÇÃO CASTELEIRO	AICL, LISBOA, PORTUGAL	PRESENCIAL CONVIDADA
27. M <sup>a</sup> ELISA DIAS	Esc. SEC LARANJEIRAS, PDL, AÇORES	SECRETARIADO
M <sup>a</sup> LUÍSA TIMÓTEO **	AICL/KORSANG DI MELAKA, LISBOA, PORTUGAL	PRESENCIAL
28. M <sup>a</sup> NAZARÉ	LISBOA, PORTUGAL	PRESENCIAL CONVIDADA
29. M <sup>a</sup> SEOANE DOVIGO	AGLP / AICL, GALIZA	2.1. O PERFUME DA FLOR SILVESTRE: USO DE NOMES DE LUGAR EM POETAS GALEGOS, IRLANDESES E AFRICANOS”
M <sup>a</sup> SEOANE DOVIGO	AGLP / AICL, GALIZA	SESSÃO POESIA
30. MARLEY POLETTO	INST.º CULTURAL PORTUGUÊS, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL	PRESENCIAL
31. MARLIT BECHARA	BRASIL/AICL	PRESENCIAL CONVIDADA
32. NORBERTO ÁVILA	AICL, LISBOA, PORTUGAL	PRESENCIAL
33. PERPÉTUA SANTOS SILVA	IP SANTARÉM/AICL, SANTARÉM, PORTUGAL	2.1. ESTUDANTES DE PORTUGUÊS EM MACAU E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA
PERPÉTUA SANTOS SILVA	IP SANTARÉM/AICL, SANTARÉM, PORTUGAL	MODERADORA SESSÃO 19

34. RAÚL GAIÃO	AICL, LISBOA, PORTUGAL	3.2. AÇORIANOS EM MACAU – D. JOSÉ DA COSTA NUNES: CEM ANOS DA REVISTA “ORIENTE”
RAÚL GAIÃO	AICL, LISBOA, PORTUGAL	MODERADOR SESSÃO 20
35. ROLF KEMMLER	UTAD/AICL, VILA REAL/ALEMANHA	3.3. A POPULAÇÃO DE S. MIGUEL EM A <i>WINTER IN THE AZORES AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841)</i>
36. SANTA INÊZE ROCHA	AICL/INST.º CULTURAL PORTUGUÊS, RIO GRANDE SUL, BRASIL	PRESENCIAL
37. SUSANA TELES MARGARIDO	CONVIDADA AICL - DSS, AÇORES	3.1.2. A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO
SUSANA TELES MARGARIDO	CONVIDADA AICL - DSS, AÇORES	3.1.2. MUNDOS MARAVILHOSOS: ALGUNS CONTOS DE SOPHIA
SUSANA TELES MARGARIDO	CONVIDADA AICL - DSS, AÇORES	SESSÃO DE POESIA
38. URBANO BETTENCOURT	CONVIDADO AICL, E S ANTERO DE QUENTAL, PDL, AÇORES	3.1. SER ESCRITOR NOS AÇORES

URBANO M BETTENCOURT	CONVIDADO AICL, E S ANTERO DE QUENTAL, PDL, AÇORES	3.1.1. JOSÉ MARTINS GARCIA - A LINGUÍSTICA VAI À GUERRA
URBANO M BETTENCOURT	CONVIDADO AICL, E S ANTERO DE QUENTAL, PDL, AÇORES	MODERADOR SESSÃO 9
URBANO M BETTENCOURT	CONVIDADO AICL, E S ANTERO DE QUENTAL, PDL, AÇORES	SESSÃO POESIA
39. XURXO FERNÁNDEZ CARVALHIDO	ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS, GALIZA	2.1. PRESENTE E FUTURO DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA./SESSÃO AGLP
40. ZÉLIA PEREIRA	SETÚBAL, PORTUGAL	PRESENCIAL CONVIDADA

ATUALIZADA EM 09-03-2017

- \*\* AGUARDA PARECER MÉDICO PARA COMPARECER

## 10. HORÁRIO DAS SESSÕES 27-31 MARÇO 2015 –

Entrada gratuita. Sessões abertas ao público. A participação nos passeios, moços e jantares está reservada aos pré-inscritos até 1 de março.

[Ver horário aqui](#)

## 11. DISCURSO DA SESSÃO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA AICL

Exmo. Senhor Presidente da Câmara **Paulo Alexandre Bernardo Fernandes**

Senhora vereadora da cultura, Dra. Alcina Cerdeira

Dra. Dina da Biblioteca Eugénio de Andrade

Demais entidades, caros associados e colegas participantes

Desde 2001 que é comum a estes discursos formais de abertura que principiem por uma curta resenha histórica do local onde o colóquio se realiza, de interesse redobrado para aqueles que a visitam pela primeira vez, Serei breve, salientando apenas que:

*O Fundão que ora nos recebe pela primeira vez aqui no distrito de Castelo Branco, é uma cidade de menos de 9 mil habitantes num concelho que hoje tem menos de 30 mil quando nos anos de 1960 chegava aos 50 mil habitantes. O município é limitado a norte pelos municípios da Covilhã, Belmonte e Sabugal, a leste por Penamacor e Idanha-a-Nova, a sul por Castelo Branco, a sudoeste por Oleiros e a oeste por Pampilhosa da Serra.*

*O concelho alberga um povoado pré-histórico, provavelmente o mais antigo da Beira interior, que os arqueólogos estimam ter cerca sete mil anos. Desde o ano 1000 a.C.: na Idade do Ferro até à sua destruição pelos Romanos existia aqui um Castro no Monte de S. Brás na Serra da Gardunha. Mais tarde havia uma Villa Romana*

*que na Alta Idade Média passou a ser uma mansão senhorial fortificada. Em 1307 tinha 32 casas.*

*A história do Fundão enquanto centro urbano preeminente é condicionada desde o início pelos cristãos-novos, assim como a dos concelhos vizinhos de Belmonte e da Covilhã. Após a expulsão dos judeus espanhóis (sefarditas) em 1492 pelos Reis Católicos, Fernando e Isabel, grande número de refugiados veio a estabelecer-se na Cova da Beira, onde já havia minorias judaicas significativas. Foram estes imigrantes, fundando bairros dos quais o mais importante situava-se em volta da Rua da Cale (Rua do Encontro ou da Sinagoga em Hebraico) que permitiram ao Fundão assumir as dimensões de uma verdadeira cidade. O influxo de mercadores e artesãos judeus transformaria a cidade num centro importante para o comércio e a indústria. Com o estabelecimento da Inquisição, começou um período de estabilidade doutrinal, embora alguns cristãos-novos, mal convertidos por preferência aos bens materiais, trouxessem desassossego à população. Ainda hoje são frequentes os nomes dos cristãos-novos nos habitantes da região. A cidade perdeu assim nessa altura uma parte do seu dinamismo económico em troca da tranquilidade, confiança e ordem para todos.*

*Em 1580 os notáveis da cidade deram o seu apoio ao Prior do Crato D. António, contra as pretensões do Rei de Espanha D. Filipe II (Filipe I de Portugal). Nesse ano elevaram unilateralmente eles próprios o Fundão ao estatuto de Vila. O concelho foi fundado em 1747 por ordem de D. João, emancipando-o da Covilhã.*

*No período do Iluminismo do fim do séc. XVIII, o Marquês de Pombal, após equiparar legalmente os cristãos-novos aos cristãos-velhos, procurou restaurar a preeminência económica da cidade fundando a Real Fábrica de Lanifícios, onde hoje está situada a Câmara Municipal. Nessa altura voltaram a ser exportados em quantidade os tecidos de lã do Fundão. No séc. XIX o Fundão foi saqueado durante as Invasões Francesas, e voltou a sofrer durante a Guerra civil entre os Liberais pró D. Pedro IV e os Miguelistas.*

*Convém lembrar que o Fundão através do seu Jornal do Fundão fundado em 1946 por António Paulouro foi uma presença incómoda permanentemente alvo de uma vigilância apertada pela polícia política. Em 1965, num dos episódios mais emblemáticos da repressão da imprensa do Estado Novo, esteve suspenso durante seis meses. A Sociedade Portuguesa de Escritores atribuíra o Grande-Prémio de Novela ao escritor Luandino Vieira,*

*então detido no Tarrafal por actividades subversivas. Depois de os principais jornais do país noticiarem o galardão, a Direção dos Serviços de Censura detetou a gaffe política e proibiu qualquer referência ao prémio sem um enquadramento crítico face ao escritor, aos membros do júri e da própria SPE, que viria a ser extinta a 21 de maio de 1965. Na sua edição de 23 de maio, O Jornal do Fundão noticiou os prémios, elogiando fortemente os vencedores, incluindo Luandino, e recusando qualquer referência ao estatuto criminal do escritor. O periódico foi suspenso durante seis meses, multado, a sua caução aumentou exponencialmente e foi obrigado a apresentar as provas à delegação de Lisboa dos Serviços de Censura e não de Castelo Branco. Só viria a retomar a normalidade no final de novembro de 1965, após exposições do diretor ao Presidente do Conselho. O suplemento literário do jornal foi dirigido por alguns dos autores mais ilustres do século XX, incluindo Artur Portela Filho e Alexandre Pinheiro Torres. O escritor José Cardoso Pires foi também protagonista de um incidente durante um almoço de confraternização organizado por O Jornal do Fundão (contado na sua obra "E Agora, José?" (1977)). Convidado de honra do diretor António Paulouro, Cardoso Pires soube, já durante o almoço, que o governador civil de Castelo Branco informara a mesa que o escritor estava proibido de*

*discursar. Embora não estivesse prevista qualquer intervenção, Cardoso Pires pediu a palavra para contar o episódio aos convivas. Mais tarde, dedicou ao governador civil o célebre ensaio "Técnica do Golpe de Censura" (1972), escrevendo: «Dedico estas palavras a um cidadão sem letras, Simplício Barreto Magro, veterinário e governador fascista, o qual, proibindo-me, me obrigou a falar de liberdade.*

*A 19 de abril de 1988, o Fundão foi elevado a Cidade e em 27 de março 2015 recebe o 23º colóquio da lusofonia.*

\*\*\*

É com grande alegria que aqui estamos graças aos apoios da Câmara Municipal, da UBI, da SATA e da Direção Regional de Turismo com a oferta de pequenas lembranças aos participantes.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e daí nasceram os Colóquios da Lusofonia.



Logo na primeira edição abolimos o sistema português de castas que distingue as pessoas pelos axiónimos (títulos apensos aos nomes). Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças. Depois de José Augusto Seabra, hoje, os nossos patronos são Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia. Os colóquios da lusofonia juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos/as de longa data se tratasse. Ao contrário de tantos, não buscam mais uma Conferência para o currículo, antes partilham ideias, projetos, criam sinergias, todos irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana e nos permitiu avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas.

Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia com esta visão das mais abrangentes possíveis que visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar de certas entidades.

Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído, como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio.

Nos Açores desde 2006, os colóquios agregaram académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Pretendia-se divulgar a *açorianidade* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, onde fizemos traduções de obras e excertos de autores açorianos, que ali são estudados em mestrados e doutoramentos.

. Os colóquios tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando e vitalizando a açorianidade, registando já a presença de meia centena de autores insulares.

Decidimos dar seguimento aos projetos de musicar autores e poetas em versão clássica com a Ana Paula Andrade do Conservatório de Ponta Delgada, e daremos continuidade aos projetos de musicar em versão pop autores açorianos contemporâneos. Iremos recolher material para o Cancioneiro da Maia, fazer a didatização de textos açorianos destinados aos alunos do ensino básico e secundário, bem como o projeto de tradução para

esloveno de um conto infantojuvenil (LUNA) de Susana Teles Margarido pela nossa associada eslovena Barbara Juršič. Iremos prosseguir com a publicação trimestral dos nossos Cadernos de Estudos Açorianos, estando disponível no nosso portal, a partir de hoje, o 27º caderno..

Como alguns de vocês bem sabem, dediquei a Timor mais de 24 anos da minha vida, sendo um dos jornalistas que mais escreveu sobre o tema entre 1979 e 1994, como poderão ler nas Atas onde se encontra a terceira edição da minha trilogia sobre a História de Timor e que decidi ofertar aos congressistas aqui presentes. Trata-se de uma compilação de três volumes, com mais de 3700 páginas, o primeiro lançado em livro no ano de 1999 com a presença e apresentação dos escritores Henrique Borges e da embaixadora Natália Carrascalão e os restantes em forma digital que recentemente se reuniram depois de edições eletrónicas. Igualmente nestas Atas, oferto uma monografia, profusamente ilustrada, da Austrália, na sua 3ª edição com cerca de 500 páginas, bem como a História da Descoberta da Austrália pelos Portugueses e um filme recente sobre este tema. Para além das Atas ou Anais deste 23º colóquio e de toda a informação a ele respeitante, encontrarão ainda imagens de todos

os colóquios e ligações para mais de 9900 imagens e vídeos sobre os Açores onde nos encontramos a residir desde 2005.

Muito mais se poderia dizer sobre a ação dos Colóquios quer a nível das suas preocupações com a introdução da Geografia, História, Cultura e Literatura no currículo regional dos Açores quer com outras questões nacionais e internacionais que jamais deixamos de abordar, mas a realidade das nossas iniciativas e o êxito dos nossos projetos falam bem do sucesso desta nossa utopia. Obrigado a todos, pois sem a vossa contínua participação ao longo dos anos, sem o vosso entusiasmo no apoio às nossas iniciativas, sem os vossos incentivos, nunca teria sido possível converter essa utopia nesta realidade que se chama Colóquios da Lusofonia.

---

## **12. SINOPSES E BIODADOS – ORADORES, PRESENCIAIS, CONVIDADOS E ORGANIZAÇÃO**

---

1. ALEXANDRE LUÍS - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



**ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS** nasceu no Canadá.

É licenciado em História (Bom com Distinção, 17 valores) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde arrecadou os prémios *Curricular Feijó* e *Latim Medieval Gerales Freire*.

Obteve os graus de mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de doutor em História, especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade), igualmente na Universidade de Coimbra.

É Professor Auxiliar e Vice-presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior.

É Investigador Integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História) e Sócio da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Da lista das suas últimas publicações, destacamos

O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485, Covilhã, LusoSofia:press, Universidade da Beira Interior, 2013; *Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*, Fundão, Edição: Grafisete, com o apoio da UBI e da AICL, 2013 (elaborado com Carla Luís);

*Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artísticas*, Alexandre António da Costa Luís e outros (coord.), Covilhã, UBI, com o apoio da FCT, 2012, onde é também o autor do capítulo “A África na Política Joanina de Consolidação da Independência Portuguesa – o caso da tomada de Ceuta (1415)”, pp. 187-214;

“O Papado Perante a Expansão Portuguesa: o significado político da bula *Romanus Pontifex* (1455)”, in José Maria Silva Rosa (org.),

*Da Autonomia do Político: entre a Idade Média e a Modernidade*, Lisboa, Documenta, com o apoio da FCT, 2012, pp. 269-288;

“Cavaco Silva e as Eleições Legislativas de 1985: uma introdução”, *UBILETRAS*, n.º 3, Covilhã, 2012, pp. 141-165;

“Uma Potência em Ascensão: Portugal à luz do discurso proferido por D. Garcia de Meneses perante o Papa Sisto IV (1481)”, in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.),

*Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 243-263.



SEIA 2014



GALIZA 2012



SEIA 2013

TEMA 2.9. OUTROS TEMAS LUSÓFONOS, AFONSO DE ALBUQUERQUE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO/IMPÉRIO PORTUGUÊS DA ÍNDIA. ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CHSC DA UNIV. DE COIMBRA. [aluis@ubi.pt](mailto:aluis@ubi.pt)

É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO (GALIZA 2012), 20º E 22º SEIA 2013, 2014

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

Abordar a formação do Estado/Império Português da Índia implica necessariamente, embora não só, olhar para o papel exercido por alguns altos dirigentes, com especial destaque para o vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509) e o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515). Em relação a Almeida, refira-se, no entanto, que o seu desempenho/legado nem sempre recebeu a devida atenção por parte da historiografia. Felizmente, os estudos mais recentes têm vindo a corrigir essa situação, permitindo, por exemplo, elucidar com maior profundidade a natureza das divergências que subsistiam entre os dois mencionados cabos-de-guerra e frisar até que ponto a intervenção pioneira do primeiro acabou por alumiar a atuação do segundo.

Contudo, este ato de justiça, digamos assim, não esconde que o sucessor de D. Francisco de Almeida, o enérgico Afonso de Albuquerque, apelidado de *Leão dos Mares* pelo xá da Pérsia, ocupou um lugar único na nossa expansão asiática, não somente pela correspondência relevante que deixou ou pelo seu estatuto de comandante militar de eleição, circunstância devidamente ilustrada pela conquista de várias “cidades-mundo” do Índico (que percecionava na sua globalidade), fracassando, todavia, em Adén, mas também pelo seu labor e pragmatismo nas esferas administrativa e diplomática.

Na verdade, foi o condutor de uma grande estratégia e muitos recordarão até o seu protagonismo em matéria de colonização europeia, sobressaindo, desde logo, a sua política de incentivos a casamentos entre portugueses e nativas. Sublinhe-se, naturalmente, a nova sociedade que fez nascer na sua querida Goa. Por outro lado, esclareça-se que Albuquerque, que ajudou, sem dúvida, a edificar um autêntico império

marítimo na Ásia, era igualmente um apoiante do imperialismo messiânico manuelino, sonhando, portanto, com o derrube do Islão e a reconquista cristã de Jerusalém.

Ora, aproximando-se os 500 anos da morte de Afonso de Albuquerque, já que faleceu a 16 de dezembro de 1515, e por constituir uma das figuras mais marcantes da História de Portugal e da Época da Renascença, decidimos que faria todo o sentido revisitar, ainda que de forma sucinta, a sua ação no Oriente, onde o ensino da língua portuguesa não foi, de resto, esquecido pelo governador, bastando lembrar que, em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por ele, cerca de 100 meninos aprendiam português por cartinhas despachadas com esse fim pelo rei D. Manuel.

Aliás, não olvidemos que, dos séculos XVI a XVIII, o português servirá de “língua franca” nos portos do Oceano Índico.



**TEMA 2.9. OUTROS TEMAS LUSÓFONOS, AFONSO DE ALBUQUERQUE E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO/IMPÉRIO PORTUGUÊS DA ÍNDIA<sup>1</sup>. ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CHSC DA UNIV. DE COIMBRA. ALUIS@UBI.PT**

O ano de 1505 marcou, sem dúvida, o fim da fase propedêutica no tocante ao relacionamento entre Portugal e o Oriente, já que passou a corresponder a um ponto de viragem mediante a nomeação de D. Francisco da Almeida como primeiro vice-rei da Índia. A partir de então, o monarca português ficou a ser representado no universo índico pela autoridade permanente de um vice-rei/governador, o qual, por seu turno, formava o coração de um conjunto próprio de dignitários e de órgãos de soberania e administração. Adiante-se que, atualmente, muitos dos mais consagrados historiadores apontam para “a ideia de que foi com D. Francisco da Almeida que o chamado «Estado Português da Índia» surgiu como uma entidade político-administrativa minimamente estruturada, assente numa relativa estabilidade do seu corpo social” (Silva, 1996: 132).

As condições existentes no enunciado recinto levaram o rei de Portugal a admitir que a empresa asiática não podia, conforme pretendiam alguns, assumir um formato meramente diplomático e comercial. Isto é, ao contrário do que sucedia na costa atlântica de África, onde os Portugueses eram praticamente os únicos a negociar, na Índia tornava-se imperioso abater a feroz concorrência muçulmana, que não só controlava grande parte do comércio como também beneficiava do (delicado) apoio de Veneza na hora de estorvar a nossa ação (cf. Oliveira, 2000: 50-55). A experiência dos primeiros tempos, em que não havia da parte lusa uma clara fixação no terreno, tinha, pouco a pouco, ajudado a elucidar o governo manuelino acerca das lacunas ou deficiências do sistema inicial de ida e volta das armadas. Afinal, o comércio das especiarias continuava a engrossar a fortuna dos Mouros e a distância geográfica debilitava não só a segurança mas também a influência portuguesa na região, tanto mais que o regresso anual das naus a Lisboa causava a intermitência do poderio lusiada na Ásia. Conforme relata João de Barros, a costa do Malabar tendia a ficar “desemparada cõ que os mouros tornáuã a ser senhores della, e fauorecidos das armádas do Çamorij fariam dãno aos reys de Cochij, Cananor e a todolos outros nossos amigos e alyãdos” (Barros, 1988: 295). A realidade mais recente também demonstrava que nem a

<sup>1</sup> O presente trabalho, apresentado no XXIII Colóquio da Lusofonia, organizado pela AICL, Câmara Municipal do Fundão e UBI, constitui, no essencial, uma síntese de alguns apontamentos que integram o capítulo nono, ponto dois, da nossa tese de doutoramento, intitulada *Na Rota do Império Português*

(da *Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino*), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

esquadra de vigia no Mar da Arábia nem a fortaleza de Cochim, cuja construção fora iniciada em 1503, conseguiam anular eficazmente tais falhas, apesar de estarmos perante forças estacionadas em permanência no Oriente.

Deste modo, face a fatores como a incapacidade bélica dos parceiros orientais em cuidar de si e dos interesses políticos e económicos de Portugal, a lonjura a que estava D. Manuel do teatro das operações e a urgência que subsistia em colocar *in loco* um aparelho institucional que possibilitasse soluções rápidas e adequadas aos problemas ou desafios que os Portugueses enfrentavam, a Coroa deliberou tomar medidas de fundo. O passo decisivo, para cimentar o envolvimento luso na zona e tentar a imposição do desejado monopólio comercial, foi dado quando se decidiu instituir naquele vastíssimo espaço um alto magistrado que representasse o monarca português, investido de poderes régios e munido de dignidade real, logo capaz de inscrever soberania e de concretizar em condições vantajosas a guerra com os Mouros e o comércio com os Gentios. Assim, nos tempos vindouros, procedeu-se à estruturação de um vice-reinado ou governadoria, incrementando a exigida teia de poder e de gestão contínua. A edificação do Estado da Índia foi a via lógica encontrada para ultrapassar as dificuldades, carregando todo um sistema de governo, administração e códigos legais para locais bastante remotos.

Segundo Luís Filipe Thomaz, “a expressão «Estado da Índia» designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão” (1994: 207). Estamos, assim, perante uma construção que foi “na sua essência uma rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços” (1994: 208), acabando, note-se, por se juntar ao Império Africano e Atlântico, cuja origem data do século XV, constituindo com este um todo interativo e funcional, até porque o contacto marítimo com a Ásia dependia do controlo exercido no Mar Oceano. Enfim, por meio da Rota do Cabo, o Índico unia-se ao Atlântico, prolongando-o.

O Estado da Índia era, portanto, a entidade oficial que fundamentava o movimento periódico da Rota do Cabo e a corrida dos Portugueses ao Oriente, onde muitos passaram

a permanecer longas temporadas. Porém, é bom esclarecer que a intromissão lusa no *Mare Indicum* ultrapassou, em apreciável medida, o âmbito da estrutura enunciada. Por vezes, esta presença cimentou-se à margem do Estado e, nalgumas situações, até contra ele.

Opinamos ainda que as expectativas em redor da chegada de um vice-rei à Índia, atuando como figura de topo da hierarquia do Estado e na qual se delegava a quase totalidade dos poderes da Coroa, devem também ser analisadas à luz da Cruzada militar e apocalíptica sonhada por D. Manuel contra o Islão. Em 1505-1507, como é sabido, um projeto português para a devolução ao grémio cristão da Terra Santa era divulgado junto de algumas das mais prestigiosas casas reinantes da Europa (cf. Brochado, 1945: 25-42; Witte<sup>1961</sup>: 419-449; Thomaz, 1990: 61-65). De facto, uma parte da documentação da época sugere que o *Venturoso*, dando crédito à sua boa estrela, a ponto de se considerar ainda mais predestinado do que os outros soberanos europeus em matéria de guerra de devoção e global a mover ao Infiel, que ameaçara destruir os Lugares Santos, acreditava que chegara a hora de avançar vigorosamente na concretização dos objetivos transcendentais que nutria, consistindo estes no aniquilamento do Egito Mameluco e na retoma cristã de Jerusalém. Atente-se ao teor da *Oração de Obediência* dirigida ao papa Júlio II e pronunciada por Diogo Pacheco em 1505, onde, a certa altura, é afirmado o seguinte:

*“Podem, assim, os cristãos esperar que em breve seja abolida toda a perfídia e heresia maoméica, e que o santíssimo sepulcro de Cristo, que nos livrou do eterno cativo e é há tanto tempo (oh dor!) pisado e arruinado pelos cães, volte (desde que o astro Júlio continue a brilhar) à primitiva liberdade por uma espécie de longo pós-limínio, e deste modo a fé de Cristo se propague por todo o mundo. E isto mesmo o predisse o apóstolo João: que de repente se havia de dar a destruição da Babilónia sarracena. E para que isto mais facilmente possa acontecer, já estamos diligenciando e esperamos unir-nos ao muito importante e poderoso senhor dos cristãos (que os indígenas abexins vulgarmente chamam Preste João), mandando-lhe legados e oferecendo-lhe as maiores facilidades de contacto” (Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505, 1988: 17-18).*

Aclare-se que D. Manuel constituía um rei ainda maniatado ao espírito cruzadístico, à Reconquista em Marrocos, a mitos como o do Preste João, aos desejos milenaristas de triunfo final das forças do bem sobre as do mal, de fartura e de paraíso terreal,

à esperança na obtenção da paz duradoura entre os chefes cristãos e à crença na recuperação de Jerusalém, sagrando-se eventualmente neste palco imperador, pelo que, no fundo, é bastante plausível que pretendesse instalar uma espécie de “império universal e messiânico”, isto é, um “quinto império” subsequente aos outros quatro descritos pelo profeta Daniel (Thomaz, 1990: 49-50). Nesse sentido, a intenção do Venturoso de estabelecer o domínio português sobre o Índico (cf. *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505, 1988: 18*), através da atuação do seu vice-rei, não deixaria, entre outros aspetos, de ser interpretada como um passo importante para a realização destes altos desígnios.

Investigar o processo de formação do Estado/Império Português da Índia implica obrigatoriamente, mas não só, olhar para o papel exercido por alguns influentes dirigentes, merecendo especial enfoque o vice-rei D. Francisco de Almeida (1505-1509) e o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515), apelidado de *Leão dos Mares* pelo xá da Pérsia (cf. *Bouchon, 2000*), de *Terrível* nos *Lusíadas* (cf. *Camões, d.l. 1988: 47*), de *César do Oriente* (cf. *Afonso de Albuquerque: o César do Oriente, 2006*), entre outros nomes. Estes ilustres cabos de guerra não estiveram sozinhos durante o período em que lideraram as operações. No decorrer dos seus mandatos, contaram, acima de tudo, com a íntima colaboração de amigos e parentes chegados. A título exemplificativo, nas manobras de policiamento do mar (onde, por sinal, o controlo era executado por meio de cartazes), sobressaiu D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei. Os dois protagonistas e rivais beneficiaram igualmente da elevada energia anímica dos Portugueses, da maior capacidade de marinharia dos nossos e dos novos desenvolvimentos tecnológicos envolvidos no fabrico/apetrechamento naval europeu, que permitiam responder à necessidade de empregar e combinar géneros de navas que correspondessem a diferentes encarnações ou fórmulas de articular robustez, movimento, velocidade e capacidade de fogo frente aos oponentes orientais, propiciando que se tirasse ainda melhor partido das superiores táticas de guerra naval ocidentais. Sem surpresa, o avanço português no Índico derivou também, de forma significativa, da arquitetura militar, com destaque para as fortalezas, cuja implantação ostentava diversas vantagens, sendo de

assinalar que eram, com frequência, consideradas invioláveis, desde que corretamente erguidas e abastecidas em meios. Ouçamos, pois, Albuquerque:

*“As vossas fortezeas feitas a nossa vsamça com cavas, torres e artilharia, bem prouidas e bõoa jemte, com ajuda da paixam de noso senhor nam tenhaees receo delas nestas partes, aimda que vos lá digam que estam cercadas; porque, mediamte deus, se hi nam ouuer traçam, nam ha hy que temer de os mouros comtraryarem vossas fortezeas [...]”* (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 54*).

Através dos seus canhões, os dois equipamentos de dominação enunciados, armada e fortaleza, que vingavam, respetivamente, como instrumentos dinâmicos e estáticos do poder naval e que os Portugueses procuraram então associar da melhor maneira contra inimigos não raramente superiores em número, anunciaram a entrada na era moderna da “tirania” das armas de fogo e, naturalmente, dos impérios da pólvora. Isto é, os Portugueses aprenderam a confiar na capacidade ofensiva e defensiva da artilharia europeia, que “era incomparavelmente mais poderosa do que qualquer espécie de canhão alguma vez fabricado na Ásia”, frisa Carlo Cipolla (1989: 101). Especifique-se que “nas estratégias adoptadas pelos dois primeiros vice-rei e governador do «Estado da Índia» há complementaridade entre a artilharia embarcada e a artilharia instalada, privilegiando-se na governação de Almeida a primeira destas armas e na de Albuquerque a segunda”, como muito bem salienta João Marinhos dos Santos (1998: 206).

A obediência às diretrizes que eram emanadas de Portugal por meio de regimentos e cartas constituía uma tarefa complicada, uma vez que as disposições régias revelavam certa desfocagem imposta pelo fator distância-tempo. Daí o reparo feito por Albuquerque numa missiva de 20 de agosto de 1512: “[...] oulhe bem vosa alteza ho que asyna pera a imdia, que he muy lomge” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 69*). As dificuldades em atuar no terreno eram igualmente agravadas pela falta de consenso que lavrava entre os Portugueses em torno das substâncias e coordenadas relativas à inserção lusíada na Ásia. A sequência das ordens régias e até a quebra na continuidade das linhas de rumo refletiam, como é lógico, este duro cenário, fértil, portanto, em oscilações direcionais: “Digo vos senhor, isto, porque se bem oulhades vossos rrejimentos e

determinações, cada ano vem hum contraíro a outro [...]”, queixava-se o *Terrível* em 1 de dezembro de 1513 (*Cartas de Afonso de Albuquerque...*, I, 1884: 156).

Como é sabido, D. Manuel enfrentou o contratempo derivado de um problema de saúde com o indigitado Tristão da Cunha, substituindo-o por Francisco de Almeida. O *Regimento* de capitão-mor, que este último transportou para a Índia em 1505, determinava já uma política de superioridade marítima ativadora da ereção de fortalezas junto de alguns focos económicos e estratégicos considerados de suma importância e localizados na parte ocidental e central do Índico: Sofala, Quíloa, Angediva, Cochim, Cananor, Coullão e “na boqua do mar Roixo ou perto delle, asy dentro como de fora” (*in Silva, 1996: 96 e 284*). Numa outra escala, retomava-se a experiência de instalação de fortes já fomentada no litoral marroquino e ocidental de África, sendo fornecidas a Almeida instruções sobre quais os requisitos essenciais a respeitar. De facto, o local devia apresentar poderosas defesas naturais, ser salubre, dispor de um bom porto que pudesse acolher uma armada, assim como usufruir de um suprimento de água acessível e estar adequadamente situado para o exercício do comércio.

Uma vez no terreno, é do conhecimento geral que D. Francisco de Almeida ambicionava conquistar uma inequívoca hegemonia naval. Sem rejeitar por inteiro a montagem de fortalezas (ele próprio refere no começo de 1506: “[...] e crea vossa Alteza que se nom tevereis fortezas nesta costa [do Malabar], que se perdera todo nosso trauto e todo o mando que nela tendes [...]” (*in Silva, 1996: 168 e 325*)), propunha que a supremacia marítima portuguesa assentasse expressivamente no maior poder de fogo das frota lusitanas, na vigilância regular de certas rotas, na procura diplomática de parceiros e até no estabelecimento da cadeia senhor-vassalo com alguns potentados indígenas. O célebre vice-rei defendia, em nome, por exemplo, de uma proveitosa exploração portuguesa da Carreira da Índia e da necessidade de travar a ameaça muçulmana liderada pela armada mameluca, o incremento das relações estáveis e amistosas com governantes locais, bem como o controlo racional dos gastos e, conseqüentemente, da distribuição das reduzidas forças de que dispunha, pretendendo que ficassem confinadas a uma amplitude geográfica limitada. Deste modo, condenava todo e qualquer padrão de intervenção que pudesse

originar a exagerada feitura e dispersão de fortes. Aliás, no decurso do seu mandato, os fracos resultados alcançados com alguns bastiões militares, como os de Angediva e Socotorá, contribuíram, por certo, para o amadurecimento desta atitude crítica. Almeida também manifestava o seu desacordo com a imposição de um sistema excessivamente governamentalizado, dirigista e autoritário sobre as linhas marítimo-comerciais do universo asiático e não era um ardente apologista dos grandes projetos de cruzada de D. Manuel e de qualquer política de assídua ingerência nos atos governativos dos reinos que acatassem a suserania lusíada.

Por outras palavras, Francisco de Almeida reconhecia ser imprescindível a existência de uma série de bases de apoio em terra para as esquadras, junto, por exemplo, de pontos-chave da navegação e do trato pela Rota do Cabo, mas declinava aquelas que, no seu juízo, não serviam a meta da instauração de um poder consistente no mar e cujos custos de manutenção ameaçavam enfraquecer em demasia as finanças portuguesas e a energia a conceder aos negócios. Afinal, sustentava que “a onrra dos comqjstadores toda esta no proueito; porque, se a despeza passa pella rreceita, toda a obra fica vaan” (*Cartas de Afonso de Albuquerque...*, III, 1903: 242). É à luz de todo este enquadramento mental que devemos compreender a sua posição, aliás devidamente enunciada ao monarca em carta de 6 de dezembro de 1508. Almeida declara que “quanto acerqa da forteza lá [em Coullão], quantas mais fortezas tyverdes mays fraqo será qá vosso poder: ao presente toda vossa força está quá no mar, e se nele nom formos poderosos, levemente se perderãm as vossas fortezas [...]” (*in Silva, 1996: 384*). Enfim, como bem alerta Joaquim Candeias Silva, o vice-rei não só não se revia nas “ideias aventureiristas da cruzada e da conquista”, como advogava “uma outra política, mais do tipo liberal-mercantil, menos estatizante e militarista, logo mais pacifista e conciliatória” (1996: 136). Seguindo um raciocínio muito similar, Luís Filipe Thomaz adverte que o vice-rei estava “claramente identificado com a oposição liberal, avessa tanto ao imperialismo territorial manuelino como aos monopólios realengos” (1998: 69). Mas tudo isto não o impedia de revelar que a ideia de império andava indiscutivelmente no ar, embora, na época, estivesse sujeita a diferentes concepções. Basta descrever a posição que assumiu em carta datada de 16 de dezembro de 1505, destinada ao monarca.



Com efeito, Almeida salientava que D. Manuel “devya trabalhar por se chamar Emperador das Indias”, já que possuía vários reis tributários (*in Silva, 1996: 317*). Dois anos depois, o vice-rei insistia “que nunca príncipe teve tanta jostiça para o ser” (*in Silva, 1996: 343*).

A vitória na famosa batalha naval de Diu constituiu o ponto mais alto da passagem de Almeida pelo Oriente, elevando-se à categoria de episódio fulcral do processo de transformação da bacia do Índico Ocidental em “lago” lusitano. Em rigor, este triunfo comprova que o nosso imperialismo foi no terreno sobretudo orientado para a liderança marítima, impondo-se, por um lado, ao eixo Cairo-Calecute-Cambaia (na sombra ficava a República de Veneza) e condicionando, por outro, a natureza do Estado da Índia. Aclare-se que o decisivo acontecimento bélico de fevereiro de 1509 demonstrou a incapacidade das forças navais do Crescente em expelirem os Portugueses do Índico. Por isso mesmo, Albuquerque, durante a sua estada no governo, orientou a sua ação expansionista de maneira a explorar essa debilidade dos concorrentes, aspirando, desde logo, tirar proveito da quebra naval dos adversários do País após a batalha de Diu. Além disso, como especifica Sanjay Subrahmanyam, “é muito provável que a vitória de Diu tivesse sido interpretada por D. Manuel e pelo seu círculo de apoiantes como um sinal divino, demonstrando aprovação do seu plano respeitante a Jerusalém” (*d.l. 1995: 94*).

O desempenho/legado de Francisco de Almeida nem sempre recebeu a merecida atenção por parte da historiografia. Não obstante, os estudos mais recentes têm vindo a alterar essa situação, aclarando, por exemplo, com maior rigor a natureza das divergências que existiam entre Almeida e Albuquerque e realçando até que ponto a intervenção pioneira do primeiro acabou por alumiar a atuação do segundo. Mas este ato de justiça, digamos assim, não esconde que o sucessor de Almeida, o inconfundível Afonso de Albuquerque, ocupou um lugar único na expansão asiática portuguesa, gozando até de um lugar cimeiro no domínio da mitologia concebida em redor da nossa epopeia oriental. Admirador de Alexandre Magno e de Júlio César, Albuquerque foi, entre outros aspetos, um comandante militar de eleição, não só por ter deixado ao rei D. Manuel, conforme frisa em carta datada de 6 de dezembro de 1515, já com a morte à vista, “a india com as principaees cabeças tomadas em voso poder, sem nela ficar outra pendença senam cerrar se e mui bem a porta

do estreito” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 381*), mas também por ter sido um acérrimo defensor de soluções modernas de combate organizado, como era o caso da “jemte da ordenamça” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 385*), ou simplesmente pelo facto das suas cartas, uma vez depuradas, nos fornecerem um valioso “tratado da Arte da Guerra” (*Pinto, 1988: 171; Pedrosa, 1998: 9*). É possível proclamar que o homem do século XXI encontra na correspondência que Albuquerque deixou, “sem dúvida, ocasião única para escutar e entender um conquistador do século XVI” (*Bouchon, 2000: 15; cf., também, Junqueiro, 1989: 263-306; Pedrosa, 1998*).

Em relação às operações bélicas conduzidas pelo *Terribil*, é certo que alguns historiadores têm vindo a relativizar a sua competência, frisando que nem sempre foi bem sucedido nas suas iniciativas, tendo mesmo necessitado de segundas tentativas para se assenhorear definitivamente de Goa e Ormuz ou falhado no ataque a Adem; contudo, pensamos que estes reparos não inviabilizam o juízo atrás formulado, pois acreditamos que parte da explicação para o ocorrido deriva amplamente da falta de recursos. Explícite-se que os meios humanos e materiais fornecidos pela Metrópole eram muito curtos para a consecução dos alvos traçados, obrigando, deste modo, ao redobrar dos esforços, conforme lamentava o próprio Albuquerque em 1 de abril de 1512: “[...] se me voss alteza mandase os aparelhos, jemte e armas, que cumpre pera ho que mandaees fazer, nam metera eu a jemte duas vezes no foguo em malaca, nem em gooa duas vezes, nem os mouros d urmuz nam tiveram a vossa forteleza, que eu comecey, em seu poder” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 37*). O problema exposto não se resumia apenas a uma questão de natureza quantitativa. Com efeito, uma boa parcela dos recursos estava no limite da sua capacidade operacional, segundo se depreende de mais algumas palavras enunciadas pelo governador: “[...] deixaila [a empresa da Índia] aa misericordia d uns poucos de navios podres” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 35*). Nada disto o impediu de ser considerado, por parte de determinados estudiosos, “o pai da moderna estratégia naval”, citando Fernando Pedrosa (1998: 10). Para ultrapassar as contrariedades, o *Leão dos Mares* procurou tirar partido da sua determinação pessoal e vontade de vencer, bem como da estrutura militar centralizadora que gizara. Através destas, perseguiu a otimização dos limitados meios de que dispunha.

Enfim, Albuquerque “construiu para D. Manuel um verdadeiro império marítimo na Ásia e deu à presença portuguesa no Oceano Índico a forma definitiva, que se manteria por mais de um século com alterações insignificantes”, lembra Luís Filipe Thomaz (1994: 197). As campanhas de conquista das posições estratégicas de Goa, Malaca e Ormuz devem-se verdadeiramente à sua decisão e não à iniciativa real (cf. Thomaz, 1994: 196). O fracasso perante Adem, em 1513, terá, no entanto, impedido que a talassocracia lusíada atingisse o seu máximo potencial. Adiante-se que Adem guardava a importante via do Mar Roxo ou Mar Vermelho e apresentava um papel político e comercial que se aproximava muito daquele que era exercido por Ormuz em relação ao Golfo Pérsico; mas também beneficiava no Índico Ocidental de um estatuto que fazia lembrar o de Malaca, no Índico Oriental.

Quando sucedeu a Francisco de Almeida, corria o ano de 1509, Afonso de Albuquerque desfrutava já de uma interessante experiência pessoal em terras asiáticas. Com efeito, partira em 1503 para a sua primeira viagem ao Oriente, regressando ao Reino em 1504. Pouco depois, em 1506, D. Manuel envia-o novamente para a Ásia. Do seu currículo, urge ainda reter o tempo que passara anteriormente na guerra com Castela ou em serviço no Norte de África. De resto, a vivência que conheceu em Arzila talvez possa ajudar a explicar a sua aposta na aquisição de pontos fortificados no Índico (cf. Subrahmanyam, d.l. 1995: 96).

Portanto, na altura em que se torna governador da Índia, Albuquerque reunia, sem surpresa, uma visão do mundo oriental mais ampla e pormenorizada do que aquela que o vice-rei possuía em 1505. Sob o consulado do *Terrível*, que se prolonga até 1515, é possível averiguar a persistência do avanço fulminante da marinha portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes, pelo que esta radiografia do recinto oriental continuou, obviamente, a receber novos dados e a registar vários retoques. A produção cartográfica nacional reflete este notável progresso informativo, com sucessivas aproximações à realidade, contribuindo, por certo, para o apuramento das políticas, estratégias e táticas de domínio da área em disputa. As primeiras grandes obras geográficas europeias da Ásia, como a *Suma Oriental* (escrita em 1512-1515) de Tomé Pires e o *Livro das Coisas da Índia* (ao que parece, terminado, na sua maior parte, em 1516) de Duarte Barbosa, enquadram-se também nesta explosão de dados recolhidos pelo lado português. Graças ao retrato cada vez mais integral

do vetusto e civilizado Oceano Índico e à lição que é retirada dos concorrentes, sobretudo dos Mouros, Albuquerque pôde, assim, amadurecer as linhas mestras a seguir.

Esclareça-se que o *Leão dos Mares* era um homem imbuído de um assinalável pragmatismo, mas tal faceta não invalidava a sua “fé na iminência da destruição de Meca e da reconquista cristã de Jerusalém” (Thomaz, 1994: 180). De facto, a sua confiança no programa político do rei, pois constituía um apoiante do espírito do imperialismo manuelino, logo do correspondente messianismo anti-islâmico, obrigava-o igualmente a encarar a Índia como uma base operacional ao serviço do almejado assalto ao Próximo Oriente muçulmano, investida que, na sua ótica, só deveria, contudo, suceder depois dos Portugueses lograrem uma sólida fixação na Ásia. Ou seja, existiu um comprometimento de Albuquerque com o contexto visionário sustentado por D. Manuel e, portanto, com a guerra global contra o Islão.

Afonso de Albuquerque rapidamente descortinou a fraqueza de uma estratégia alicerçada quase exclusivamente no poderio naval e em alianças precárias com os potentados locais. Em termos gerais, já que o trato das especiarias continuava a fugir ao controlo dos Portugueses, especialmente em terra, o governador acabou por ativar um modelo de hegemonia no Índico algo diferente daquele que fora alimentado pelo seu antecessor. Com efeito, se Almeida usara a força para controlar “as rotas”, Albuquerque empregava a força para dominar “os portos principais” (Santos, 1996: 16). Investia-se, em particular, ao nível do reforço da interdependência entre a componente marítima, que era predominante, e a terrestre, pouco expressiva mas que se procurava estender através da multiplicação seletiva de fortalezas e da materialização de algumas conquistas, mormente das “cidades-mundo” capazes de “atraírem e difundirem a distâncias consideráveis bens, fazendo deslocar quase multidões de compradores e vendedores” (Santos, 1996: 15). Assim, apesar das limitações humanas e materiais que afetavam a máquina de guerra portuguesa e da voz daqueles que contestavam as iniciativas bélicas, bem como a apropriação do comércio e de outras esferas pela Coroa, perseguiu-se não a instalação de um império continental, mas, sim, a desejada exequibilidade do Estado da Índia enquanto teia de contactos entre os espaços do Índico, apostando na instalação de fortalezas em locais com interesse económico e na submissão das “cabeças” do Oriente. Claro está que o domínio

destas cidades centrais, assim consideradas tanto do ponto de vista comercial como político-militar e trazidas para o sistema português em estruturação, também possibilitava exercer alguma influência sobre as cidades e vilas semiperiféricas e periféricas que delas dependiam (cf. Santos, 1996: 42-43). O *Terrível* é claro a este respeito, nomeadamente quando em relação a Ormuz afirma em 25 de outubro de 1514: “[...] que nam pode vrmuz estar em vosa mão, que as outras [cidades-satélites] vos nam obedçam logo como cabeça principall” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 326).

Como no pujante comércio marítimo do Índico prosperavam cidades portuárias que formavam verdadeiras feiras universais, postas em contacto por uma dilatada rede de comunicação, um estratega da envergadura de Albuquerque, que aprendia diariamente a ver o *Mare Indicum* como um todo complementar e autossuficiente (no geral, cada região especializara-se em determinadas produções que trocavam por outras), só podia sentir-se impelido a instalar nessas praças cosmopolitas, à medida que se situavam na órbita europeia, proveitosas fortalezas, na crença de que a iniciativa possibilitaria arrebatam os tráficos muçulmanos e indianos contrários aos objetivos portugueses e, por conseguinte, fazer avançar o apoderamento luso dos grandes circuitos comerciais do Oriente.

A intervenção de Afonso de Albuquerque foi direcionada para o estabelecimento de um controlo que se queria assinalável sobre os pontos nucleares de saída e de entrada, de entre outros artigos, das especiarias e drogas asiáticas, dado que eram locais de convergência das embarcações e mercadorias. Intentava-se, assim, arrecadar uma extensa fatia da riqueza do movimento comercial da Ásia, bem como incentivar a população local a usar o nosso sistema de comunicação e a converter-se ao Cristianismo. Visto que os Portugueses ambicionavam dispor a seu bel-prazer do Oceano Índico e mares anexos, não deixaram de merecer especial atenção os lugares-chave que dominavam os estreitos.

Claro está que os Muçulmanos constituíram as vítimas prediletas da invasão lusitana. Não formavam os Mouros o inimigo absoluto dos Cristãos? E não gozavam eles de uma posição de topo no comércio oriental? O choque religioso era evidente e prejudicava as relações económicas. Importava, deste modo, que as forças portuguesas lutassem contra estes resistentes adversários, procurando “destroná-los e retirar-lhes o controle dos

principais portos” (Santos, 2010: 158). Por isso mesmo, consciente do labor produzido por Albuquerque e do caráter oceânico do mundo afro-asiático, Tomé Pires escreveu na *Suma Oriental* que “os mouros pola maneira que forõ guanhando os Regnos hos vam perdendo o Regno sem portos casa he sem portas noso sôr he o que quer ho perdimento de mafamede” (Pires, 1978: 215). À semelhança de outros, este ilustre boticário reiterava o casamento entre as finalidades mercantis e cruzadísticas.

Portanto, sob os pretextos de derrubar a forte concorrência muçulmana e de conseguir dominar o próspero comércio do Oriente, Albuquerque experimentava a necessidade de investir no fomento de uma estratégia global de submissão dos centros fulcrais do Oceano Índico e de abertura para o Oceano Pacífico, dispondo esta estratégia de uma feição militarista, centralizadora e disciplinadora, onde guerra e economia surgiam de mãos dadas. Em 1 de abril de 1512, preocupado com as indefinições de Lisboa, o governador não se cansava de recomendar ao rei D. Manuel

*“que aquemtees ho feito da imdia muy grossamente com jemte e armas, e que vos façaees forte nela e segurees vossos tratos e vossas feitorias, e que arrymquees as Riquezas da imdia e trato das mãos dos mouros, e isto com bõoas fortelezas, guanhando os lugares principaees deste negoceo aos mouros, e tirar vos ees de gramdes despesas, e segurarees voso estado na imdia, e averees todo o bem e Riquezas que nela ha, e seja com tempo”* (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 34).

Alertava ainda que “nam ha quaa ho primor desas partes em guardar verdade nem amizade nem fee, porque a nam tem, e portamto, senhor, comfiay em bõoas fortelezas e mamday as fazer, seguray com tempo a imdia, nam ponhaes ho couodo na amizade dos rrex e senhores de quá” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 39). Sem embargo, o governador não recusava necessariamente as oportunidades de entendimento que surgiam, mesmo quando do outro lado estava uma potência islâmica. Manejando com habilidade os canais diplomáticos, os Portugueses procuraram tirar partido dos conflitos que dilaceravam o espaço muçulmano e que, regra geral, eram protagonizados por vizinhos rivais em franca rota de colisão, ora porque estava em causa o lugar de primeira força do Islão, ora porque primava outro tipo de motivação. Assim, relembramos o convite formulado pelo lado lusitano ao xeque Ismael, senhor da Pérsia xiita, para uma ofensiva militar conjunta contra alguns

adversários comuns, com vista à “conquista de uma vasta área que incluía Meca, Alexandria, Jerusalém e Constantinopla” (Pedrosa, 1998: 154). Em carta dirigida ao xeque Ismael, Afonso de Albuquerque manifestava o seu otimismo: “e se deos ordenar que este concerto e amizade se faça, vindo vós com uosso poder sobre a cidade do cairo e terras do grão soldão que confinam comvosco, el Rei nosso senhor com todo seu poder passará em Iherusalem e lhe guanhará toda há terra d aquella banda [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 389). O governador afiançava que o rei português ajudaria Ismael a combater, simultaneamente, “o sultão do Egipto e os Turcos” (Bouchon, 2000: 201). Numa clara operação de charme, refira-se que Albuquerque enviou ao líder do Império Safávida diversos presentes, incluindo peças de artilharia e espingardas (cf. Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 391). Adiante-se, no entanto, que os Persas não deram seguimento aos propósitos lusos. De qualquer modo, a ideia de uma associação Portugal-Irão, em larga medida gerada pela ameaça oriunda de inimigos comuns e pelas noções confusas acerca do xiismo que circulavam na Europa, comprova que, naquela altura, as configurações das parcerias no mundo oriental não eram determinadas por motivos fundados estritamente na dualidade Cristandade/Islão. Muitas vezes, as propostas de lançamento de pontes de colaboração dependiam sobretudo das conveniências estratégicas dominantes no momento.

Marcado por um pensamento estratégico que tinha dilatados horizontes e um alcance de longa duração, opinamos que Albuquerque buscava instaurar uma ossatura tecnomilitar que estivesse bem apetrechada e que fosse naturalmente eficiente, quer em relação aos atos de efetivar e guardar conquistas, quer no que concerne à orientação de despersuadir os adversários, objetivo para o qual os lugares tomados também contribuíam. Na verdade, o *Leão dos Mares* visava assegurar o monopólio do trato com escassa interferência da guerra, cenário que entendia respeitar a vontade soberana de D. Manuel e os fins idealmente debuxados. Por isso mesmo, enquanto homem de inabaláveis convicções, não se cansou de repetir o discurso que estipulava como condimentos necessários “pera os tratos da imdia e asemtos de feitorias se fazerem, como compre a vosso serviço, sem guerra, e a imdia tomar asento, e os lugares omde ouuer mercadaria rreceberem nossos tratos e companhias, que por tres anos teria nela tres mill homeens bem armados e bõos aparelhos

de fazer fortezas e muytas armas” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 40). De resto, o próprio *Terrível* sugeria vivamente ao monarca português: “[...] as cousas que se vos meterem na mão sem guerra e com forteza, aceitayas, pagamdo elas os soldos e mantimentos á jemte e semdo cousa proueitosa, ou pera o trato, ou pera seguramça da imdia” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 153). E quando pensava na guerra, era para através dela conquistar a paz, conforme refere numa missiva dirigida a D. Manuel, datada de 16 de outubro de 1510: “[...] senhor, mamdai fazer a guerra, porque de bõoa guerra vem bõoa paz [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 20).

Como se percebe, Afonso de Albuquerque não era um belicista gratuito. João Marinho dos Santos escreve que o governador “defendia a consociação de uma estratégia de dissuasão (ameaçar sem actuar) e de uma estratégia de acção para tomar e manter, através de uma força armada substancial (sempre impressionante, dissuasora e decisiva), as principais «cabeças» ou «cidades-mundo» do Índico” (2010: 149). Ao fazer um exame à estratégia seguida por Almeida, Albuquerque menciona ao rei, em carta de 30 de outubro de 1512:

*“[...] nem esas carregas d especearias que cad ano lá vam, nem as Riquezas que vos de quaa levam, tudo me ha de parecer cousa emprestada, até que vos eu nam veja muy forte na imdia, e nam no mar, mas na terra, naqueles lugares domde as vosas cousas podem Receber comtradiçam, pois vos alteza despois do descubrymento da imdia té gora sempre teve nestas partes força d armada, e vistes que se nam melhorava nehã cousa voso preposito nas cousas da imdia, asy nos tratos como no encurtar das despesas e gastos, como na estima e credito e fama de voso estado e voso nome” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 98).*

Mas ao contrário do que alguns poderão julgar, a posição advogada pelo *Terrível* só podia destinar-se ao robustecimento da consistência do nosso imperialismo marítimo e assim elevá-lo a um estádio superior que aprofundasse o cerco aos inimigos, de modo a ocasionar nestes sensações que reputaremos de claustrofóbicas. Para os devidos efeitos, atacava-se a terra a partir do mar, com vista a obstruir o acesso da concorrência ao Índico e a cimentar a superioridade naval portuguesa, já alinhavada por Almeida. De resto, as notáveis campanhas militares de Albuquerque não ocasionavam apenas o crescimento do

espaço terrestre dominado pelos Portugueses, também causavam o forte aumento da mancha oceânica por eles controlada, o que, necessariamente, catapultava o envolvimento dos nossos nos tráficos asiáticos. Portanto, pensamos que, no entendimento do *Leão dos Mares*, a guerra com pendor anfíbio, ou até dotada de outras feições, como a psicológica, era efetuada em prol de uma ascensão talassocrática mais efetiva e duradoura sobre as principais estradas do Índico ou, se quisermos, sobre uma vasta teia de comunicação, onde, refira-se, urgia marcar presença e ter capacidade de pautar as decisões através de uma desejável centralidade política e geográfica. Daí, por exemplo, a ocupação de Goa, estávamos no ano de 1510, a qual, na opinião de Albuquerque, “he freo de toda india e seguramça de toda a navegaçam das naaos de vosa carga, escapola primcipall das mercadarias que vam pera ho regno de narsymga e pera o regno de daquem” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 92). Nas décadas que se seguiram, Goa será progressivamente transformada na capital do Estado da Índia (cf. Santos, 1999), essencialmente graças ao desenvolvimento da companhia caseira do governador, da sua Corte e do aparelho burocrático, sem olvidarmos a dinâmica de alastramento da influência reguladora da cidade sobre as periferias orientais. A sujeição de Goa, onde debutamos no exercício da soberania plena, fornecia aos Portugueses um suporte espacial permanente, isto é, uma base física que podia atenuar o problema da precariedade de certas alianças políticas, estimular a sedentarização das estruturas centrais do poder, melhorar a ação enquadadora do governador, conceder maior apoio logístico ao sistema e, por consequência, alimentar a dilatação da presença portuguesa. Adiante-se que a valorização da posse desta base de operações, sem dúvida muito bem posicionada no Subcontinente Indiano e, além disso, facilmente defensável, levava Albuquerque a alegar ao rei, em 22 de dezembro de 1510, que, “perdemdo se a ymdia, de goa a podês tornar a ganhar e comquistaar” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 28).

Porém, Goa registou a forte concorrência de Cochim, terminal da Rota do Cabo e empório largamente enaltecido por diversas figuras:

*“Crede, senhor, como vos ja la tenho scripto, que, se esperaes soster goa, que nam terejs carrega nem nenhum proueyto na ymdea, porque tudo, e muuyto majs, ela ha mester, e, de mallaca, nam sey o que sera. Asy, senhor,*

*que tudo he vemto, senam cochym. Aquy fazey voso pee fyirme pera sempre, porque toda llas outras ffortelezas, feytas e por fazer, vos nam servem de nada, senam gastarem quamto llaa haa e asy o que ca haa”, afirmava António Real em 1512 (Cartas de Affonso de Albuquerque..., III, 1903: 340).*

Acrescente-se que, nos primeiros tempos da instalação do Estado da Índia, o próprio rei D. Manuel manifestou a esperança de vir a tornar-se “senhor da teerra”, aguardando pela morte do rei nativo (in Joaquim Candeias Silva, 1996: 292). Sabe-se hoje que Cochim, que formou na fase inicial uma espécie de escola de aprendizagem para os Portugueses (cf. Aubin, 1996: 49-110), beneficiava do melhor porto natural do Malabar. Em 1524-1525, conservava-se ainda como a principal base do nosso dispositivo militar-naval no universo Índico (Pinto, 1992: 16-17), mantendo-se, ademais, como a capital da pimenta.

No entanto, é visível que os Portugueses retiravam múltiplas vantagens da anexação de Goa, em particular maior margem de manobra e melhor capacidade de coordenação, dado que eram autênticos donos da terra e não “simples” hóspedes como sucedia no Reino de Cochim. Com efeito, anote-se o que apontou o *Terrível*:

*“[...] quanto he o que S. A. cuida que obriga goa muito, de maior obrigasam me parese a mim hũa fortaleza em terra alhêa, que aquelle que he terra asenhoreada por nós; e que obrigaraa mais cochim ou diu que goa, porque a nossa gente em terra alhêa não pode cortar hum pao sem o senhor da terra, e se vai á praça e non paga bem o que compra, ou se toca hũa moura, ou se acutela hum homem da terra, ou faz algum desmando, logo as espadas vem nas ancas delle, e a fortaleza fecha logo suas portas, e estas cousas não nas ha de auer em goa, porque a jurdisam he del Rey e a terra del Rei e as Rendas del Rei, e os agrauos ante seu governador acabam [...]” (Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 413).*

Em rigor, este trecho não nos impede de reconhecer que Cochim constituía um Estado independente sob proteção lusitana, pelo que existia, na prática, “uma situação de soberania partilhada” (Santos, 1999: 91). Mas também não é menos verdade que a situação de convidados de uma monarquia de segunda categoria, como a de Cochim, debilitava o lustre português junto de um mundo cultural onde as aparências contavam expressivamente.

Seja como for, apesar das divergências que circulavam naquela altura quanto ao sítio ideal para a fixação da sede do poder político, o que mais impressiona quando se olha

para a presença lusitana em Goa, iniciada pelo *Terrível*, é o facto de simbolizar um experimento inesquecível na história da colonização moderna, exibindo a possibilidade de transplante das instituições pátrias para um lugar bastante longínquo e distinto, sem que triunfasse uma atitude extremista de repúdio absoluto do quadro institucional indígena. Ou seja, até certo ponto, a conciliação do modelo ocidental com os orientais foi o caminho adotado. Por outro lado, através da tomada de Goa, situada a meio da costa indiana, Afonso de Albuquerque evidenciou, perante os chefes orientais, o seu vincado interesse em erguer Portugal ao estatuto de potência asiática duradoura, com as correspondentes incumbências políticas, bélicas, diplomáticas e económicas. Assim, os dias em que o representante máximo do rei português tinha por capital “o convés da sua nau” (Thomaz, 1994: 213), conforme havia ocorrido com o vice-rei D. Francisco de Almeida, esfumaram-se decididamente, enfraquecendo, como é evidente, o ânimo daqueles que esperavam expulsar os Portugueses das águas índicas. Doravante, havia claramente mais uma força a considerar no xadrez político do Oriente.

Por seu turno, com a conquista de Malaca, cidade que estava profundamente integrada nas artérias mercantis que ligavam entre si os vários mares do complexo asiático, compondo inclusivamente o principal ponto de entrada do Índico na aliciante Ásia Oriental e do Sudeste, aplicou-se, plausivelmente, o mais duro golpe à organização comercial/comunicacional muçulmana. A ser assim, parece oportuno concluir que Albuquerque confirmou o Estado da Índia como a principal potência marítima do Oceano Índico. De resto, o desdém da dinastia Ming pelos contactos de longo curso, que provocara, como é sabido, o abandono das grandes expedições oceânicas chinesas, convidava o novo senhor do Índico, o mercantilismo monárquico português, a exercer o papel de intermediário. Ora a posse de Malaca ajustava-se muito bem a este desiderato. Mas a tomada de Malaca deve ser igualmente analisada de outro ângulo, tendo em conta que em 1511, data da submissão do entreposto, pairava no ar a ameaça da rival Espanha, que aspirava estender o seu domínio a territórios do Oriente, dentro do contexto de bipolaridade ultramarina firmada em Tordesilhas (1494). Como alguns homens do mar sustentavam que a cidade caía dentro da demarcação de Castela (nessa época, as posições longitudinais não eram estabelecidas

com grande rigor), os dirigentes portugueses, numa manobra de antecipação, resolveram ocupar o cobiçado centro, pugnando pela integridade das fronteiras da zona hegemónica *luso-indicum*: “[...] por ser tomada primeiro por nos a posse, que, nestas cousas, daa muito direito”, exclamara já D. Manuel em 1506 ao então vice-rei da Índia (*Cartas de Afonso de Albuquerque...*, III, 1903: 270).

Exercendo uma influência espalhada por múltiplos setores, sobretudo com o fim de assegurar uma presença portuguesa durável e estável na Ásia, Afonso de Albuquerque não rejeitou impulsionar a formação de “corpos de combatentes indígenas”, que deviam auxiliar os Portugueses na guerra. Todavia, condicionou esta solução “a critérios de antropologia física” (Santos, 1998: 107), sem olvidar o tipo de alimentação seguida, privilegiando aquela que entendia fornecer mais energia e potencial aos soldados. Eis um trecho suficientemente esclarecedor, retirado de uma carta datada de 4 de dezembro de 1513: “[...] ordeney aquy este corpo [de combatentes locais] mais qe em outro lugar, porque hos homeens de Goa comem pam de trygo e carne e muy boom pescado em grande abastança, e tem coor d omeens [...]” (*Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo...*, 1892: 307). Perante os limitados recursos marítimos provenientes da Metrópole, Albuquerque também se apercebeu da conveniência de estimular a construção naval na Índia, com vista a dotar o Império Oriental de mais algumas embarcações que pudessem ajudar a sustentar o esforço de organização e de melhoria dos níveis de operacionalidade das expedições de conquista, assim como integrar as esquadras de defesa e patrulha estacionadas nas fortalezas ou o sistema de armadas de guarda-costa que anualmente deviam partir de Cochim e, mais tarde, de Goa (cf. Rodrigues, 2002: 155-163). Tratava-se, pois, de mais uma linha de força da estratégia arquitetada pelo *Leão dos Mares*, servidora de um Império estruturalmente oceânico e que funcionava como uma rede cada vez mais extensa e dispersa. Esclareça-se ainda que esta aposta no reforço do dispositivo naval luso em águas índicas passava também pela incorporação de muitos navios capturados aos adversários. No que concerne à habitual míngua de meios humanos em variados campos profissionais sentida pelo lado português, escusado será dizer que homens da têmpera de Afonso de Albuquerque pugnaram para obter o auxílio da gente hindu e dos recursos locais: “[...] dei

seguro ao povo meudo e ofyciaes, calafates e carpinheiros, ferreiros, pintores, e logo teremos abastança d ooficiaes pera tudo o necessario”, relatava o governador em 1510 (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 27). Com perspicácia e sentido prático, investia-se num tipo de política que permitia inculcar confiança à população (cf. *Albuquerque, tomo I, parte II, 1973: 120-131*). Veja-se, entre outros casos, a tolerância com que o governador tratou os Muçulmanos de Malaca.

Não menos significativo, até pela longevidade das consequências culturais que ocasionou, foi o incremento de formas de colonização como a dos casamentos inter-raciais, dando origem ao valioso grupo dos “casados”, que, desde logo, devia compor um fundo humano estável de defesa. Albuquerque confiava, por exemplo, que Goa assumiria o papel de principal centro urbano lusitano no Oriente. Por isso mesmo, decidiu conceder a este território uma sólida organização social e administrativa. Entre outras diligências, mandou lavar moeda e promoveu ou facilitou, como já se sublinhou, o casamento de portugueses com mulheres locais, fomentando a conversão de todas elas ao credo cristão. Não obstante, esta política de casamentos era ensombrada por alguns preconceitos, estorvos e críticas. Aliás, importa observar que a queda portuguesa para a miscigenação se encontra relativizada nas fontes dos séculos XV e XVI. Citemos, a propósito, o próprio Albuquerque:

“[...] pasa ysto, senhor, asy na verdade como vos espreeuo, porque eu nunqua tiue deuaçam de casar homens com estas molheres malauares, porque sam negras e molheres currutas em seu viuer per seus custumes; [...] asy, senhor, em quallquer parte homde se tomava molher bramqua, nom se vendia, nem se Resgataua, todas se dauam a homens de beem que quyryam casar com elas” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 338).

Além disso, na Índia, as castas mantinham entre si e para com os outros obstáculos rígidos, difíceis, portanto, de franquear. Só que, apesar dos sistemas de estratificação tradicionais, alguns marcadamente fechados, e da relutância casadoira comum a vários portugueses, através da concessão de certas vantagens, mormente económicas, foi possível lançar os alicerces de uma sociedade luso-asiática que se veio a notabilizar nos anais da história pelo seu evidente dinamismo.

Emergindo a consciência de que a promoção de uma política cultural favorecia a consolidação da presença lusa e o alastramento da sua influência na Ásia, sublinhe-se ainda o ensino da língua portuguesa, que mereceu algum destaque no inventário das intenções quer do gabinete real quer do próprio magistrado delegado na Índia, entre outros atores. A título exemplificativo, em 1512, na primitiva escola de Cochim, fundada por Afonso de Albuquerque, cerca de 100 meninos aprendiam português por cartinhas despachadas para o efeito pelo rei D. Manuel. Reparemos no excerto que se segue, retirado de uma carta datada de 1 de abril do referido ano e dirigida por Albuquerque ao *Venturoso*:

*“Em cochim achey hũa arca de cartinhas por omde imsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estando n arca, e ordeney huom casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever, e averá na escolla perto de cem moços, e sam deles filhos de panicaees e d omeens honrrados; sam muito agudos e tomam bem o que lh emsynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos”* (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 44-45)

A difusão da língua portuguesa, que se regista por via de diversos canais e formas (cf. *Loureiro, d.l. 1992: 105-118*), brotava, sem dúvida, como uma mais-valia. Entre outras vantagens, assinala-se o seu papel em termos de fortalecimento e símbolo da hegemonia lusitana, a qual se estendia por dispersas e variadas paragens. Em algumas situações, o prestígio associado ao seu estatuto de língua de comunicação da potência imperial provocava no seio das elites nativas locais, entre outras franjas da população, o desejo, e até a necessidade, de a aprender. O seu uso favorecia, por certo, o crescimento das oportunidades de progressão social e de protagonismo. Por fim, retenha-se que, no período que vai dos séculos XVI a XVIII, assistiremos à afirmação do português como língua franca espalhada pelos portos do Índico, ajudando e refletindo, de modo especial, a intensificação das trocas comerciais e o impulso da missionação.

Chegados aqui, urge precisar que nem tudo foi um mar de rosas para Albuquerque. Na verdade, ao pôr em causa vários interesses instalados, a sua liderança esteve longe de reunir o consenso necessário à plena consumação das metas que tanto almejava, despertando a animosidade de diversos setores, ficando célebres alguns

desentendimentos com parte da fidalguia. Muitos eram aqueles que se atreviam a censurar a atuação do governador, condenando inclusivamente algumas das suas proezas mais emblemáticas, tais como as conquistas de Goa e Malaca, e minando o terreno ao sistema do comércio estatal com o qual entravam em concorrência. As divergências eram profundas e, sublinhe-se, não se explicam por meio de questões de feitio. Com efeito, em boa medida, estavam em jogo distintas concepções de organizar política, económica e socialmente a Ásia. À cabeça dos críticos aparecia o “Grupo de Cochim” (cf. *Guerreiro e Rodrigues, 1992: 119-144*) e seus aliados, ou seja, os que defendiam a aplicação de uma estratégia política de penetração teoricamente mais pacífica ou menos violenta, em favor da conservação do tráfico dos particulares realizado em parceria com mercadores locais. Sem rodeios, acusavam o governador de acumular enormes ambições pessoais, de levar a efeito um conflito ruinoso e vazio de conteúdo, ao mesmo tempo que procuravam apoucar a dimensão heroica das façanhas militares deste último. Apostavam, no fundo, na subversão da lógica política e comercial até aí seguida pelo *Leão dos Mares*. No âmago da discórdia emergia igualmente o receio que invadia os opositores de Albuquerque de ver Cochim relegada para um plano secundário, quer em termos económicos quer em termos políticos, perdendo irremediavelmente a primazia para Goa, que, por certo, era encarada como o símbolo maior da conduta imperialista que rejeitavam. A par disto, devemos reportar que os reis concernentes à primeira cidade temiam pela sua segurança ante a ameaça constante de Calecute. Por isso mesmo, faziam de “portugall he cochym tudo hum” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., III, 1903: 73*). Só que, preocupados em conservar a prosperidade comercial do seu Reino e do círculo de aliados portugueses, não deixavam de perturbar a fixação das pazes entre o governador e o samorim, uma vez que havia o risco das mesmas causarem o retorno a Calecute do trato que passara a escoar-se por Cochim. Em suma, as intrigas e cabalas lançadas, tanto no Oriente como em Portugal, sobre o desempenho de Albuquerque só podiam desencadear a reação vigorosa deste: “guarday vos, senhor, de conselhos d omeens a que a guerra emfada [...]” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 54*). Ofendido e desgostoso com a onda de críticas que recebia, o *Terrível* defendia-se o melhor que podia, expondo, de maneira pormenorizada, ao *Venturoso* as suas cogitações e justificando os seus

passos. Na Corte portuguesa, o grande capitão podia, no entanto, contar com a proteção de algumas relevantes figuras, tais como Duarte Galvão, talvez o principal doutrinador do messianismo manuelino, e D. Martinho de Castelo Branco (cf. *Subrahmanyam, d.l. 1995: 95*). Mesmo assim, assistiremos ao crescimento da influência da fação cortesã avessa ao mercantilismo régio e aos propósitos messiânicos e centralizadores com que o monarca e alguns colaboradores deste tentavam brindar empresas como a do Oriente. O dinâmico barão do Alvito personifica exemplarmente esta situação e estará por detrás do esvaziamento do espaço de manobra de Afonso de Albuquerque e mesmo da sua substituição, no governo da Índia, por um militante do partido “liberal”-mercantil, o conhecido Lopo Soares de Albergaria (*Thomaz, 1994: 199*).

Aclare-se que, a partir das suas retumbantes conquistas, Albuquerque esperou que a participação do Estado da Índia nos circuitos comerciais interasiáticos viesse a originar um aumento substancial da riqueza do rei e dos seus súbditos. Acontece, porém, que a apetência da Coroa por este género de oportunidades era inicialmente reduzida. Um bom quinhão dos seus oficiais estava maniatado a um entendimento parcial do que era o espaço do Índico. Os fatores, quase sempre de origem cortesã e habituados a reivindicar um campo de ação bastante autónomo, demonstravam falta de competência técnica para corresponderem às exigências da atividade mercantil asiática e da própria Carreira da Índia. Assim sendo,

“[...] vai sse todo o bem da India a perder, porque quer el Rei ter feitores, escriuães de feitoria, homens que nam sabem contar dez Reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem emderençar as mercadorias omde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam, e assi está tudo como em mato maninho [...]”, lamentava o *Leão dos Mares* (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 404*).

O governador reprovava também os elevados índices de corrupção que se produziam, já que “[...] todos dam as velas a fazer seu proueito e aver ho que podem [...]” (*Cartas de Affonso de Albuquerque..., I, 1884: 158*).

Não obstante, apesar destes problemas, Albuquerque não era homem de desistir. Em termos de recursos humanos, fica claro que a sua preferência recaía nos “mercadores”



que mostravam “imtilijencia e saber”, classificados como os atores que melhor poderiam garantir a correta gestão dos negócios e, conseqüentemente, o desejado proveito: “[...] terees mayor tisouro na india do que temdes em purtugall [...]” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 274).

Julgamos, portanto, que a concentração do comércio do Índico nos portos sob bandeira lusíada singrava como um dos principais desígnios do governador, quer em prol da pressão política que se aspirava exercer na concorrência, quer, mormente, porque se acreditava que os chorudos lucros extraídos de um eventual controlo português sobre os tráficos inter-regionais, apreendidos tanto quanto possível globalmente, deveriam ser suficientes para suportar as despesas do Estado da Índia, pagar as especiarias, encher os cofres de Lisboa e incentivar a derrota final dos Muçulmanos, copiosamente presentes em numerosas paragens. Sondando, por exemplo, a exploração portuguesa do atrativo negócio dos cavalos árabes e persas, uma das ricas exportações de Ormuz para a Índia e um bem muito relevante à guerra terrestre entre os potentados de Narsinga e Decão, admitia-se que renderia mais do que o ouro da zona da Mina: “[...] asy pera o Reino de narsymga, como pera o reino de daqem, e a necesydade gramde em que põem narsymga os cavallos d arabia e persya, nam duuidaria ser tam bõoa empresa, e melhor que ha mina” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 343). Relativamente ao próprio comércio das especiarias, numa velada crítica à Rota do Cabo, espinha dorsal do Império, avançava-se que “mais proueitoso he a seruiço de vosa alteza a vemda da pymenta em ormuz e em cambaya e em bengala, que em trazendo a a portugal” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 425); e “sam tam grandes os ganhos dos tratos de quá e tam grossa a mercadoria e Riqueza da India, que he Riso falar no guanho da pymenta; [...] diguo uos, senhor, que mayor he o guanho das especiarias de malaca á India do que he da India a portugal” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 404).

É caso para dizer que, à luz da visão traçada por Afonso de Albuquerque, a mais-valia do Império Oriental, em termos económicos, deveria radicar essencialmente na distribuição dos produtos asiáticos pela Ásia e não tanto no seu transporte da Índia para a Europa. Apelando-se, naturalmente, à maximização dos tráfegos e à exploração de variadas

e complementares modalidades de receitas, confiava-se na hipótese de se erigir no Índico uma entidade estatal/imperial poderosa, centralizada e autossustentável, dotada, deste modo, de liquidez financeira e capaz de acudir a todas as frentes.

Acontece, contudo, que o guião idealizado pelo *Leão dos Mares* e muitas das expetativas alimentadas por Lisboa com a Rota do Cabo encontravam sérios obstáculos. Por isso, com alguma irritação à mistura, Albuquerque desabafava nas suas cartas: “[...] e digo que devia vos alteza deixar se amtes roubar a dous frolemtis, que ver tamanho descredito em vossos tratos e feitorias da India e tam mazcabados, metidos em tamta desordem e tam pouco voso proueito, porque estes taes naceram no negocio e saben o fazer” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 155); [...] assi, senhor, que me creaes, que o neguocio del Rei neste feito nam perde senam de nam ter homens mercadores cadimos, cosidos na mercadoria e no saber della, porque destes que quá tem, nam póde receber senam mexericos e emburilhadas: mostram se muito cheos de dor de sua fazenda, pera se poderem melhor ajudar della e saber feitorizar ha sua: estaa tudo pendurado em hũa escapula com hũa tea d aranha por cima” (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 404-405).

A 16 de dezembro de 1515, faleceu Afonso de Albuquerque. O seu multifacetado trajeto, como mareante, guerreiro, escritor, estadista e diplomata, eleva-o claramente à categoria de uma das figuras mais relevantes da História de Portugal e da Época da Renascença. “As cousas da india ellas falarám por mim”, afirmou o *Leão dos Mares* (*Cartas de Affonso de Albuquerque...*, I, 1884: 380-381), que também nos legou o célebre trecho, repassado de sapiência e amargor: “Mal com os homens por amor delRey, e mal com EIRey por amor dos homens, bom he acabar” (*Albuquerque, tomo II, parte IV, 1973: 229*). O seu papel nuclear na estruturação do Estado/Império da Índia, concedendo-lhe o desenho com que se manteria, sem grandes mudanças, por um apreciável período de tempo, revelou, sem dúvida, um homem firme, destemido, por vezes mesmo marcado por alguns excessos, mas que acreditava profundamente no valor das suas ações, desenvolvidas ao longo de um recinto que ostentava dimensões gigantescas. Sem dúvida, poucos são os construtores de impérios que agiram numa escala semelhante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Afonso de Albuquerque: o César do Oriente. Textos Seleccionados de Afonso de Albuquerque e do seu Filho (2006), prefácio, introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Porto: Fronteira do Caos Editores.

Albuquerque, Brás de (1973), *Comentarios de Afonso d Albuquerque*, 5.ª edição conforme a 2.ª edição, de 1576, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, 2 tomos, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

*Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas* (1892), Lisboa: Imprensa Nacional.

Aubin, Jean (1996), *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et les Relations Internationales*, I, Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises.

Barros, João de (1988), *Ásia. Primeira Década*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bouchon, Geneviève (2000), *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa: Quetzal Editores.

Brochado, Costa (1945), "A Espiritualidade dos Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses", in *Brotéria*, vol. XL, Lisboa: 25-42.

Camões, Luís de (d.l. 1988), *Os Lusíadas*, edição patrocinada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura, s.l.: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses.

*Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam* (1884-1935), direção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato e de Henrique Lopes de Mendonça, 7 vols., Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Cipolla, Carlo M. (1989), *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa: Gradiva.

Guerreiro, Inácio e Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (1992), "O 'Grupo de Cochim' e a Oposição a Afonso de Albuquerque", in *Studia*, n.º 51, Lisboa: 119-144.

Junqueiro, Clara (1989), "As Cartas de Afonso de Albuquerque: alguns aspectos relevantes", in *Studia*, n.º 48, Lisboa: 263-306.

Loureiro, Rui Manuel (d.l. 1992), "A Língua Portuguesa no Oriente (Séculos XVI-XVII)", in António Luís Ferronha (coord.), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 105-118.

Luís, Alexandre António da Costa (2008), *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra: Tese de Doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Marinho dos Santos.

Oliveira, Julieta Teixeira Marques de (2000), *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua História*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

*Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505* (1988), edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa: Edições Inapa.

Pedrosa, Fernando Gomes (1998), *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Pinto, João Rocha (1992), *O Dispositivo Militar Naval no Estado da Índia no Primeiro Quartel do Século XVI: de 1498 a 1525*, Lisboa: Academia de Marinha.

Pinto, João Rocha (1988), "O Vento, o Ferro e a Muralha. A Construção do Império Asiático no Século XVI", in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 163-175.

Pires, Tomé (1978), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Rodrigues, Vítor Luís Gaspar (2002), "O Reforço do Poder Naval Português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas Implicações", in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 3, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 155-163.

Santos, Catarina Madeira (1999), "Goa é a chave de toda a Índia". *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Santos, João Marinho dos (2010), *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, vol. II, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage.

Santos, João Marinho dos (1998), *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Santos, João Marinho dos (1996), *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Silva, Joaquim Candeias (1996), *O Fundador do "Estado Português da Índia", D. Francisco de Almeida 1457(?) - 1510*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Subrahmanyam, Sanjay (d.l. 1995), *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Linda-a-Velha: Difel.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994), *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha: Difel.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1990), "L'Idée Impériale Manuéline", in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, publiés sous la direction de Jean Aubin, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 35-103.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1998), *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um Debate Político do Governo de D. João de Castro*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Witte, Charles-Martial de (1961), "Un Projet Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)", in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*, vol. V, I parte, Lisboa: 419-449.

## 2. ALMIRANTE ANTÓNIO CARLOS REBELO DUARTE



**ANTÓNIO CARLOS REBELO DUARTE**, Vice-almirante REF. Nasceu em 1946, alistando-se na Marinha (Escola Naval), em SET63.

Guarda-Marinha em JAN67.

Especializado em “Comunicações” (1968) e habilitado com outros cursos: “*International Defense Management Course*”, da Naval Post-graduate School”, Monterey, Califórnia, USA (1985), Cursos Navais de Guerra – Geral (1980) e Superior (1997/98) do ex-Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) e licenciatura em Economia pelo ISEG/UTL (1974).

Embarcou em várias unidades navais, incluindo a fragata “Álvares Cabral” em comissão em Angola e Moçambique (1969/71).

Exerceu o Comando da LFG “Argos” (Guiné/1974) e das corvetas “Honório Barreto” (1975) e “Jacinto Cândido” (1987).

Em terra, (1976/82) foi Professor de Economia na Escola Naval (EN) e de Estratégia e Coordenador da Respetiva Área de Ensino no ex-ISNG (1998-2000); Conselheiro Militar na Delegação de Portugal junto da OTAN (Delnato), Bruxelas (1989/92). Chefou as

Divisões de “Comunicações” e de “Pessoal e Organização” do Estado-Maior da Armada (1993-97).

Como Contra-almirante, comandou a EN (2000-02) e em Vice-almirante, dirigiu o ex-ISNG até à sua extinção em 2005. Presidiu à Comissão do Domínio Público Marítimo (2007-11).

Conferencista e Professor convidado, da UCP, respetivamente, desde 2004 e 2008.

Membro Correspondente e Académico de Número Português da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, respetivamente desde 2008 e 2014, e Membro Correspondente e Membro Efetivo da Academia de Marinha, desde 2009 e 2012.

Preside, desde 2009, à direção do Instituto D. João de Castro, fundado pelo Prof. Adriano Moreira e Padre Joaquim Aguiar.

Deixou definitivamente a efetividade de serviço, para transitar para a situação de Reforma, por limite de idade, em 03AGO2011.

[TEMA 2.1 “A CPLP, UMA COMUNIDADE À PROCURA DE UM CAMINHO”, ANTÓNIO C. REBELO DUARTE, V/ALM. REF António C. Rebelo Duarte \(ID.JC\), Instituto Dom João de Castro, Restelo, Lisboa](#)

### 1. INTRODUÇÃO

É verdade que Portugal integra hoje o espaço europeu, mas geográfica, histórica e culturalmente, o país não se esgota na Europa, virado que está para o Atlântico e com os pés no Mediterrâneo, também merecedor de inclusão histórica na nossa identidade estratégica.

Nessa medida, fará sentido a congeminação de um futuro que passe pela consolidação do poder funcional que lhe advém da condição de plataforma oceânica.

A Lusofonia encontra aí a raiz estratégica fundamental, justificando-se, pois, que seja tida em boa lucidez e relevância, num futuro português cujo horizonte e à semelhança do passado, é o MAR, enquanto espaço estratégico de interesse nacional permanente.

De facto, a manifestação mais expressiva de uma renovada estratégia nacional pode situar-se nesse duplo contexto – MAR e CPLP –, as tais duas janelas de liberdade e oportunidade, de que fala o nosso Prof. Adriano Moreira<sup>2</sup>, a recomendar uma avaliação mais atualizada sobre as articulações e coerência da relação triangular Portugal–Angola–Brasil, que se pretende privilegiada e inclusiva dos demais membros da Comunidade.

## 2. UMA IDEIA E UMA AMBIÇÃO

As relações entre os países lusófonos, historicamente foram o que foram. Portugal era o centro, o Brasil o primeiro a dizer adeus e as ex-colónias de África e Timor, independentes muito mais tarde e bastante diferenciadas entre si, vão fazendo o seu caminho, sem que hajam virado costas, e não era necessário, a Portugal.

Como diz o Prof. Adriano Moreira<sup>3</sup>, “... *todos os países membros da CPLP são países marítimos, um facto de união que se agrega aos factos estruturantes que são a língua, a história comum não recebida a benefício de inventário, isto é, sem omitir erros ou desatinos, mas suficientemente rica de emergências que têm a primeira expressão na independência, e o traço inapagável, que soma às especificidades culturais próprias, que é a maneira portuguesa de estar no mundo.*”

Mas também é verdade que o mundo evoluiu. Brasil e Angola serão os casos mais paradigmáticos. Os seus interesses económicos e políticos junto dos países parceiros lusófonos são evidentes, mas, cada vez mais, extravasam essa primeira geometria geopolítica.

Esta nova circunstância não apaga a ideia de uma CPLP como a mais importante herança, que chegou até hoje, do reluzente período da nossa história, semeando 244 milhões de falantes (só o Brasil tem 190 milhões) e 8 países dotados do português como idioma oficial, a língua que Pessoa identificou como a nossa pátria, espalhada, hoje, por 4 continentes.

Como é conhecido, a CPLP foi constituída em 1996, com 7 membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), a que se juntaria Timor-Leste, em 2002, e a Guiné Equatorial, precisamente na cimeira de Dili, em 2014.

Aparecido de Oliveira, o grande impulsionador e obreiro oficial da constituição da CPLP, se foi o seu pai, diz-se, com alguma graça, que o nosso Agostinho da Silva, muitos anos radicado em Brasília e responsável pelo desenvolvimento da sua universidade e respetiva biblioteca, bem pode ser lembrado como o avô do projeto.

Recorda-se que o primeiro passo para a criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em NOV1989, durante o primeiro encontro de chefes de Estado e de Governo de países de língua portuguesa, daí resultando a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), destinado à maior difusão desse idioma comum pelo mundo. A partir dessa primeira iniciativa, intensificaram-se os contactos entre os dirigentes, dando origem, sete anos depois, à atual comunidade, que tem, como dirigente, um Secretário-Geral, desde a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada a 20JUL2012, em Maputo, Murade Murargy<sup>4</sup>,

Não é demais sublinhar que nos bastidores da criação da CPLP esteve a vontade portuguesa de se reencontrar com os povos das antigas colónias, segundo um reinventado modelo de cooperação, plasmado num projeto consagrado no Centro Cultural de Belém pelos 7 fundadores.

<sup>2</sup> “Memórias Do Outono Ocidental: Um Século Sem Bússola”, Ed. Almedina, NOV2013 (pp..151-153);

<sup>3</sup> Conferência “O Interesse Português Na Bacia Do Atlântico”, No Instituto De Estudos Superiores Militares (IESM), Em 21FEV2013;

<sup>4</sup> Nascido a 10 de maio de 1946, é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em Portugal. Atual Embaixador de carreira diplomática da República de Moçambique;

Na sua agenda incluíram-se, desde logo, os temas da língua, da cultura, da cooperação técnico-científica, da formação, da segurança no âmbito vasto da Agenda para a Paz de Boutros Boutros-Ghali, sobretudo no setor do *peace-building*.

Portugal assumiu e partiu para esse projeto com esperança e entusiasmo, alimentados pelo facto de nos ligarem aos PALOP e Brasil um legado histórico, cultural, de afinidade e até de sangue, acreditando que estes países sentissem o recíproco sentimento de fraternidade, que a guerra colonial não havia destruído, oferecendo-lhes em troca uma vontade genuína de os entender e apoiar, por via de uma cooperação mutuamente vantajosa, potenciada pelo instrumento poderoso da língua comum, como “*fuel*” para a projeção de poder e influência do conjunto no Sistema Internacional (SI) e em espaços de renovado interesse geoestratégico para todos.

No entanto, cedo se sentiu que a vontade só por si e mesmo que apreciada do outro lado, não seria suficiente para mover moinhos. Era indispensável reunir capacidades e meios de financiamento, estes quase sempre insuficientes em relação aos níveis necessários para as ambições de desenvolvimento, nomeadamente no capítulo da defesa e difusão da língua, o principal ativo e esteio da organização multilateral, que não é só nosso, mas de todos.

Apesar dessas vicissitudes, a CPLP foi atraindo novos candidatos. Na Cimeira de Bissau em 2006, aceitou os seus 2 primeiros aderentes com o estatuto de associado<sup>5</sup>: Guiné Equatorial<sup>6</sup> e Ilhas Maurícias<sup>7</sup>. Na Cimeira de Lisboa, em 2008, foi a vez de o Senegal ver formalizada idêntica adesão.

---

<sup>5</sup> Além dos membros plenos e efetivos, há seis observadores associados: Geórgia, Japão, I. Maurícias, Namíbia, Senegal e Turquia (3 localizados no continente africano, 2 no asiático e 1 transcontinental entre os continentes asiático e europeu). Existem ainda “observadores consultivos” (ex: Academia Brasileira de Letras, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Agostinho Neto, etc.);

<sup>6</sup> Antiga colónia de Portugal, objeto, no século XVII, de um negócio com Espanha, tendo em troca Portugal recebido da Coroa espanhola um território na América do Sul que foi integrado no Brasil;

Na Cimeira de Dili, em 2014, aconteceu a entrada plena, como membro efetivo, da Guiné Equatorial, com toda a conhecida controvérsia e interrogação sobre o futuro da organização que essa elevação estatutária representou. Não será surpresa se se tiver de acrescentar novos lugares à mesa, já que no continente sul-americano, a CPLP é atraente aos olhos de todos os países que fazem fronteira com o Brasil<sup>8</sup>. Ucrânia e Roménia são dois outros candidatos, interessados pelos laços que estreitaram com Portugal através dos fluxos migratórios. Menos óbvio é, por ora, o interesse croata.

Os países fundadores da CPLP partilham “três plataformas estratégicas”: a referida língua portuguesa, os aspetos culturais dominantes (resultado da longa história comum) e o contacto com o mar (o Atlântico, na maioria dos casos). Esta foi, em linhas muito genéricas, a mola impulsora do projeto comumente partilhado, especialmente sentido nos primeiros anos da sua existência.

Isso não obsta a que se reconheça a CPLP como uma instituição ainda longe da consolidação. Fartar-lhe-á um projeto que subordine, de alguma forma, os interesses particulares dos Estados a uma estratégia que os supere, obviamente não alheada de um inevitável realismo geopolítico. Sem objetivos e estratégia política claros, nos quais estejam igualmente comprometidos os parceiros, todas as iniciativas se diluirão na retórica, subsumida naquilo que Alfredo Margarido<sup>9</sup> designou de novos mitos portugueses.

De qualquer modo, dois fatores continuarão centrais nas justificações da CPLP: a Língua e a História, assim como uma questão fulcral, ou seja, em que medida a iniciativa da CPLP

<sup>7</sup> Habitado por 2 comunidades – indiana e africana, originária de Moçambique – daí o interesse em participar na CPLP;

<sup>8</sup> Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Suriname, Peru, Uruguai e Venezuela, onde existe uma forte comunidade portuguesa;

<sup>9</sup> Na sua obra “*A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*”, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000;

corresponde, no plano intracomunitário, aos interesses dos seus membros? Quem ganha o quê e como? Nestas questões é preferível afastar a concepção romântica de uma “desinteressada” e singular “irmandade”, confinada a um espaço histórico e linguístico *sui generis*. Enquanto instrumento conceptual tal pretensão é uma falácia e, como meio de ação, pouco mais do que uma inutilidade.

A dificuldade será encontrar o interface entre interesses nacionais e comunitários, tanto mais que os da CPLP não poderão sobrepor-se aos interesses permanentes dos parceiros e, em muitos casos, aos que derivam da União Europeia - Países ACP, do Mercosul, da *Commonwealth* ou da própria UE. Aliás, o caso europeu é bem ilustrativo das dificuldades de convergência num acervo de interesses comuns que permita desbravar o processo de aprofundamento e integração.

Quanto às vantagens da existência da CPLP, cremos que elas decorrem menos do económico do que do conjunto, aliás impreciso, dos fatores socioculturais e linguísticos na medida em que estes facilitam diálogos cruzados com incidências em vários planos, incluindo o da economia. Só a economia não lhe proporcionará o oxigénio da continuidade, sendo imperioso um *projeto político* que lhe reforce a consistência, salvaguardando, ao mesmo tempo, uma multipolaridade de poderes e influências tendentes a rejeitar qualquer hegemonia ou pulsões identitárias, já que o surgimento de conflitos ideológicos está por ora afastado.

### **3. UMA CONSTRUÇÃO NA DIVERSIDADE DE VISÕES E INTERESSES**

Antes propriamente desse balanço desapassionado das atividades e realizações que se podem inventariar ao longo do caminho percorrido, poderá ter interesse pôr em evidência

aquilo que designaria como um certo “desfasamento”, entre o discurso oficial e a opinião informada.

No primeiro caso, socorro-me das palavras de Domingos Simões Pereira<sup>10</sup>, então Secretário Executivo da organização, pouco depois da sua posse:

*“... A CPLP é um pacto de amizade e solidariedade entre iguais. A sua atuação está a ganhar crescente visibilidade internacional e o seu reconhecimento tem-se verificado nas atividades desenvolvidas em inúmeras áreas setoriais. As demonstrações de interesse de alguns países e instituições em integrarem a CPLP comprovam a vitalidade de uma organização que comemorou 15 anos de existência no passado 17JUL2011 .....”.*

Depois de ler esta passagem, poucos seriam aqueles que colocariam reservas a um trajeto da CPLP bem-sucedido e de promissor futuro, em processo incontornável de afirmação, visibilidade e desenvolvimento. Mas será isso que verdadeiramente se descortina numa isenta leitura da realidade? Gostaria de avalizar a coincidência das duas visões, mas temo que a segunda seja menos entusiástica do que a da narrativa oficial, como procurarei ilustrar. Partilho, como muitos, a ideia de que a CPLP tem tido um desenvolvimento periclitante, em parte pelo curto empenhamento português, desinteresse brasileiro e, mais recentemente, angolano, bem como pelas fragilidades de toda a ordem, de que sofrem os antigos territórios portugueses, vítimas de vicissitudes várias do pós-descolonização.

A alegada “descompensação” tem-se manifestado de diversas formas e protagonismos.

Ainda no tempo do presidente Lula, o Brasil procurou relacionar-se, de maneira prática e eficaz, com o continente africano. Um influente jornal do país<sup>11</sup> radicava essa política no que

<sup>10</sup> Publicadas em “Revista Pontos de Vista”, de 13AGO11;

<sup>11</sup> Jornal “Globo”, de 22AGO2008;

chamou "*a dívida africana que Lula começou a pagar*". Cremos que esta parangona se inspirou, muito mais na crítica implícita do colonialismo português, do que na responsabilidade brasileira, que não detinha, pela importação de mão-de-obra escrava africana durante mais de 3 séculos.

O mesmo Brasil que se antecipou no apoio à internacionalização do português pela CPLP, em JUL2008, ao anunciar um plano para a criação de uma universidade da comunidade dos países de língua portuguesa, prometido pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante uma visita à Guiné-Bissau.

Também num seminário do IDN, realizado em NOV2010, o ministro da Defesa do brasileiro, Nelson Jobim, contestou a vantagem do estabelecimento de uma zona de paz e segurança para o Atlântico Sul, em articulação com o Norte e a NATO, como advogavam muitas das entidades presentes, nomeadamente o seu homólogo português, no sentido de dever constituir o esteio político/doutrinário da CPLP – onde o Brasil não se quer empenhar, vide um recente acordo que fez com a CEDEAO<sup>12</sup>. Fazer depender a importância da CPLP, no século XXI, e o ganho para Portugal que adviria, da consideração do Atlântico Sul como um "lago lusófono a partir do triângulo Brasil, Luanda, Lisboa", como o comprovam as duas anteriores referências, é mais um episódio de uma tradicional utopia que amiúde confunde o desejo com a realidade.

Ainda o mesmo Brasil que contou com a sua presidente Dilma numa visita a Lisboa, julgo que em 2013, ficando instalada no Hotel Ritz, sem sequer se dignar a uma deslocação protocolar de cumprimentos aos mais altos representantes do Estado português, no mesmo mandato em que ordenou a exclusão das universidades portuguesas no destino dos bolsiros brasileiros na sua formação pós-graduada.

Invoco também o caso, ainda no campo protocolar, dos responsáveis timorenses, na qualidade de anfitriões da Cimeira da CPLP, de 2014, em Dili, colocando os representantes nacionais, PR e Chefe do Governo, perante o facto consumado da entrada da Guiné Equatorial na organização, para já não falar do mal esclarecido caso de expulsão dos magistrados portugueses em funções no território, nesse mesmo ano, tudo isto por parte de um país que viu em Portugal e justamente, o grande defensor da sua independência nos *fora* internacionais. Faço notar, nessa cimeira, as ausências dos presidentes angolano e brasileiro, ambos, embora mais aquele do que este, adeptos daquela nova admissão.

Também destaco o caso da tripulação de um avião da companhia aérea portuguesa, a TAP, que se viu violentada no aeroporto de Bissau, num incidente que levou à suspensão dos nossos voos para aquele território, durante meses e só há pouco reatados.

Da parte de Angola, a declaração presidencial de suspensão, em 2013, da parceria estratégica com Portugal, tendo até o seu Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, afirmado<sup>13</sup>, que a cooperação com Portugal deixara de ser prioritária, em favor de países como a África do Sul, a China e o Brasil. Lembra-se também que foram as autoridades angolanas, as que criam mais restrições e dificuldades na passagem de vistos aos portugueses que têm vindo a procurar entrada e trabalho no jovem país.

Neste quadro, Cabo Verde merece uma referência pela positiva. É a ex-colónia com a relação mais próxima com Lisboa e a Europa. Um país que, talvez por menos marcas traumáticas no processo descolonizador, conseguiu compatibilizar a raiz africana da sua cultura e geopolítica, com uma vertente portuguesa e europeia da sua política externa, a que não será estranha a circunstância de ser esse o destino da maioria da sua numerosa comunidade de emigrantes.

<sup>12</sup> Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental;

<sup>13</sup> Em entrevista à Televisão Pública de Angola (TPA), em 23OUT2013;

Finalmente um reparo sobre o tão falado e criticado novo “Acordo Ortográfico” (AO). Temos a plena consciência de que a língua não é um património que nos pertença por inteiro e em exclusividade. Mas ela também é nossa e o processo que está na génese daquela iniciativa ortográfica tem sido contestado por pouca clareza e transparência nos seus objetivos e alcance. Uma coisa essa diligência representou, uma exceção ao caminho percorrido pela língua comum de outras comunidades, como o francês e o anglo-saxónico, que nunca precisaram, nem sequer colocaram em equação, alterações da sua forma habitual de escrita, para servirem as respetivas comunidades.

Não é nosso intuito reabrir, aqui e agora, esse contencioso e, a prová-lo, mencionamos outras visões e pontos de vista que advogam, como Eduardo Lourenço, a ideia de que “*Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam (...). Ninguém é seu proprietário*”<sup>14</sup>, corroborada pelo meu Mestre e amigo, Prof. Adriano Moreira, acrescentando que, apesar do valor da língua no PIB e como elemento de união entre os membros da CPLP, é importante que “*cada Estado entenda que a língua não é sua, que apenas também é sua...*”<sup>15</sup>.

Mas o sim ou o não ao novo AO, não esgota os problemas e desafios da língua. Preocupante é a dificuldade que o seu ensino e difusão enfrentam por todo o lado, agravada pela gravíssima situação económica da maioria dos tais milhões de falantes do português, dos seus altíssimos índices de iliteracia, do diminuto peso que a CPLP tem no plano internacional ou da sua escassa presença no universo da *Internet*.

Estas e outras preocupações, que desafiam o tal futuro da CPLP, constituem o principal objeto do próximo item.

#### **4. UM FUTURO COM INTERROGAÇÕES**

<sup>14</sup> Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 124;

<sup>15</sup> Moreira, Adriano, “*Uma Bandeira Marítima para a CPLP*”, Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27SET2011;

A ideia de Lusofonia continuará, salvo melhor opinião, a pecar pela falta de visão e pensamento comungados pelos membros, causando até algum incómodo àqueles que não se conseguem desprender da imagem que o termo contém em si de uma génese portuguesa de centralidade e origem lusa.

A confirmar este sentimento atente-se a clareza das palavras de Eduardo Lourenço: “*Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza (...) um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude lusíada*”<sup>16</sup>. E esta particularidade constituirá, talvez, a maior debilidade do seu elã constitutivo.

A Lusofonia terá de ser olhada com uma nova lente, que nos habilite a captar um espetro mais amplo da realidade, alargando o conceito de uma mera comunidade linguística, a um reino que se vai formando por espaços e povos, cuja importância estratégica resulta, mais do que da perspetiva de passado e, da realidade presente e futura, assente na criação de uma matriz lingüístico-cultural de dimensão plural e uma base comum que cimente, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação multiplicador do campo de ação de cada membro, sem condicionar ou subordinar cada um deles.

Concordamos com Eduardo Lourenço, quando refere que “*o passado também tem futuro*” e, nesta linha, a “Lusofonia” deverá ser vista como um projeto que se estende no eixo do tempo, com uma concretização no passado, realidade no presente e potencialidade para o futuro, não devendo, nem podendo, continuar amarrados ao tempo nostálgico do “*mundo português*”, a chamar-nos à razão de que o imaginário lusófono virou, definitivamente, o da pluralidade e diferença.

<sup>16</sup> Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, pp. 162/163;



Só assumindo essa diversidade, bem como as dissemelhanças culturais, históricas e simbólicas, poderemos continuar a dar algum sentido à existência e construção de uma verdadeira comunidade da Lusofonia<sup>17</sup>, como um reino imaginário de partilha, fraternidade e desenvolvimento, constituído por diversos países e comunidades de falantes do português. Só nesse espaço cultural, não apenas empírico, mas intrinsecamente plural definidos pelos novos imaginários, é que um qualquer sonho de comunidade e proximidade estará destinado a cumprir-se ou não.

Só com linhas de ação muito concretas, se conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que a Lusofonia apresenta no tempo corrente, nomeadamente no plano da concretização de iniciativas com valor económico e empresarial e da promoção da cooperação em diversos domínios, incluindo a ciência e investigação, as tecnologias, o ensino, a saúde e a segurança, a par da obtenção de um estatuto internacional de produtor de paz e estabilidade, reconhecido pela ONU e outras organizações internacionais de âmbito regional. Para este móbil político há que convocar a contribuição da “sociedade civil”, das comunidades académicas e dos cidadãos em geral, sob pena de poder degenerar num conceito vazio de sentido para a maioria das populações dos Estados membros.

Há também que reconhecer que a pertença à CPLP não garante, só por si, que exista unanimidade acerca do seu principal papel e uma conjugação completa de interesses e de políticas externas destes países. A Comunidade Lusófona tem que vencer dificuldades, incluindo as de cariz estrutural, resultantes, em larga medida, da pertença dos Estados-membros a outros espaços regionais com estratégias e interesses próprios e diferenciados. Explicitando: o Brasil não pode descartar o Mercosul, Moçambique não pode desvincular da “*Commonwealth*”, a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e até Cabo Verde, não

se alheiam da atração do espaço da “*Francofonia*”, atrações que Portugal também não pode ficar imune, como no caso da UE e da NATO.

Os tempos de hoje são outros. A globalização desgastou a imagem atrativa de Portugal, a Europa está em crise e afirmaram-se novas dinâmicas regionais. A trajetória dos países da CPLP é disso prova cabal. Procuram o seu lugar em novos equilíbrios regionais. Os interesses em jogo, muito guiados pela perspetiva económica, ultrapassam já a realidade de 1996 e introduzem uma dimensão económica nunca sonhada aquando da constituição da CPLP, pautada, então, pela sedutora linha de cooperação tradicional baseada no conhecimento mútuo forjado por laços históricos.

Mau grado esta prevalência do mundo económico a determinar o trajeto futuro, a CPLP não deverá deixar de se assumir como uma organização global, multissetorial, pluridisciplinar e global. E, ao fazer esta referência, lembramo-nos de outro elemento que nos liga: o Mar, um domínio no qual a CPLP poderia partilhar uma visão comum para o desenvolvimento sustentável das atividades marítimas, com impacto ambiental, social e económico.

Teremos de ser discernidos na valoração e avaliação que cada país dá à sua participação na Comunidade, devendo estimular-se a cooperação económica, social e técnico-científica, de modo a favorecer um melhor ambiente e receptividade para fomentar as convergências políticas. Razões haverá para subscrever a preocupação expressa pelo Prof. Adriano Moreira, ao declarar: “... *E por tudo isto justificadamente inquietos com a deriva em curso da CPLP. ...*”<sup>18</sup>.

## **5. CONCLUSÕES**

<sup>17</sup> Em 2005, numa reunião em Luanda, a CPLP decidiu o 05MAI para comemoração do Dia da Cultura Lusófona pelo mundo;

<sup>18</sup> “*A sociedade de geografia e o conceito estratégico nacional*”, conferência proferida na sessão de assinalamento dos 140 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 28JAN2015;

Passados 40 anos das independências das ex-colónias portuguesas em África, as realidades mudaram em todos os sentidos. Obviamente políticas, em crescente grau económicas e significativamente em termos de comportamentos, atitudes e valores, menos a ideia de que Portugal parece ser atualmente o membro da Comunidade, que mais importância dá à mesma, associando-lhe parte da sua identidade e estratégias particulares.

Para nós, é de interesse estratégico, económico e político, manter boas relações com as ex-colónias portuguesas? Claramente, sim. Ambos os lados podem ganhar? Podem. Mas há que definitivamente olhar para a África lusófona como uma componente do continente africano. Mais, ter a noção de que a África lusófona é heterogénea, no sentido em que são África(s), antes de mais, e lusófona(s) apenas depois, cada uma à sua maneira, uma faceta pouco lembrada porque mal esquecida.

Apesar dos seus exíguos recursos materiais e financeiros, Portugal tem todo o interesse em apoiar a cooperação política, económica, cultural e até de defesa, com os países lusófonos, assumindo assim uma posição de charneira e de destaque no relacionamento com a CPLP, bem como com os países africanos “não lusófonos” e ainda com as suas organizações regionais.

No momento do seu lançamento, imaginou-se que os motores da organização seriam o Brasil e Portugal. Hoje, a situação alterou-se, com as debilidades portuguesas a serem substituídas por uma Angola e, mesmo Moçambique, em crescente esforço de afirmação e consequente defesa dos seus interesses mais diretos. Até por isso, é tão importante a recuperação económica e a reposição da relevância política do nosso país, para que o Sul não chame a si o exclusivo das virtualidades que a CPLP ainda vai conservando.

## 6. NOTAS FINAIS

A CPLP, para vingar no mundo globalizado, tem de ser uma organização comprometida com objetivos comumente aceites.

A CPLP só vingará se conseguir uma estratégia com visão política global, dotada de instrumentos institucionais inovadores e meios orçamentais à altura, tudo o que lhe tem faltado até agora. Só assim conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que hoje a confrontam, nomeadamente o reforço da língua e a dinamização de parcerias e projetos a todos os níveis do ensino, investigação e cultura, pois só esta assegura a eternidade que o económico não garante.

Trabalhar para a promoção do desenvolvimento de cada um dos parceiros, admitindo e respeitando igualmente as opções de alianças e de estratégias de cada um dos membros, é o que se pode desejar e esperar da CPLP ...na simples e modesta opinião do autor e cidadão comum, que conheceu todos os países fundadores, por via da prestação de serviço militar ou em visita oficial.

## BIBLIOGRAFIA

Lourenço Eduardo (1999), *“A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia”*, Lisboa, Gradiva;

Margarido, Alfredo (2000), *“A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses”*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas;

Moreira, Adriano (2013), *“Memórias do outono Ocidental: um século sem bússola”*, Editora Almedina, NOV2013;

Moura, José Barata (2010), *“Portugal e a CPLP. (In)suficiência estratégica da língua”*, texto da conferência proferida no ID.JC, em OUT2010, publicado no seu Boletim “Roteiros”, Nova Série, 2010, N.º 4;

**3. ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO,  
CONSERVATÓRIO REGIONAL, PONTA DELGADA, AÇORES /AICL**



**BRAGANÇA 2010**

**ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964)** – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano.

Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade. Em 1989

realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart.



**BRAGANÇA 2009**

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando desde 2004 o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Ponta Delgada.

Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC.



COM A UDESC EM SANTA CATARINA 2010



COM A UDESC EM SANTA CATARINA 2010



COM A UDESC EM SANTA CATARINA 2010

Em 2011 acompanhou o 15º Colóquio a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas.



NO IPM (MACAU) 2011

No 16º colóquio atuou em dois recitais na Biblioteca de Vila do Porto com Raquel Machado – soprano - e Henrique Constância - violoncelo.



VILA DO PORTO 2011 STA M<sup>a</sup>

No 17º COLÓQUIO na Lagoa atuou com alunas de flauta e viola da terra do Conservatório de Ponta Delgada.



2012 LAGOA

No 18º colóquio (em Ourense na Galiza) estreou com Carolina Constância no violino, peças inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro (açoriano missionário em Macau).



**2012 GALIZA**

No 19º colóquio na Maia (S. Miguel, Açores) estreou mais peças do Padre Áureo e musicou dois poemas, um de Álamo Oliveira e outro de Chrys Chrystello, tendo atuado com Henrique Constância (violoncelo) e Helena Ferreira (soprano).

**ATUA DESDE 2008 NOS COLÓQUIOS, LIDERANDO AS PERFORMANCES MÚSICAIS EM BRAGANÇA 2008-2009, LAGOA 2008-2009, BRASIL (FLORIANÓPOLIS) 2010, BRAGANÇA 2010, MACAU 2011 E VILA DO PORTO 2011, LAGOA 2012, OURENSE – GALIZA 2012, MAIA 2013, SEIA 2013.**

**NÃO ESTEVE PRESENTE APENAS EM 2014.**



**2013 MAIA**

No 20º colóquio em Seia 2013 estreou mais peças musicadas de autores açorianos, tendo atuado com Henrique Constância (violoncelo), Carolina Constância (violino) e a soprano Raquel Machado. Presença habitual dos Colóquios da Lusofonia foi nomeada

Pianista Residente em 2010. Está atualmente a desenvolver um projeto AICL de musicar poemas de autores açorianos selecionados e a divulgar obras inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro.



2013 SEIA

Dará dois recitais (cancioneiro açoriano e poemas açorianos musicados).

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL /

É SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

4. **ANA RITA CARRILHO, DIRETORA DO CURSO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA - DEPARTAMENTO DE LETRAS, UBI,**



**ANA RITA CARRILHO** licenciou-se em Língua e Cultura Portuguesas (via ensino), pela Universidade da Beira Interior (2001), frequentou o mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, área de especialização em Metodologia do Ensino do Português (LE/L2), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2006) e obteve o grau de Doutora em Letras, pela Universidade da Beira Interior (2015).

Nesta mesma universidade, é docente do Departamento de Letras, onde é diretora do Curso de Português Língua Estrangeira.

Tem experiência de lecionação de Português como Língua Segunda, desde 2002, e de Português como Língua Estrangeira, tendo lecionado cursos intensivos na Universidade Técnica de Białystok (Polónia).

A investigação que desenvolve centra-se na área da Linguística Aplicada ao ensino do Português como Língua não Materna.

Tema 2.5. O ensino da língua portuguesa na Europa: Portugal e Polónia.”

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

No contexto de ensino de língua com centragem no aprendente, voltado para as necessidades deste último, a presente comunicação pretende contribuir para um melhor entendimento sobre o processo de aprendizagem estratégica da língua portuguesa em dois contextos distintos: como língua estrangeira (LE) e como língua segunda (L2).

Parte-se do constructo de *estratégia de aprendizagem* e reflete-se sobre o seu ensino explícito, visando otimizar a aprendizagem da língua na expectativa de contribuir para que os aprendentes se tornem mais autónomos, responsáveis e bem-sucedidos. Propõe-se que estratégias de ensino e de aprendizagem sejam conjugadas no espaço da sala de aula, proporcionando condições para que os aprendentes desenvolvam, por si próprios, um comportamento estratégico e que reconheçam nelas o seu poder enquanto mecanismos de autorregulação, capazes de facilitar a compreensão, o armazenamento e a recuperação de toda a informação alvo de aprendizagem.

Na presente comunicação traz-se à colação um estudo realizado nos contextos de aprendizagem de Português Língua Estrangeira (LE) e Língua Segunda (L2), ambos ao nível de iniciação, no qual se pretendia verificar se o ensino explícito de estratégias era bem recebido pelos aprendentes e em que medida esta ação contribuiu para o desenvolvimento de uma aprendizagem estratégica da língua.

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

5. **ANTIA CORTIÇAS LEIRA, Escola de Idiomas de Ferrol (EOI\_Ferrol) GALIZA**



**ANTIA CORTIÇAS LEIRA** É Licenciada e com a tese de mestrado em Filologia Portuguesa pela Universidade de Santiago de Compostela.

Atualmente é Professora de língua portuguesa na Escola de Idiomas de Ferrol.

TEMA 2.1 CONTRIBUTOS PARA O ENSINO, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DO PORTUGUÊS NA GALIZA, DPG – Associação de Docentes de Português na Galiza, Antia Cortiças Leira - EOI – Escola Oficial de Idiomas de Ferrol, Galiza e Xurxo Fernández Carvalhido - Centro de Línguas Modernas Universidade de Santiago de Compostela, Galiza.

RESUMO

O ensino do português na Galiza está cheio de idiossincrasias, vantagens e, sobretudo, inúmeros desafios. Veremos um pouco pelo miúdo estas questões através dos olhos da experiência poderá abrir-nos novas portas para novas formulações, debates e resoluções.



Uma das primeiras questões a colocar seria a de qual a etiqueta e, conseqüentemente, qual a focagem e metodologia que devemos dar a esse ensino na Galiza: língua materna, língua estrangeira, língua segunda, língua de herança, língua?

Por conseguinte, qual deveria ser a melhor focagem didático-metodológica a darmos às nossas aulas?

Num plano mais concreto poderemos exemplificar brevemente isto com elementos tirados da experiência; colocando quais as principais facilidades e dificuldades com que nos deparamos no nosso dia a dia docente. E, ainda, estimar quais os conteúdos mais relevantes na hora de obtermos uma aprendizagem significativa? Quais os empecilhos e os elementos favoráveis na hora de avaliar?

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino do Português, destrezas, critérios de avaliação, Galiza, didática.



## **1. INTRODUÇÃO**

Esta pequena reflexão e comunicação, sem maior ânimo que levantar algumas questões e convidar para a reflexão, veio um pouco à tona de um recente acontecimento político e social da Galiza como foi a aprovação da LEI 1/2014, do 24 de marzo, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonia; publicada no DOG de terça-feira 8 de abril de 2014 e posteriormente no BOE de 26 de maio do passado ano 2014: Ley 1/2014, de 24 de marzo, para el aprovechamiento de la lengua portuguesa y vínculos con la lusofonia. Como docentes de português, como indivíduos galegosfalantes numa sociedade com um grave problema de diglossia e de retrocesso no uso habitual e maioritário da sua suposta língua natural (galego) e como membros ativos da DPG quase desde o seu nascimento consideramos que seria de um grande interesse apresentarmos aqui algumas reflexões que a partir deste facto histórico se nos podem colocar. Além de mais quando a lei provém da sociedade, surge de uma ILP - Iniciativa Legislativa Popular avalada por mais de 17.000 assinaturas de pessoas galegas que decidiram dar o seu apoio à solicitude que finalmente foi aprovada por unanimidade pelos grupos parlamentares.

Uma nova porta poderia vir a ser aberta a partir desse momento, sobretudo no que aqui nos ocupa e diz mais respeito, no ensino do português na Galiza. Até ao momento, o ensino do português na Galiza tinha indo aumentando ligeira e lentamente na Galiza, mas sem ter tido muita promoção nem atenção por parte das administrações, dos agentes políticos e estruturais, assim como das diferentes instituições do ensino. O que se nos coloca como uma das grandes falhas e contradições porquanto constituirmos, a

Galiza e o norte de Portugal, uma Euroregião desde 2008<sup>19</sup>, sendo esta habitualmente considerada como uma das mais ativas, coesas e com fortes relações de entre as ligações transfronteiriças e inter-regionais que tem vindo a estabelecer e constituir a UE como elementos de organização supraestatais e como uma das suas políticas regionais fundamentais.

Parece então que talvez com esta nova situação se poderá vir a resolver um dos furos mais graves existentes nessa suposta maquinaria da integração e da cooperação regional promovida pela UE, nomeadamente ao que a relações e conhecimento mútuo se refere, o que nos parece, por outro lado, um dos elementos basilares para as restantes inter-relações preteridas e tão duramente perseguidas (económicas, de desenvolvimento e organização estrutural, etc.).

## 2. A ETIQUETA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

Na atualidade o ensino de português como língua estrangeira tem vindo a se desenvolver e consolidar muito assim como tem sido objeto de análises e definições constantes. Neste sentido queremos colocar aqui uma reflexão sobre como se poderia considerar exatamente o ensino do português na Galiza de entre as muitas etiquetas existentes. Para isso começemos por saber em que terreno nos estamos a mexer:

«Parte I, Disposições Gerais, Artigo 1.º – Definições<sup>20</sup>:

a) A expressão “línguas regionais ou minoritárias” designa as línguas que são:

i) Utilizadas tradicionalmente no território de um Estado pelos cidadãos desse Estado que constituem um grupo numericamente inferior ao resto da população do Estado; e

ii) diferente(s) da(s) língua(s) oficiais desse Estado; (...)

c) A expressão “línguas desprovidas de território” designa as línguas utilizadas pelos cidadãos do Estado que são diferente(s) da(s) língua(s) utilizadas pelo resto da população do Estado, mas, ainda que tradicionalmente utilizadas no território do Estado, não podem ser identificadas com uma área específica deste. (...)

Parte I, Disposições Gerais, Artigo 2.º – Compromissos

1. Cada Parte compromete-se a aplicar as disposições da Parte II a todas as línguas regionais ou minoritárias faladas no seu território, que correspondem às definições do artigo 1.º.» (Conselho de Europa, 1992:3)

Com estas afirmações, a consideração científica que os principais linguistas lhe têm dado à faixa galego-portuguesa do oeste peninsular<sup>21</sup>, ou a própria perceção dos utentes da língua que segundo Juncal Sampedro (2012:109):

«É curioso verificar que, sendo historicamente regiões pertencentes a dois Estados diferentes, muitas vezes rivais, a população de ambas as regiões considera em larga escala que a língua, a cultura e a história são fatores de união. Embora a um nível inferior, as infraestruturas de transporte são também vistas como fatores de união. O fator “política” é o menos visto como fator de união, sendo mesmo percecionado pelos galegos de forma mais vincada como barreira do que elemento de união.»

19 Para uma ideia de como foi o processo da criação da Euroregião pode ser consultado Juncal Sampedro, Lois Manoel (2012): *Para compreender a Euroregião Galiza – Norte de Portugal - Volume I, Trabalho de projecto de investigação no âmbito do Mestrado em Economia Local da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21426/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lois%20Juncal%20Sampedro%20Para%20compreender%20a%20Euroregi.pdf> em março 2015.*

20 Conselho Europeu (1992) *Carta Europeia das línguas regionais ou minoritárias, Estrasburgo: Conselho da Europa. Disponível em [http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter\\_pt.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter_pt.pdf)*

21 Veja-se Lindley Cintra, Luís (1971) “Nova proposta de classificação dos dialectos galego - portugueses” em *Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116. Também disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf> em março 2015.*

E ainda, com as definições que se recolhem na *Carta Europeia das línguas regionais ou minorizadas*, apresenta-se-nos um problema (por não entrarmos já nos velhos discursos dos chamados de “conflito ortográfico” ou “guerra de grafias”, que se saldaram com a publicação da Lei da Normalización Lingüística (1983)<sup>22</sup> pelo recém criado, na altura, Parlamento Autonómico Galego). Já que, na teoria, o *galego*<sup>23</sup> se nos apresenta como uma 'língua minorizada'; por outro lado estamos inseridos num contínuo linguístico-cultural sobejamente reconhecido a nível de consideração cultural e organização político-administrativa europeia, e, até há bem pouco (1990), os estudos universitários que conduziam a obter o grau para lecionar galego eram denominados de “filologia galego-portuguesa”. Contudo, hoje em dia a língua portuguesa tem apenas a consideração “oficial” de 'língua ambiental' na Galiza (o que permite tirar um C1 em 4 anos de estudos oficiais e regradados fronte a outras línguas que precisam de 7).

Manifestamente poderíamos escolher qualquer uma delas, a língua portuguesa na Galiza poderia ter muitos 'nomes' ou 'etiquetas', sobretudo agora que as políticas, consideração e desenvolvimento de políticas de ensino-aprendizagem de PLE – Português Língua Estrangeira, e não só, têm avançado tanto.

Entre outras, as eventuais classificações que poderiam surgir como mais comuns no ensino do português são as seguintes:

- Língua materna: aquela que aprendemos de uma maneira mais natural e espontânea; a língua de uma pessoa ou povo de *per se*.
- Língua estrangeira: desde que demos atenção para a atual delimitação geográfica e de estabelecimento de fronteiras, a língua portuguesa pode também ser considerada uma língua estrangeira próxima mas como outra qualquer, como o francês.

- 2.<sup>a</sup> Língua estrangeira: A mesma ideia mas no atual panorama de riqueza linguística exigida poderia ser a segunda língua atrás de uma outra preferente como o inglês por exemplo.
- Língua de herança: aqui estaríamos a falar de uma língua que de alguma maneira nos diz respeito, atualmente é a etiqueta usada para aquelas comunidades portuguesas na emigração e já de segundas ou terceiras gerações que não vivem em território de desenvolvimento natural da língua portuguesa.
- Língua de comunicação internacional: simplesmente isso, colocar-se no panorama mundial como uma língua de comunicação à semelhança do inglês.
- Língua portuguesa num ensino bilingue e/ou plurilingue: Neste caso entramos em novos paradigmas de ensino de línguas que têm vindo a proliferar nos últimos anos de uma maneira mais sistemática do que antes apenas era uma opção e educação muito restrita a uma classe social alta. O inglês tem ocupado fundamentalmente esta tipologia de ensino mas desde há uns anos para aqui novas alternativas se apresentam como opções válidas, e uma delas seria a língua portuguesa usada como língua de ensino de todo o tipo de matérias.
- Língua portuguesa como língua ambiental, de contacto ou em espaços de fronteira: aqui também encaixaria a possível etiqueta a darmos ao ensino de português no nosso território, de facto nas zonas mais fronteiriças já assim se tem tratado e colocado e, como dissemos anteriormente, também é este o tratamento que recebe na atualidade a língua portuguesa nas Escolas Oficiais de Idiomas (principais estabelecimentos de ensino do português na atualidade); onde uma pessoa poderá alcançar um nível B2 do QECR em apenas 4 anos

22 Lei 3/1983, do 15 de xuño de Normalización Lingüística, publicada no DOG n.º 84, de 14 de xullo de 1983.

23 Entenda-se e considere-se que por galego referir-nos-emos sempre neste texto à variedade da língua desenvolvida e representada com a norma ortográfica oficial ILG-RAG pertencente na

atualidade à Comunidade Autónoma da Galiza, na Espanha; por português ou língua portuguesa referimo-nos à ortografia estabelecida pelo AO de 1990 vigente e oficial em Portugal e nos países de fala portuguesa que assim o ratificaram e assumiram.

face aos 6 anos normativos e regulares da maior parte das línguas consideradas estrangeiras (alemão, inglês, francês e até italiano).

- Uma nova etiqueta para a língua?: aqui é aonde queremos chegar, pois como estamos a ver a língua portuguesa na Galiza pode ser uma coisa coisa, duas ou todas à vez segundo a perspetiva com a qual olhemos, nos coloquemos ou segundo o elemento ou vertente que tenhamos como prioritário. Desde a DPG temo-nos defrontado nos últimos anos (materializando-se nos nossos Encontros Internacionais de Didática do Português, que já lá vão na sua VI edição) sobre questões didáticas e de qual a melhor pedagogia a usarmos numa aulas abordadas desde a atual metodologia comunicativa que prescreve o QECR para o ensino de línguas<sup>24</sup>.

Na Galiza, que é o que nos ocupa, temos que a língua portuguesa se estuda hoje maioritariamente como uma 'língua estrangeira' maioritariamente nas Escolas de Línguas, embora com a particularidade de ser considerada também 'língua ambiental'. Também aparece de maneira irregular e descontínua, sem uma legislação que a regule<sup>25</sup>, até ao momento, como 'segunda língua estrangeira' a nível optativo nalguns estabelecimentos de ensino secundário. E, como 'língua de transmissão num ensino bilingue e/ou plurilingue' avalados, na teoria, pela *Orde do 12 de maio de 2011 pola que se regulan as seccións bilingües en centros sostidos con fondos públicos de ensino non universitario*, e pelo *Decreto 79/2010, do 20 de maio, para o plurilingüismo no ensino non universitario de Galicia* (neste caso encontram-se alguns, um par, centros de formação profissional basicamente). Junto a isto também surge, num número muito limitado de estabelecimentos, como 'língua de fronteira ou ambiental', implementado nalguns estabelecimentos de ensino básico localizados próximos da fronteira galego-

portuguesa e, neste caso, dependentes do Camões – Instituto da Língua e da Cooperação de Portugal (e mais concretamente da sua coordenação em Madrid: EPE – Espanha/Andorra: Coordenação do ensino do português Espanha e Andorra<sup>26</sup>). Portanto como podemos comprovar o ensino da língua portuguesa é de *per se* uma questão complexa e não-consensual nem uniformizada na Galiza.

O panorama abre-se agora para a possibilidade de estabelecermos legislação que realmente regularize, diversifique e dê a atenção merecida a esta questão esquecida de longa data no nosso território.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DIDÁTICO METODOLÓGICAS PARA UM MAIOR SUCESSO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS NA GALIZA

#### 3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O cerne desta nossa intervenção é aqui que começa, nos elementos mais estritamente didático pedagógicos que se nos apresentam quando estamos na realidade extralinguística a pôr em prática e a avaliar o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na Galiza. Por isso queremos aqui apontar para algumas questões que poderão vir a ser consideradas para obterem, eventualmente, um maior sucesso.

Antes de nos debruçarmos pelas questões mais concretas a considerar neste âmbito, queremos ainda alertar para a evidente questão de que neste processo de ensino-aprendizagem de uma língua entram em confluência inúmeros fatores, que, por sua vez, poderão condicionar, e condicionam, e implicar diferentes métodos e focagens, assim como objetivos e resultados a alcançarmos.

24 Para uma aprofundação desta questão ver o texto para este mesmo congresso apresentado pelo colega Xurxo Fernández Carballido (2015) *Presente e futuro do ensino do português na Galiza*.

25 Desde a Comissão Promotora da ILP Iniciativa Legislativa Popular Valentim paz Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia (2013) foi elaborado um documento que coloca uma proposta de desenvolvimento da lei finalmente aprovada 'LEI 1/2014, do

24 de marzo, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonía', desenvolvido em 2013: 'PARECER sobre o desenvolvimento da Lei Paz-Andrade', que pode ser consultado aqui: [http://portugaliza.net/tvsptnagaliza/docs/291013\\_parecer\\_ilp.pdf](http://portugaliza.net/tvsptnagaliza/docs/291013_parecer_ilp.pdf) em março 2015.

26 Mais informação sobre esta coordenação em <http://epeespanha.blogspot.com.es/> em março 2015.

Num primeiro nível mais abstrato consideramos que podemos articular estes elementos que poderão condicionar e influir o processo de ensino-aprendizagem nas 3 seguintes áreas iniciais (que poderão depois conter ou subdividir-se em outros âmbitos mais concretos), e estabelecidas por uma certa ordem de prioridade segundo o nosso critério:

1. Objetivo a alcançar ou principal razão pela qual se quer obter um conhecimento mais apurado e profundo da língua alvo de estudo, neste caso a língua portuguesa.
2. Contexto sociolinguístico e territorial particular em que se dá esse particular processo de ensino-aprendizagem.
3. Metodologia e didáticas privilegiadas e que se apresentam como mais úteis e mais usadas na posta em prática diária nas aulas desse processo de ensino-aprendizagem.

Dentro de cada um desses campos a considerar para poder analisar, avaliar e melhor estabelecer o mais efetivo processo de ensino-aprendizagem de uma língua podemos destacar, para o caso concreto que nos ocupa de ensino da língua portuguesa na Galiza, alguns elementos e fatores como os seguintes (alguns comuns a qualquer outro ensino-aprendizagem e, mais particularmente, a qualquer outro ensino-aprendizagem de línguas, e outros mais específicos da nossa própria realidade):

- Conhecimentos prévios e capacidade comunicativa real (e por destrezas) por parte dos discentes, tanto da sua própria língua (neste caso na teoria do galego e do castelhano) como de outras línguas que possa conhecer ou ter estudado.
- Capacidade do próprio discente para a aprendizagem de línguas em todas as suas vertentes (de estrutura linguística propriamente, de capacidade discursiva, de capacidade criativa, de uso de recursos e de inovação, da capacidade de expressão de ritmos e tonicidades, etc.).
- Exposição dos discentes à língua alvo de estudo na sua variedade mais padronizada e possibilidade de existência e usufruto de contextos de imersão linguística.

- Conhecimentos e desenvolvimento da competência sociocultural da(s) diferente(s) realidade(s) onde eventualmente é língua natural a língua alvo de estudo-aprendizagem.
- Capacidade de desenvolver a capacidade de imitação, reformulação, teatralização e/ou dramatização assim como de improvisação e inovação (no sentido de fazer uso da própria criatividade a diferentes níveis), dado que um ato natural de fala costuma ser na maior parte dos casos improvisado.
- Presença e desenvolvimento de certa consciência linguística, entendida esta como o respeito e valor à diversidade das diferentes línguas e as suas culturas e 'maneiras de ver a vida' que estas depreendem.
- Aprendizagem como processo, ser cientes da característica inerente de uma língua de se colocar numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.
- Focagem orientada para a ação, aprender uma língua não faria muito sentido se ficarmos só pelo conhecimento passivo da mesma pois é o uso da mesma a que faz com que viva como língua natural e de comunicação.

### **3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA:**

No exercício real do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na Galiza colocam-se-nos certas questões, por todas as pessoas mais ou menos conhecidas e intuídas, que já vimos deixando entrever ao longo do presente texto e que têm a ver, entre outros, com:

- Qual o objetivo principal que queremos alcançar? Máxima proficiência comunicativa, máximo conhecimento linguístico, máxima correção e pureza linguística, etc.?
- Qual o nível de exigência que deverá ser aplicado segundo a consideração (etiqueta) que estabeleçamos para esse ensino da língua portuguesa na Galiza?

- Quais devem ser os 'mínimos' a considerarmos no processo de avaliação para um discente ser considerado proficiente e/ou apto?
- Qual deverá ser o modelo oral de língua mostrado como modelos e exigido aos discentes para a sua realização?

#### 4. A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

##### 4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Nos diferentes sistemas educativos a avaliação representa o núcleo do processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. Mesmo quando o ensino não seja formal ou regrado a avaliação é consubstancial ao processo de aprendizagem. Aprendemos um conceito, uma regra, um som que alguém nos ensinou e avaliamos, ou alguém avalia, se tivemos sucesso na aprendizagem e qual é o nível do êxito.

Perante esta visão natural da avaliação existe o pânico, especialmente entre os formandos, mas também entre os docentes, às classificações, às frequências, aos testes, aos exames, especialmente aos nervos incontornáveis das provas orais, mesmo em pessoas com alta formação e ampla experiência vital.

Por outro lado, a relação do processo de ensino / aprendizagem e a avaliação tem evoluído nos últimos tempos, a avaliação reduzida a uma classificação não deveria ser um objetivo *per se*, embora resista a sua filosofia de maneira muito mais forte do que muitos docentes desejaríamos. Nos últimos tempos o conceito de avaliação contínua, de disponibilizar vários repertórios para a consolidação de uma avaliação complementar e não apenas numérica tem vingado no âmbito educativo.

«Cuando pensamos en la evaluación escolar, es decir, en la evaluación del aprendizaje, el interés estriba en medir, de alguna forma, si se poseen los conocimientos esperados según los objetivos propuestos por el profesor, por la institución, por el curso o por el nivel a que se refiera. Los propósitos últimos pueden ser diversificados: aprobar o

suspender el estudiante, obtener información sobre los progresos alcanzados, recoger información sobre la adecuación o no de los métodos de enseñanza y aprendizaje adoptados, entre otros.» (Eres Fernández & Rádis Baptista, 2010: 7)

No entanto, com a introdução de novos tipos de aprendizagem, especialmente à distância via internet, a acreditação de conhecimentos linguísticos mediante a realização de exames internacionais – no caso da língua portuguesa, Caple e Celpe-Bras, principalmente –, a avaliação tornou-se um elemento central, quando não único, para estabelecer a aptidão e a proficiência desses formandos. E no caso da Galiza também, onde ao colocar-se a língua portuguesa principalmente como uma 'língua estrangeira' está a ser avaliada mais com provas unificadas seguindo os níveis do QECR do que como 'língua própria'. Isto provoca a existência de um desajuste entre a prática diária docente (onde muitas coisas são ensinadas e vistas como se fossem aulas de galego e/ou castelhano, por ser uma 'língua ambiental') frente à avaliação que é realizada seguindo parâmetros de qualquer uma outra 'língua estrangeira'. Isto provoca certa frustração e desconforto entre discentes e também entre docentes, assim como dificulta o processo de ensino-aprendizagem por não termos bem delimitado o campo de atuação em relação ao método e didática de ensino e os níveis de exigência posteriores.

Também, no Estado espanhol existe o conceito dos “alunos livres”, um tipo de estudante adulto, a partir dos dezasseis anos, que se candidatam aos exames oficiais das Escolas Oficiais de Idiomas (EOI) para tirar os certificados de línguas, com a mesma validade que os alunos que frequentam os cursos presenciais da instituição. Neste tipo de avaliação, ao docente não ter critérios avaliativos típicos de uma avaliação contínua, reduz toda a valorização de todas as competências ao processo dos diferentes testes e a uma prova oral.

Um fenómeno semelhante é a Prova de Competência Linguística (PCL), estabelecida, por exemplo, pela Universidade de Santiago de Compostela, ao abrigo do Processo de

Bolonha, pelo qual todos os universitários compostelanos devem acreditar para se licenciarem o nível B1 numa língua estrangeira, uma exigência que se vai alargar a todo o sistema universitário galego e espanhol.

Esta obrigação académica faz com que o interesse pela língua portuguesa tenha aumentado nos últimos tempos, porque à tradicional problemática da aprendizagem do inglês, os estudantes encontram uma alternativa na facilidade<sup>27</sup> que para os galegófonos e, em muita menor medida, para hispanófonos representa a língua portuguesa.

Fazer prova do nível B1 em língua portuguesa, ou qualquer outra língua, com uma prova escrita, uma audição e uma prova oral resulta muito interessante quando comparado com o curso presencial ao longo de muitos meses. É por isso mesmo que a avaliação passa a ter uma importância fulcral nestas novas tendências académicas.

#### 4.2 DISFUNÇÕES NA AVALIAÇÃO COMUNICATIVA NO CASO DA GALIZA

Atualmente a avaliação em línguas estrangeiras é orientada pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR) e pelos descritores de avaliação, segundo a competência e o nível. Com o QECR, avaliadores e docentes temos uma responsabilidade muito elevada ao se estabelecerem validações entre níveis de diferentes provas, que demostrem homogeneidade e harmonia entre diferentes línguas, níveis e países.

E, também, entre certificados e avaliações do mesmo nível de língua a falantes de realidades sociolinguísticas diferentes. Por isso, o mesmo sistema de avaliação, com provas idênticas a aprendentes diferentes pode resultar perturbador e disfarçar dificuldades específicas de cada um dos falantes.

Perante esta realidade, apresentamos como matéria para o debate a ideia de se os critérios de avaliação e a forma de avaliar deve ser a mesma, para um galego, castelhano, francês ou norueguês, por exemplo, embora os objetivos da avaliação do nível sejam os mesmos. Pois pode ocorrer que algum dos formandos possa ser penalizado por considerações interpretativas do que cada uma dessas pessoas avaliadas deveria conhecer e relativizá-las segundo o esforço feito para alcançar esse nível.

Por outro lado, na questão que aqui centra o artigo, a avaliação da expressão oral, sempre vai haver alguma margem para o docente, embora seja mínima, sobretudo diferenciando alunos que frequentaram os cursos e os denominados “alunos livres”, porque o docente pode ter em consideração muitos mais critérios para além de uma prova de 20 minutos, onde podem entrar fatores, como os nervos, um mau dia, um tema de que não se goste, etc., que provoquem uma distorção na avaliação do formando.

Revisitando o conceito coseriano do falante como linguista, também o formando tem os seus próprios critérios de avaliação, especialmente quando é adulto e, sobretudo, quando as línguas são muito próximas, porque ninguém que estude chinês tem uma ideia formada sobre o que é falar chinês, mas sim existe essa ideia quando um galego, espanhol, catalão, italiano, etc. fala português.

As línguas, como fenómeno social, também são avaliadas segundo critérios socioculturais. A língua portuguesa, por ser tão próxima linguística, social e geograficamente é assinalada como uma língua fácil, que ninguém deveria ter problemas para comunicar e, assim, ninguém deveria reprovar. Esta análise social sobre a utilidade e validade das línguas faz com que algumas vezes se possa chegar à

---

27 Existe um forte e interessante debate sobre a (falsa) facilidade na aprendizagem do português de formandos que falam ou dominam espanhol e as implicações que isto tem no processo no ensino e aprendizagem. A este respeito ver alguma bibliografia de referência: ALMEIDA FILHO

(1995), ALONSO REY (2005), FERREIRA (1995), (1997), GAVILANES (1996). Porém, acho que ainda está por analisar de maneira rigorosa quais são as implicações que no sistema, nos critérios e nos modelos de avaliação tem a questão da facilidade em sistemas linguísticos tão próximos.

situação de argumentar que o estudo do português não é preciso no contexto ibérico porque não é necessário. A falaz, mas persistente ideia, de que não faz falta estudar português, porque conseguimos comunicar. Mas neste artigo não podemos calcorrear os caminhos enlameados do conceito de comunicação interlinguística<sup>28</sup>.

Assim, os critérios avaliativos do docente, do aluno e culturais da expressão oral em língua portuguesa provocam que existam numerosos choques nas classificações, sobretudo quando o formando é reprovado, porque individualmente é estabelecida uma relação direta entre comunicar e capacidade linguística, e porque socialmente a língua portuguesa não é considerada uma língua que possa apresentar problemas de maior para um galegófono ou hispanófono.

É evidente que todas estas situações não se apresentam a preto e branco, mas num amplo leque de situações. Ora bem, é um facto visível e contável através de queixas, comentários ou sensações sobre as provas avaliativas da expressão oral em língua portuguesa. Situações diferentes às vividas noutras línguas, mesmo estudando mais anos como o inglês ou com maior distância linguística como, por exemplo, alemão.

Em qualquer dos casos, deve-se dar alguma naturalidade a esta realidade. Quanta maior proximidade linguística, o aluno vai ter mais ferramentas interpretativas do seu trabalho, embora possam estar muito aquém das exigências e dos critérios do docente.

Por outro lado, segundo o QECR (2001, 241), a avaliação baseia-se na validade, na fiabilidade e na exequibilidade, por isso é preciso sistematizar os descritores da expressão oral e, no caso das línguas próximas, ligá-los a questões como a pronúncia, para além da capacidade comunicativa.

Neste artigo defende-se a ideia de que o grande desfasamento avaliativo na expressão oral vem determinado pela própria capacidade comunicativa do formando, que é capaz

de exprimir qualquer ideia de uma maneira naturalizada, mesmo perdendo a noção de que está a tentar aprender uma outra língua.

Ou seja, perante uma situação comunicativa X, o falante galegófono ou hispanófono não vai ter problemas de transmissão e com quase absoluta probabilidade vai ter sucesso nos objetivos comunicativos. Isto não acontece em línguas de maior distância, onde a simples comunicação vai estar sobre qualquer outra característica.

É habitual ouvir formandos comentar, sobretudo quando a classificação na produção oral fica aquém do aguardado, sentenças do tipo: “Eu nunca tive problemas de comunicação em Portugal”; “Estive a fazer um estágio no Porto”; “Minha mãe é brasileira”; “Oriente projetos e teses na Universidade do Minho”; “Trabalhei num hospital em Lisboa”; “O meu namorado é português”; “Estive de férias na Madeira e disseram-me que falava muito bem português”, etc.

É improvável que um galego a estudar inglês, alemão ou sueco desse os mesmos argumentos perante um reprovado na competência oral. Por outro lado, em conversas informais com colegas de italiano – italiano *facile e divertente*, no imaginário popular – ou catalão – qualquer um pode falar catalão na intimidade –, fazem reflexões similares, pelo que a chave está na sensação que o utente tem de comunicar com facilidade.

Ora bem, também podemos correr o risco do efeito pêndulo e que se passe a reparar mais nas diferenças do que nas afinidades, o que pode levar à paralisia, à insegurança e à falta de interesse por avançar no conhecimento e na apropriação da língua, que é um dos objetivos do professor de línguas, de qualquer língua.

Repare-se que todas estas circunstâncias podem colocar o docente em situações muito embaraçosas, pois são argumentos onde se prima a comunicação sobre outros aspetos

---

28 Sobre o debate da utilidade ou inutilidade de estudar português para galegos leia-se (FERNÁNDEZ CARBALLIDO: 2011)



linguísticos, e a comunicação é o objetivo principal, afortunadamente, nas novas orientações pedagógicas e didáticas das línguas estrangeiras.

«O exame está fundamentado nos seguintes pressupostos:

A competência do candidato é verificada por meio da realização, em português, de tarefas relacionadas à comunicação no dia-a-dia. Por exemplo, uma resposta a uma carta, o preenchimento de um formulário, a compreensão de um artigo de jornal ou de um programa de televisão;

Não se busca aferir conhecimentos sobre a língua, como é o caso de exames tradicionais que formulam questões sobre morfologia e sintaxe, porém, sim, a capacidade de uso dessa língua, já que a competência lingüística é um dos componentes da comunicativa.

Assim, o exame está centrado no desenvolvimento de uma competência de uso que requer muito mais do que a manipulação de formas e regras lingüísticas, exigindo também o conhecimento de regras de comunicação e de formas que sejam não apenas gramaticalmente corretas, mas socialmente adequadas.» (Scaramucci: 2003, 155).

É por isso que se deve insistir em que a competência oral é uma capacidade geral, onde entram outros elementos para além da capacidade comunicativa, como são a pronúncia, o sotaque, a pragmática, etc. Assim, a face e a coroa do ensino, aprendizagem e avaliação da competência oral em línguas próximas pode resultar contraditória, pois deve haver uma consciencialização da importância da expressão oral e, ao mesmo tempo, dar maior importância à forma do que ao conteúdo, pois o formando já vai usufruir de várias ferramentas comunicativas, devido à proximidade lingüística.

#### **4.3 CRITÉRIOS SISTÉMICOS DE AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA ORAL**

Como já foi referido, o ensino de línguas estrangeiras está a ficar diretamente ligado a um certificado de aptidão ou de nível, quer através do QECR, quer através de

certificados oficiais como os dos centros de línguas das universidades, as escolas oficiais de idiomas – no caso do Estado espanhol –, quer através de certificados estatais como o CELPE-BRAS e o CAPLE no caso da língua portuguesa.

Esta questão dos certificados deve ligar-se com as motivações para estudar uma língua, pois muitas pessoas frequentam aulas ou candidatam-se aos exames com o principal objetivo, quando não único, de consegui-lo. Da mesma forma as pessoas que estudam uma língua por outras motivações, – culturais, por prazer, interesse, pessoais ou profissionais – agradecem que esse esforço seja reconhecido com documentos oficiais de proficiência.

Por isso, o docente deve estabelecer e o formando deve reconhecer, o que aqui é denominado como critérios sistemáticos de avaliação. Estes critérios são, regra geral, dificuldades específicas de cada grupo lingüístico que se apresentam de maneira reiterada, independentemente do nível de proficiência, até porque costumam ser fossilizadas e que, ao mesmo tempo, fazem parte do sotaque específico desses falantes.

E eis que este é um debate central, onde estabelecer o limite entre as características próprias de um falante a falar uma outra língua e a avaliação lingüística reduzida ao erro.

O escritor norte-americano Richard Zimler, a jornalista espanhola Virginia López ou o ciclista galego David Blanco podem falar muito bem português, mas irão ter sempre o seu próprio sotaque. Isto não pode invalidar a proficiência, pois entra no âmbito do lógico, do natural. Sobre esta matéria da produção e do reconhecimento social há muitas mais questões que deveriam ser tratadas por extenso em outros trabalhos, sobretudo em contextos lingüisticamente próximos.

A seguir vão ser referenciadas de maneira sintética as principais dificuldades na produção oral dos falantes galegos, galegófonos ou hispanófonos, pois este tipo de análises não se pode fazer de maneira extensiva a hispanófonos, por exemplo, pois estaríamos a confundir o ideal de padrão geral com a diversidade das variedades linguísticas da própria língua<sup>29</sup>.

Por outro lado, é importante especificar que aqui são apresentadas as dificuldades sistémicas na produção oral dos formandos adultos galegos, ou seja, aqueles que, com independência do nível do formando, apresentam maior risco de fossilização e de naturalização. E este é uma outra questão para o debate, qual é a fronteira entre a naturalidade de um sotaque particular, por exemplo, um japonês a falar português, e uma pronúncia fossilizada que o docente e o formando devem melhorar, e o avaliador penalizar.

#### 4.4 NÍVEL FONÉTICO. RECONHECIMENTO E PRONÚNCIA NO SISTEMA VOCÁLICO:

- Nasalização. É uma das principais características da língua portuguesa e que os alunos demoram em reconhecer como um traço distintivo, pois em amplas zonas da Galiza as mesmas formas são pronunciadas sem nasalar: *irmão, mão, verão*, etc. Mas o docente deve consciencializar o aluno sobre a necessidade da realização certa, sobretudo quando comparado com pares que podem ajudar no esclarecimento da necessidade: *pão / pau; mães / mais*, etc. Uma dificuldade à parte é a da realização dos ditongos nasais das formas verbais e de outras palavras, por exemplo, *sejam, cantassem, com, sim*, etc. para evitar que os formandos pronunciem [m] ou [ɲ].

- A existência da vogal [e] é de uma dificuldade extrema para os galegos, pela falta de percetibilidade sonora. Isto faz com que a naturalização destas formas pronunciadas com a pronúncia galega seja geral: *Ana, banco, câmara*, etc. Seria uma dessas fossilizações naturalizadas?
- Monotongação do ditongo [ow] em [o]: *couto, sou*. Aqui a realidade linguística portuguesa contrasta com a homogeneidade dos modelos fonéticos apresentados nos manuais de referência de PLE, pois na Galiza e em amplas zonas de Portugal, e mesmo em padrões cultos do Brasil, o ditongo < ou > é pronunciado como [ow].
- Variação do ditongo < ou > [o] / < oi > [oj]. Para os falantes galegos apresenta alguma dificuldade a variação intrassistémica na realização destes ditongos, pois é uma dessas áreas da língua onde as falas apresentam zonas flutuantes. Temos alguns ditongos consolidados em < oi > ao contrário do que se passa nos falares galegos: *coisa, dois*. Outros que variam dentro do próprio português segundo a distribuição geográfica ou social: *loiça, oiço, oiro, toiro*, etc. A dificuldade do galego é saber quando essas formas são aceites e quando não se devem regularizar: \*oitono.
- Realização do ditongo [ej] como [ɛj]. Em palavras como *feira, leite, peito*, etc. Uma peculiaridade dialetal generalizada através do padrão linguístico exprimido em manuais, dicionários e outros materiais para o ensino da língua portuguesa como PLE da variante europeia.

29 Para uma visão mais pormenorizada da situação do ensino da língua portuguesa na Galiza leia-se (FERNÁNDEZ CARBALLIDO, 2012) <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032> em março 2015.

Repare-se que todos os aspetos aqui assinalados podem ser facilmente fossilizados pelos aprendentes, ao serem traços distintivos da língua portuguesa, mas não gerais a todos os falares e, sobretudo, que o grau de peculiaridade não está encontrado com a proficiência do falante. Ou seja, uma pessoa com alta proficiência pode não identificar essas características ou identificá-las mas continuar a ter sucesso nos processos comunicativos sem realizá-las.

#### 4.5 NÍVEL FONÉTICO. RECONHECIMENTO E PRONÚNCIA NO SISTEMA CONSONÂNTICO:

- [z] pronunciado como [θ] ou [s]: *Galiza, mesa, portugueses*. Pode ser referido que na Galiza há dialetalmente zonas de sésseio onde o [z] é pronunciado como [s].
- [ʒ] pronunciado como [ʝ], [x] ou [j]: *girafa, jeito, José*. No galego neutralizou-se a diferença entre surda e sonora nos sons fricativos, pelo que os galegos pronunciam [ʝ]: *xirafa, xeito, Xosé*.
- Pronúncia do –m final das palavras como [m]: *cem, homem, nuvem*.
- Realização do som [tʃ]: *chamar, chegar, chove*. Alterar e aporuguesar este som é de grande dificuldade para os formandos galegos, pois é alterar o som às mesmas palavras<sup>30</sup>.
- Distinção fonológica entre [s]-[z]: *pressa / presa*. Em galego e em espanhol, a distinção entre [s]-[z] não é pertinente, ficando neutralizados os traços distintivos em [s]. Isto faz com que os formandos não assimilem a necessidade de diferenciar foneticamente estes dois fonemas, porque não o fazem na sua

variante de língua materna. Também não se sentem especialmente preocupados pelas possíveis situações embaraçosas ao confundir a rapidez com a condição de ficar sem liberdade, porque em galego não fazem essa diferença fonética e os problemas não existem.

- Distinção fonológica entre [j]-[ʒ]: *queixo / queijo*. Em relação com o anterior também os galegos sentem especial dificuldade em assumir a necessidade de diferenciar as realizações surdas e sonoras pois não existe em galego e, porém, nenhum dos formandos nunca comeu um *queixo* em vez de um *queijo*<sup>31</sup>.
- Distinção fonológica entre [r]-[R]: *rosa / crise / dormir / perro*. O erre e as diferentes realizações fonológicas e fonéticas é uma das questões que os formandos identificam como de maior dificuldade na expressão oral do português, sobretudo pela grande variação geográfica, social, cultural e etária que apresenta. Que deve fazer o docente e o avaliador? Identificar, ensinar e promover as realizações velar ou uvular dos espaços urbanos, mais jovens, de estrato social mais elevado e de formação cultural superior, promovidos pelos materiais de PLE? Ou relativizar esta realidade sociolinguística dando validade às realizações apicais ou alveolares mais próprias das áreas geográficas menos centrais, dos estratos sociais menos formados, dos utilizadores menos letrados e das camadas mais idosas? Repare-se que a decisão não é simples, pois nesse processo de mudança linguística muitos falantes de português língua materna já não identificam como portuguesa a realização do < r > como apical. Ou seja, deixa de ser um modelo válido para os aprendentes de PLE.

30 Seria fácil para um castelhano pronunciar à argentina as palavras *caballo* ou *yo*? Um lisboeta poderia ser sistemático na pronúncia maioritária no Brasil em palavras como *cidade* ou *sete*? A mesma sensação é a que sente o galego ao pronunciar muitas palavras em português, pelo que o esforço, às vezes, é contra as próprias lógicas do seu sistema linguístico.

31 Com este tipo de irreverências brincalhonas, tento demonstrar algum exagero que às vezes cometemos os docentes na hora de alertar os alunos sobre possíveis consequências “dramáticas” que podem ter equívocos linguísticos ou os denominados falsos amigos, que nas situações comunicativas reais sempre são muito mais irrelevantes.

- Distinção fonológica entre [v]-[b]: *vaca / boi*. Muito relacionado com o anterior, a não distinção entre [v]-[b] é uma característica muito localizada no sistema linguístico português, mas é a realidade linguística que mais contacto vai ter com os formandos galegos, pela proximidade geográfica. Assim, qual deve ser o critério de avaliação do docente, do avaliador e do formando: ter em consideração a distinção, ignorar a não realização ou penalizar a ausência da distinção?

#### 4.6 NÍVEL MORFOSSINTÁTICO:

- Conjugação incorreta dos tempos verbais regulares ou irregulares.
- Má formação dos plurais, nomeadamente os terminados em *-ão*.
- Interferências na formação do feminino ou troca do género.
- Interferência dos complexos sistemas e intrassistemas dos pronomes, das crases e das colocações: português, brasileiro, galego, espanhol, culto, popular, histórico, contemporâneo, etc.
- Interferência na construção *gostar de* por *\*gostar-me*. Mesmo em formandos com alto nível de proficiência e com experiências e estadias em situação de imersão linguística é frequente esta fossilização.
- Uso da preposição *a* com CD: *Um homem mordeu\*a um cão*.
- Confusões e fossilizações nos sistemas verbais: indicativo / conjuntivo; composto / simples; condicional / imperfeito; futuro simples / presente, etc. Nesta questão é também importante referir a combinação de verbos e pronomes e pô-lo em relação com as frequências de uso na própria língua portuguesa, quer da variante

européia, quer da variante brasileira, por exemplo no caso dos mesoclíticos: *comê-lo-ia / comê-lo-ei*.

- Uso de *vós* por *vocês* ou *os senhores / as senhoras*. Embora a forma *vós* seja ainda utilizada em algumas zonas do espaço linguístico português, é identificado pelos próprios falantes de português como a forma arcaica, ou restrita a usos religiosos, pelo que é melhor que os galegos se adaptem à forma geral no português moderno porque, se não, os aprendentes galegos apenas utilizam a forma comum com os falares galegos, *vós*, e nunca utilizariam, logicamente, as outras.

#### 4.7 NÍVEL LÉXICO E PRAGMÁTICO:

- Interferências de galeguismos / castelhanismos: *pero, mui, alunado, atopar, cara a*, etc. Nesta questão é muito importante consciencializar os formandos da importância de se adaptarem às formas gerais do português atual, assim, embora haja formas idênticas, parecidas ou sinónimas às variantes faladas pelos alunos, é importante que se escolham as mais prestigiantes no padrão português. Por exemplo: *grão de bico / garavanzo; ervilha / chícharo; abóbora / cabaça*, etc.
- Combinatórias lexicais erradas. Como refere Iriarte Sanromán (2010) “uma língua não se faz só traduzindo palavras”, pois as combinatórias lexicais são muito importantes na autonomia e na autenticidade de línguas tão próximas. Assim, o formando deve conhecer a palavra e o género de *leite*, de *gordo* e de *inteiro*, mas deve saber que a combinatória em português é *leite gordo*. O mesmo se passa em muitas outras combinatórias, por exemplo: *tirar fotocópias* ou *ir de bicicleta*.

- Confusão entre *mais* e *mas*. Uma confusão que os galegos partilham com os brasileiros.
- Utilização de elementos de coesão errados: *además*, *nembargantes*, *anque*, *todavía*, etc.
- Utilização de expressões incorretas e decalques: *\*ao melhor por se calhar*, *\*cumpreanos por aniversário*; *folga geral por greve geral*, etc.
- Falsos amigos que podem provocar ruído na comunicação: *bico / beijo*; *soto / sótão*; *ligar / engatar*, *almoçar / jantar*, etc.
- Uso de bordões não portugueses: *\*bueno*, *\*vale*, *\*tío*, *\*mira*, etc.
- Confusão nas formas de tratamento: *tu / você / senhora / senhora doutora*, etc.
- Uso de palavrões: *caralho*, *\*de puta madre*, *foder*, *\*hóstia*, etc.

#### 4.8 ALGUMAS ATITUDES QUE DEVEM SER VALORIZADAS:

- Cuidado na aplicação dos conteúdos gerais segundo o nível de proficiência: fonéticos, gramaticais, lexicais, culturais, etc.
- Compreensão ótima. Como já foi assinalado, é a base de uma boa expressão oral, pois não se pode realizar o que não foi previamente compreendido.
- Expressão apropriada ao contexto comunicativo. Sobretudo pela maior formalidade, geral, na língua portuguesa.
- Autocorreção.
- Capacidade de recurso à paráfrase.
- Uso adequado de bordões linguísticos: *pronto*, *pois*, *bom*, *percebes?*, etc.

- Uso adequado de elementos de coesão: *e*, *embora*, *quer*, *no entanto*, *todavía*, *já agora*, etc.
- Compreensão e uso de expressões idiomáticas e enfáticas que deem maior autenticidade à produção oral: *é que*, *ena!*, *nuestros hermanos*, *sei lá!*, *vamos lá!*, etc.

#### 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foram expostas algumas das questões mais importantes que envolvem a avaliação da competência oral em falantes galegos, galegofonos ou hispanófonos. Em qualquer dos casos, é necessário lembrar que o objetivo do falante não nativo não é ser um falante nativo. A dificuldade está em estabelecer que características vão ser naturalizadas pelos aprendentes e quais devem ser melhoradas no processo avaliativo.

Todas as competências linguísticas estão interconectadas, pelo que é importante relacionar a competência oral com a compreensão auditiva e a compreensão escrita. Sobretudo para que os formandos de línguas próximas se apercebam da importância de uma boa produção oral, para além da capacidade comunicativa. Para isso, é preciso que passem a reconhecer as diferenças e os matizes existentes em cada uma das línguas.

Aprender a reconhecer e a pronunciar formas divergentes como *polícia*, *tranquilo*, *pastelaria*, *depois*, *fobia*, *copio*, *canguru*, *safari*, *nível*, etc. é um exercício de autonomia linguística e que pode servir para que o falante repare na forma, para além da comunicação e da compreensão, capacidades que já possui pela sua(s) própria(s) língua(s). Ou seja, lutar contra a tendência, lógica, dos estudantes com capacidade comunicativa para dar mais importância ao conteúdo e não à forma.

Com esse objetivo parece certo que trabalhar oralmente todas as competências linguísticas é uma das bases, assim como insistir na importância da competência cultural, para alargar conhecimentos gerais e aumentar a competência oral em questões que possam ser de interesse para os formandos, para além dos raciocínios gramaticais, morfológicos, sintáticos ou fonéticos.

Evidentemente, este artigo é uma reflexão geral desde a perspectiva de um docente, um profissional que se confronta com estas dificuldades e realidades na sala de aula e nas avaliações. Todavia, é preciso estabelecer um diálogo e confronto de opiniões e estudos que sirvam para analisar pontos tão importantes como os da autenticidade e a variedade linguística que deve ser trabalhada nas aulas, assim como as possíveis compreensões com os erros próprios e intrínsecos a cada grupo linguístico, para que se possam ver as potencialidades e adaptar a competência oral aos conhecimentos e necessidades gerais do formando, sem ficarmos na constante caça aos erros.

Neste sentido, é lançada a questão sobre a naturalização de algumas fossilizações e quais são os traços característicos dos aprendentes de português segundo os grupos linguísticos, sem que isto os penalize, a partir das crenças dos próprios formandos e avaliadores.

É difícil, é realmente complexo, avaliar a produção oral em formandos de PLE no contexto de línguas próximas: a perceção social das línguas, as considerações e crenças dos utentes, os objetivos do docente e os critérios do avaliador fazem deste trabalho um desafio constante, e assim, parece-me, deve ser confrontado. Em qualquer dos casos, é muito importante aprofundar nas análises e debates dos diferentes protagonistas para que, cada vez mais, o nosso trabalho seja mais objetivo e profissionalizado.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO (1995), J. C. de P: “Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas?”, em Almeida filho (Org.), *Português para estrangeiros interface com o espanhol*, Campinas, Pontes, 13-21.
- ALONSO REY, (2005), Rocío: “El mito de la facilidad en el estudio del proceso de enseñanza aprendizaje de PLE-HE”, *Estudios Portugueses*, 4, 11-38.
- CONSELHO DA EUROPA (1992) *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias*, Estrasburgo: Conselho Europeu.
- CONSELHO DA EUROPA (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*, Porto, Edições Asa.
- CORTIÇAS LEIRA, Antia & GHANIME, JOSEPH (2014) “O ensino de português na Galiza: língua própria ou estrangeira?”, em II Conferência Internacional da Língua Portuguesa, Lisboa, <http://usc-es.academia.edu/AntiaCL/Talks> e áudio [http://www.ivoox.com/para-o-aproveitamento-da-lingua-portuguesa-na-galiza-audios-mp3\\_rf\\_2646177\\_1.html](http://www.ivoox.com/para-o-aproveitamento-da-lingua-portuguesa-na-galiza-audios-mp3_rf_2646177_1.html).
- ERES FERNÁNDEZ, I. Gretel M. & RÁDIS BAPTISTA (2010), Livia Márcia Tiba: *La enseñanza de lenguas extranjeras y la evaluación*, Madrid, Arco Libros.
- FERNÁNDEZ CARBALLIDO (2011), Xurxo: “Ensinar português na Galiza e na Estremadura. Algumas vantagens, diferenças e desafios”, em *Atas del I Congreso de la Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 134-142.
- FERNÁNDEZ CARBALLIDO (2012), Xurxo: *Dissertação de mestrado: O ensino da língua portuguesa na Galiza*, Braga, Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032> [17/06/2013].
- FERREIRA (1995), Itaciara A.: “A Interlíngua do falante de espanhol e o papel do professor: Aceitação tácita ou ajuda para superá-la?”, em Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.), *Português para Estrangeiros. Interface com o espanhol*, Campinas, Pontes, 39-48.

FERREIRA (1997), Itaciara A.: "Interface português/espanhol", em Almeida Filho, José Carlos Paes (Org.), *Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira*, Campinas, Pontes, 141-151.

GAVILANES LASO (1996), J. L.: "Algunas consideraciones sobre la inteligibilidad mutua hispano-portuguesa", em *Atas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 175-187.

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro (2010): "Uma língua não se faz só substituindo palavras", conferência apresentada nas "III Jornadas de Língua", 4 de fevereiro de 2010, Universidade de Vigo – Campus de Ourense; Ourense <http://tv.uvigo.es/video/23573> [17/06/2013].

JUNCAL SAMPEDRO, Lois Manoel (2012): Para compreender a Euroregião Galiza–Norte de Portugal - Volume I, Trabalho de projeto de investigação no âmbito do Mestrado em Economia Local da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Baetas Oliveira Ruivo, Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21426/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lois%20Juncal%20Sampedro%20Para%20compreender%20a%20Euroregi.pdf> em março 2015.

LINDLEY CINTRA, LUÍS (1971) "Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses" em Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116. Também disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf> em março 2015.

PALACIOS MARTÍNEZ (2009), Ignacio M. (dir): *Diccionario de ensino e aprendizaxe de linguas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

SCARAMUCCI (2003), M. V. R. [et al.]: "A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras", *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v.3, n. 1, 153-184.

É SÓCIA AICL. - PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

**Brites Araújo, escritora açoriana convidada, AICL ausente**

## 6. CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS – UBI / AICL



**CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS** nasceu em Lamego, em 1977.

É licenciada em Português e Inglês (ensino de) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela Universidade da Beira Interior e doutora em Letras (Linguística Literária Portuguesa) pela mesma instituição. É Professora Auxiliar no Departamento de Letras da UBI e Investigadora no LabCom.IFP.

É Coordenadora do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE) da UBI, Membro da Comissão Científica da *Revista Egítania Scientia* e Membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras. Da lista das suas últimas publicações, destacamos os livros

*Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, (com o apoio da FCT), 2011, 445 páginas,

*Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*, Fundação, Grafisete, 2013 (em parceria com Alexandre António da Costa Luís),

*Mário Cláudio e a Portugalidade*, Carla Sofia Luís, Alexandre Luís e Miguel Real (org.), Lisboa, Editora Esfera do Caos (em vias de publicação), os capítulos de livro "Mário Cláudio: Nauta e Guardião da Portugalidade", in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.),



**GALIZA 2012**



**SEIA 2013**

Representações da Portugalidade, Alfragide, Caminho, 2011, pp. 57-80 e “Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de Tocata para Dois Clarins e Peregrinação de Barnabé das Índias”, in Portugal-África: Mitos e Realidades Artísticas e Vivenciais, coord. Carla Sofia Luís, Alexandre Costa Luís, Cristina Vieira, Domingos

Nzau e José Manso, Covilhã, Universidade da Beira Interior, (com o apoio da FCT), 2012, pp. 27-51,

“Um Breve Olhar Sobre a Vida e Obra de Mário Cláudio”, in *A Dinâmica dos Olhares. Um Balanço de um Século de Literatura e de Cultura em Portugal (1912-2012)*, Lisboa, CLEPUL (entregue para publicação), bem como a entrevista a Mário Cláudio, em parceria com Annabela Rita e Miguel Real, *Revista Letras com Vida*, Lisboa, CLEPUL (entregue para publicação).



**GALIZA 2012**

**Seia 2013**

**É SÓCIO DA AICL.**

**PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO GALIZA 2012, 20º E 22º EM SEIA 2013 E 2014**

**TEMA 2.1 2.1. A ESCRITA DE JOSÉ LEÓN MACHADO: O CASO DAS OBRAS MEMÓRIA DAS ESTRELAS SEM BRILHO E A VENDEDORA DE CUPIDOS.**

**[cxavier@ubi.pt](mailto:cxavier@ubi.pt)** Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Universidade da Beira Interior e LabCom.IFP da UBI

**TRABALHO FINAL NÃO ENVIADO DENTRO DOS PRAZOS**

**RESUMO**



José Leon Machado nasceu a 25 de novembro de 1965 em Braga. Cedo se interessou pela leitura, que nem sempre era de fácil acesso, acontecendo entre um livro emprestado, outro requisitado na biblioteca, outro ainda comprado às escondidas com o dinheiro destinado às viagens de autocarro. Ao tornar-se frequentador assíduo da biblioteca da escola, no 9.º ano, ia alimentando o seu gosto pela leitura, especialmente pelos autores clássicos portugueses. Estreou-se nas lides da escrita ainda de tenra idade, algures entre os poemas de amor dedicados a algumas paixonetas da adolescência e a redação, a pedido do professor de português de então, do seu primeiro diário, que debuxou, com entusiasmo, num caderno de capa vermelha. E não mais parou de escrever. De construtor de “casinhas de pedra e caco”, na sua infância, a construtor de obras literárias de apreciável mérito foi um passo, não isento, porém, de muita dedicação, de apurado labor, de cuidada investigação e também de alguma dose de inspiração, que busca constantemente nas vivências do dia a dia, nas inúmeras viagens que vai realizando, enfim, no mundo circundante. Desde a publicação do seu primeiro livro em 1995, *A Sombra Sorridente*, até ao seu mais recente romance que deu à estampa em 2014, *A Porca*, tem vindo a construir uma vasta e premiada obra, digna de estudo, que vai desde o romance, ao conto, à novela, ao teatro, à poesia, à literatura infantil, à crónica e à autobiografia. Com efeito, além de alguns trabalhos académicos produzidos em torno da sua obra, é ainda de salientar a tradução para a língua inglesa do romance *Memória das Estrelas sem Brilho*, *Darkening Stars - A novel of the Great War*, por Milton Azevedo e Karen Sherwood Sotelino. Apresentados, em traços gerais, alguns aspetos atinentes à vida e labor ficcional do escritor em análise, com o presente trabalho procuramos perceber as principais características da escrita de José Leon Machado, com especial enfoque nas singularidades linguísticas mais evidentes, e respetivas consequências, tendo predominantemente por base os romances *Memória das Estrelas sem Brilho* e *A Vendedora*

de *Cupidos*, duas obras de uma trilogia que se completará com a publicação de *Os Heróis do Capim* que aguardamos com elevada expectativa.

**TEMA 2.1 2.1. A ESCRITA DE JOSÉ LEÓN MACHADO: O CASO DAS OBRAS MEMÓRIA DAS ESTRELAS SEM BRILHO E A VENDEDORA DE CUPIDOS. CXAVIER@UBI.PT**

Tendo em mente as sábias palavras quer de Jacinto do Prado Coelho, que entende que “não teremos da obra literária uma visão total se a não virmos na sua historicidade, em equação com o artista (vida e cultura)” (Coelho, 1961: 23), quer de Mário Cláudio<sup>32</sup>, que é da opinião de que “o estilo de um autor [...] não é uma questão de opção, mas sim de natureza” (Cláudio in Neto, 2008), de “caráter” (Cláudio in Rita, Luís e Real, 2015: ), posto que, como diz, “escrevemos o que somos” (Cláudio in Neto, 2008), mas igualmente por razões metodológicas, importa, antes de mais, delinear alguns “contextos” (cf. Luís, 2011: 53-66) que acabam inevitavelmente por influenciar as preferências estilísticas e temáticas de José Leon Machado, o premiado ficcionista contemporâneo, cuja escrita estará em análise ao longo deste artigo. Corroboramos ainda a opinião de Maria Eduarda Vassalo Pereira que, acerca do conceito de “estilo”, refere o seguinte:

*“Todo o estilo é um facto de linguagem. Não há, porém, facto algum dessa natureza que possa ser desligado de uma conceção do mundo; que, fora do entendimento dela, possa ser inteiramente compreendido. Com maior razão o dizemos da arte da expressão de um autor literário – do estilo: este prende-se com um passado do escritor inscrito no presente da sua arte e, através dela, com a atitude do homem perante o seu mundo, o seu tempo, e perante a tradição e a língua literária que herdou” (Pereira, 1988: 389).*

Seguindo um pouco esta linha de pensamento, é de olhos postos no texto, mas sem olvidarmos os contextos, que procuramos desvendar algumas das principais características da escrita de José Leon Machado, dedicando particular atenção a certas especificidades linguísticas mais salientes, e respetivas consequências, isto tendo predominantemente por base os romances *Memória das Estrelas sem Brilho* e *A Vendedora de Cupidos*, duas obras

<sup>32</sup> Curiosamente, Mário Cláudio, escritor contemporâneo que influenciou Machado, em particular no dealbar do seu percurso ficcional, continua a surgir na sua vida, demonstrando-se atento e interessado na sua obra. Não deixa de ser curiosa a referência que Machado faz a um encontro fortuito com Mário Cláudio, curiosamente em Guimarães, “o berço da Portugalidade”, mais concretamente “junto

à capela do castelo”, que apelida de “agradável coincidência”, posto que havia estado a falar sobre este último com os escritores moçambicanos, Suleiman Cassamo e Ungulani Ba Ka Khosa, com quem fazia este passeio (Machado, 2014: 63), quiçá acerca do gosto que ambos nutrem por temáticas relacionadas com o modo de *ser*, de *estar* e de *pensar* do povo português.

de uma trilogia que se completará com a publicação de *Os Heróis do Capim* (Machado, 2014: 81), que aguardamos com elevada expectativa.

E damos início aos desideratos atrás enunciados, apresentando alguns aspetos atinentes à vida e obra do escritor em apreço que nos parecem de extrema relevância para a compreensão das ditas opções estilísticas e temáticas. José Leon Machado nasceu a 25 de novembro de 1965, em Braga. Cedo se interessou pela leitura, que nem sempre era de fácil acesso, acontecendo entre um livro emprestado, outro requisitado na biblioteca, outro ainda comprado às escondidas com o dinheiro destinado às viagens de autocarro (cf. Machado, 2014: 26). Ao tornar-se frequentador assíduo da biblioteca da escola, no 9.º ano, ia alimentando o seu gosto pela leitura, especialmente pelos autores clássicos portugueses de onde se destacam António Nobre (*Só*), José Régio (*Os Poemas de Deus e do Diabo*), Júlio Dinis (*Os Fidalgos da Casa Mourisca*) (cf. Machado, 2014: 127). Gil Vicente, Luís Vaz de Camões, Eça de Queirós (cf. Machado, 2014: 127), Padre António Vieira, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco (Machado in Gonçalves, 2010: 2) são igualmente referências que o acompanharam desde cedo. Como o próprio refere, “aos 15 anos lia mais do que qualquer outro adolescente da escola. Mais até do que a maioria dos professores” (Machado, 2014: 128). Mas esta admiração pelos clássicos, que lhe valeu inclusive entre os colegas de escola (que o ouviam debitar as primeiras instâncias decoradas de *Os Lusíadas*) a alcunha de “O Poeta” (Machado, 2014: 127) teve continuidade, posto que, também durante a sua passagem de cinco anos pelo seminário, a leitura de Garrett, Herculano, Camilo, Júlio Dinis e Eça de Queirós foi uma constante. É o próprio escritor quem afirma ter aprendido muito durante esse período através de uma “leitura intensa e multifacetada e do estudo da literatura portuguesa” (Machado, 2014: 128). Ao longo do seu curso de licenciatura em Humanidades, que realizou na Faculdade de Filosofia de Braga, foi dilatando o gosto pelos clássicos, neste caso concreto, pelos “greco-latinos”, sendo ainda, e inevitavelmente, “por eles influenciado” (Machado in Gonçalves, 2010: 2). A título exemplificativo, e como o próprio escritor em foco refere, o seu “romance *O Guerreiro Decapitado*, cuja ação se passa no século I da nossa era, deve muito a Tito Lívio, Cícero, Apiano, Estrabão, entre muitos outros” (Machado in

Gonçalves, 2010: 2). Se pensarmos, por exemplo, na obra *Memória das Estrelas sem Brilho*, detetamos, em diversas ocasiões, essa herança clássica, seja expressa no rol de livros que Luís Vasques leva na sua mala de viagem, de onde destacamos *Os Lusíadas* e *Só*, seja, por exemplo, visível no diálogo com a *Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós. É interessante constatar que Luís Vasques, no dia do seu casamento, descobre que tinha um ascendente de seu nome Gonçalo, que buscava há já algum tempo: “Na minha juventude, andei à procura desse antepassado e, à maneira do herói da *Ilustre Casa de Ramires*, tentei a redação de um relato histórico. Deve andar por aí algures num caderno escolar do tempo do liceu” (Machado: 2012: 354).

E eis que com o apetite voraz da leitura vem o passo seguinte: a escrita. Nas lides da escrita estreou-se também de tenra idade, algures entre os poemas de amor dedicados a algumas paixonetas da adolescência (cf. Machado, 2014: 126) e a redação, a pedido do professor de português de então, do seu primeiro diário, que debuxou, com entusiasmo, num caderno de capa vermelha: “foi no momento em que eu peguei num caderno de capa vermelha e escrevi a primeira entrada que me tornei escritor” (Machado, 2014: 119). E não mais parou de escrever. Enfim, de empreiteiro de “casinhas de pedra e caco” (Machado, 2014: 112) na sua infância, faceta, de resto, refletida no romance *O Construtor de Cidades* (cf. Machado, 2014: 112), a edificador de obras literárias de apreciável mérito foi um passo, não isento, porém, de muita dedicação, de apurado labor, de cuidada investigação e também de alguma dose de inspiração, que busca constantemente nas vivências do dia a dia, nas inúmeras viagens que vai realizando, enfim, no mundo circundante. Desde que o seu primeiro livro, *A Sombra Sorridente*, deu à estampa em 1995 até ao seu mais recente romance, *A Porca*, que viu a luz do dia em 2014, portanto em 19 anos de trabalho literário, José Leon Machado tem vindo a construir uma vasta e premiada obra, digna de estudo, que vai desde o romance, ao conto, à novela, ao teatro, à poesia, à literatura infantil, à crónica e à autobiografia. Com efeito, além de alguns trabalhos académicos produzidos em torno da sua obra, é ainda de salientar a tradução para a língua inglesa do romance *Memória das Estrelas sem Brilho*, *Darkening Stars - A novel of the Great War*, por Milton Azevedo e Karen Sherwood Sotelino.

A sua experiência jornalística, como já era de esperar, também se iniciou bem cedo, concretamente durante a sua estada no seminário, sendo que, incentivado por um professor, desta feita, de *Introdução ao Jornalismo*, publicava com regularidade poemas no *Diário do Minho* (cf. Machado, 2014: 132-133), jornal onde vem, mais tarde, a coordenar o suplemento literário *Presença*. Além disso, colaborou ainda em outros jornais de expressão regional como o *Semanário Transmontano* e *O Correio do Minho*, onde lançou inclusivamente o suplemento *Anti-literatura*.

Do ponto de vista do seu trajeto profissional, importa mencionar que é Professor Universitário na UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), especialista em Linguística Histórica, com uma relevante obra publicada nesta área, de onde se destaca, por exemplo, *Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático Linguístico* (2003), *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas* (2009) e *Estudos de Língua Portuguesa* (2012).

Mas, além de dotado escritor, de acutilante crítico literário e de eloquente professor, há ainda a reportar o seu talento natural para o manuseamento de programas informáticos, uma vez que, entre outros, como é o caso do *Lexicon*, suporte informático de tratamento de texto, é o mentor do afamado *Projeto Vercial*, que consiste na “maior base de dados de literatura portuguesa” (Machado in Araújo e Chaves: 1). Acessível no endereço eletrónico [www.ipn.pt/literatura](http://www.ipn.pt/literatura), este portal reúne “notas biográficas de quase todos os autores portugueses falecidos” (Machado in Araújo e Chaves: 1) que vão sendo acrescentadas “conforme os vivos ou as suas editoras o solicitam” (Machado in Araújo e Chaves: 1). Além de constituir uma “das páginas de âmbito cultural mais acedidas em Portugal” (Machado in Araújo e Chaves: 1), é igualmente bastante consultada no Brasil, nos Estados Unidos, em França, etc. Machado explica ainda que “os autores estão organizados por épocas e, de alguns, a página disponibiliza extratos da obra. Disponíveis também, mas em CD-ROM e por encomenda, estão as obras completas de vários autores” (Machado in Araújo e Chaves: 1).

Conhecidos alguns pormenores do trajeto pessoal e profissional do escritor em apreço, e mergulhando doravante no texto propriamente dito, traçamos, em seguida, o perfil do corpus principal selecionado para este estudo, iniciando já o contacto com as estruturas linguísticas que sustentam as ideias. Na realidade, estamos perante duas obras de uma trilogia dedicada às três grandes guerras em que Portugal esteve, direta ou indiretamente, envolvido: a Primeira Guerra Mundial, em *Memória das Estrelas sem Brilho* (Machado, 2012 [2008]), a Segunda Guerra Mundial, em *A Vendedora de Cupidos* (Machado, 2013 [2010]), e as Guerras Coloniais (com especial enfoque em Moçambique), em *Heróis do Capim* (Machado, 2014: 81). Enfim, à continuidade temática, por assim dizer, e às tradicionais aventuras e desventuras de natureza ficcional, temos forçosamente de aditar a busca de rigor histórico, bem como a acutilante análise social que as duas narrativas já publicadas apresentam como pano de fundo. Como o próprio escritor nos explica:

“O meu interesse não passa propriamente pelo tema da guerra, mas pela História do século em que nasci. Não vivi na época dos dois primeiros romances da trilogia, e era muito novo quando se deu a Guerra Colonial, mas cresci a ouvir falar das guerras, desde a experiência do meu bisavô na I Guerra Mundial à fome e miséria que havia em Portugal durante a II. Mais tarde, o meu pai foi recrutado para combater em Moçambique. No fundo, interesse-me pela História para conhecer as minhas origens e as da sociedade em que me insiro” (Machado, in Freitas, 2010).

No que diz respeito a *Memória das Estrelas sem Brilho* (acerca desta obra, cf. Pinto, 2014: 1-66), e segundo Milton Azevedo, “we are thus left with a very articulate, often witty narrative that offers an insightful perspective on social and historical aspects of Portuguese life” (Azevedo, 2011: 402), do início do século XX, que vão desde a religião, a moralidade ou falsa moralidade, ao sexo, à estratificação social e a casamentos (in) convenientes, à sociedade preconceituosa e mentalmente atrasada, ao analfabetismo e ignorância, etc.

Pautando-se por uma estrutura cronológica muito fidedigna, pois repleta da “tal informação histórica precisa, que passa na narrativa, lentamente, suavemente, facilmente absorvida” (Gomes, 2009), e que corresponde à realidade de um passado coletivo/nacional,

este romance histórico, composto por 34 capítulos que medeiam entre o antes e o depois da guerra, um epílogo e uma nota do autor, é “de considerável valor para o património e cultura portuguesas e um complemento importante para o conhecimento das nossas raízes” (Pereira, 2010, janeiro). Narrando em primeira pessoa as intransponíveis<sup>33</sup> memórias de guerra, Luís Vaques assume-se como uma espécie de porta-voz das tais “estrelas sem brilho”, dos tais “pobres diabos ignorantes roubados às serras, aos lameiros e às campinas” (Machado, 2012: 54), enfim, dos inúmeros militares que, apesar de não terem vez nem voz na História, permanecendo anónimos, sem o devido reconhecimento, viram-se obrigados a adiar as suas vidas, os seus sonhos e a enfrentar os horrores da guerra em nome da defesa de ideais que, muitas vezes, nem sequer compreendiam bem, senão vejamos estes contextos que explicam na perfeição o que acabámos de referir:

*“Como podíamos nós ir defender a nossa terra na terra dos outros [...] os camaradas mais novos queriam saber por que razão tinham de ir para França lutar na terra dos outros. Que lhe perguntavam e que ele não sabia o que lhes havia de dizer. [...] Eles não entendem por que têm de deixar a terra, a família, os campos, o emprego, para irem defender o que não é deles” (Machado, 2012: 43); “Na Flandres, quando elas começaram a doer, quem realmente deu provas de coragem, de renúncia e de altruísmo foram os pobres diabos ignorantes roubados às serras, aos lameiros e às campinas deste país. Quem fugiu, quem arranjou uma unha encravada ou um padrinho para ser destacado para a retaguarda, foram aqueles que deveriam ter dado o exemplo” (Machado, 2012: 53-54).*

De resto, a semântica do cirúrgico título desta obra deixa, desde logo, adivinhar a sua natureza comprometida, materializando-se no próprio exemplo do citado “herói” que interrompeu o curso de direito, que frequentava na Universidade de Coimbra, para comandar um grupo de expedicionários (*Corpo Expedicionário Português, CEP*) que, em 1917, o

governo português enviou para as trincheiras da Flandres, de resto, indevidamente preparados a todos os níveis, militar, psicológico, climático, material:

*“[...] tentei transformar a amálgama de camponeses em soldados que, à voz de comando ou ao toque do clarim, obedecessem como se apenas de um único corpo se tratasse. Aprenderam a marchar, a fazer a continência, a manterem-se em sentido, a apresentar arma, a reconhecer os postos dos graduados, a fardarem-se convenientemente, de acordo com a atividade a executar, a receber ordens pessoais, a responder em sentido e a gritar [...]. A instrução com o armamento foi o mais problemático. O quartel dispunha de espingardas do século passado, enormes e pesadas, muitas delas de carregar pela boca e quase nenhuma a funcionar. Se funcionassem, não haveria munições para o tiro ao alvo. Por isso, andávamos com eles a correr na mata de Montélios a apontar ao inimigo e a simular o tiro com a boca: Pum, pum. O sargento, que tinha passado uma temporada em Moçambique e assistiu a fogo real, explicava indignado: - É prás, prás, e não pum, pum, seus nabos (Machado, 2012: 37); “A grande maioria dos homens não tinha nem farda, nem o equipamento completos” (Machado, 2012: 56).*

Enfim, o balanço final desta guerra é francamente desfavorável: “Às vezes, ponho-me a pensar que o nosso esforço na guerra foi em vão. Que os milhões de mortos de um lado e do outro entre 1914 e 1918 não poderão nunca ser justificados; que a perda da inocência e da energia da juventude dos que voltaram não passou de um absoluto desperdício. O mundo, de facto, não ficou melhor” (Machado, 2012: 26-27).

Mas importa ainda referir que a personagem de Luís Vasques, o tal alferes fabricado à pressão, não pode surgir desgarrado do seu fiel companheiro, Rato, formando com ele uma dupla inseparável, dois compinchas que metonimicamente representam os dois lados, as duas faces, da sociedade portuguesa de então, como explica Milton Azevedo:

*“it soon becomes clear that Vasques, for all his education and refinement, is lacking in wordly savvy, while Rato possesses a natural survivor’s smarts. Like a dyad in the manner of Don Quixote and Sancho Panza, they can be seen as*

<sup>33</sup> Note-se que, não raramente, a guerra deixa a sua marca para todo o sempre cravada na memória de quem a viveu por dentro: “Faz hoje vinte anos que terminou a guerra. Para mim não terminou. De facto, há vinte anos que continuo, na minha cabeça, a arrastar-me pela lama da trincheira,

a abrigar-me das balas e dos estilhaços, a ouvir o ribombar dos canhões e o matraquear das metralhadoras. Acordo por vezes a transpirar agarrado à Aninhas” (Machado, 2012: 11: 22).

*a metaphorically standing for two faces of Portuguese society: a cultivated upperclass man clinging to his social status while timidly questioning the political regime, and an uneducated peasant struggling to get ahead by its wits in an environment he cannot afford to change directly” (Azevedo, 2011: 399).*

Por outras palavras, e ainda segundo o mencionado especialista, a visão ingénua, circunscrita à perspectiva de Luís Vasques, embora vinda de dentro, é bem informada e inteligente, sendo ainda completada pelas observações indiretas deste seu fiel amigo. Assim, “Rato, que é um verdadeiro coprotagonista (e não apenas um sidekick) – um pouco, *mutatis mudantis*, como Sancho Pança, sem o qual o Quixote ficaria impensável” (Azevedo, 2009, janeiro).

Feita esta introdução ao estudo da obra, traremos, de seguida, à colação algumas passagens ilustrativas das características do povo lusíada e da sociedade de então inscritas no trabalho em apreço, que foram catalogadas, pelo seu teor semântico, em 16 grupos, de 1a a 1p, e elencadas por ordem alfabética. Diga-se em abono da verdade que os trechos em questão apresentam um estilo que oscila entre o mais elevado e o mais humilde, por assim dizer, dependendo da personagem que os pronunciou, mas que, em qualquer dos casos, é sempre objetivo, clarividente. Eis as ditas características/tendências:

1.

- a) **A alcunha:** “Um dia perguntei-lhe de onde vinha a alcunha. Disse-me que lhe vinha da infância. Os outros rapazes, porque ele era de compleição miúda e muito eficaz no assalto à fruta, não havendo muro, rede, arame farpado ou silvedo que o impedisse de entrar, botaram-lhe Rato (Machado, 2012: 45); “O Rato, depois da guerra e a meu pedido, acabou por me dizer qual era a minha: o Infeliz. [...] Não era má de todo, se a compararmos com a do sargento-ajudante da companhia, conhecido por o Caga-Baixo, ou pela do capitão, o Mija-Forte” (Machado, 2012: 45).
- b) **O analfabetismo:** “sou de poucas letras” (Machado, 2012: 16); “o analfabetismo, a má educação e a selvajaria dos nossos soldados impressionavam-me” (Machado, 2012: 42); “o analfabetismo no nosso batalhão, e estou convencido de que nos outros a situação não era diferente, ultrapassava os oitenta por cento (Machado, 2012: 119).

- c) **O atraso de Portugal:** “os autocarros ainda não estavam vulgarizados” (Machado, 2012: 42); “Portugal, em 1917, vivia tecnologicamente no século passado e mentalmente no século dezassete, ou até mais para trás (Machado, 2012: 42-43).
- d) **As convenções sociais/aparência/falsos moralismos:** “não quero aqui poucas vergonhas em minha casa, ouviste? O respeitinho é muito bonito. Por isso, logo que ela aceite o namoro, vais falar com o padre e casas-te com ela” (Machado, 2012: 16); Esta é a voz do mesmo Luís Vasques que se deita com Guiomar todas as noites, acabando mesmo por se envolver sexualmente com ela, sem sentimento de culpa, refira-se, mas, preocupando-se com o futuro desta jovem, num caricato rasgo de cupido casamenteiro, tenta arranjar o casamento com Delmiro, um dos seus jornaleiros (cf. Machado, 2012: 15); “À infidelidade matrimonial, certamente condenável pela moralidade vigente, não lhe dei mais importância do que daria a uma traquinice de garoto” (Machado, 2012: 21); “ela aproximou-se e abraçou-me, dizendo que me amava e que não suportaria a minha ausência [...] – Uma menina de princípios não se comporta dessa maneira!” (Machado, 2012: 48); “Quebrei as convenções, ou fui permissivo a que elas se quebrassem e isso, na sociedade portuguesa, católica, moralista e hipócrita da época, era imperdoável” (Machado, 2012: 49).
- e) **A coscuvilhice/boatos:** “corre até o boato de que o Afonso Costa recebe uma libra dos ingleses por cada soldado que enviar para a França. Será verdade, meu alferes?” (Machado, 2012: 44).
- f) **A cunha:** “O nosso povo tem o vício ancestral da cunha. Imaginando de antemão que não poderá, pelas vias legais, alcançar o que pretende, serve-se da cunha. E para tudo a utiliza, mesmo quando desnecessário. Simplesmente porque não acredita na justiça, nas leis e nos regulamentos. Isso, pensa o povo, é para os ricos, os poderosos. O pobre só sobrevive com a cunha. Alguém escreveu que a cunha em Portugal é uma instituição pública” (Machado, 2012: 44); Salazar surge na história como Professor de Luís Vasques de quem os estudantes se queixam porque “parece que disse uma vez na aula que deviam estar na guerra, em vez de andarem por Coimbra a calacear e a gastar o dinheiro dos pais [...] – Os alunos não gostaram e houve quem fizesse queixa ao reitor. Mas o reitor parece que é amigo do professor e não fez nada” (Machado, 2012: 97).
- g) **A crítica à classe política, direta ou indireta:** “Eu queria deitar as culpas à República e aos seus mentores. Mas não eram apenas eles os culpados. Eram culpados por terem gorado os próprios ideais e não terem feito nada para livrar o povo da ignorância e da miséria, instalando-se no poder para proveito próprio e mantendo o país no marasmo e no atavismo seculares” (Machado, 2012: 86); “Os cagões são os políticos e a guerra é a merda que eles cagam” (Machado, 2012: 215).
- h) **O desenrascanço:** “Os poucos soldados que sabiam ler e escrever, os cabos e os sargentos, eram solicitados para esse serviço, pago ao preço de dois maços de tabaco *Abdulha*” (Machado, 2012: 119).
- i) **A estratificação social:** “um alferes não se sujeitaria a trabalhar nos campos como um assalariado qualquer” (Machado, 2012: 55); “A pequena Isabel, vítima dos preconceitos de casta” (Machado, 2012: 436).

- j) **A honra, o empenho e o exemplo:** “Apesar deste pequeno incidente, a nossa companhia deu exemplo de honra e de empenho, independentemente da opinião que a maior parte dos que a constituíam tivesse acerca da participação de Portugal naquela guerra” (*Machado, 2012: 55*); “Mas como era oficial, tinha de dar o exemplo. O que me impediu de desertar foi o facto de saber que não haveria nenhum buraco onde me esconder” (*Machado, 2012: 55*).
- k) **Juras e credences:** “seja eu ceguinho. E beijou o dedo polegar da mão direita em sinal de promessa” (*Machado, 2012: 17*).
- l) **A pobreza:** “Despoletou ao mesmo tempo uma epidemia de gripe espanhola, matando milhares de pessoas [...]. A matança, porém, foi mais violenta entre a gente pobre, devido à má nutrição e às péssimas condições de higiene” (*Machado, 2012: 417*).
- m) **A relevância das posses:** “– Não há muitas disponíveis, sr. doutor. E as que há querem homens com bom emprego ou com alguma coisinha de seu. E eu, bem sabe vossemecê, não tenho nem uma coisa, nem outra” (*Machado, 2012: 15*); “Para ajudar no início da nova vida de casado e para ter com que sustentar a mulher e os filhos que viessem, prometi dar-lhe à exploração uma das minhas herdades, a melhor delas. Ele ficou contentíssimo com a notícia e afiançou-me que, no Natal, ganharia coragem para ir falar no assunto à Guiomar” (*Machado, 2012: 16-17*); “Ao saírem da igreja já com as bênçãos apostólicas, desejei-lhes muitas felicidades e que fosses prósperos em fazenda e descendência” (*Machado, 2012: 396*).
- n) **O sexo antes do casamento:** Apesar de moralmente reprovável, era uma constante. A descrição deste encontro amoroso de Luís Vasques e Aninhas é velada, tal como o ato em si: “Os clientes andavam a festejar o São João. Pedi a chave ao rececionista e guiei a Aninhas até ao quarto. Diante da cama de ferro, eu disse: - Aqui estamos, magicamente em sossego [...] Abraçou-me e beijámo-nos de pé, sobre o tapete de serapilheira com uma das pontas a desfazer-se. Casámos em finais de julho na igreja da Lapa” (*Machado, 2012: 401-402*); por oposição, o envolvimento de Guiomar, a criada, com Luís Vasques, o patrão, é descrito com todos os pormenores. Apesar de Guiomar querer preservar a sua inocência, “é que ainda nenhum homem me tocou e conto ir virgem para o altar” (*Machado, 2012: 12*), acaba mesmo por ceder: “ela sentou-se sobre mim, soltou o cabelo e, apesar do frio do quarto, tirou a camisa de noite. Beije-i-lhe o peito avantajado, demorei-me nos mamilos, enquanto lhe acariciava as costas, os ombros e o pescoço. Enquanto isso, ela estregava o sexo nas minhas virilhas com alguma violência, como possuída de algum demónio matreiro [...]” (*Machado, 2012: 19*).
- o) **A tradição:** A ida à adega: “À saída da adega, desejámos boa Páscoa um ao outro” (*Machado, 2012: 436*).
- p) **O vício:** “Descobri com alguma repulsa que a vida militar acorda o que há de pior no ser humano. Vi aqueles recrutas simples e ingénuos a tornarem-se rufias, alcoólicos, pederastas ou viciados em prostitutas” (*Machado, 2012: 38*); “Sem o cigarrinho não consigo fazer nada. Apanhei o vício na Flandres. Toda a gente fumava. (*Machado, 2012: 70*).

No âmbito de *A Vendedora de Cupidos*, também estão presentes os três ingredientes atrás enunciados: ficção, História (que medeia entre 1943 e 1945) e análise social. Naturalmente, não podemos deixar de, logo à partida, tecer alguns comentários em torno do título desta obra que, de resto, está intimamente ligado à imagem reproduzida na capa, sendo que esta última, por sua vez, reflete a ação de cupido exemplarmente desempenhada por Dona Glorinha, a brasileira (carioca), que vem dar um novo élan à vida amorosa da Gralheira, pacata aldeia minhota, “vivendo amores, incentivando-os e protegendo-os” (*Machado, 2013: contracapa*). De facto, como o próprio escritor revela no capítulo XVII, fazendo um pouco troça da ignorância do regedor, que não é capaz de perceber (*Machado, 2012: 205*) o significado da cena do quadro exposto na casa da Dona Glorinha, tal imagem consiste na “reprodução em tamanho natural de *La Marchande d'Amours* de Joseph-Marie Vien. Nele se representava uma cena de inspiração greco-latina: Uma matrona, sentada com uma criada de pé atrás de si, recebia de uma vendedora, ajoelhada à sua frente com um cesto na mão direita, um cupido alado” (*Machado, 2012: 200*). Enfim, Glorinha é uma personagem fulcral neste romance, não só porque, “filha e neta de mestiços, onde se cruzam índios, africanos e europeus” (*Machado, 2013: 366*), casa com um português, “- Eu casei contigo, Glorinha, porque quis trazer para Portugal um pedacinho do Brasil” (*Machado, 2013: 170*), fazendo um pouco jus às teorias lusotropicalistas Gilbertianas, mas também assinala a questão da forte emigração de portugueses para o Brasil. Ademais, vem irreversivelmente trazer uma nova vida à Gralheira, posto que, como já se disse, além de adúltera, é também casamenteira, preocupando-se, em jeito de cupido, com a situação amorosa das pessoas com quem se vai relacionando. É durante o diálogo entabulado com o regedor, onde procura explicar a iconografia do mencionado quadro, que, em jeito de “espelho meu”, se fica a conhecer a forma como atua: “Como não tinham asas, pensei...”, diz o regedor “– A rapariga está vendendo um cupido, ou seja, o amor, à senhora sentada. Tem mais dois no cesto, um certamente para ela e o outro, quem sabe, para a moça que está de pé” (*Machado, 2012: 210*). Na prática, eis alguns breves exemplos das múltiplas intervenções deste cupido humano:

*“Ainda teremos pedido de namoro – aventou a Dona Glorinha, meio a sério, meio a brincar, acrescentando, depois de um momento de pausa embaraçoso: – Se isso vier a acontecer, qual será a sua reação” (Machado, 2012: 368); “ – E como vão os amores Fatinha – perguntou a Dona Glorinha?” (Machado, 2012: 370); “Talvez com a intervenção da brasileira os pais acabassem por aceitar o namoro” (Machado, 2012: 386).*

Em geral, trata-se efetivamente de uma história “complexa, repleta de caracteres vivos e autênticos (todos uns individualistas bem acabados, cada qual procurando fazer pela vidinha), muito bem contextualizados historicamente na Gralheira, fictícia aldeia do Minho, durante a Segunda Guerra Mundial” (Almeida, 2011). Parece-nos ainda muito interessante a efabulação criada em torno da relevância do volfrâmio que, a par de outras matérias-primas, como resina, peles, conservas, provenientes das antigas colónias, e da nossa posição estratégica (cf. *Rotas do volfrâmio na Europa, memória dos homens e património industrial*), permitiu-nos manter a neutralidade durante a referida Guerra. Este dado Histórico que serve de pano de fundo à história ficcional constitui uma boa aposta, uma vez que reaviva uma memória um pouco apagada, senão mesmo inexistente em muitos casos, revelando-se um bom mote para a criação de um romance que, uma vez mais, retrata a sociedade do período em causa, mas, desta feita, com esta pitada de policial/mistério a fazer lembrar, logo no *incipit*, a dupla incontornável Sherlock Holmes e Dr. John H. Watson, mais atabalhoada, é certo, pois, neste caso, vertida nas pitorescas figuras de Pedro Fontes, o regedor e Delfim, o cabo:

*“Ora, o meio da noite não é meia-noite, como é uso dizer-se, mas às três da manhã. O padre morreu antes de verter as águas, ou seja, antes das três” (Machado, 2013: 14); “ – Bocados de quartzo – constatou. – E com umas pitadas de volfrâmio. O padre Desidério tem andado a visitar a mina, pelos vistos” (Machado, 2013: 15); “Tinha alguma lama seca nas pontas e, num dos bolsos, encontrou um molho de chaves e no outro um bilhete dobrado me quatro que dizia: «Me espera amanhã às dez na capela de São Brás. M. C»” (Machado, 2013: 15).*

Como havíamos mencionado, também no âmbito desta obra podemos inferir de algumas passagens certas características do povo e da sociedade lusíada de então, aventadas pelo escritor em apreço sempre com a mesma escrita clarividente que, como

refere Onésimo Teotónio Almeida, “é leve mas não *light*” (2011). Ora, anotemos então tais trechos que foram catalogados em 23 áreas temáticas relevantes à discussão em causa, de 2a a 2w, e elencadas novamente por ordem alfabética:

2.

- a) **O acerto de contas:** “A sova que lhe deram não tinha apenas a ver com questões de honra. Esse era o pretexto para desafrontar antigos ressentimentos” (Machado, 2013: 378).
- b) **Os agentes da autoridade:** “Ele conhecia bem os tipos da G.N.R.. Além de serem brutos e ignorantes, eram teimosamente inamovíveis nos seus propósitos. Nunca admitiriam um erro” (Machado, 2013: 311); “são muito casmurros” (Machado, 2013: 345).
- c) **O atraso do país:** “o telefone público da Gralheira encontrava-se na venda do Forrete, um quilómetro e meio abaixo da residência paroquial (Machado, 2013: 16-17); “O processo na justiça seguia o seu curso normal, lento e preguiçoso como tudo num país adormecido e atrasado, prevendo-se uma audiência com o juiz para finais de novembro, se entretanto não sofresse um adiamento por falta de algum papel ou simplesmente por indisposição gástrica do magistrado” (Machado, 2013: 379).
- d) **A corrupção, criminalidade:** “Não mais pensou na morte do padre, no contrabando de volfrâmio, nas maquinações do presidente da Junta, no roubo de galinhas, nas luzes na Quinta dos Barbadinhos” (Machado, 2013: 379).
- e) **A coscuvilhice:** “Além do mais, não deve haver ninguém na Gralheira que não saiba que o padre tinha um caso com a mulher do Júlio Torrão” (Machado, 2013: 206); “amante de mexericos” (Machado, 2013: 346).
- f) **As crendices:** “A minha sogra até diz que a mina está a meio caminho do inferno” (Machado, 2013: 15).
- g) **Os divertimentos daquele tempo: o cinema,** “- Vamos ao cinema. [...] – Que filme? *Bola de Fogo* com Gary Cooper e a Barbara Stanwyck” (Machado, 2013: 384), e **o baile,** “Na Gralheira, era tradição fazer-se um baile de Carnaval (Machado, 2013: 341).
- h) **A falta de cultura:** “o regedor, [...] sem deitar grande atenção ao que ouvia, foi apreciando o quadro que enfeitava a parede à sua frente. [...] por falta de conhecimentos da cultura clássica, não compreendia a cena. Para que estaria uma rapariga com aspeto rústico a oferecer anjinhos a uma senhora como se fossem maçãs?” (Machado, 2013: 200); “[...] mas o que são cupidos?” (Machado, 2013: 209).
- i) **As Guerras:** “O fim do ano de 1943 não era para grandes comemorações. A ameaça da guerra pairava no horizonte dos portugueses. [...] Qualquer um dos

lados, por interesses estratégicos, poderia violar a neutralidade portuguesa e invadir o país” (Machado, 2013: 246); surge uma alusão à primeira guerra mundial - “nas trincheiras, quando alguém se feria, dava-se-lhe um trago de aguardente. Servia de anestésico – explicou o Tibães” (Machado, 2013: 363).

- j) **A igreja:** “ – Foi um enterro bonito – comentou a Dona Graça, que apreciava a solenidade e a pompa das cerimónias religiosas com muitos padres a debitar longas cantorias em latim, pois davam não só dignidade, mas também e principalmente colorido que enchia o olho e os ouvidos a ponto de fazer também o céu” (Machado, 2013: 58); “enquanto os padres diziam o responso num cantochão triste e monótono” (Machado, 2013: 56); “Nada como começar o ano a louvar ao Senhor” (Machado, 2013: 248); “ – Não digas isso rapariga, que Deus até te pode castigar!” (Machado, 2013: 248); “os fiéis gostavam dos gestos histriónicos e a retórica da pacotilha a puxar à lágrima fácil que o clérigo convidado usualmente utilizava para incutir o medo do inferno, saindo rejuvenescidos de modo a enfrentar com paciência as misérias do dia a dia” (Machado, 2013: 341).
- k) **A infidelidade:** “Pensava nisto e a imagem que lhe vinha à mente não era a do marido, mas a do padre Desidério” (Machado, 2013: 120); “A última vez que se viram foi depois da missa na capela da quinta. Oferecera-lhe o pequeno-almoço” (Machado, 2013: 121); “Ela estivera tentada a convidá-lo para o quarto. Não o fez por receio das criadas. Mas acompanhou-o depois à porta e apertou-o contra si, sentindo o tecido negro e áspero da sotaina nas coxas, e encheu-o de beijos a que ele correspondeu sem pejo e sem medo” (Machado, 2013: 121); “o marido demorava. Onde se terá metido? [...] Enquanto a Glorinha tomava o seu segundo chá, saía Júlio Torrão de uma casa da Rua da Boavista, pondo o chapéu na cabeça e calçando as luvas. [...] A menina Belita era um primor nos serviços a cavalheiros distintos” (Machado, 2013: 121); “- Mas o pior [...] é vossemecê ir contra o nono mandamento: Não cobiçarás a mulher do teu próximo” (Machado, 2013: 424).
- l) **A ingratidão:** “Quase toda a freguesia, envenenada pelas calúnias do presidente da Junta, perdera a estima naquele que durante mais de dez anos resolvera de forma satisfatória os mais variados problemas e conflitos. A ingratidão, pensava Pedro Fontes, era uma coisa cruel” (Machado, 2013: 350).
- m) **A inveja:** “Aquela lambisgoia estrangeira, mal chegou, já está enlaçada num dos nossos – comentou a Ermelinda” (Machado, 2013: 347); “Os outros rapazes, invejosos do seu porte, chamavam-lhe o *fininho*” (Machado, 2013: 348); “sinto os olhos dela sobre mim como se fossem canos de pistola” (Machado, 2013: 349).
- n) **A justiça:** “O advogado opinava que o processo, por falta de provas cabais, iria dar em nada. No entanto, se por acaso, e na justiça era comum acontecer, uma vez que o juiz poderia estar mal disposto, ele fosse considerado culpado, arriscava-se a apanhar três anos de cadeia e ser obrigado a devolver as joias” (Machado, 2013: 379); “O processo na justiça seguia o seu curso normal, lento e preguiçoso [...]” (Machado, 2013: 379).
- o) **A mentalidade mais avançada no estrangeiro (Brasil, Alemanha):** “No Brasil, ninguém liga. Há muitos sacerdotes que saem, se casam, arranjam outro emprego. O povo brasileiro é muito liberal” (Machado, 2013: 207); “Que reservava o futuro a uma rapariga em Portugal? Casar-se, ter filhos e viver para eles? Quando a guerra terminasse, poderia arranjar um emprego em Berlim, talvez numa escola ou numa universidade, e dedicaria a sua vida ao ensino e à investigação. Queria viajar, conhecer a Itália, a Grécia, o Egipto, Londres, Moscovo, Nova Iorque” (Machado, 2013: 385).
- p) **A mentira:** “Tive um acidente – mentiu o engenheiro” (Machado, 2013: 363), para não contar que fora espancado por ser mulhengo, por questões de honra: “É para aprenderes a respeitar as moças honestas” (Machado, 2013: 362).
- q) **A moralidade:** “Nas bordas do largo, os mais velhos iam deitando o olho enquanto conversavam sobre a carestia de vida” (Machado, 2013: 345); “ – A zelar pela moralidade do baile? – perguntou Dona Glorinha” (Machado, 2013: 349); “[...] viu-os juntos em certos preparos e foi contar ao pai” (Machado, 2013: 378); “Que haveria o sr. arcebispo de pensar se chegasse a saber, se é que já não sabe, que o padre da Gralheira anda a comprar e a vender minério da candonga?” (Machado, 2013: 424).
- r) **Os políticos:** “Desde o início que houve uma indisfarçada antipatia do cronista por esta personagem, antipatia extensiva a todo e qualquer indivíduo, ficcional ou não, que exerça um cargo político. Altino Pinheiro era um déspota e um corrupto, como soem ser os políticos que lograram e logram vangloriar neste retângulo enviesado com janela para o mar” (Machado, 2013: 377-378); “Os erros dos incompetentes e dos oportunistas da política pagam-se sempre muito caros” (Machado, 2013: 369).
- s) **O povo:** “Nós não somos um povo de heróis. Somos um povo de ladrões e de oportunistas” (Machado, 2013: 169); “os portugueses preferem amar na ausência. A isso se chama amor idealizado” (Machado, 2013: 170); “O povo é dado a tomar partidos por isto e por aquilo e tem a memória curta. Daqui a uns meses, o assunto estará enterrado” (Machado, 2013: 313); “Depois que largara da mina, fora a casa despir o fato-macaco, tomar um banho de alquidar e vestir o melhor fato que tinha” (Machado, 2013: 348).
- t) **O preconceito:** “As senhoras distintas eram demasiado austeras e não a tinham [Dona Glorinha, a carioca] em muito boa conta. Nunca a aceitaram como igual, apesar de ser a mulher de um dos homens mais ricos de Braga” (Machado, 2013: 23, *acrescento nosso*); “A Dona Glorinha, filha e neta de mestiços, onde se cruzavam índios, africanos e europeus, não tinha a pureza que lhe permitia ser beijada por uma ariana do Terceiro Reich” (Machado, 2013: 366).
- u) **A questão racial:** tão em voga, designadamente por força das teorias darwinistas da evolução das espécies – “não me permitem que nos juntemos com pessoas de outras raças” (Machado, 2013: 369); “- Então os portugueses não são europeus como quaisquer outros. – Mas não são arianos. Ou pelo menos não são arianos puros como nós” (Machado, 2013: 369).



- v) **O racionamento dos produtos:** “Preocupava-o, como a toda a gente, o racionamento e as requisições dos produtos agrícolas pelo Grémio e as consequências da guerra na economia. Previa que, tal como as coisas iam, viessem a surgir dentro de alguns meses graves problemas de abastecimento. Podia chegar-se ao cúmulo de haver dinheiro mas não haver o que comprar” (Machado, 2013: 379).
- w) **As tradições/hábitos:** “foi tocar a finados” (Machado, 2013: 12); “depois da ceia de batatas, couves e bacalhau, sentou-se à lareira” (Machado, 2013: 247); “Na Gralheira, era tradição fazer-se um baile de Carnaval (Machado, 2013: 341); “Na Gralheira, zangavam-se os pais, zangavam-se os filhos num instinto tribal milenar” (Machado, 2013: 350); “Havia um grande ajuntamento de povo que bailava, conversava, bebia e pagava promessas à santa” (Machado, 2013: 406); “andor enfeitado com flores e notas de vinte e de cinquenta” (Machado, 2013: 350).

Feita esta apresentação que nos coloca quer perante o espírito da época, isto à luz do escritor em apreço, quer diante do estilo de Leon Machado, não podemos deixar de reiterar a riqueza e acutilância semântica dos títulos com que batiza as suas obras que são, invariavelmente, deveras sugestivos. Além dos dois já explorados, trazemos ainda à colação um outro, desta feita *Diário Escasso* (2014), obra que nos foi bastante útil, posto que trata-se de uma espécie de chave, de introdução ao espírito, à alma do autor em estudo. De facto, o lexema “escasso”, que caracteriza o tipo de diário em apreço, dá-nos, desde logo, a percepção de descontinuidade, neste caso, cronológica e temática. Trata-se efetivamente de um registo de apontamentos soltos, feitos no calor do momento, por conseguinte, riquíssimos a todos os níveis, pois genuínos e espontâneos. Enfim, as temáticas de eleição que de seguida anunciamos são, sem surpresa, marcadas pelo seu trajeto, pela sua enciclopédia cultural e humana:

“povos pré-românicos; romanização; Descobrimientos portugueses; a Primeira República (1910-1926); a participação dos Portugueses na Primeira Grande Guerra; Ditadura do Estado Novo; exploração do volfrâmio; guerra colonial; provincianismo e aldeanismo; Minho e Trás-os-Montes, tradições e folclore; religião e clericalismo; ensino e educação; vida académica; amor; sexualidade e adultério; Biologia e Astronomia; outros mundos; universo” (Machado, in GAELT, 2013).

Dito isto, e no âmbito da empreitada linguístico-literária que nos propomos levar a cabo, há que relembrar as próprias palavras do escritor em destaque que, acerca do seu próprio estilo, revela: “é objetivo, sintético e de pendor clássico” (Machado, in Pinto, 2014: 62). Tais epítetos não podem, como já o afirmamos, ser desgarrados do seu próprio eu. Amante da Língua (recordamos que é Professor Universitário e investigador na área da Linguística), da História e da Literatura portuguesa e forânea, é ainda antigo militar, antigo seminarista, nascido e criado no Minho. Buscando inspiração nos clássicos, Leon Machado situa-se algures entre a escrita de “pendor clássico” e o “mar que é o pós-modernismo” (Machado in Pinto, 2014: 64), leitura que, de resto, encaixa na perfeição na segunda tensão estética, “classicismo versus contemporaneidade”, de três (Real, 2012: 59-68), proposta por Miguel Real para catalogar, digamos assim, o romance português contemporâneo (Real, 2012: 63-66). Efetivamente, o seu *alter ego*, desta feita de escritor, materializa os seus pensamentos por via de uma linguagem direta, clara, concisa, sem rodeios, na sua ótica, desnecessários, bem humorada, irónica, por vezes, sarcástica. Ressaltamos a figura de estilo **ironia** que debrua as suas obras, auxiliando a tal boa disposição, mesmo, por vezes, perante assuntos mais sérios. Além de alguns trechos já destacados a propósito de outros assuntos, atentemos ainda nestes três contextos:

“Talvez o menino Jesus não se importe que se dance no dia do seu aniversário” (Machado, 2013: 169); “O padre Desidério era pobre, quando muito, de espírito” (Machado, 2013: 203); “Por detrás da igreja, resguardados pela escuridão, o engenheiro Brito e a Diliãna beijavam-se sofregamente, ele com uma mão enterrada nas suas coxas e ela com os dedos a remexer-lhe a braguilha. Era dia de Carnaval e nenhum deles levava a mal (Machado, 2013: 352).

Naturalmente, todos estes aspetos terão consequências do ponto de vista linguístico. Abordamos, em seguida, algumas dessas materializações linguísticas decorrentes das suas opções e volições, que organizamos nestes nove pontos, que, não fora as tradicionais restrições de extensão que um texto desta natureza requer, abordaríamos com maior pormenor:

1- O uso de adjetivos e de advérbios resume-se ao estritamente necessário e sobretudo quando Leon Machado leva a cabo a descrição de algo ou de alguém, senão vejamos: “Olhei-me ao espelho, o bivaque na cabeça, a farda naquele tecido **grosseiro** entre o cinza e o azul, as botas **pretas reluzentes engraxadas** pelo Rato, as polainas, o cinturão de couro onde se prendia o coldre com a pistola que eu não levava, por ser proibido sair de licença com ela” (Machado, 2012: 46, *negrito nosso*). Fazemos notar a substantivação dos adjetivos de cor ou cromáticos “cinza” e “azul”, mais uma das consequências linguísticas do estilo que se quer direto e isento de rodeios, prática que, de resto, não é apenas recorrente com esta tipologia de adjetivos.

2- Relacionado com o ponto anterior, e como reflexo da objetividade estilística reportada, podemos afirmar que a classe gramatical por excelência de Barbosa Machado é, sem surpresa, o substantivo.

3- O escritor procura verter também no vocabulário selecionado o contexto, a força das circunstâncias. Ou seja, as variedades situacionais mas também as sociais (cf. Santiago e Dias, 2011: 6-7) são visíveis, além de sintática e semanticamente, nas unidades lexicais selecionadas a preceito, com o intuito de intensificarem certos contrastes. Assim, rastreamos uma maior competência comunicativa, um nível vocabular mais erudito, quando o narrador toma as rédeas do discurso e menor eficácia comunicativa, um nível mais simples (passando por aquilo que antigamente designávamos como gíria e chegando mesmo, por vezes, ao calão, como está expresso no último exemplo de 1g) (acerca da linguagem popular, cf. Pinto, 2014:51), quando certas personagens mais pitorescas erguem a sua voz. Mas, em nossa opinião, além do diálogo entre o padre Desidério e Ester que consta no *Epílogo de A Vendedora de Cupidos* (2013: 424-429), o caso mais emblemático dessa polaridade de vozes é protagonizado por Guiomar, a criada, e Luís Vasques, o advogado de *Memória das Estrelas sem Brilho*. A título de exemplo, trazemos à colação trechos de dois divertidos diálogos entabulados entre estas duas personagens, logo no início da obra:

*“Diz que está escrito nos livros. – No Direito Canónico, queres tu dizer. Sim, nisso. A igreja proíbe o casamento porque diz que é no cesto. – Talvez queiras dizer incesto. – Incesto, ou no cesto, é tudo a mesma coisa. [...] O sr. doutor, que estudou leis, saberá mais do que eu, que sou de poucas letras”* (Machado, 2012: 15-16). *“Quanto ao nosso trato, Guiomar, confidencialidade. – Confi quê, sr. doutor? – segredo, rapariga* (Machado, 2012: 17-18).

Mas este esforço para destrinçar a voz do narrador da de determinadas personagens não é inédito, trata-se, aliás, de “uma preocupação recorrente da ficção literária” esta “busca de maneiras convincentes de representar a fala” (Azevedo, 2003: 25). Enfim, a representação da fala não-padrão como forma de utensílio estilístico foi trabalhada e muito bem caracterizada pelo norte-americano Sumner Ives como sendo “um dialeto literário formado por um conjunto de traços não normativos, sejam regionais, sociais, ou individuais” (Ives in Azevedo, 2003: 61-62). Ainda no âmbito deste assunto, Milton Azevedo ensina-nos:

*“Ao ser impossível a reprodução exata da fala, o escritor opta por criar uma versão estilizada, às vezes estereotipada, de certa variedade lingüística, elaborando assim um mimetismo de oralidade (Traugott & Pratt 1980: 338 ss.) em que predomina algum sotaque ou outros traços sugestivos da fala em questão. Bem manipulado, trata-se de um poderoso recurso para realçar as vozes de alguns personagens, contrastando-as com as de outros, ou com a voz narradora, que, usualmente, se expressa em linguagem normativa”* (Azevedo, 2003: 62).

E excluindo a voz do narrador, que apresenta uma competência comunicativa acima do padrão, é exatamente isto que acontece com várias personagens das duas obras em estudo, de onde salientamos a figura de Eline e a de Dona Glorinha, posto que representam na perfeição essa busca de verosimilhança expressa também a nível linguístico. Pensemos, desde logo, no bilhete encontrado no bolso do casaco do defunto, padre Desidério, que gerou alguma perplexidade, posto que estava escrito em português, variedade brasileira: “Fez-lhe alguma confusão aquele *me* antes do verbo, mas atribui-o às poucas letras da autora” (Machado, 2013: 15). E encontramos muitos outros casos desta natureza como, por exemplo, “**me sirva** o pequeno-almoço” (Machado, 2013: 22, *negrito nosso*). O uso do gerúndio em vez do infinitivo no contexto “meu marido está **dormindo**” (Machado, 2013: 22, *negrito nosso*), bem como a utilização de “você” em vez de “tu/te” quando há muita proximidade entre os

interlocutores, “**Que deu em você**” (Machado, 2013: 168, *negrito nosso*) em vez do *O que te deu?*, constituem mais duas marcas da referida variedade brasileira. E há muitos outros detalhes a reportar onde é inclusive visível o uso de brasileirismos como “suco”, “moleques”, “amole”, “besteira”:

“**Bebemos um suco**” (Machado, 2013: 27, *negrito nosso*); “**dois moleques**” (Machado, 2013: 166, *negrito nosso*); “**não me amole**” (Machado, 2013: 307, *negrito nosso*); “**Você fez muita besteira**” (Machado, 2013: 168, *negrito nosso*).

Um outro caso emblemático é o de Eline, a alemã, que comunica em francês e num português muito incipiente que, de resto, vai tentar corrigir, recebendo aulas de Fatinha (Machado, 2013: 365). Vejamos, então, alguns exemplos:

“**Ça va?**” (Machado, 2013: 343, *negrito nosso*); “**Oui, merci. Et vous?**” (Machado, 2013: 343, *negrito nosso*); “**Voulez-vous danser?**” (Machado, 2013: 345, *negrito nosso*); “– **Je danse très mal!**” (Machado, 2013: 346, *negrito nosso*); “– **Moi? Eline. Et vous?**” (Machado, 2013: 352, *negrito nosso*); “– **Eu gostar muito de ti Rui. Tu ser ótimo rapaz. Mas eu ser má para ti**” (Machado, 2013: 381, *negrito nosso*); “**Eu não ser boa para ti**” (Machado, 2013: 384, *negrito nosso*); “– **Tu ir ao cinema também. Eu não me importar**” (Machado, 2013: 384, *negrito nosso*).

Note-se que é o próprio narrador que, informado pelo nosso linguista, explica o motivo de tais atropelos à língua portuguesa, cometidos “sobretudo por causa da articulação de certos fonemas e da conjugação dos verbos” (Machado, 2013: 381). No entanto, ressalva que esta “conseguiu manter já uma conversa na língua de Camões” (Machado, 2013: 381). Mas diga-se em abono da verdade que quer o uso do Português, variedade brasileira, quer do Francês, por razões óbvias, que passam pela similitude e pela forte herança cultural, não põe em risco a compreensão da mensagem. Isto é, segundo Milton Azevedo, “um fator importante na utilização de outro idioma como traço definatório de um personagem é o grau de inteligibilidade que se pode esperar do leitor” (Azevedo, 2003: 84).

4- Por outro lado, há igualmente que referir as marcas de antiguidade expressas em certos vocábulos usados. Alguns deles, como “guisa”, “vossemecê”, “soem” ou a expressão “por

mor”, são mesmo arcaísmos consagrados; outros são usados regionalmente e em contextos específicos, como o lexema “cibo” que, por exemplo, em Trás-os-Montes, significa *pedaço, bocado*. Além destes últimos, que apresentamos devidamente contextualizados, encontramos ainda outros vocábulos que sabem a antigo:

“A maior parte das vezes que vem aqui é **por mor** do roubo de galinhas (Machado, 2013: 9); “**sonhos ruins**” (Machado, 2012: 14, *negrito nosso*); “**vossemecê**” (Machado, 2012: 15, *negrito nosso*); “**cangalheiro**” (Machado, 2013: 16, *negrito nosso*); “**guisa**” (Machado, 2012: 17, *negrito nosso*); “**bragal de casamento**” (Machado, 2012: 18, *negrito nosso*); “**botaram-lhe**” (Machado, 2012: 45, *negrito nosso*) “**para se sentar um cibo**” (Machado, 2012: 50, *negrito nosso*); “**carestia**” (Machado, 2013, 345, *negrito nosso*); “**abriu a cartilha à frente da sua nova aluna**” (Machado, 2013: 365, *negrito nosso*); “**como soem ser os políticos**” (Machado, 2013: 377, *negrito nosso*); “**Prantou-se daqui para a França**” (Machado, 2012: 397, *negrito nosso*).

5- As abreviaturas “ti”, como “Ti Clarindo” (Machado, 2013: 9), e “sô”, como “Sô Mário” (Machado, 2013: 166), são também dignas de destaque, pois contribuem para a tal criação de um ambiente pitoresco. Cristina Pinto, em relação a *Memória das Estrelas sem Brilho*, refere inclusivamente que o uso frequente da linguagem e de vários provérbios populares ajuda o leitor a imiscuir-se “na rusticidade” (Pinto, 2014: 51). Aqui ficam alguns exemplos das múltiplas expressões populares existentes:

“o fogo ao pé da palha...” (Machado, 2012: 11); “**olho da rua**” (Machado, 2012: 11); “**não me fio**” (Machado, 2012: 11); “**pelas cinco chagas**” (Machado, 2012: 11); “– **Cruzes, sr. doutor!**” (Machado, 2012: 11); “**olho da rua**” (Machado, 2012: 11); “**são promessas e toda a gente sabe que as leva o vento**” (Machado, 2012: 12); “**seja eu ceguinho**” (Machado, 2012: 17); “[...] **atirar o barro à parede [...]**” (Machado, 2012: 15); “**apalpar primeiro o terreno**” (Machado, 2012: 17); “**como quem não quer nada**” (Machado, 2012: 17); “– **Crisântemos, sr. doutor?**” (Machado, 2012: 17); “**mete-lhe nu cu tudo o que ganha**” (Machado, 2012: 397).

6- Traremos entretanto à colação alguns vocábulos que, de uma forma ou de outra, nos chamaram à atenção pelo seu preciosismo, pela sua acutilância, pela sua peculiaridade nos contextos em que foram usados. Neste sentido, começamos por sublinhar a riqueza simbólica da palavra que nomeia a aldeia minhota fictícia, “Gralheira”, posto que, pela

proximidade semântica com o vocábulo “gralha”, que, como é sobejamente conhecido, em sentido figurado, significa *pessoa faladora*, nos coloca imediatamente no espírito do cenário, do espaço, em causa. Eis as mencionadas unidades lexicais:

“**soslaio**” (Machado, 2012: 12); “**fez um breve esgar de estranhamento**” (Machado, 2012: 15); “**afiançou-me**” (Machado, 2012: 16); “**bragal de casamento**” (Machado, 2012: 18); “**trautear das armas**” (Machado, 2012: 22); “**as admoestações da mãe por ter chegado tarde**” (Machado, 2013: 29); “**toque do clarim**” (Machado, 2012: 37); “**pederastas**” (Machado, 2012: 38); “**charrete**” (Machado, 2012: 45); “**comprovar a asserção**” (Machado, 2012: 46); “**Desafortunadamente**” (Machado, 2012: 48); “**aguardente babujada**” (Machado, 2012: 51); “**messe do quartel**” (Machado, 2012: 53); os batatais estavam **viçosos** e as **latadas**” (Machado, 2012: 53); “**cantochão**” (Machado, 2013: 56); “**fomos ovacionados pelos populares**” (Machado, 2012: 57); “**sotaina**” (Machado, 2013: 121); “**a primeira refrega**” (Machado, 2012: 255); “**alfaias agrícolas**” (Machado, 2012: 396); “**fazenda e descendência**” (Machado, 2012: 396); “**mero aboletado**” (Machado, 2012: 437); **sorumbático** (Machado, 2013: 249); **desentorpeceu** as pernas (Machado, 2013: 249); ficou **abespinhada** (Machado, 2013: 343); **tratante** (Machado, 2013: 345); “os **ajuntamentos** eram ótimos” (Machado, 2013: 345); “**aparelhar os passos**” (Machado, 2013: 347); **aperaltado** (Machado, 2013: 348); **imbróglío** (Machado, 2013: 350); “**sofregamente**” (Machado, 2013: 352); “**acanhamento**” (Machado, 2013: 356); “**Matutava**” (Machado, 2013: 361); “**pedras de macadame**” (Machado, 2013: 361); “**cartilha**” (Machado, 2013: 365); **solícitos** (Machado, 2013: 368); “**fonemas**” (Machado, 2013: 381); “**Cicerone**” (Machado, 2012: 381, *negrito nosso em todos os casos*); “**emborcava**” (Machado, 2013: 424); “**chá de agripalma**” (Machado, 2013: 426); “**macumba**” (Machado, 2013: 426); “**começou a rezar as completas**” (Machado, 2013: 426); “**aroma a nardo**” (Machado, 2013: 426); “**cilício**” (Machado, 2013: 428); “**esposa oficiosa**” (Machado, 2013: 426).

7- A sintaxe é simples, as frases são geralmente curtas, despidas de artifícios estilísticos muito rebuscados. Aqui ficam alguns exemplos:

“É dia de Páscoa. Acordámos todos muito cedo e fomos à missa que começou às sete. O Afonso conduziu o velho *Minerva* e levou com ele o Pedro. Eu segui no *Ford* com a Aninhas, a Inês e a minha mãe” (Machado, 2012: 424); “Mas chegou de manhã à cidade, dirigiu-se à Câmara Municipal e apresentou a demissão por escrito na secção F.” (Machado, 2013: 310-311).

8- A pontuação, também em prol da simplicidade estrutural, é, como já se disse, canónica. Vejamos apenas alguns casos:

a) Coloca vírgula quando o modificador do grupo verbal (cf. Santiago e Dias, 2011: 17), antigo complemento circunstancial, vem anteposto ao sujeito, em início de frase: “**Em casa**, encontrei os meus pais preocupados” (Machado, 2012: 38, *negrito nosso*); “**daí a uma hora**, entrou a Guiomar [...]” (Machado, 2012: 13, *negrito nosso*); b) Coloca vírgula para isolar informação extra: “O casamento da nossa criada Guiomar com o Delmiro, **filho mais velho do Rato**, foi ontem” (Machado, 2012: 396, *negrito nosso*); c) Coloca a vírgula para separar a oração subordinada (neste caso condicional) da oração subordinante: “**Se funcionassem**, não haveria munições para o tiro ao alvo” (Machado, 2012: 37, *negrito nosso*); d) Coloca a vírgula para separar o vocativo: “Desculpe a pergunta, **sr. doutor**, mas hoje também...” (Machado, 2012: 18, *negrito nosso*); e) Coloca a vírgula a seguir à locução adverbial conetiva (cf. Santiago e Dias, 2011: 14), antiga locução conjuncional coordenativa adversativa, em início de frase: “**No entanto**, só ficaria satisfeito quando viesse Pedro Fontes a ser condenado” (Machado, 2013: 378, *negrito nosso*); f) Coloca vírgula depois do advérbio, neste caso de modo, em início de frase: “**Desafortunadamente**, foi a Vila Verde negociar umas pipas de vinho” (Machado, 2012: 48, *negrito nosso*); g) Coloca a vírgula para separar orações: “A mãe **ergueu-se**, **deixou cair** o bordado e **pôs-se** aos gritos” (Machado, 2012: 48, *negrito nosso*); h) Coloca a vírgula a separar o vocativo (“*Libaninha*”) da oração subordinada temporal (introduzida pela conjunção subordinada temporal “quando”), seguida de informação extra devidamente virgulada (“e terminará um dia”) e da oração principal (“*ter-me-ás aqui*”), que antecede uma oração subordinada condicional (“se ainda me quiseres”). Eis o exemplo em causa: “– **Libaninha**, quando tudo isto terminar, **e terminará um dia**, **ter-me-ás aqui**, **se** ainda me quiseres para teu marido” (Machado, 2012: 40, *negrito nosso*).

9- Escreve com o **novo acordo ortográfico**. Basta olharmos para a ausência do hífen entre a “forma monossilábica do presente do indicativo do verbo **haver**” e a preposição *de* (Casteleiro e Correia, 2007: 19); a “supressão de acentos gráficos em palavras graves com ditongo *oi*” (Casteleiro e Correia, 2007: 18) e o uso de minúscula nos meses do ano (Casteleiro e Correia, 2007: 11). Eis os exemplos reportados:

“**hás de**” (Machado, 2012: 12); “**joias**” (Machado, 2013: 350); “**maio de 1944**” (Machado, 2013: 380); “**No final de abril**, o Rui [...]” (Machado, 2013: 381).

Enfim, terminada esta pequena viagem em torno de algumas marcas linguísticas bastante evidentes no estilo de Leon Machado, e parafraseando o grande mestre Ernesto Guerra da Cal, sabemos que:

*"[...] a pesquisa dos seus processos linguísticos, dos símbolos verbais que seleciona entre aqueles que se oferecem a uma opção possível, embora não nos revele o segredo mágico da sua personalidade e da sua obra, permitir-nos-á pelo menos um conhecimento parcial mais aproximado do seu feitiço espiritual, e um mergulho relativamente mais fundo no fenómeno do seu processo criador. [...] sabemos de antemão que não conseguiremos encontrar a rosa, de que falava Gourmont, na sua fragrância; mas se conseguirmos rodeá-la, examinar algumas pétalas e aproximarmo-nos do 'sanctum' inacessível e inexpugnável do seu segredo vivo, consideremos isso mais que suficiente, e ficaremos satisfeitos" (Cal, 1981: 54-55).*

Cientes de que este artigo constitui apenas um modesto contributo ao vastíssimo universo de leituras possíveis em torno da auspiciosa obra de José Leon Machado, damos por bem empregue o labor empreendido em torno de um escritor que merece ser estudado, posto que, por via de um estilo "leve, mas não light", como já se disse, e divertido, com uma certa pitada de "ridendo castigat mores"<sup>34</sup>, tão a preceito no tempo do teatro vicentino, e também nos dias atuais, aborda assuntos muito sérios, diríamos mesmo intemporais, e de sumo interesse para a memória coletiva de um povo plurissecular dotado de uma complexa identidade pessoal e cultural que urge acarinhar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Onésimo Teotónio (2011, 01 de janeiro), "Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra" in *PNET Literatura*. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/vendedora.htm>.

Araújo, Rui Ângelo e Chaves, Carlos (s.d.), "José Leon Machado. Projeto Vercial", *Reportagem*, edição n.º 19. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://www.trasosmontes.com/eitofora/numero19/reportagem.html>.

Azevedo, Milton M. (2011), "The Great War and Remembrance in José Leon Machado's *Memória das Estrelas sem Brilho*", *Hispania* 94.3, AATSP copyright, 396-405.

Azevedo, Milton M. (2009, janeiro), "Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra". Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.

Azevedo, Milton M. (2003), *Vozes em Branco e Preto: a Representação Literária da Fala Não-Padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Cal, Ernesto Guerra da (1981), *Língua e Estilo de Eça de Queirós*, 4.ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.

Casteleiro, João Malaca; Correia, Pedro Dinis (2007), *O Novo Acordo Ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa: Texto Editores.

Cláudio, Mário in Anastácio Neto (2008), "Mário Cláudio: a Função do Escritor Não é Ser Legível, mas Autêntico". Consultado a 21 de novembro de 2008, <http://oviciodaarte.blogspot.com/2004/11/mario-claudio-fundo-do-escritor-no-ser.html>.

Coelho, Jacinto do Prado (1961), *Problemática da História Literária*. Lisboa: Ática.

Freitas, Carolina (2010, 14 de novembro), "Recriar a História" in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Entrevista a José Leon Machado. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://visao.sapo.pt/recriar-a-historia=f578204>.

Gomes, Florbela L. S. (2009, outubro), "Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra". Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.

Gonçalves, Mário (2010), "[José Leon Machado: Universidades Portuguesas Estão Cheias De Maus Alunos](#)", Entrevistas – Escritores, 07 Fevereiro. Consultado A 21 De Janeiro De 2015,

[Http://Www.Livroseleituras.Com/Web/Index.Php?Option=Com\\_Content&View=Article&Id=4](Http://Www.Livroseleituras.Com/Web/Index.Php?Option=Com_Content&View=Article&Id=4)

<sup>34</sup> Expressão latina erradamente atribuída a Gil Vicente, o pai do teatro português. Foi efetivamente popularizada, no século XV, na medida em que reproduzia a intenção e o estilo de Gil Vicente, mas, como refere Carlos Rocha, "segundo o *Dicionário de Português Michaelis*, a frase significa "corrige os

costumes sorrindo» e corresponde ao «[p]rincípio em que se fundamenta a comédia, criado por Jean de Santeuil» (1630-1697), poeta francês que escreveu em latim" (Rocha, 2010, novembro).

84:Jose-Leon-Machado-Universidades-Portuguesas-Estao-Cheias-De-Maus-Alunos&Catid=64:Escritores&Itemid=175.

Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2011), *Língua E Estilo: Um Estudo Da Obra Narrativa De Mário Cláudio*. Vila Real: Centro De Estudos Em Letras E Universidade De Trás Os Montes E Alto Douro (Com O Apoio Da Fct).

Machado, José Leon (2013), “Conferência: «O presente e o futuro do livro como objeto cultural»”, 27 de novembro, Grupo de Análise e Estudo da Literatura e de Tradutologia (GAELT). Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://gaelt.uvigo.blogspot.pt/2013/11/conferencia-o-presente-e-o-futuro-do.html>.

Machado, José Leon (2012), *Darkening Stars - A Novel of the Great War*. Tradução de Milton M. Azevedo e Karen C. Sherwood Sotelino. Ed. Vercial: Braga.

Machado, José Leon (2014), *Diário Escasso (2006-2012). Seguido de uma Autobiografia e de umas Memórias Literárias*. Braga: Edições Vercial.

Machado, José Leon (2012), *Memória das Estrelas Sem Brilho*, 2.ª ed. revista. Braga: Edições Vercial [2008].

Machado, José Leon (2013), *A Vendedora de Cupidos*, 2.ª ed. revista. Braga: Edições Vercial [2010].

Pereira, Maria Eduarda Vassalo (1988), “Estilo”, in A. Campos Matos (org. e coord. de), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 389-403.

Pereira, Susana (2010, janeiro), “Recensões Críticas e Opiniões sobre a Obra”. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/leon/memoria.htm>.

Pinto, Cristina Teixeira (2014), *Memória das Estrelas sem Brilho – História e Identidade na Estética Literária de José Leon Machado*. Braga: Edições Vercial.

Real, Miguel (2012), *O Romance Português Contemporâneo (1950-2010)*. Alfragide: Editorial Caminho.

Rita, Annabela, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier & Real, Miguel, “Entrevista a Mário Cláudio”, *Revista Letras com Vida*. Lisboa: CLEPUL (entregue para publicação) e reposta na íntegra

no livro *Mário Cláudio e a Portugalidade* in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (coordenadores). Setúbal: Edições Fénix (no prelo).

Rocha, Carlos (2010, novembro), “A expressão latina «*ridendo castigat mores*» = «corrige os costumes sorrindo»” (22-11-201), in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Consultado a 01 de março de 2015, <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=29048>.

*Rotas do volfrâmio na Europa, memória dos homens e património industrial*. Consultado a 21 de janeiro de 2015, <http://routesofwolfram.eu/pt/memoria-dos-homens/contexto-historico/portugal.html>.

Santiago, Ana e Dias, Ana Paula (2011), *O Que Muda na Gramática? Conheça a Nova Terminologia*. Alfragide: Texto Editores.

*Terminologia Linguística: revisão e consulta pública*. Consultado a 21 de janeiro de 2015, in <http://dgide.min-edu.pt>.

## 7. CAROLINA CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA E UNIVERSIDADE DO PORTO



– **ANA CAROLINA CONSTÂNCIA** – Nasceu em Ponta Delgada, a 24 de abril de 1993. Desde os seis anos de idade que estuda Violino no Conservatório Regional de Ponta Delgada, iniciando os estudos com a professora Antonella Pincenna. No curso básico de violino ingressou na classe da professora Natália Zhilkina, onde concluiu o 8º grau do curso complementar.

Foi selecionada para participar nos três estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música realizados nos Funchal (2009), Ponta Delgada (2010) e Coimbra (2011) e participou em Workshops de verão da Escola Metropolitana de Lisboa sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana, e ainda nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena.

Em abril de 2012 e 2013 participou num estágio de orquestra de jovens na Alemanha (Bayreuth), sob a direção de Nicolas Richer, constituída por jovens músicos de vários países da Europa, que realizou concertos em Paris, Estrasburgo, Berlim e Leipzig.

Atualmente está a frequentar o 4º ano da licenciatura em Matemática da Faculdade de Ciências do Porto, continuando a manter uma prática regular do violino.



GALIZA



BRAGANÇA 2009



GALIZA 2012



SEIA 2013

TOMOU PARTE PELA PRIMEIRA VEZ EM 2008 NA LAGOA TENDO SEGUIDAMENTE PARTICIPADO NOS COLÓQUIOS DE BRAGANÇA 2009, VILA DO PORTO 2011, OURENSE (GALIZA) 2012 E SEIA 2013.

ATUA NOS DOIS RECITAIS.

**CHRYS CHRYSTELLO** (n. 1949-) é um cidadão australiano que acredita em multiculturalismo, numa família mesclada de Alemão, Galego-Português e Brasileiro paterno, Português e marrano materno.

Publicou o seu primeiro livro “Crónicas do Quotidiano Inútil” (poesia) em 1972).

O exército colonial português levou-o a Timor (1973-75) onde foi Editor-chefe do jornal A Voz de Timor, antes de ir à Austrália adotá-la como pátria.



RIO 2010

#### 8. **CHRYS CHRYSTELLO, AICL/AGLP – AÇORES/ AUSTRÁLIA**







**BRAGANÇA 2008**

Dedicou-se ao jornalismo (rádio, TV e imprensa) desde 1967. Escreve sobre o drama de Timor Leste desde 1975.

Desempenhou funções executivas na Eletricidade de Macau (1976-82).

Foi Redator, Apresentador e Produtor para a TDM/RTP (Rádio Macau) e TVB - Hong Kong.

Depois, em Sydney, Austrália, esteve envolvido na definição da política multicultural.

Foi Jornalista no Minist<sup>o</sup> Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Foi Tradutor e Intérprete no Minist<sup>o</sup> da Imigração e no de Saúde (NSW)

Divulgou a descoberta na Austrália da chegada dos Portugueses 1521-25, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português.

Foi orador em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau.). Membro Fundador do AUSIT e do júri da NAATI, lecionou tradutologia na UTS, Sydney, sendo por mais de vinte anos responsável pelos exames dos Tradutores e Interpretes (NAATI).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa, Australia Council (1999-05).

Foi Mentor dos finalistas de Literatura da ACL da University of Brighton (UK 2000-12) e Revisor da Universidade de Helsínquia; Consultor do Programa REMA da Univ. dos Açores. (2008-12).

Proferiu uma Palestra na Academia Brasileira de Letras em março 2010 com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, organizada pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça.

Foi admitido (out.<sup>o</sup> 2012) como *Académico Correspondente* (Academia Galega AGLP).



**GALIZA 2012**



MACAU 2011



MACAU 2011



MACAU 2011 GRUTA DE CAMÕES



SEIA 2014

É Membro do Conselho Consultivo do MIL.

Organiza desde 2001 os Colóquios da Lusofonia.

É Editor dos CADERNOS (DE ESTUDOS) AÇORIANOS<sup>35</sup>, publicação trimestral da AICL *online*,

De 2006-13 traduziu obras e excertos de autores açorianos para Inglês, em projetos vários publicados.<sup>36</sup>

### SÓCIO FUNDADOR DA AICL E AGLP,

### PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL.

### MODERA SESSÕES

### INTERVÉM NAS SESSÕES DE POESIA

### TEMA 2.4 (APRESENTAÇÃO NA UBI) - O HISTORIAL DA AICL

### RESUMO

Uma curta resenha dos sonhos, ambições e concretizações dos últimos 22 colóquios para uma audiência na UBI que nunca ouviu falar deles nem deles participou

Esta apresentação é meramente informativa sobre o percurso da AICL.

Os Colóquios da Lusofonia criados em 2001, passaram a associação cultural e científica sem fins lucrativos em 2010. Cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua, um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais, para esta mesa e audiência sem conhecimento de tal percurso Partindo dela criamos pontes independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

A nossa versão é das mais abrangentes e visa incluir todos numa Lusofonia que não seja Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que por vezes parece emanar da CPLP e outras entidades.

<sup>35</sup> <http://www.lusofonias.net/conteudo/estudos-acorianos/>

<sup>36</sup> Bibliografia do autor disponível para descarga gratuita

Crónica do quotidiano inútil vol. 1 (poesia) Porto 1972, ed. do autor (esgotada) - [http://worldpubliclibrary.org/Members/eBooksBrasil\\_Collection/quotidianoinutil.pdf](http://worldpubliclibrary.org/Members/eBooksBrasil_Collection/quotidianoinutil.pdf)

Crónica do quotidiano inútil, vol. 2, 1967-1974 (poesia), Díli, Timor Português, abril 1974 ed. do autor (esgotada) - <http://lusofonias.net/images/pdf/cqi%20vol2versao2011.pdf>

Crónica do quotidiano inútil, vol. 3&4, 1973-81, (poesia), Macau 1982, e-book - <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/quotidianoinutil.pdf>

Crónicas Austrais - 1978-1998 (monografia) – 1ª ed 2000, 2ª ed 2012. E-book –

<http://www.ebooksbrasil.org/hiebook/cronicasCA.kml>

Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) ISBN 10: 972-8305-75-3 / 9728305753 /ISBN 13/EAN: 9789728305758

Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, 2ª ed. 2000 e-book [www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf](http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf)

East Timor - The Secret Files 1973-1975, 2ª ed. 2000, 3ª ed. 2012 e-book - <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf>

Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter DVD-livro, 1ª ed. 2005 ISBN: 978-989-95641-9-0/ ISBN: 978-989-95641-9-0 ed dos Colóquios Anuais da Lusofonia - [www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf](http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf) -

Cancioneiro Transmontano 2005, ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança, (amostra) <http://ebookbrowse.com/cancioneiro-transmontano-2005-pdf-d74440456>

Timor-Leste: 1973-1975 - O Dossier Secreto - 3ª Ed. 2012 e-book - <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf>

CrónicasAçores: uma circum-navegação, (vol 1), 2009 ISBN 989-8123-12-1 – /2ª ed 2010 e-book online em: - <https://www.scribd.com/doc/39955110/chronicacores-uma-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-acoress-volume-um-da-trilogia>

CrónicasAçores: uma circum-navegação, (vol. 2) 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed Calendário de Letras

Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) 1ª ed 2012 e-book <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf>

Trilogia da História de Timor 3 volumes (Timor Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) <https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRILOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/>

Crónica do Quotidiano Inútil 2012 poesia, 40 anos de vida literária (obras completas) ed Calendário Letras

Desconheço quando, como ou porquê se usou inicialmente o termo lusofonia mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, e nosso primeiro patrono, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes no Mundo e dele nasceram os Colóquios da Lusofonia. Logo no primeiro abolimos o sistema português que distingue as pessoas pelos axiônimos (títulos apenas aos nomes).

Hoje, os nossos patronos são Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia. Os nossos oradores não buscam mais uma Conferência para o currículo, antes partilham ideias, projetos, criam sinergias, irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. Os nossos colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos/as de longa data se tratasse. A informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana permitiram avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas.

Os Colóquios da Lusofonia são uma área privilegiada de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha. É esta a Lusofonia que defendemos para que a Língua Portuguesa sobreviva sem se fragmentar em pequenos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão. Se aceitarmos essas variantes sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser como o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes dos Açores às Bermudas, Índia, Timor, da Austrália aos Estados Unidos. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes.

*No 1º Colóquio 2002* pretendeu-se repensar a Lusofonia, como instrumento de aproximação de povos e culturas. O Porto foi a cidade escolhida, perdida que foi a

oportunidade, como Capital Europeia da Cultura, de fazer ouvir a sua voz em prol da língua de todos nós, da Galiza a Cabinda e Timor, países de expressão portuguesa e pelos outros onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.

No 2º Colóquio [2003] disse-se que só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem. Além dos tratos de polé que a língua sofre nos meios de comunicação social, novas tecnologias no ciberespaço e novas redes de comunicação em tempo real criam novos desafios.

Urge apoiar a formação linguística dos meios de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores da área, dignificar a língua portuguesa nos organismos internacionais com um corpo de tradutores e intérpretes profissionais. Muitos cursos superiores continuam desajustados do mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas. Portugal não tem excesso de licenciados mas falta de empregos. Será que falam Português?

No 3º Colóquio [2004], o tema era a Língua Mirandesa, dizia-se Este colóquio como pedrada no charco que pretendia ser, visava alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram.

Em 2004, lançamos a campanha que salvou da extinção o importante portal Ciberdúvidas.

No 4º Colóquio [em 2005] sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste, escrevia-se “O português faz parte da história timorense. Não a considerar uma língua oficial colocaria em risco a sua identidade”, como defende o linguista australiano Geoffrey Hull no livro Timor-Leste. Identidade, língua e política educacional.

A língua portuguesa *“tem-se mostrado capaz de se harmonizar com as línguas indígenas e é tanto mais plausível porque o contacto com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense”*. Quando Timor-Leste emergiu da fase colonial *“não foi necessário procurar uma identidade nacional, o país era único do ponto de vista linguístico”*. *“O português não é demasiado difícil para os timorenses pois já possuem um relativo conhecimento passivo, devido a já falarem o Tétum-Díli”*, afirma Hull. *“A juventude deve fazer um esforço coletivo para aprender ou reaprender” a língua portuguesa*. Partimos destas premissas para o 4º Colóquio antes de sabermos que teríamos a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, e uma exposição de fotografia do Presidente Xanana Gusmão (Rostos da Lusofonia).

Em 2006, no 6º Colóquio no V Colóquio debateram-se os modelos de normalização linguística na Galiza e a situação atual onde o genocídio linguístico atingiu o subtil estádio da promoção do castrapo, a língua castelhanizada com uma política ativa de exclusão dos dissidentes lusófonos (os denominados reintegracionistas e lusistas). Debateu-se a sobrevivência linguística da Galiza numa altura em que a UNESCO advertiu do risco de castelhanização total. Anunciou-se a criação da AGLP, a nova academia galega da língua portuguesa e falou-se dos avanços e recuos, apontaram-se soluções, exigindo a reintrodução do Português na Galiza através de várias formas e meios como viria a ser conseguido pela AGLP em 2013 na Iniciativa Paz Andrade.

Em 2007, no 8º colóquio buscou-se um tema ainda mais polémico e a necessitar de debate: “O Português no século XXI, a variante brasileira rumo ao futuro. O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: a agenda para as próximas

décadas.” Assim, a verificar-se (e pode ser uma questão de tempo) a emancipação da variante brasileira, a europeia está condenada à morte lenta. O Português, ao contrário do que muitos pensam, não tem pernas para andar sozinho com a sua reduzida e envelhecida população. Tem de contar com o Brasil, Galiza, Angola, Moçambique, Timor, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné-Bissau e onde se fale português, mesmo nas comunidades esquecidas de Goa a Malaca. São lusofalantes os que têm o Português como língua-mãe, de trabalho ou de estudo, da Galiza a Macau, Havai ou outros países.

Em 2006, iniciamos um segundo colóquio anual nos Açores. Ali congregando académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Pretendemos divulgar a *identidade açoriana* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Eslovénia, Itália, França, e onde fizemos traduções de obras e excertos de autores açorianos. *Tornaram-se uma enorme tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade*.

Relembremos, por fim, algumas das nossas conquistas não enunciadas antes:

Em 2007 no 8º colóquio atribui-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

Em 2008 no 10º colóquio o Professor Adriano Moreira deslocou-se propositadamente a Bragança para dar *“o apoio inequívoco da Academia de Ciências”*. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Inauguramos a Academia Galega da Língua Portuguesa e prosseguimos a campanha pelo Acordo Ortográfico 1990, com o apoio de Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em 2009 nos 11º e 12º colóquios, definimos os projetos do Museu da Lusofonia e da Açorianidade que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano assinamos um protocolo com a Universidade do Minho para ministrar um Curso de Açorianidades e Insularidades.

Em janeiro de 2010 lançámos os Cadernos de Estudos Açorianos que trimestralmente publicámos em pdf no nosso portal<sup>37</sup> havendo já 26 cadernos, vários suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos e pretendemos levar o curso de Açorianidades e Insularidades online para todo o mundo.

Também em 2010, no 13º colóquio no Brasil, participamos na conferência da CPLP em Brasília, visitamos o Museu da Língua em S. Paulo e no Rio fomos recebidos na Academia Brasileira de Letras, onde palestraram Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello, antes de rumarmos ao 13º colóquio nessa 10ª ilha açoriana que é Santa Catarina.

Em 2010, Bragança, no 14º colóquio, tivemos poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo do poema “Ode ao Boeing 747” em 11 das 14 línguas para que o traduzimos (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo). Por sugestão de Malaca Casteleiro criamos um ANUÁRIO de comunicações não editadas em papel do 1º ao 13º colóquios, já no nosso portal.

Em 2011, no 15º colóquio, uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local e lá se firmaram novos protocolos embora ainda não tenham trazido resultados práticos.

Em 2011, no 16º colóquio, fomos pela primeira vez a Santa Maria, Ilha-Mãe. Ali se apresentou a antologia bilingue de autores açorianos, e aprovou-se uma DECLARAÇÃO DE REPÚDIO pela atitude de Portugal que *olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.*

Em 2012 no 17º colóquio na Lagoa, reunimos na *HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO*: 9 autores: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Valadão Serpa (Flores/EUA); Eduíno de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Idalinda Ruivo e filha Maria João) e Daniel de Sá, (S. Miguel); Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado pela filha e poeta Joana Félix (ilha Terceira); Urbano Bettencourt (Pico), e do Brasil, Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Maria Josefina.

Em outubro 2012, no 18º colóquio, fomos a Ourense na Galiza, parcela esquecida da Lusofonia e berço da língua de todos nós. Houve uma cerimónia especial da Academia Galega onde se empossaram 8 novos Académicos Correspondentes, num evento rico em trabalhos científicos e apresentações

Na Lagoa e na Galiza (2012) difundimos o *MANIFESTO AICL 2012, a língua como motor económico*<sup>38</sup>, como contributo para uma futura política da língua. Vivemos uma encruzilhada semelhante à da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite

<sup>37</sup> [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)

<sup>38</sup> Leia o MANIFESTO (2012) CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO,

<http://www.lusofonias.net/propostas-aicl/manifesto-aicl-2012.html>

do alcance linguístico somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum. Em 2012 surgiram importantes projetos: a Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos, a Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos (em 2 volumes), de Helena Chrystello e Rosário Girão, lançadas em Portugal, Açores, Galiza e Toronto e editadas - como todas as nossas obras - pela Calendário de Letras

Na Maia (2013) no 19º colóquio, novos projetos, a antologia no feminino (9 ilhas 9 escritoras), um cancionero, o projeto de musicar poemas, e o novo Prémio Literário AICL Açorianidade.

Em Seia (2013) no 20º colóquio, criou-se um projeto de levantamento do Corpus da Lusofonia pelo Grupo Interdisciplinar, de Pesquisas em Linguística Informática da Univ de São Paulo, sob a coordenação da Professora Doutora Zilda Zapparoli. Iremos continuar a musicar poemas de autores açorianos e dos colóquios, como a Ana Paula Andrade demonstrou no 19º e 20º colóquios e musicaremos autores em versão *pop*, pelos professores da Escola da Maia em S. Miguel, com vista ao lançamento de um CD. À medida das disponibilidades dos nossos tradutores, traduziremos excertos de autores açorianos. Tentaremos dar vida ao Centro de Estudos Virgilianos com apoio do IPG, UBI, estando o Professor Malaca Casteleiro a providenciar para conseguir este desiderato.

2014, o 21º colóquio inovou pelo idílico local onde se realizou – a Praia dos Moinhos, Porto Formoso. Ali se lançou o 2º Prémio Açorianidade, 2014 – Poesia em honra de Brites Araújo e se apresentaram os livros *Coletânea de Textos Dramáticos de autores açorianos*, de Helena Chrystello e Lucília Roxo (incluem Álamoliveira, Martins Garcia, Norberto Ávila, Daniel de Sá, e Onésimo Teotónio de Almeida) e a *antologia no feminino* “9 ilhas, 9 escritoras” incluindo Brites Araújo, Joana Félix, Judite Jorge, Luísa Ribeiro, Luísa Soares, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Natália Correia, Renata Correia Botelho, com a presença de grande parte das antologias

Em 2014, no 22º colóquio em Seia, tivemos dois grandes vultos da ciência desconhecidos para a maioria da população – os professores Carlos Teixeira do Canadá, especialista em Geografia Humana e o professor José António Salcedo, especialista mundial em ótica e laser. Trouxemos de Timor Leste um grupo de dançarinos/as que ao longo de três sessões nos encantaram, na aproximação entre culturas lusófonas distantes. Celebramos protocolos com a Câmara de Seia e a Quinta de Crestelo que ficam como sede continental dos colóquios. Iguamente se assinou idêntico protocolo com a Câmara de Montalegre.

O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara em Macau os seus quadros para dominarem a língua portuguesa e conquistarem os mercados lusófonos. Os avanços da Lusofonia irão depender sobretudo da liderança brasileira, levando a reboque os países africanos cheios de complexos do seu velho e impotente colonizador Portugal. A língua portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais dos países onde está instituída e os quais estão geograficamente distantes uns dos outros, mas pode ser o veículo de aproximação entre esses países e as comunidades lusofalantes.

Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje pela transmissão via oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos as diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da sã convivência com outras etnias e culturas poderemos manter viva a nossa. Devemos aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais que com a nossa podem coabitar.

Resumidamente, foi isto que fizemos, congregando vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos. Esperemos que mais se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia - para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente. Ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

**APRESENTAÇÃO NO FUNDÃO:**

**TEMA 3.1 - AÇORIANIDADES - EU CANTO DOS AÇORES OS POEMAS. CHRYS CHRYSSTELLO –**

Sabemos dos Açores ser um arquipélago no meio do oceano Atlântico, com nove belas ilhas e alguns ilhéus onde nasceram grandes vultos da cultura portuguesa. A música tradicional açoriana tem a sua génese nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram consigo seus costumes e suas trovas. A poesia açoriana é, desde esse início, muito mais marcada pela natureza, ou seja, tem ligação ao meio ambiente. Eduardo Lourenço<sup>39</sup>, defende que “*a identidade só se define na relação com o outro (...) e só o que subsiste através da sucessão dos tempos confere sentido ao conceito de Identidade*”. Esse sentido, esses agentes diferenciais inseridos na Poesia Açoriana revelam a verdadeira face do ilhéu, tão singular em cada uma das nove ilhas.

Alguns dos mais representativos poetas açorianos fazem parte do acervo cultural da Língua e Literaturas Lusófonas. A Poesia Açoriana contemporânea, além das características que lhe conferem o estatuto de “poesia insular”, é um labirinto. É quase impossível entender uma obra como a de Roberto Mesquita ou Pedro da Silveira sem conhecer, ao menos de vista, o meio físico natural (a paisagem, desde logo) onde essas

obras foram pensadas e escritas. Os vulcões e terremotos vividos e às vezes vencidos, a emigração do seu povo, a solidão atlântica de cada ilha, a frequência com que esses sentimentos de insularidade, de separação e partida, se manifestam, modelam a açórica idiossincrasia.

De Antero a Nemésio e aos mais contemporâneos, há um itinerário a explorar poeticamente daquilo que se produziu nos mares açorianos. A poesia mantém, de uma forma geral, a sua forte ligação arquipelágica, mas em muitos casos só se transcende quando dialoga culturalmente com todas as ilhas do mundo. Há sempre uma vivência açoriana imbuída da busca pela saudade, pela memória, pela reconstrução, com mais ou menos angústia, queixumes, lirismo. Em muitos poemas notam-se marcas da emigração, da insularidade e rumores da açorianidade que é a alma do ser açoriano, que emerge na sua obra artística e se revela no seu ser. Exprime a génese da alma de um ser-se açoriano que, sujeito a condicionantes de ordem geográfica, ao vulcanismo e aos terremotos das ilhas, e à “insularidade”, criou respostas às suas ambições e combateu as adversidades que lhe foram sendo criadas.

Espelha também as suas manifestações culturais e religiosas populares, a sua idiossincrasia, e os falares tão distintos de ilha para ilha, tudo isso conferindo-lhe uma verdadeira identidade açoriana. A mesma que foi transportada por mar para os quatro cantos do mundo, mas sobretudo para EUA, Canadá e Brasil. O que não se pode negar é a “açorianidade” que subjaz em toda a produção artística, principalmente na literária e poética, condição por si só que se torna elemento essencial de todo o estudo estético dessa produção.

São fatores a considerar as linhas orientadoras da visão de mundo, noções e conceitos que forjaram alguns aspetos predominantes e caracterizadamente temáticos: o mar, a

<sup>39</sup> em Portugal como Destino,



prevalência animista que informa e enforma a visão do mundo – a do ilhéu é distinta do continental -, as imagens emergentes dos espaços, a solidão a vencer, a insularidade. Não se é ilhéu impunemente. Como Nemésio escreveu, [...] *a geografia, para nós [ilhéus], vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos olhos mergulham no mar.*

"Mas o que é isso de poesia açoriana?" Que atributos são esses que definem um poeta açoriano? Que predicados, que qualidades, que condão definem os poetas açorianos? Será questão de geografia, de biografia, uma linhagem genealógica ou uma mera questão de latitude e longitude? Muitos opinam que a poesia, toda a poesia, como toda a literatura, deve apenas ser julgada pelo seu valor simbólico e estético, e nunca, mas nunca, por qualquer pormenor geoestratégico que aparentemente lhe retira a universalidade e a transcendentalidade.

Evoquemos as já distantes mas ainda acutilantes palavras de Onésimo Teotónio de Almeida na sua obra A QUESTÃO DA LITERATURA AÇORIANA.

*Embora haja quem suponha estéril o debate sobre a existência ou não de uma literatura açoriana, pessoalmente vejo nele uma riquíssima mina de elementos que refletem mundividências, posições teóricas sobre estética, pontos de vista sobre uma realidade humana num espaço geográfico específico de muitos dos melhores nomes das letras dos Açores. Seria injustificável ignorar-se simplesmente a recorrência dessa questão sem se ver nela algo mais profundo do que um mero debate semântico.*

*Ainda que se queira negar-lhe a importância das consequências, há causas e motivos para o seu aparecimento e ressurgimento cíclico que nenhum observador atento ou estudioso, minimamente interessado, poderá desdenhar. [...]* ...

*No contexto nacional, esse grupo de obras persistente e insistente (não há fumo sem fogo) acaba por constituir um caso especial no conjunto da literatura portuguesa. E não deveria causar engulho a espíritos democráticos o usar-se a expressão [literatura açoriana], nem o prosseguir-se a exploração literária desse mundo que ela cobre.*

*Quem lucrará com isso será a literatura portuguesa. Ficará menos monocórdica. E monótona."*

Partilho de uma ideia paralela pois acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «*por envolver domínios muito mais vastos*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*».

E termino, evocando Octávio Paz acerca da leitura de poemas: “*O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor*” (PAZ, 1982, p. 234) ou então o que escreveu Eduardo Bettencourt Pinto no posfácio de Nove rumores do mar: “*Constitui uma chamada de atenção para as coisas do espírito, uma pausa nos desertos quotidianos, o olhar que repara e vê o Outro e nele o espelho de si mesmo. Porque a poesia apela ao esforço comum num círculo de mãos dadas, enredando a ilha que cada um é testemunha, instante a instante, em todos os recantos do mundo. Porque só através da Arte a voz do Ser não cessa, se torna em húmus e deserto noturno*” (PINTO, 2000, p. 162).

A apresentação que se segue percorre excertos aleatórios de uma seleção de poetas que os colóquios da Lusofonia têm vindo a privilegiar nos seus convites e nas antologias que já publicaram. É na voz destes 27 autores e autoras que vos lego esta minha interpretação da sua açorianidade.

Sonho que sou um cavaleiro andante,  
Por desertos, por sóis, por noite escura,  
Paladino do amor, busco anelante  
O palácio encantado da Ventura!

Mas já desmaio, exausto e vacilante  
Quebrada a espada já, rota a armadura...  
E eis que súbito o avisto, fulgurante  
Na sua pompa e aérea formosura!

Com grandes golpes bato à porta e brado:  
Eu sou o Vagabundo, o Deserdado...  
Abri-vos, portas d'ouro, ante meus ais!

Abrem-se as portas d'ouro com fragor...  
Mas dentro encontro só, cheio de dor,  
Silêncio e escuridão - e nada mais!

Antero de Quental (1842-1891). Sonetos

---

**ARMANDO CORTES RODRIGUES – RETRATO - [CONCHA](#)**

Meu corpo é água,  
Onda que vai e vem,  
Abraça, foge, não para...  
No fundo, mágoa.  
Meus olhos, água.  
Fundura do mar salgado,

Quem sabe onde tem seu fim?  
No fundo, mágoa.  
Minh'alma é água,  
Que canta, que chora e fala:  
Doce cantiga das fontes,  
Brando choro das ribeiras,  
Marulho eterno das vagas...  
No fundo, mágoa.

Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), Horto Fechado In: Antologia de Poesia Açoriana

---

**ÁLAMO OLIVEIRA - EU FUI AO PICO PIQUEI-ME. - [CHRYS](#)**

Eu fui ao pico piquei-me.  
Que aqui, em cada ano,  
Semos sempre menos gente.  
- Que terra é esta, mano,  
Que nada dá de repente!  
(Tantas vezes já picado  
Fui na alma e no corpo,  
Que se me dano danado,  
Cairei, por terra, morto).

EU FUI AO PICO PIQUEI-ME, ED AUTOR 1980, PP. 24-26

---

**JOANA FÉLIX - POEMA ALEGRE - [LUCIANO](#)**

Quero um poema  
alegre que traga  
silêncio.  
Quero um silêncio  
Alegre que traga  
Poesia.  
Mas quero sobretudo  
A alegria da poesia  
no silêncio.

IN cadernos de estudos açorianos CADERNO # 20 - edição junho 2013

---

**PEDRO DA SILVEIRA – ILHA - CONCHA**

Só isto:  
O céu fechado, uma ganhoa  
pairando. Mar. E um barco na distância:  
olhos de fome a adivinhar-lhe à proa  
Califórnia perdidas de abundância.

Pedro da Silveira, A Ilha e o mundo (1952) in fui ao mar buscar laranjas - Livro 1

---

**JUDITE JORGE - CHRYS**

As palavras  
são de brincar  
são de rir  
e de chorar  
As palavras

são de tocar  
são de comer  
e de cantar  
As palavras  
são de querer  
ou afagar  
ou ofender  
As palavras  
coisa fatal  
ou para bem  
ou para mal  
As palavras

Afetos de Alma. Romance (2001). Lisboa, Publicações Dom Quixote, Lda.

---

**EDUÍNO DE JESUS - A ESTRADA - LUCIANO**

Dizem os velhos que esta estrada,  
seja curta ou comprida,  
que só se chega ao outro lado  
gastando a vida  
e que depois do outro lado não há mais nada  
Todavia, os jovens lá vão, em festa,  
de braço dado  
e aos beijos pelas sombras, às risadas,  
pensando que, depois desta,  
ainda há outras estradas.

in Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, 128 (1952).

---

**MARIA LUÍSA RIBEIRO - OUTROS SONS SOBRE A NOITE - CONCHA**

Primeiro

Som

Um murmúrio

um adjetivo

um lento escorrer do nome

na noite

encontramo-nos à saída

de nós

e a festa corre-nos

nos olhos

in [http://penclube.no.sapo.pt/pen\\_portugues/socios/luisa\\_ribeiro.htm](http://penclube.no.sapo.pt/pen_portugues/socios/luisa_ribeiro.htm)

---

**NATÁLIA CORREIA - CHRYS**

Para Lisboa me trouxeram

não de uma vez e embarcada:

minha longa matéria foi

pouco a pouco transportada.

Recém-vinda de ficada

em morosa maravilha,

sempre a chegar a Lisboa

e sempre a ficar na ilha...

-----

Aquela Ilha esquecida

Que eu habito adormecida

Que, à noite, eu vou habitar;

Aquela Ilha encantada

Que não se encontra de dia,

Pois fica na madrugada;

A Ilha não descoberta,

Onde a criptoméria aberta

Espalha em volta o luar;

A Ilha desconhecida

Que pelos caminhos do sonho

Se mostra a quem a buscar.

Àquela Ilha distante

Não há ninguém que se afoite...

Aquela Ilha esquecida

Que só tem um habitante:

Eu que lá vivo de noite...

Rio de Nuvens, 1947 (2007: 50).".IN A Senhora da Rosa - Biografia de Natália Correia, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2006

---

**CRISTÓVÃO DE AGUIAR - RESOLUÇÃO - LUCIANO**

Não...

Não é solução ficarmos

De braços caídos

Olhando o vago  
Inertes como túmulos!

É preciso que cada homem  
Cave um poema  
No chão fecundo,  
Abandonado,  
Da sua própria leira...

Um poema que grite,  
Que cante melodias diferentes  
Em sábados cheios de ternura...

Não é solução ficarmos  
De braços caídos  
Estendendo os desejos  
Nos terraços do poente...

É preciso  
Uma revolução de palavras  
E de sentir...

Poemas novos, punhaladas de estrelas  
Na terra fecunda de Portugal!

Cristóvão de Aguiar, Mãos vazias, Coimbra, Ed. autor, 1965

*EDUARDO BETTENCOURT PINTO - CASI CIELO - CONCHA*

Bebo o último sol da tua boca.  
As cadeiras estão vazias.  
Oíço um murmúrio de guitarra enquanto um bravo cavalo de água  
galopa sobre o mar.  
Os teus ombros ardião, lembro-me, o vento.  
O vestido era branco, as sandálias duas sombras de palmeira.  
Não tinhas um nome para recolher os meus rios,  
e a nostalgia olhava-me como um cão.  
Um dia todos nós partimos.  
Mas eu regresso sempre a este cais,  
palavra a palavra,  
buscando-te.

IN Cadernos de Estudos Açorianos, Caderno nº 10 março 2011, pp. 16

---

*MADALENA FÉRIN – PRELÚDIO PARA O DIA PERFEITO CHRY*

talvez um dia encontre  
essa sonata  
feita de mar de lenda  
e de ilha ao longe  
talvez me restitua a que ficou  
no cais  
nessa manhã de muito vento  
talvez um dia encontre  
essa sonata  
talvez ela revele onde una existo

inteira antes de vir ou de ficar  
intacta  
apenas eu  
não em fragmentos

IN ANTOLOGIA 9 ILHAS 9 ESCRITORAS, PP 89

---

**DANIEL DE SÁ - AS ROSAS DE GRANADA - LUCIANO**

Eu choro as rosas de Granada.  
O seu perfume fluía pelas congostas,  
Subia até às neves de Yabal Sulayr,  
E só se detinha no jardim da minha amada.  
Perto dela nenhuma flor abria,  
Porque ela era pétala e perfume,  
Vida, ar e luz.  
Quantas vezes hei de chorar-te, Granada?  
Diz-me quantas,  
E eu saberei quantas noites viverei ainda.

In As rosas de Granada de Ahmed Bem Kassim 2013

---

**BRITES ARAÚJO – XVIII - CONCHA**

Se me amanheço manhã,  
Ou queria dizer sol, seara, sorriso,  
Logo me contenho  
Ou então me contradigo,  
Que há um rumor de choro

Nas palavras com que digo.  
Se me ergo em beirais,  
Ou queria dizer vida, vento, voo,  
Logo me recolho  
Ou então me penalizo,  
Que há um pudor de luto  
Nas palavras com que digo.  
Se me alcanço em futuro,  
Ou queria dizer peito, pátria, povo,  
Logo me estremeço  
Ou então me silencio,  
Que há um ronco de breu  
Nas palavras com que digo.

In ANTOLOGIA 9 ILHAS 9 ESCRITORAS, aicl/calendário de letras 2014

---

**VASCO PEREIRA DA COSTA. “ROSE ERA O NOME DE ROSA” - CHRYS**

A mãe disse não mais  
não mais eu não mais tu filha  
não mais nomes na pedra do cais  
não mais o cortinado da ilha  
Não mais Rosa seja Rose agora  
não mais névoas roxos ais  
não mais a sorte caipora  
não mais a ilha não mais  
Porém Rose o não mais não quis  
e quis ver a ilha do não mais  
o cortinado roxo infeliz

os nomes na pedra dos cais  
Pegou em si e foi-se embora.  
Não mais Rose. Rosa outra vez agora.

My Californian Friends. Gávea Brown, Palimage

---

**MÁRIO MACHADO FRAIÃO - LUA DE VERÃO - LUCIANO**

O barco  
fez aquela viagem tão mansa  
por uma noite  
onde a lua cheia nos abençoava  
Ao atravessarmos a praia  
houve um grande silêncio na linha de rebentação  
a lua ganhou uma cor dourada  
regrediu até quarto minguante  
e magnífica  
mais parecia uma talhada de melão  
no centro do firmamento  
Pêssegos ameixas e água fresca  
trazem o potente cheiro destes dias  
sabem a ostras  
ou algas ou cabelos de mulher durante o verão.

(IN "SOL XXI – REVISTA LITERÁRIA", N.º 12, MARÇO 1995

---

**EMANUEL FÉLIX – MELIBEIA - CONCHA**

Melibeia é a primavera  
dos homens sem infância  
Melibeia é um sorriso  
gesto de esperança  
entre o mar  
e os montes verdes  
Melibeia – mil silêncios  
sem longe  
nem saudade  
sem ausência  
nem regresso  
(ah  
a liberdade é uma ironia  
como o sol de ninguém  
mesma lua de todas as noites  
fruto proibido  
e seu preço)  
onde os pássaros dormem cobertos de silêncio  
na primeira árvore da estrada"

POEMAS DE MELIBEIA (1965) IN 121 POEMAS ESCOLHIDOS, P. 52

---

**RENATA CORREIA BOTELHO – CHRYS**

nas vozes é assim:  
só a última palavra  
cabe no beijo;

o lábio segue-a e  
poisa, húmido,  
na sílaba tónica.

-----

vem, meu amor, traz contigo os lilases.  
segue as pistas que te deixei  
entre as pedras da memória.  
vem guardar-nos do inverno.

Um circo no nevoeiro - 2009:

---

**JOSÉ MARTINS GARCIA - LUCIANO**

Na ilha do regresso os rostos são  
Espaços onde cresce o incenso e a faia;  
Ali foi a latada, ali o balcão,  
Ali foi o regresso. A cor desmaia.  
Na ilha do regresso os dias são  
Serapilheiras gastas; e os daninhos  
Arbustos crescem no que foi portão  
E abraçaram as portas dos vizinhos.  
Na ilha do regresso ninguém mora,  
Nem há quem habilmente a reconheça.  
Cercadura de névoa a rememora,  
Névoa dia após dia mais espessa.

GARCIA, José Martins, No Crescer dos Dias. Lisboa, Edições Salamandra, col. "Garajau", 1996, p. 19).

---

**MARIA DAS DORES BEIRÃO CANTO DA DÉCIMA ILHA CONCHA**

Sou desta Ilha, soma de tantas;  
Pedra, vulcão de saudade.  
Ilha de lava a queimar de amor,  
Corpo de gente, (rubro de) liberdade.

Sou desta Ilha, que é arco-íris  
Rasgando o céu da água escura,  
Que é cor de tantas e me faz feliz.  
E imagina o mar em névoas de lonjura.  
Sou desta Ilha, feita de mil vozes,  
Toadas de calor, Sol de Lá sem Dó,  
No Sol Maior da sua ternura,  
Gritando silêncios numa voz só.  
Sou desta Ilha, Décima de rimas,  
De poetas loucos, língua inventada.  
Navega serena em marés de espuma.  
Minha ilha mátria reencontrada

In beijo de abelha 2004

---

**MARIA LUÍSA SOARES - INDIZÍVEL - LUCIANO**

Indizível  
Este espanto  
Que me veste  
De tamanho  
Não tem nome



É jorro de fonte em caudal  
Delírio de tempestade  
Estilhaço raio  
A atingir-me  
Eco de mim  
de eu querer  
É nunca mais no futuro  
Único agora de mim

in Ribeira submersa 1991

---

**MARCOLINO CANDEIAS. "CREPÚSCULO NA ILHA" - CONCHA**

I  
O dia morre como se adormecessem vozes  
nas bocas dos animais  
tecidas  
num esvoaçar de sons  
II  
O lavrador vestido de suor  
planta no bater da estaca  
o gesto último  
de quem prende à terra toda a sua vida  
III  
No cheiro a erva  
um sonoro subtil soar de silêncio  
brota um crepúsculo de flores esmagadas  
IV  
No ar  
paira um odor calado a maresia

"ILHA DE EMOÇÃO", NA DISTÂNCIA DESTE TEMPO. LISBOA, ED SALAMANDRA,  
COLEÇÃO "GARAIAU", SÉRIE ESPECIAL, 2ª ED REVISTA, 2002, P. 33.

---

**SUSANA TELES MARGARIDO SOMENTE PARA TI CHRYS**

Somente para ti  
Criança desesperada  
Em que o sorriso  
É pouco mais que o nada  
Que andas descalça no inverno  
E tens os olhos naufragados fiz este poema  
Não é pão nem agasalho  
Não é sorriso forçado  
Nem esperança p'ro futuro  
É um símbolo de amizade  
Uma mensagem de amor  
Talvez não o compreendas  
Pouco importa se assim for  
Mas quero que um dia saibas  
Que nesta noite gelada eu senti a tua dor

Susana Teles Margarido, 1979

---

**URBANO BETTENCOURT - POEMA POR RECEITA - LUCIANO**

A economia do lirismo  
(diferente dos lirismos  
da economia)

dirá dos materiais  
e do seu uso a justa medida,  
as proporções da mistura,  
o tempo de confeção  
(nove anos, dizia Horácio  
muito antes ainda  
do fast food e do take away).  
A *patella*, por exemplo,  
trazida por Lineu ao cardápio  
do poema, rimaria bem com aquarela  
(fosse eu o Cesário!)  
ou com a panela em que a mão experiente  
do escrevente  
lhe juntasse o sal, a salsa, o alho  
a cebola e a pimenta  
para um vulgar poema de lapas com molho Afonso.  
Da cozedura em lume brando nada se dirá,  
porquanto em brando lume se consome quem estas palavras  
escreve tão longe das coisas e dos seus cheiros  
e a quem sobra apenas o ofício de poeta receituário  
e os despojos de um poema laparoso.

(Porto, agosto de 2011)

---

**DIAS DE MELO - "POR TERRAS DOS AÇORES" – CONCHA**

...  
Venho de longe... de longe...  
Andei, de alma embevecida,  
na minha Ilha morena,

no azul do Mar perdida.  
Vi a gente que trabalha,  
com alegre devoção,  
e vi a Terra a florir  
em poemas de Amor e Pão.  
Ajoelhei, ante a Paisagem,  
no alto dos altos montes...  
E na penumbra dos vales  
bebi da água das fontes.  
Nas vindimas, nas adegas,  
dormi na rama do pinho,  
embalado pelas ondas  
e o pinga-pinga do vinho.  
...  
Andei, no alto do Mar,  
nos botes dos Baleeiros  
e andei nos Barcos do Pico  
com meus irmãos Marinheiros.  
E vim, nos Barcos do Pico,  
Até aqui, de ilha em ilha  
--e em cada uma encontrei  
recantos de maravilha!  
Trago na boca ressaibos  
da espuma do Oceano  
--nos olhos, os horizontes  
deste Mundo Açoriano!  
E mais trago, na minha Alma,  
a Alma de toda a gente  
que nestas Ilhas nasceu

e vive e trabalha e sente!  
quero gravar-vos na alma.  
entre os mais altos amores,  
O Amor da Gente e das Coisas  
destas ilhas dos Açores!  
Açores! – uma só Terra  
em nove ilhas repartida!  
- Uma só Alma a sonhar  
na bruma azul recolhida!”

Toadas do Mar e da Terra. Poemas. (1ª edição: do autor, Ponta Delgada, 1954), pp. 93-94 e 95.

---

**CHRYS CHRYSTELLO, HOMENAGEM A NATÁLIA CORREIA E AO POEMA DESTINADO A HAVER DOMINGO CHRYS**

hoje  
decididamente  
vou escrever um poema  
dedicado aos feriados  
que nos roubaram  
decreto  
que todos os dias  
feriados sejam abolidos  
os dias da semana  
também  
e para não esquecermos

tais dias e feriados  
se comemorem todas as datas  
ao domingo  
e seja domingo todos os dias

(e se nos convertermos ao catolicismo  
não poderemos trabalhar ao domingo)

CRÓNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL 2012, PP. 221

-----  
PARA A SESSÃO DE POESIA DE AUTOR FORAM ESCOLHIDOS OS SEGUINTE POEMAS:

-----  
**545. SAL 1<sup>40</sup> LUCIANO**

sempre que vou ao mar  
na boca fica-me um travo a sal  
sempre que vou à galiza  
os lábios falam-me de portugal  
e em goa, timor ou macau  
no brasil ou cochinchina  
nunca me sinto mal

sândalo, cravinho e canela  
arroz-doce, bebinca, balachão  
a língua que nos une tem sal  
nela me deito e me deixo vogar

nesse oceano da lusofonia  
sem ventos nem adamastores  
navegam todas as naus  
todos irmãos num só mar  
bandeiras do mundo sem passaporte

esta a nossa cantiga de embalar  
sonhos, utopias por provar.



559. ALABOTE 2, (Ao Vasco P Da Costa E Eduardo B. Pinto)<sup>41</sup> CONCHA

o mar de novo  
  e sempre  
as ondas e a espuma  
  sem sabor a maresia  
esperma salgado do atlântico  
  
não se vive sem mar  
  numa ilha



590. A ALMA DOS POETAS,<sup>42</sup> CHRYS

não sei da alma dos poetas  
nem mesmo da do ramos rosa

não conheço o cheiro da poesia  
nem mesmo do nuno júdice  
nem sei a cor de qualquer verso  
nem mesmo do alexandre o'neill  
perco-me em mayakovsly  
visito o uivo de allen ginsberg  
por entre as denúncias de daniel filipe  
e os alertas de lawrence ferlinghetti

não sei da alma dos poetas  
não sei nem dos poetas  
emigraram todos desgostosos  
fugiram envergonhados  
desta escravidão que nos impõem  
destas grilhetas invisíveis  
meros robôs em mundos alternativos  
comandados à distância  
dentro de um jogo de computador  
a que insistimos em chamar vida  
e alguém joga com ela  
sem o sabermos

não sei da alma dos poetas  
não sei dos poetas  
não sei da vida



<sup>41</sup> 16 agosto 2012

<sup>42</sup> 3 JUNHO 2013

568. SEM PERFUME DE CAJU, AO URBANO BETTENCOURT, <sup>43</sup> LUCIANO

na humidade da savana  
no calor da tabanca  
tange urbano a sua harpa  
palavras aceradas como o vento suão  
batuque abafado na bolanha  
longe do país de bufos e beatas<sup>44</sup>  
traduzes as sílabas de morte e vida  
rumores desse cheiro de África  
colado na pele que esfregas  
com napalm e metralha  
que nunca conseguiste lavar  
nem com as chuvas da monção

615. MAIS BRUMAS <sup>45</sup> CONCHA

eram de espuma  
as palavras  
eram de sal  
as ondas  
eram de gaze  
as nuvens  
eram de orvalho  
as lágrimas

eram de névoa  
os montes  
o verde surreal  
as lagoas  
eram de medos  
os vulcões  
e procissões  
eram de espuma  
as ilhas dos açores

617. GEOMETRIAS, <sup>46</sup> CHRYS

a elipse veio à janela  
mordaz sorriu com malícia  
lenta, descreveu um círculo  
com um dichote brejeiro  
triangulou um piscar de olho  
e numa hipérbole sensual  
com uma risada estrídula  
sentou-se quadrada no meu colo

574. SOLETRAS AUTONOMIA, <sup>47</sup> LUCIANO

<sup>43</sup> 18 janeiro 2013

<sup>44</sup> In urbano África frente e verso p. 62

<sup>45</sup> 02 Ago 2013

<sup>46</sup> 02 Ago 2013

<sup>47</sup> 14 ABR 2013

ilhas de névoas e gaze  
de novelões e conteiras  
do verde e do azul  
ó gente de basalto  
quem canta a tua gesta?

terras de maroiços  
cais de rola-pipas  
mar imenso abraseado  
lacerado por vulcões

ilhas de bardos e músicos  
republicanos presidentes  
poetas, pintores e artistas  
anteros, nemésios e natálias

quem te liberta das grilhetas  
do passado feudal  
da escravatura da fé  
do atavismo ancestral?

soletras autonomia  
gaguejas liberdade  
titubeias emancipação  
com laivos de insubmissão  
como a irmã galiza  
cicias um 25 de abril

que tarda em chegar

---

649. A CRUZ DA DEMOCRACIA, <sup>48</sup> CONCHA

*primeiro puseram a cruz nas janelas  
depois colaram cruces nas vestimentas  
por fim, gravaram a cruz nas frentes*

*fechou portas e janelas  
desligou as luzes a tv  
esperou que se esquecessem dele*

*quando vieram não deu luta  
nunca votava e nada sabia  
dano colateral da democracia*

---

576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, <sup>49</sup> CHRYS

tu que nasceste açoriano  
nem vais acreditar  
onde os açores não voam

não bebi café em ouarzazate  
não fui aos 2 mil anos de persépolis  
não caeei leões na gorongosa

---

<sup>48</sup> 30 maio 2014

<sup>49</sup> 16 ABR 2013

não comi chicharrinhos em rabo de peixe  
não vi petra nem os budas de bamiyan  
nem vi índios de roraima  
não fumei ganza nas praias de goa  
nem fui em adoração a katmandu  
nunca cheguei a machu picchu  
nem a hotel de gelo nórdico  
nadei na areia branca em dili  
em cheoc van em coloane  
em bondi de sydney  
em kuta beach de bali  
em pattaya tailandesa  
no bidé das marquesas de s. martinho do porto  
na praia azul de espinho  
nas águas límpidas de daydream island  
nas areias de byron bay  
banhei as mãos em tijuca  
as cataratas do niágara molharam-me  
vi o sol a pôr-se na lapónia  
e a nascer em bobonaro  
vi sóis, luas, mares e céus  
no faial, pico e flores  
e nas 3 ilhas santas dos açores  
nadei em rotnest island  
comi em fremantle  
dormi em towal creek comara  
vivi em prahran e falls creek

waverley, centennial park  
maroubra, coogee e randwick  
cottesloe e claremont  
lecidere em dili  
leiria, tomar e mafra  
campo lindo, maria pia e amial  
sou de bragança sem lá ser parido  
sou australiano sem lá ter nascido  
carrego frações da galiza e do brasil  
de cristãos novos e alemães  
minhotos e marranos  
das cruzadas até áfrica  
onde nunca estive  
  
e de todos esses locais  
que terás de buscar num mapa  
encontrei as tuas ilhas

*nelas serei açoriano até morrer.*

---

596. DA MINHA JANELA, <sup>50</sup> LUCIANO

*O mar é deus*

*As ondas a sua palavra*

*Os romeiros alimentam-se dela*

*(poema tuaregue adaptado aos açores)*

disse o poeta a seu tempo  
da minha janela vejo o mar  
o meu quintal é enorme  
abarca a linha do horizonte  
a minha janela é enorme  
abre-se ao círculo dos céus  
o meu oceano é enorme  
chega às ruínas dos atlantes  
só a minha escrita é pequena  
nas grades desta prisão

---

631. ILHAS, <sup>51</sup> CONCHA

estar numa ilha  
é como viver num cais  
à espera do barco que nunca chega

viver numa ilha  
é sonhar  
construir a jangada  
desfraldar velas

estar numa ilha  
é ir para o campo  
plano e raso

à espera que construam  
o aeroporto

a única forma  
para viver numa ilha  
é imaginá-la à saramago  
como um continente à deriva

estar na ilha  
é imaginar a fuga  
sonhar com a saída  
levá-la a reboque dos sonhos  
embarcar nas nuvens  
vogar na maré baixa  
planar nas asas dos milhafres  
e voltar sempre  
ao ponto de partida

---

583. DIA DA MÃE #2, À NINI, <sup>52</sup> CHRYS

*Maria nini de todos mãe  
Hoje é o teu dia*

*De filhos e filhas  
Do marido também  
Que não te sabia*

---

<sup>51</sup> Moinhos, 20/8/2013

<sup>52</sup> 5 maio 2013



Mãe destas ilhas  
Que te querem bem

Mãe rima não tem  
Pois mãe rima bem  
Quando rima com mãe  
Mãe é tão sublime  
Que rima apenas com mãe

Maria nini de todos mãe  
Disse um poeta  
mãe não tem rima  
É claro que rima tem  
Com carinho e amor  
Com este poema também  
Com sofrimento e dor  
Com beijos e lágrimas  
Emoção, alegrias, cor  
Mãe de rimas é cheia  
Mulher das minhas folias  
Até à última ceia

Maria nini de todos mãe  
Cheiras a coco  
Sabes a morangos  
Nascida em lisboa  
Casada em sydney

Trabalhas açorianidades  
Neste mundo oco  
Cheio de Djangos  
Maria nini de todos mãe  
Distribuis felicidades  
Enquanto canto teu nome  
Até ficar rouco

Maria nini de todos mãe  
Hoje é o teu dia

---

660. demo-cracia, <sup>53</sup> LUCIANO

tanto mar, tanto sal  
tanta dor em portugal

primeiro foi-se o império  
depois finou-se a ditadura  
hoje agoniza a democracia  
sujeita à banca e à usura

e neste recanto da ilha do arcanjo  
sonha-se poesia e utopia  
como se ainda houvesse esperança  
ou o político se vestisse de anjo  
por entre crimes e desgovernação

tanto mar, tanto sal  
tanta dor em Portugal

---

602. REMINISCÊNCIAS, MOINHOS <sup>54</sup> CONCHA

quero regredir à infância  
até aos anos da inocência  
sonhos ingénuos e aspirações  
tudo era bem mais simples e banal

sabíamos de onde vínhamos  
repetíamos ciclos de antanho  
havia quatro estações  
tudo era bem mais simples e banal

estradas lentas com destinos certos  
paragens em todos os apeadeiros  
plantar uma árvore  
escrever um livro  
conceber um filho  
tudo era bem mais simples e banal

sobreviver à guerra colonial  
arranjar emprego  
subir na vida a pulso

criar família e viver sacrifícios  
e valia sempre a pena  
tudo era bem mais simples e banal

---

643. DELICODOCE, <sup>55</sup> CHRYS

diz a minha mãe  
e eu creio nela  
que duas tias  
quando nasci  
me deram muita  
água açucarada  
mesmo muitas  
muitas vezes

está explicado o porquê  
de eu ser uma criatura doce

---

594. AUTONOMIAS NOMINAIS - FLA <sup>56</sup>, LUCIANO

*“para saberes quem te governa descobre quem não podes criticar”*

*Voltaire*

hoje acordei sem voz  
sem mãos,  
sem pés

---

<sup>54</sup> 22/06/2013

<sup>55</sup> 2 outº 2013

<sup>56</sup> 6 junho 2013

sem coração.

habito nove ilhas de mil cores  
arquipélago de mil autores  
num fiasco de autonomia  
pobreza sem alegria

na independência poucos confiam  
em busca de subvenções porfiam  
melhor é ficar mudo e quedo  
viver dos subsídios esmoleres  
submissos e acomodados  
pobres despreocupados  
servos enfeudados  
ingénuos explorados  
na eterna espera de Godot  
de um Mandela que não nasceu

assim se explicam os açores  
ilhas de mil e uma dores

---

667. ARCO-ÍRIS,<sup>57</sup> CONCHA

arco-do-céu  
arco-da-chuva  
arco-do-tempo

arco-da-água  
arco-da-velha  
arco-do-abraço  
arco-de-deus  
arco-celeste  
arco-da-aliança  
arco-da-virgem  
arco-íris

na mitologia dos colóquios  
há antropomorfismos  
de íris a vénus

jovem e nascitura  
metamorfose do arco-da-velha  
somos a voz das lusofonias  
da galiza a timor  
do brasil aos açores  
guia-nos mestre bechara  
mestre malaca é timoneiro  
todos divisamos futuro  
no mastro do caráculo

---

668 OUTRO CÉU,<sup>58</sup> CHRYS

rafid caminha seguro

---

<sup>57</sup> Seia 29 Set. 2014

<sup>58</sup> Lomba da maia 23 janeiro 2015

sob o seu fez ou taburch  
sem tremores nem medos  
entra calmamente onde o mandaram  
abre a túnica e todos veem  
o cinto de explosivos  
sobre o cirwal (ceroulas)  
e com este gesto  
partiu  
em busca de 72 barbies no céu

*Cabelo desgredhado*

Cabelos de ouro entrançado

*Bandolete china de plástico usado*

Fita de cor de encarnado,

*Tão pedrada que a todos espanta*

Tão linda que o mundo espanta.

*Engole o ecstásy de graça tanta*

Chove nela graça tanta,

*Que dá graça à pouca gordura*

Que dá graça à fermosura.

*Vai trémula pela cocaína*

Vai fermosa e não segura.

9. **CONCHA ROUSIA, AGLP/AICL, GALIZA**

527. *Leonor sem verdura nem frescura* 16.11.2011 **CHRYS E LUCIANO**

Chrys Vale Tostões

Luís Vaz de Camões

*Descalça vai para a farra*

Descalça vai para a fonte

*Leonor pela noitinha*

Leonor pela verdura;

*Vai trémula pela cocaína*

Vai fermosa, e não segura.

*Leva preservativo na calcinha*

Leva na cabeça o pote,

*Pílula do dia seguinte na bolsinha*

O testo nas mãos de prata,

*Tanga de fina seda encarnada*

Cinta de fina escarlata,

*Minissaia de cabedal rascote*

Sainho de chamelete;

*Não usa sutiã no decote*

Traz a vasquinha de cote,

*A pele branca que nem neve pura*

Mais branca que a neve pura.

*Vai trémula pela cocaína*

Vai fermosa e não segura.

*Cantarola já rouca a garganta*

Descobre a touca a garganta,



LAGOA 2009

**CONCHA ROUSIA** (CONCHA Rodríguez PÉREZ),

Nascida no sul da Galiza (Os Brancos, Galiza)

Psicoterapeuta e escritora.

Vice-secretária da Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da mesma em 2008.



GRUTA DE CAMÕES MACAU 2011

Membro fundador da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil-Galiza

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário 'Rosa de Cem folhas' que vai pela sua quarta edição.



LAGOA 2012

PUBLICAÇÕES:

Nântia e a Cabrita d'Ouro, Romance publicado em 2012, Através editora, Santiago de Compostela, Galiza.

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline ([www.arcosonline.com](http://www.arcosonline.com)), Arcos de Valdevez, Portugal.

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

Mulheres. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.

IV Antologia de poesia lusófona. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.

Volume 7 da Coleção "Poesia do Brasil", correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Escrever nas Margens. Antologia poética. 2014, 28 Festival da Poesia do Condado. SCD Condado, Galiza.

150 poemas para Rosalia. Antologia poética. 2015, Galiza.

Tem publicado poemas, contos, crónicas, e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural, e na Revista portuguesa InComunidade.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Uma análise da violência de género.

Mudança de Narrativa Linguística, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

Mudança de Narrativa Linguística I: análise de discursos, Coloquios da Lusofonia, 2010 Prémios

- Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.
- Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.
- Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o romance "A Língua de Joana C"

Administradora do blogue 'República da Rousia': [republicadarousia.blogspot.com](http://republicadarousia.blogspot.com)

Em março de 2010 fez parte da Comitativa Oficial do 13º colóquio da lusofonia, à Academia Brasileira de Letras, onde proferiu uma palestra sobre a participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da Comitativa Oficial do 15º Colóquio a Macau.

Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio, Out.º 2011.



[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.](#)

PRESENTE NOS COLÓQUIOS DESDE LAGOA 2008, BRAGANÇA E LAGOA 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, SEIA 2013.



VILA DO PORTO, SANTA MARIA 2011 PDL 2013

TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS E NA SESSÃO DE POESIA

TEMA 2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua é um recurso de comunicação e não só com um grande poder nos processos de tratamento psicológico. A psicoterapia é com grande diferença mais efetiva, até duas

vezes mais segundo a maioria dos estudos realizados sobre o tema, quando esta é levada a cabo usando a língua materna da pessoa em tratamento psicológico.

Por tanto a língua na que se realizam os tratamentos psicoterapêuticos é uma variável essencial do tratamento; e mais ainda no mundo atual tendente a famílias multilingues. O bilinguismo, tanto de indivíduos quanto de famílias é uma realidade a cada vez mais comum e mais estendida, e é portanto uma realidade que o profissional da psicoterapia não pode ignorar. Porém este fato não tem aumentado muito o interesse nem a atenção dos profissionais da psicoterapia. Mas sendo conscientes da importância da aquisição da linguagem para o desenvolvimento da identidade das pessoas, o psicoterapeuta deveria entender os diferentes tipos de bilinguismo e como estes podem afetar ao processo terapêutico.

Devemos tomar em grande consideração a carga emocional associada com o uso da língua materna e com o uso das línguas adquiridas com posterioridade. É importante considerar a mudança de língua no curso do tratamento como uma ferramenta terapêutica.

TEMA 2.7. LÍNGUA MATERNA E PSICOTERAPIA: USANDO MAIS DE UMA LÍNGUA EM PSICOTERAPIA COM FAMÍLIAS BILINGUES, CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

### 1. INTRODUÇÃO

Uma das características mais distintivas dos seres humanos é a transmissão de cultura de uma geração para outra. Central neste processo é a língua. A língua porém não é uma simples ferramenta para a aquisição e transmissão de cultura; até certo ponto, língua é cultura. A língua pode ser considerada como 'a cousa' da humanidade. Alguns teóricos têm argumentado que, de fato, a língua é o maior contributo na formação da identidade. Por exemplo G. H. Mead (1934) propôs que o *self* surge à medida que o indivíduo internaliza as atitudes do grupo ao que pertence. Contudo, esse processo de

internalização é alcançado unicamente através da partilha de significado, o que só é possível com o compartilhamento de um sistema de símbolos comum –uma língua. A hipótese de Sapir e Whorf, desde uma perspectiva diferente, propõe que a língua não é um sistema de comunicação, senão que é uma forma de ver o Universo (Whorf, 1936).

Vygotsky na sua pesquisa para explorar “os aspetos internos da linguagem” chega a afirmar que “pensamento e linguagem resultam ser a chave para a natureza da consciência” (1936: 256); o que significa que a língua não é menos importante do que o pensamento para criar a consciência. Chomsky (1972) ainda vai mais longe quando propõe que a linguística não é senão uma parte da psicologia. El acredita que os princípios da organização da linguagem são reflexos universais das propriedades da mente. Sem entrarmos na discussão das ideias de Chomsky, fica claro que a sua teoria coloca a língua no centro da mente humana.

Parece que qualquer interação humana que é baseada no uso da linguagem deve tocar aspetos de identidade. Pela mesma razão, se queremos entrar a considerar em profundidade a experiência humana, devemos dar grande atenção à linguagem.

## **2. BILINGUISMO**

Contrariamente ao que acreditam a maioria das pessoas, a maior parte dos seres humanos fala mais de uma língua. A maior parte dos habitantes da Europa, do Oriente Meio, África, e América Latina são bilingues (Marcos & Urcuyo, 1979) O bilinguismo está presente em quase que todos os países, em todas as classes sociais e grupo de idade; de fato, tem sido estimado que metade da população do mundo é bilingue (Grosjean, 1982). Muitos países, como os Estados Unidos de América, países de imigrantes, tem uma porção grande da população que tem o inglês como segunda língua (Dicker, 1996).

Uma definição simples de bilinguismo é oferecida por de Zuleta (1990): *Bilinguismo é a prática de usar alternativamente duas ou mais línguas* (1990: 256). O bilinguismo pode ser classificado seguindo certas dimensões. Primeiro, bilingues subordinados, quando a sua competência linguística é diferente para as duas línguas. Bilingues proficientes, quando falam as duas línguas como a mesma competência de línguas nativas. Noutra denominação, bilingues podem ser classificados como compostos ou coordenados, dependendo do contexto no que as línguas foram adquiridas. Bilingues coordenados são aqueles que adquirem cada uma das línguas num contexto diferente, quanto que bilingues compostos aprendem as diferentes línguas no mesmo contexto. Bilingues coordenados caracterizam-se por ter independência linguística: a capacidade de manter e operar com dois sistemas linguísticos independentes. Este tipo de bilingues não tem simplesmente uma dupla de palavras para referirem-se a objetos ou experiências, eles tem uma experiência alternativa, e nem sempre congruente, do mundo interior (Marcos, 1976).

Bilingues podem também ser classificados em especializados e não especializados; segundo usem ou não uma língua exclusivamente num domínio particular; por exemplo, no lugar de trabalho, ou em casa, ou em certos contextos intelectuais. Aqueles que usam as suas línguas indistintamente, são não especializados (Marcos, 1976)

Definir o que constitui uma língua é em si mesmo complicado; Grosjean (1992) inclui falantes de diferentes dialetos na mesma definição de pessoa bilingue; os dialetos são muitas vezes vistos negativamente pelos falantes da versão “oficial” de uma língua particular. Este é por exemplo o caso do *Black English*; para muitos, esta variedade de inglês falado em comunidades Negras é simplesmente incorreto, inglês de baixo status (Roy, 1987), quando de fato é um veículo linguístico com gramática e fonética que é diferentes do inglês standard e segue seu próprio padrão. Sem dúvida, há alguns séculos o francês foi considerado como uma forma incorreta de latim. E caberia aqui perguntar-se sobre o que pensam muitas pessoas sobre a variante de português falada



no Brasil, e noutros lugares da Lusofonia. As línguas são dinâmicas, não são entidades estáticas, e evoluem da mesma forma que as comunidades de falantes evoluem culturalmente.

Outra variante fascinante de bilinguismo é a que se dá no caso das pessoas com deficit de audição que usam a linguagem de signos paralelamente com a língua da comunidade ouvinte na que vivem (quer na sua forma escrita quer lendo os lábios). O facto de que a maioria dos deficientes auditivos é bilingue (Grosjean, 1992), a qual é hoje universalmente aceite, não foi sempre reconhecido no passado. Esta falta de reconhecimento da situação particular das pessoas surdas tem contribuído enormemente a incrementar os seus sentimentos de inadequação.

### 3. BILINGUISMO E OS SEUS CONFLITOS

A discussão anterior leva a considerarmos o tema de se o bilinguismo tem um impacto positivo, negativo, ou neutro no desenvolvimento cognitivo. Os primeiros teóricos tinham a tendência a acreditar que o bilinguismo tinha um impacto negativo na aprendizagem e na cognição. Era assumido que uma pessoa só podia ser completamente desenvolvida em associação com uma única língua. E se postulava que um estado de confusão e interferência entre as diferentes línguas na pessoa bilingue, era inevitável (Titone, 1983).

Como quer que fosse, estas primeiras suposições são agora vistas como fundamentalmente enviesadas –o resultado de um pensamento etnocêntrico e colonialista, característico de tempos passados. A supressão ativa das línguas das minorias, normalmente com fins políticos, era vendida como uma vantagem para melhorar a educação. Como exemplo extremo mencionarei o “*Welsh stick*”, que era uma pesada peça de madeira pendurada de uma corda no pescoço de qualquer criança que fosse apanhada falando em galês na escola de Gales a princípios do século XX. Para

maior e mais subtil crueldade, a forma de se librar do “*stick*” era passar-lho a um companheiro “delinquente” (Khleif, 1979).

Em contraste, contemporâneos e rigorosos estudos falharam consistentemente na hora de revelar qualquer efeito negativo do bilinguismo *per se*, no desenvolvimento cognitivo. Antes ao contrário, há evidências que sugerem que o bilinguismo pode ser uma força positiva para a aprendizagem. Titone (1983) estudou um grupo de crianças, algumas delas bilíngues e outras monolíngues, usou o test de Compreensão de Frases de Fraser e um test sociométrico para medir o efeito do bilinguismo em socialização na infância. O estudo mostrou que não havia diferenças significativas entre os grupos. Apenas havia diferenças em os bilíngues serem mais escolhidos pelos seus companheiros como líderes de jogo. Outro estudo levado a cabo por Peal & Lambert em 1962 parece confirmar os efeitos positivos do bilinguismo. Os autores estudaram crianças de dois anos de idade escolarizados nas escolas de Montreal, comparavam os alunos bilíngues francês-inglês, com os monolíngues falantes de Francês usando vários testes. Os seus resultados mostraram que os bilingues obtinham melhores pontuações nos test de competências tanto verbais quanto não-verbais. Os autores concluíram que não se pode saber o que veio primeiro, se era que as crianças mais brilhantes se tornaram bilingues, ou se o fato de serem bilíngues favorecera o seu desenvolvimento intelectual. Em qualquer caso não havia dúvida da superioridade intelectual do grupo dos bilingues.

Portanto, em geral, podemos dizer que há concordância entre os pesquisadores sobre o valor intrínseco do bilinguismo. Porém isto não significa que não exista conflito nenhum associado com o bilinguismo. O bilinguismo é com frequência acompanhado por fatores socioeconómicos e culturais que podem produzir conflitos. O típico exemplo é a situação dos imigrantes que chegam a um novo país e ocupam postos de trabalho mal remunerados. Estas pessoas são com frequência vistas pelos nativos monolíngues como os únicos exemplos de pessoas bilingues; o que pode ajudar a identificar falsamente bilinguismo com classe social baixa (Grosjean, 1996).

#### **4. ACULTURAÇÃO E A FAMÍLIA BÍLINGUE**

Aculturação pode ser definida como o processo de acomodação pelo que um indivíduo, membro de uma comunidade de imigrantes, se adapta à cultura de acolhida. Este processo inclui modificação dos hábitos, costumes, usos linguísticos, estilo de vida, e valores pelos que se orienta (Szapcznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A., 1978) Estes autores sugerem que a aculturação do indivíduo é um processo que varia em função da exposição à cultura de acolhimento. Este processo tem diferentes velocidades dependendo da idade e o sexo; sendo mais rápido nos mais jovens, e também nos de sexo masculino. Quando a cultura de acolhida fala uma língua diferente da pessoa o processo de aculturação leva implícito o bilinguismo. Este fato tem implicações para a intervenção terapêutica com famílias, como mais adiante se tratará. Adiantando já que o psicoterapeuta habitualmente se encontrará com “famílias bilingues” nas quais os membros exibirão diferentes graus de aculturação e com grandes diferenças na manifestação do bilinguismo. Por exemplo, os filhos e filhas podem ser proficientes bilingues, quanto que os seus pais podem ser bilingues subordinados, com uma menor competência na segunda língua. Por outro lado, os pais provavelmente façam um uso mais especializado das suas duas línguas do que os seus filhos.

A modo de exemplo, a típica família de imigrantes nos Estados Unidos pode incluir adultos que sempre falam espanhol ou vietnamita, etc., em casa, e falam um inglês limitado no trabalho. Esta mesma família é provável que tenha filhos que usam perfeito inglês fora de casa e usam ambos, inglês e a língua materna dos seus pais quando estão em casa. Uma boa ilustração disto é crianças quem falam chinês com seus pais mas usa o inglês para se comunicarem entre irmãos ou quando estão vendo televisão. Na mesma família pode haver inclusive algum membro que inclusive seja absolutamente monolíngue, por exemplo um avó.

O grau diferente de aculturação é uma fonte importante de conflitos. Pode levar a disrupção familiar, e de fato alguns autores veem isso como a maior fonte de estresse nas famílias imigrantes (Szapocnik et al., 1978).

O status socioeconómico pode também estar relacionado no processo de aculturação. Um estudo australiano com estudantes de Liceu (Brochner, 1996) concluiu que o bilinguismo tinha um efeito positivo nos estudantes que funcionavam num ambiente intelectualmente estimulante, tanto em casa quanto na escola; o que se associava com uma classe socioeconómica entre média e alta. Por outro lado tinha efeitos negativos nos estudantes com menos estimulação intelectual, o que se correspondia tipicamente com famílias de baixo status socioeconómico. Por exemplo a típica família de imigrantes chegada de um país pobre a uma sociedade afluyente como mão de obra não especializada.

Resumindo, o bilinguismo é muito mais comum do que habitualmente se reconhece. E mesmo não sendo conflituoso, frequentemente vai associado com outros fatores como imigração, aculturação, etc. que podem levar algum conflito associado. Algo a ter em conta na hora de trabalhar em psicoterapia com estas famílias bilingues.

#### **5. IMPLICAÇÕES DO BILINGUISMO PARA A PSICOTERAPIA**

Dada a importância da língua na experiência humana, e o aumento do número de bilingues no mundo, a terapia familiar não pode continuar ignorando o bilinguismo. A terapia familiar tem-se caracterizado em tempos recentes por um aumento na conscientização face a temas como o género, grupo étnico, classe social, etc. (Walters, Carter, Papp, & Silverstein, 1988). Neste sentido, a existência de famílias bilingues, e como oferecer serviços para as suas necessidades tem que ser considerado.

#### 6. COMUNICAÇÃO: TROCA DE CONTEÚDOS

O primeiro que preocupa o terapeuta que se enfrente a trabalhar com a pessoa ou a família bilingues é a qualidade da comunicação dos conteúdos a serem transmitidos. Em situações extremas nas que o cliente é altamente subordinado respeito da língua que comparte com o terapeuta, a comunicação pode ser materialmente impossível. Ora bem, a maior parte dos clientes bilingues são capazes de se comunicar na língua compartida com o terapeuta. Alguns autores sugerem que talvez seria uma boa prática derivar o cliente e a sua família a um terapeuta da sua mesma cultura ou usar um tradutor (de Zulueta, 1990). Usar um tradutor pode parecer estranho e a maioria dos terapeutas rejeitariam isso, que com certeza interferiria no processo de criação da aliança terapêutica. Porém existem experiências clínicas que mostram que de fato, o uso de tradutor não só funciona senão que nalguns casos é uma alternativa melhor do que usar a língua secundária do cliente.

Um estudo com norte-americanos de origem mexicana, bilingues mas com o espanhol como língua principal, assistentes a terapia numa particular clínica em Los Angeles pode ser muito ilustrativo (Kline, F., Acosta, F.X., Austin, W., & Johnson, R. G., 1980). Para a primeira sessão, foi-lhes ofertado o uso de um tradutor, alguns aceitaram. Depois das sessões, os terapeutas, todos falantes de inglês, e os clientes preencheram um questionário indicando o seu grau de satisfação com respeito da sessão. Em contraste com o ponto de vista dos terapeutas que consideravam que as sessões com tradutor tinham sido pouco úteis, o 76 % dos clientes que usaram tradutor expressaram sentimentos muito positivos e manifestaram a sua intenção de utilizar tradutor nas seguintes sessões. Por outro lado os que não usaram tradutor manifestaram apenas satisfação num 40%.

A conclusão parece óbvia, se alguns clientes preferem tal aparentemente pouco natural situação terapêutica é porque há alguma coisa extremamente importante e poderosa no

uso da língua materna, talvez alguma coisa que pertença ao campo das emoções transcendendo a experiência intelectual.

Que falar línguas diferentes implica experiências emocionais muito diferentes é fácil de perceber dum jeito intuitivo. Mas num contexto terapêutico o poder da língua primária amplifica-se como consequência da particular qualidade da comunicação envolvida. As emoções exprimidas podem ser, e amiúde são, mais importantes do que o significado verbal transmitido. No extremo, um poderia dizer que no estudo de Kline et al (1988) citado anteriormente, o tradutor estava a atuar como um autêntico co-terapeuta, ou, pelo menos, como um importante facilitador do processo terapêutico.

Mas a utilização de tradutores comporta muitos conflitos e já foi criticada por muitos autores. Em primeiro lugar, é universalmente sabido que a tradução não pode transmitir toda a rica rede de significados da mensagem verbal. A tradução é sempre uma aproximação do depoimento original, na que muitos matizes perdem-se (Oquendo, 1996). Além disso, a tradução amiúde inclui uma interpretação e distorção subtil da mensagem que pode fazer que o terapeuta se engane.

O seguinte é um exemplo ilustrativo:

*Terapeuta a um paciente falante de espanhol: “Sentes-te triste ou saudoso, sentes que a vida não tem valor algumas vezes?”*

*Intérprete ao paciente: “O doutor quer saber se te sentes triste e se gostas da tua vida”*

*Resposta do paciente: “Não, sim, sinto que os meus filhos precisam de mim, não posso render-me, prefiro não pensar nisso.”*

*Intérprete ao terapeuta: “Ela diz que não, ela diz que ama seus filhos e que eles precisam dela” (Marcos, 1979, p. 173).*

Se a tradução é já mesmo difícil, quando trata dos assuntos melindrosos do âmbito da terapia, pode enfrentar-se a reptos mesmo mais difíceis. No caso extremo de indivíduos que padecem de pensamento desorganizado, a tradução pode virar totalmente confusa (Marcos, 1979). Poder-se-ia argumentar que um corpo de tradutores bem treinados, com uma certa sofisticação psicológica, poderia ser uma boa solução, mas evidentemente tais profissionais são muito escassos nos âmbitos da saúde mental (Bradford & Muñoz, 1993).

Outra possível solução é a utilização como tradutores de parentes ou amigos do cliente. Mas tais indivíduos são poucas vezes objetivos e podem tentar maximizar ou minimizar os problemas que se apresentam (Marcos 1979).

#### **7. COMUNICAÇÃO: MUDANÇA EXPERIENCIAL:**

Criou-se a expressão “desligamento emocional” para descrever a perda de emoção associada ao uso duma segunda língua, uma língua na que não se viveu uma experiência concreta. Uma coisa é adquirir uma língua materna, envolvida em todos os passos do desenvolvimento emocional, particularmente através da infância e a adolescência, e uma outra muito diferente adquirir, mediante um processo racional, a gramática e o vocabulário de uma língua “estrangeira”. Uma segunda língua amiúde permanece intelectualizada e mesmo distante dos sentimentos (Rozensky & Gomez, 1983).

Por vezes, associam-se valores muito diferentes a cada uma das línguas. De Zulueta (1990) descreve um caso, uma família bilingue colombiana que atendeu em Londres. “O marido se apresentou em inglês como um homem corrente, descontraído, que parecia muito tolerante e amável com a sua mulher. Em espanhol, virou uma personagem de estilo “macho” sul-americano, muito poderosa, que se relacionava com a sua esposa dum jeito agressivo” (p. 261).

O cliente mesmo procura por vezes um desligamento emocional dum jeito ativo, com o intuito de lidar com experiências emocionalmente carregadas que poderiam atingir uma intensidade ameaçadora, esmagadora, até. O cliente poderá então utilizar o salto de língua para regular a intensidade. Paradoxalmente, o terapeuta bilingue pode também utilizar o salto de língua como uma potente ferramenta terapêutica.

O seguinte trecho, tomado dum caso descrito na literatura, refere-se a um cliente com uma intensa ansiedade a respeito duma operação cirúrgica necessária à que não se queria submeter (Rozensky & Gomez, 1983):

*P: Não quero fazê-lo, não quero ir ao hospital. Já estive no hospital muitas vezes para as análises e todo o demais.*

*T: Mas parece que o seu médico acha que é importante.*

*P: Sei-o, acho que deveria fazê-lo duma vez, mas não sei...*

*T: Faz ideia de por que lhe custa tanto?*

*P: (Silêncio). Não estou certo. Não sei como descrevê-lo.*

*T: Pode tentar?*

*P: É difícil, é tão difícil.*

*T: Pode tentar em espanhol?*

*P: (As lágrimas começam a cair) No quiero. Tengo miedo (silencio).*

*T: Miedo de que?*

*P: (Chorando intensamente) Que no voy a salir (p. 156)*

Muitas situações terapêuticas incluem lembranças das que um só se pode aproximar na língua original na que aconteceram. Isto foi descrito como que algumas áreas da experiência pessoal do cliente são “específicas duma língua”.

As lembranças geralmente pertencem a este âmbito (Sciarra & Ponterrotto, 1991).

De Zulueta (1995) descreve alguns casos chamativos nos que a carga emocional associada às distintas línguas utilizadas por um cliente bilingue atingiram extremos dramáticos. Um caso refere-se a um inglês de 19 anos diagnosticado como hipomaniaco, no pavilhão fechado de um hospital psiquiátrico inglês. Sabendo que a sua terapeuta era bilingue em inglês e espanhol, um dia começou a falar com ela em espanhol, uma língua que o paciente estudara. Falando nesta língua, ele aparecia coerente, sem qualquer evidência de pensamento desorganizado. A autora afirma que não havia qualquer rasto da confusão que já observara quando o paciente falava em inglês.

Seay Clauss (1998) descreve outro interessante caso que se refere a um jovem norte-americano original de Puerto Rico. Quando trabalhava com o cliente na sua segunda língua (inglês), ele referia-se a eventos traumáticos dum jeito desapaixonado. Quando utiliza a sua língua materna (espanhol), ele é capaz de aceder aos afetos associados a ditos eventos traumáticos.

Alguns autores já sugeriram que os indivíduos bilingues, quando utilizam alternativamente as suas duas línguas, ficam perto de manifestar duas personalidades ou identidades diferentes (Greenson, 1950; Ervin, 1964; Marc os et al., 1977). Esta fascinante ideia mereceria uma discussão mais extensa, mas as suas implicações ficam além dos objetivos deste trabalho.

## **8. UMA PROPOSTA**

Por cima de todos os elementos mencionados, que operam sobre cada membro da família, impõe-se o facto do bilinguismo e a aculturação atingirem diferentes níveis nos diferentes membros. Isto dá lugar a uma situação muito complexa que, como já se disse, pode ser descrita com o termo família bilingue. O tratamento dum família bilingue pode-

se considerar adequadamente aplicando duas ideias: A primeira, o/a terapeuta tem que ser bilingue, e a segunda, tem que utilizar ambas línguas simultaneamente durante as sessões, dependendo das circunstâncias concretas.

## **9. TRATANDO A FAMÍLIA BILINGUE**

Estas duas afirmações excluem claramente a ideia de simplesmente referir a família bilingue a um/a terapeuta que fale a língua principal da família e faça terapia nessa língua. De facto, a ideia dum língua principal da família deve ser descartada, até. A atitude muito comum de priorizar a língua materna dos pais, assumindo que os filhos vão mesmo seguir a pauta sem qualquer problema está essencialmente errada. Esta atitude nega aos filhos a possibilidade de se exprimirem na língua da sua preferência e na que eles comunicam emoções muito importantes. Além disso, a experiência desta autora é que amiúde os filhos têm serias dificuldades para se exprimirem na língua materna dos seus pais. Por vezes têm um léxico muito pobre e pode ser mesmo impossível para eles exprimir ideais e emoções complexas nessa língua. O exemplo a seguir é da experiência clínica da autora; os nomes foram mudados.

Uma família de El Salvador acudiu a terapia para tratar de problemas de disciplina com o filho mais velho, Roberto, um rapaz de 15 anos. O seu irmão, Daniel, de 11, e a sua irmã, Ana, de 8, também participaram nas sessões. Todos os miúdos nasceram nos Estados Unidos. As sessões foram inicialmente em espanhol, dado que os pais tinham um domínio muito limitado do inglês, uma língua que eles nunca utilizavam para se comunicarem com os seus filhos. Nos filhos o inglês era a língua dominante; o seu espanhol era da qualidade de falantes nativos, embora com recursos expressivos e lexicais muito pobres. Os miúdos participaram pouco. Quando a terapeuta começou a utilizar o inglês com eles, viraram algo mais participativos. Finalmente, começaram a lhe falar á terapeuta apenas em inglês, e então a sua participação aumentou, particularmente no caso de Roberto. Ele resumiu os seus sentimentos sobre a situação

com a frase: “*I just want to be left alone...*” (“Só quero que me deixem em paz...”). Esta expressão, carregada de matizes emocionais, não tem uma equivalência exata em espanhol. Além disso, o limitado espanhol de Roberto não lhe permite achar uma tradução exata. De facto, no percurso das sessões os pais exprimiram a sua preocupação pela falta de amor e orgulho dos seus filhos pela sua cultura e origem salvadorenhas. A afirmação destas preocupações dirigiu a discussão a falar dos assuntos relacionados com o biculturalismo e como era isto para os distintos membros da família. Roberto via-se a ele próprio como um americano chamado “Robert”. Daniel era mais bicultural, e os pais viam-se como exclusivamente salvadorenhas que moravam nos Estados Unidos. A filha mais nova ainda não tinha um conceito claro da sua identidade cultural.

Este exemplo ilustra o trauma associado ao inevitável processo de aculturação, que deixa os pais sem uma geração à que transmitirem a sua cultura. Também é um exemplo de “salto de língua” pelo/a terapeuta. A utilização de terapia bilingue é o jeito ideal de atingir todos os membros duma família bilingue. Com terapia bilingue, o terapeuta pode mesmo atuar como uma ponte entre pais e filhos. De facto, ele/ela pode converter-se num modelo de bilinguismo e biculturalismo, até.

#### **10. TERAPIA BILINGUE E NEUTRALIDADE**

A terapia bilingue é o único jeito de manter a neutralidade durante a terapia com famílias bilingues, não parecendo que se toma partido por alguns membros da família sobre outros. No caso descrito, não havia qualquer hipótese de que Robert/Roberto se sentisse á vontade se a terapeuta utilizasse apenas o espanhol.

Também é necessário perceber que a língua é utilizada por vezes por alguns membros da família como um mecanismo de controlo. O seguinte exemplo ilustra este ponto: Um casal estava a ser atendido por esta autora para tratar de problemas de comunicação

marital. O homem, que chamaremos Alfredo, era um estudante de 27 anos do Uruguai casado com uma mulher norte-americana de 25 anos, Jennifer, também estudante. Eles conheceram-se no Uruguai, onde ela participava num programa de intercâmbio académico. O espanhol de Jennifer era praticamente da qualidade duma falante nativa. Aliás, o inglês de Alfredo não era suficientemente bom para atingir o nível de comunicação necessário. Por conseguinte, as sessões de terapia tinham lugar em espanhol durante os primeiros encontros. Todavia, a terapeuta logo percebeu que Alfredo parecia estar muito mais emocionalmente envolvido no processo que a sua mulher. Em certa altura, a terapeuta dirigiu-se a Jennifer em inglês: “*Perhaps it is not fair to ask you to speak in Spanish about these personal issues.*” (“Se calhar não é justo pedir-te para falar em espanhol sobre estes assuntos tão pessoais”). E ela respondeu, “*Yes, perhaps it is not fair*”, (“Sim, se calhar não é”) enquanto as lágrimas vieram aos seus olhos. “*How was it for you all this time having to use only Spanish in the session?*” (“Como foi para ti todo este tempo ter que usar apenas o espanhol na sessão?”). “*It was strange, it is like not being me, do not get me wrong, it is not like I am trying to be different or something, but somehow it seems like...unreal*” (Foi estranho, é como não ser eu, não me interpretes mal, não é que eu trate de ser diferente ou algo assim, mas dalgum jeito parece como...irreal”). O seu marido apressou-se a dizer, em espanhol, que eles sempre falaram em espanhol quando moravam em Uruguai, e que daquela tudo parecia bem. Nessa altura Jennifer disse-lhe em inglês, como se sentira ela realmente quando moravam com os pais dele; até esse momento ela fora incapaz de exprimi-lo. O inglês abriu-lhe a porta a emoções e sentimentos profundos. O inglês compartilhado fez-se um vínculo entre a terapeuta e Jennifer, a terapia continuou em ambas línguas.

#### **11. LANGUAGE SWITCHING**

O indivíduo bilingue, por vezes, salta do uso de uma língua ao da outra, um ato ao que já nos referimos como “alternância de línguas”. Este comportamento tem implicações

muito mais profundas do que poderia parecer. Na tradição psicanalítica, o salto de língua tem sido interpretado como um jeito de manifestar resistência (Oquendo, 1996). Geralmente, a literatura psicanalítica considera o salto de língua do cliente como algo que não deveria ser encorajado, porque lhe dá ao cliente um autocontrole do nível de ansiedade, permitindo-lhe escapar do trabalho da terapia (Buxbaum, 1949; Marcos & Urcuyo, 1979).

Sem criticar essas ideias, é preciso sublinhar que a terapia familiar representa um âmbito terapêutico claramente diferente ao que essas conclusões não podem ser diretamente extrapoladas. Primeiramente, no percurso desta discussão enfatizou-se o conceito de família bilingue, e por conseguinte, o salto de língua tem um valor e significado totalmente diferentes. A alternância de línguas é um padrão de comportamento natural numa família bilingue, acontece na vida diária da família, e consoantemente, é natural que aconteça durante a terapia.

Mas existe uma outra dimensão da alternância de línguas que afeta o terapeuta e que já foi apresentada. A alternância de línguas pode constituir uma formidável ferramenta terapêutica nas mãos do terapeuta. A alternância de línguas é uma ferramenta básica para a terapeuta que quer conectar com todos os membros da família. Esta prática permite usar em cada caso a língua que está conectada com os sentimentos e emoções mais profundos. Nas secções precedentes, apresentaram-se vários exemplos nos que o terapeuta iniciou trocas de língua.

Em cada caso, o seu uso teve potentes efeitos terapêuticos, por vezes rompendo uma situação de bloqueio ou facilitando o acesso a áreas emocionais conflituosas.

O uso do terapeuta da troca de língua pode também oferecer um modelo de bilinguismo. Enquanto o terapeuta troca o espanhol pelo inglês, por exemplo, para dirigir-se a um filho adolescente, ele ou ela se calhar serão percebidos por todos os membros da família como um exemplo de uso bem-sucedido, equilibrado das duas línguas.

## **12. O TERAPEUTA BILINGUE COMO UM MODELO DE ROLE DE BICULTURALISMO**

Estendendo a ideia anterior, o terapeuta bilingue pode, de facto, ser um modelo de biculturalismo equilibrado para a família bilingue. O biculturalismo nem sempre inclui bilinguismo, mas a afirmação inversa não é certa. Até certo ponto, na maioria dos casos o bilinguismo está necessariamente associado ao biculturalismo. No caso duma família bilingue isto é sempre assim. O terapeuta bilingue não precisa ser bicultural na mesma medida que a família que está a tratar. Em muitos casos o bilinguismo do/a terapeuta pode ser o resultado do estudo e aprendizado duma segunda língua. Mas a sua capacidade de interagir fácil e eficazmente com os mundos associados às duas línguas que estão a ser utilizadas constitui uma potente afirmação. Dana (1996) afirma que o biculturalismo sugere familiaridade com ambas culturas e a capacidade de funcionar aceitavelmente nos dois ambientes. Os diferentes membros da família, particularmente os filhos, devem decidir qual identidade cultural abraçar: bicultural ou uma correspondente a cada uma das línguas familiares. Com certeza, o intuito do terapeuta não deverá ser influir na decisão, mas é importante amolecer o conflito associado a este processo. Como já se afirmou, a identidade cultural e as questões relacionadas com a aculturação são uma importante fonte de conflito nas famílias bilingues. Agindo como um modelo de respeito pelas duas culturas e de capacidade de funcionar em ambas, o terapeuta provavelmente terá mais possibilidades de ter uma maior influência na família.

## **13. CONCLUSÕES**

O bilinguismo é uma realidade muito frequente. No mínimo, há no mundo tantas pessoas bilingues quantas monolingues. Devido a que a língua é um importante componente do desenvolvimento da identidade, os terapeutas deveriam por muita mais atenção à condição linguística dos seus clientes. O limitado da literatura sobre indivíduos bilingues é enganadora, pois fomenta a ideia de que o monolingüismo e os aspetos psicológicos

associados a ele são a norma (de Zulueta, 1984). Embora o bilinguismo não seja estressante *per se*, amiúde associa-se a aculturação, a emigração e a outras realidades socioeconómicas que podem estar acompanhadas de estresse e conflito. O termo “família bilingue” refere-se a famílias nas que o bilinguismo acontece, e transmite a riqueza e complexidade da sua realidade linguística. Tais famílias são particularmente propensas às tensões e conflitos mencionados. Idealmente, os terapeutas familiares que trabalham com famílias bilingues deveriam ser bilingues. Mas isto não é suficiente: os terapeutas familiares deveriam empregar as duas línguas, segundo for necessário, para atingir a conexão e neutralidade necessárias, e serem capazes de evitar o possível desligamento emocional dos clientes. A prática da troca de língua, se aplicada adequadamente, pode ser particularmente potente no processo da terapia familiar.

#### REFERÊNCIAS

- Bochner, S. (1996). The learning strategies of bilingual versus monolingual studies. *British Journal of Educational Psychology*, 66: 83-93.
- Bradford, D. T. and Muñoz, A. (1993). Translation in bilingual psychotherapy. *Professional Psychology: Research and Practice*, 24 (1): 52-61.
- Buxbaum, E. (1949). The role of a second language in the formation of ego and superego. *Psychoanalytic Quarterly*, 18:279-289.
- Chomsky, N. (1972). *Language and Mind*. N. Iorque: Harcourt Brace Jovanovich Inc.
- Dana, R. H. (1996). Culturally competent assessment practice in the United States. *Journal of Personality*, 66 (3): 472-487.
- Dicker, S.J. (1996). Language in America: A pluralistic view. Colin Baker and Nancy Hornbergues Eds. Clevedon, UK: Multilingual Matters Ltd.
- Ervin, S. (1964) Language and TAT content in bilinguals. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 68 (5): 500-507.
- Greenson, R. R. (1950). The mother and the mother tongue. *International Journal of Psychoanalysis*, 31: 18-23.
- Grosjean, F. (1982) *Life with two languages: An introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Grosjean, F. (1992). The bilingual and the bicultural person in the hearing and in the deaf word. *Sign Language Studies*, 77: 307-320.
- Grosjean, F. (1996) Living with two languages and two cultures. Inc: I. Parasnis (ed) *Cultural and language diversity and the deaf experience*: Cambridge University Press.
- Khleif, B. B. (1979). Language as an ethnic boundary in Welsh-English relations. *International Journal of the Sociology and languages*, 20: 59-74.
- Kline, F. Acosta, F.X., Austin, W., and Johnson, R. G. (1980). The misunderstood Spanish-speaking patient. *American Journal of Psychiatry*, 137 (12): 1530-1533.
- Marcos, L. R. (1976) Linguistic dimensions of the bilingual patient. *The American Journal of Psychoanalysis*, 36: 347-354.
- Marcos, L. R. (1979) Effects of interpreters on the evaluation of psychopathology in non-English-speaking patients. *American Journal of Psychiatry*, 136 (2):71-174.
- Marcos, L. R., Eisma, J. E. and Guimon, J. (1977) Bilingualism and sense of self. *The American Journal of Psychoanalysis*, 37: 285-290.
- Marcos, L. R. and Urcuyo, L. (1979) Dynamic psychotherapy with the bilingual patient. *American Journal of Psychotherapy*, 33 (3): 331-338.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Oquendo, M.A. (1996) Psychiatric evaluation and psychotherapy in the patient's second language. *Psychiatric Service*, 47 (6): 614-618.
- Peal, E., and Lambert, W. (1962) The relation of bilingualism to intelligence. *Psychological Monographs*, 76: Whole number 546.
- Roy, J. D. (1987). The linguistic and sociolinguistic position of Black English and the issue of bidialectalism: *Aspects of linguistic, cognitive, and social development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Rozensky, R. H. and Gomez, M. Y. (1983). Language switching in psychotherapy with bilinguals: Two problems, two models, and case examples. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 20: 152-160.



Seay Claus, C. (1998). Language: the unspoken variable in psychotherapy practice. *Psychotherapy*, 35 (2): 188-196.

Sciarra, D. T., and Ponterrotto, J. G. (1991) Counseling the Hispanic bilingual family: Challenges to the therapeutic process. *Psychotherapy*, 28 (3), 473-479.

Szapocznik, J., Scopetta, M.A., Kurtines, & Aranalde, M.A. (1978). Theory and measurement of acculturation. *Interamerican Journal of Psychology*. 12: 113-130.

Titone, R. (1983), Psycholinguistic variables of child bilingualism: Cognition and personality development. *Canadian Modern Language Review*, 39: 171-181.

Vygotsky, L. (1986). *Thought and Language*. Cambridge: The MIT Press.

Whorf, B. L. (1936) The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi, *Language*, 12: 127-131.

Zulueta, F. De (1984). The implications of bilinguism in the study and treatment of psychiatric disorders: a review. *Psychological Medicine*, 14: 541-557.

Zulueta, F. De (1990). Bilingualism and family therapy. *Journal of Family Therapy*, 12: 255-265.

Zulueta, F. De (1995). Bilingualism, culture and identity. *Group Analysis*, 28: 179-190.

PARTICIPOU COMO PRESENCIAL EM 2002 (PORTO), 2003 E 2007 (BRAGANÇA), SEIA 2013,



SEIA 2013

**11. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) / AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007 -**



**10. D'SILVAS FILHO, AICL/COLABORADOR DO CIBERDÚVIDAS ASSISTENTE PRESENCIAL**



SEIA 2013

<u>SANTA MARIA 2011</u>	<u>GALIZA 2012</u>

**EVANILDO CAVALCANTE BECHARA** nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.



LAGOA 2012

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaio de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961-62, com bolsa do Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.



SEIA 2014

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.  
Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.  
Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.  
Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).  
Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).  
Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).  
Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).



MAIA 2013

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).  
Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa. É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.  
Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005). Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.



**BRAGANÇA 2007**

Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de livre Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974-80 e de 84-88; Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro 1965-75; Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977; Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;



**SEIA 2013**

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984; Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete. Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.



LAGOA 2009



MACAU

2011

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),

O Futuro em Românico (1962),

A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),

A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),

Os Estudos sobre Os Lusíadas de José M<sup>o</sup> Rodrigues (1980),

As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).



BRAGANÇA 2007

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss. *É professor da UERJ e da UFF, membro da ABL*

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.



HONG KONG 2011



OURENSE, GALIZA 2012

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DE BRAGANÇA 2007, 2008, 2009 LAGOA 2008, 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013, MOINHOS E SEIA 2014

12. **FÁTIMA MADRUGA, MÉDICA NO HOSPITAL DE VILA NOVA DE GAIA – ASSISTENTE PRESENCIAL CONVIDADA**



STA MARIA



MOINHOS

TOMOU PARTE NO 16º EM VILA DO PORTO, SANTA MARIA E NO 21º MOINHOS DE PORTO FORMOSO

13. **FRANCISCO MADRUGA, DIRETOR. EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS WWW.CALENDARIO.PT/AICL, ASSISTENTE PRESENCIAL**



PDL 2013



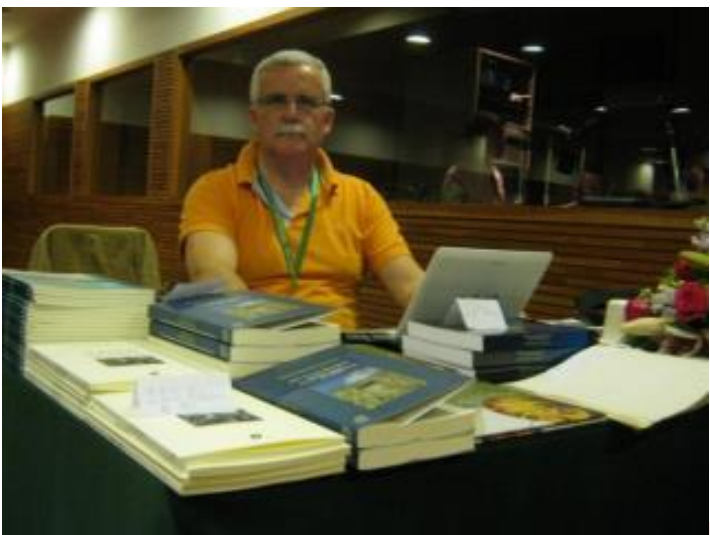
PDL 2013

**FRANCISCO FERNANDES MADRUGA**, nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde*

*Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho.



MAIA 2013



MACAU 2011



FLORIPA 2010

Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal *Norte Popular* e foi colaborador permanente do jornal *A Voz do Nordeste*.

Teve colaboração regular nos Jornais *Nordeste*, *Mensageiro de Bragança* e *Informativo*.

Editou em colaboração com a Revista *BITÓRÓ* a Antologia *Novos Tempos Velhas Culturas*.



Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista.

Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos.

Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional.

Convidado no colóquio de 2009, foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau.

A partir daí foi nomeado Editor Residente dos Colóquios na tarefa de divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses e açorianos ligados aos colóquios (Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, Rosário Girão, Helena Chrystello, etc.).

É o editor da Antologia (monolingue) de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, da sua versão bilingue (Português-Ingês) e da Coletânea de textos dramáticos açorianos e da Antologia 9 ilhas, 9 escritoras.



GALIZA 2012

MAIA 2013

Editou TAMBÉM os dois últimos volumes de J. Chrys Chrystello “CRÓNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL” (obras completas, volumes 1 a 5) - 40 anos de vida literária (2012) e CrónicaAçores: uma circum-navegação - vol. 2 (2011)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PRESIDE AO CONSELHO FISCAL

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DA LAGOA E BRAGANÇA 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013, MOINHOS 2014, SEIA 2014.



SEIA 2014

14. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL



PDL 2013

**HELENA CHRYSTELLO**, Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro colóquio da lusofonia, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta;

Tem o curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).



SEIA 2014 /

MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005). Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais (Espanha, Canadá, Brasil e Macau), com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade. É Membro da ACT/CATS 'Association Canadienne de Traductologie' e da SLP (Sociedade de Língua Portuguesa).

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009 e do 1º Prémio Literário AICL Açorianidade 2013 – JUDITE JORGE.

Coautora com a Professora Doutora M<sup>a</sup> Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia de (17) Autores Açorianos Contemporâneos incluída no Plano Regional de Leitura e cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio.

No 19º colóquio (2013) lançou a edição monolingue da Antologia em dois volumes.

No 21º colóquio lançou a Coletânea de Autores Dramáticos Açorianos e a Antologia no feminino “9 ilhas, 9 escritoras” (Brites Araújo, Joana Félix, Judite Jorge, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Maria Luísa Ribeiro, Maria Luísa Soares, Natália Correia, Renata Correia Botelho)

Na EB 2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO,

TOMOU PARTE EM TODOS OS 23 COLÓQUIOS.

LIDERA O SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO. MODERA SESSÕES



**MAIA 2013**



VILA DO PORTO, SANTA MARIA 2011



(EM GOUVEIA NA BIBLIOTECA VERGILIANA, NA CADEIRA DE VERGÍLIO FERREIRA) 2014

15. HENRIQUE CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA



**HENRIQUE ANDRADE CONSTÂNCIA** - Nasceu em Ponta Delgada, a 28 de julho de 1997. Iniciou os seus estudos musicais no Conservatório Regional de Ponta Delgada, em Violino e Percussão.



Aos 10 anos iniciou o estudo do Violoncelo e frequenta presentemente o 7º grau do curso de violoncelo, em regime articulado, na classe da professora Teresa Carvalho.



Foi selecionado para participar no X e XI estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, realizados em Coimbra (2011) e Aveiro (2012) e participou, também, nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena e em Workshops de verão da Escola Metropolitana de Lisboa sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana.

Frequentou o curso de verão Musicaldas 2011, orientado pela violoncelista Teresa Valente Pereira.

Em abril de 2012, 2013 e 2014, frequentou um estágio de orquestra em Bayreuth (Alemanha), constituída por jovens músicos de vários países da europa, que realizou concertos em Paris, Estrasburgo, Berlim e Leipzig.

Em 2013 e 2014 atuou em dezenas de concertos, nomeadamente no acompanhamento de iniciativas da Viola da Terra



JÁ TOMOU PARTE NO 16º COLÓQUIO EM VILA DO PORTO EM 2011.

EM 2012, NO LANÇAMENTO DO CRÓNICAÇORES VOL 2. NA MAIA E RIBEIRA GRANDE,

EM 2013 NO 19º COLÓQUIO NA MAIA E NO 20º EM SEIA 2013.

ATUARÁ NUM DOS DOIS RECITAIS.

16. **JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, ENTA-INOVA (Esc. de Novas Tecnologias/ Instº Inovação Tecnológica dos Açores), ASSESSOR TÉCNICO DOS COLÓQUIOS, SONOPLASTIA, LUMINOTECNIA, APOIO INFORMÁTICO**



BRAGANÇA 2009 AOS DOZE ANOS



BRAGANÇA 2009



RIO 2010



FLORIPA 2010 -



MACAU 2011



VILA DO PORTO 2011



**LAGOA 2012**



**LAGOA 2012**



**SEIA 2013**



**MAIA 2013**

**JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO** (n. 1996)

Membro supranumerário dos Colóquios.

Frequenta ENTA – INOVA (Esc. de Novas Tecnologias/ Inst<sup>o</sup> Inovação Tecnológica dos Açores).

Desde 2008 em Bragança tem-se mostrado um excelente assessor técnico, responsável – entre outras atividades - pela gravação e verificação das Atas/Anais em CD/DVD e

milhentas pequenas coisas invisíveis que ele consegue por a funcionar, nas áreas tecnológicas (desde conversão de obscuros tipos de ficheiros e programas ao roaming dos telemóveis/celulares).

Desde então desempenha funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático a todos os oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos colóquios.

A ele se devem cartazes, ilustrações, capas, gravações dos CD/DVD e grande parte dos filmes e vídeos de homenagem aos autores açorianos.

[VEJA AQUI A ANIMAÇÃO PRODUZIDA EM 2011 PELO JOÃO PARA A APRESENTAÇÃO DA AICL](#)

**PERTENCE AO SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO**

**PARTICIPOU EM BRAGANÇA 2008, LAGOA 2009, BRAGANÇA 2009, BRASIL 2010, BRAGANÇA 2010, MACAU 2011, SANTA MARIA 2011, LAGOA 2012, MAIA 2013, SEIA 2013, MOINHOS 2014.**

**APENAS FALTOU NA GALIZA 2012 E SEIA 2014**



**- MOINHOS 2014**

17. **JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL)  
/ AICL, PATRONO DESDE 2007**



MACAU 2011

**JOÃO MALACA CASTELEIRO** licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987. Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com

organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.



MAIA 2013



LAGOA 2012



É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia. Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado. Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o *Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo* ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.



**MOINHOS 2014**

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

\_ Foi nomeado **ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** em outubro 2012.



MAIA 2013



SEIA 2013

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL.

TOMOU PARTE EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007 EM BRAGANÇA.

INTERVÉM NA SESSÃO DAS ACADEMIAS

18. **JOÃO MARINHO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA**



**JOÃO MARINHO DOS SANTOS** é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Foi Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Diretor do Instituto de História da Expansão Ultramarina, Delegado da Secretaria de Estado da Cultura para a Região Centro e Auditor do Instituto de Defesa Nacional.

É Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História, Membro Efetivo (Classe de História Marítima) da Academia de Marinha e Fundador da Associação de História Económica e Social.

Em 2008, foi galardoado com o Prémio Calouste Gulbenkian – “História da Presença de Portugal no Mundo”, atribuído à obra *Santa Cruz do Cabo de Gue d’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*.

Com investigação, predominantemente, nas áreas da História dos Descobrimentos e da Expansão, da História Regional e da Cultura Portuguesa, publicou, entre outros estudos:

- *Os Açores nos Séculos XV e XVI* (2 vols.);

- *O Concelho de Almeida – Esboço Histórico-Sociológico; Estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa* (2 vols.);
- *Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória* (coord. com José Manuel Azevedo e Silva);
- *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa*;
- *A Historiografia dos Descobrimientos* (em col.); *Malaca. Portugal e o Oriente: História e Memória* (coord. com José Manuel Azevedo e Silva);
- *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – Almeida*;
- *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – Castelo Branco*;
- *Pobreza e Cultura no Concelho de Almeida* (2 vols.);
- *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*;
- *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e de seus Filhos na Índia* (em col.);
- *Vasco da Gama – A Honra, o Proveito, a Fama e a Glória* (em col.);
- *Santa Cruz do Cabo de Gue d’Agoa de Narba – Estudo e Crónica*, edição bilingue Português/Árabe (em col.);
- *Sarzedas – Vila Condal; Sarzedas nos Forais de 1212 e 1512*.

**TEMA 2 - 2.9. CRISES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA, JOÃO MARINHO DOS SANTOS, PROFESSOR CATEDRÁTICO JUBILADO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE. DE COIMBRA E INVESTIGADOR DO CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA. uc3928@FL.UC.PT**

Considerando as diversas potencialidades e a enorme riqueza posta efetivamente à disposição dos portugueses ao longo da sua história (mesmo a mais recente) e considerando os resultados obtidos em termos de crescimento económico e desenvolvimento sociocultural, quase apetece afirmar que Portugal viveu sempre em

crise. Claro está que esta apreciação, estrutural e de longuíssima duração (iremos circunscrevê-la, porém, à época moderna), é generalista e pode resvalar para a caricaturização, mas tal é admissível e compreensível se quisermos representar a realidade a traços grossos. Ela própria, a apreciação, se contradiz, porque Portugal tem conseguido, pelo menos, sobreviver.

Ressalta, ainda, desta rememoração e reconstituição do passado que muitos dos nossos problemas coletivos têm sido ancestrais e pouco mutáveis. Não faltaram, porém, alvitres ou sugestões de influentes e notáveis (alguns deles vendo Portugal do exterior) para os procurar resolver de modo a debelar crises, algumas delas de carácter duradouro e profundo.

Principiemos por documentar o desequilíbrio ou o défice das rendas públicas e privadas suscitado pelos gastos excessivos. Uma lei de D. Sebastião, de 28 de abril de 1570, haverá de determinar: “*Primeiramente ordeno e mando que pessoa alguma de meus Reinos e Senhorios, de qualquer estado e qualidade que seja, nam gaste, nem despenda mais que aquilo que tiver de renda. Antes encomendo a todos que trabalhem muito para gastarem menos do que assim tiverem de renda, e que o que lhes sobejar além do que gastarem, empreguem em bens de raiz, ou em prata chã, e nam em outras cousas escusadas e desnecessárias*”.<sup>59</sup>

Repare-se que são aconselhados, como formas de fixação da riqueza, a aquisição de terra e o entesouramento à base da prata, podendo-se perguntar se a propriedade agrícola era para a gerir diretamente ou para a arrendar, e se a prata era para a investir, designadamente, no comércio Oriental. É que o que predominava, então, era o arrendamento por períodos curtos, sem preocupação com as benfeitorias, enquanto o comércio à distância era pouco apreciado, devido aos crescentes riscos em naufrágios

<sup>59</sup> Leys e provisões que el-Rey Dom Sebastião fez, 1570, apud Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 240.

e ao curso (inglês e holandês). Enfim, o que a citada lei parece sugerir é a manutenção de práticas económicas tradicionais, alheias portanto ao mercantilismo já então preconizado como prática e doutrina, o qual exigia capitais e crédito (com base na prata), empresas sob a forma de companhias e bancos, equipamentos modernos (particularmente navios ligeiros para fazer o comércio e a guerra), mercadores ricos e úteis às nações. Mas, também recomendava a poupança, evitando-se os gastos inúteis e desnecessários.

A propósito, procuremos esclarecer a propalada questão de ter faltado em Portugal uma burguesia numerosa e empreendedora, constituindo tal insuficiência mais um bloqueio à promoção do crescimento e do desenvolvimento. Em meu entender, o bloqueio residiu principalmente, desde o início da expansão ultramarina, em termos centrado, em excesso, a nossa economia nas rendas provenientes do exterior e descurado as potencialidades reinóis, pelo que se formou o mito de que o nosso território era pequeno e pobre. Repare-se que não estou a excluir a possibilidade e até a vantagem de parte da renda nacional ser colonial; ela constituiu-se foi na *parte do leão* e não houve clareza, nem esforço, para contrariar tal tendência. Di-lo-á, por exemplo, o esclarecido diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749): “*As conquistas [as colónias] que suppus ser o accessório [sublinhe-se] de Portugal, eu as tenho pelo seu principal, e ainda garantes da sua conservação...*”<sup>60</sup> Sujeitava-se à tendência, mas retenha-se que discordara dela. Continuemos.

Se optámos (apertados, é verdade, pela pressão político-militar de Castela) por formar e manter um Império ultramarino, com fundos demográficos por regra baixíssimos, o que exigia a compensação psicológica através de uma ideologia cruzadística e miraculista (a cargo, particularmente, do clero) e a participação permanente de uma elite

guerreira, como esperar que se pudesse afirmar a burguesia mercantil? Em sua substituição, pelo menos no que concerne aos capitais e ao investimento nas frotas e armadas, teve que se afirmar a Coroa/Estado, já que o clero e a nobreza, pelos respetivos estatutos sociais, tendiam a consumir, ou seja, a não poupar e investir, justificando assim a citada lei de D. Sebastião. Explicitemos um pouco mais.

Economicamente, para satisfazer esta imbricada, mas indispensável (sublinhe-se), rede de quadros guerreiros e eclesiásticos, às rotas dos víveres importados (porque escassamente produzidos no Reino) vieram colar-se as rotas dos bens de luxo, como a dos panos finos da Flandres e de Londres ou a dos brocados e das sedas Orientais. Exigiam-nas (insistimos), mas justificavam-nas pouco os muito nobres inativos e clérigos em excesso. O já citado D. Luís da Cunha verberará que “*Se o excesso de Frades e Freiras he tão nocivo ao Reino, como fica dito, ainda he mais pernicioso nas suas conquistas [colónias], onde se necessita de gente que trabalhe nas suas plantações e nas suas minas para se augmentar o seu comércio*”.<sup>61</sup> Já sensivelmente um século antes, o chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, num discurso sobre a demografia do Reino, observara: “*Com tudo de prezente experimentamos neste Reyno falta de gente, assim para a milícia [guerra], como para a navegação, e muito mais para a cultivação da terra; pois por falta da gente Portugueza se servem os mais dos lavradores dos escravos de Guiné, e mulatos*”.<sup>62</sup> Saíam os naturais ao cheiro da canela e entravam os alógenos para suportar, minimamente, a lavoura e as artes mecânicas.

Produzia pouco o Reino e os seus habitantes, apesar de poderem ter acesso a enormes riquezas ultramarinas, muito por inépcia não logravam converter os potenciais rendimentos em investimentos produtivos. Assim, bem poderia proclamar Afonso de Albuquerque, em carta para Duarte Galvão, que “grande lago de mercadorias he a

<sup>60</sup> *Instrução política para Marco António de Azevedo Coutinho*. Policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Sala Gama Barros.

<sup>61</sup> *Ibidem*

<sup>62</sup> “Discurso I Dos meyo, com que Portugal pode crescer em grande número de gente”, in *Notícias de Portugal*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, [1740], p. 7.

Índia”, para logo lastimar, a par da falta de dinheiro e de bens de troca para investir nesse lago, que o rei de Portugal só tivesse lá “*feitores, escritvões de feitoria, homens que nam sabem contar dez reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem enderençar as mercadorias onde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam, e assi está tudo como em mato matinho*”.<sup>63</sup> Era a proclamação que, por deficiência administrativa, a Coroa/Estado não sabia tirar suficiente partido de um vasto e rico Império, que os guerreiros e os missionários (a quem pagava, ainda que a destempo) lhe ofereciam.

Contudo, a riqueza do Ultramar lá ia chegando a Lisboa, apesar de o cristão-novo Duarte Gomes Solis (em começos do século XVII) ter apurado que, entre 1590 e 1592, de 22 embarcações que partiram da Índia só chegaram duas e, entre 1606 e 1608, de 33 só se salvaram três.<sup>64</sup> Por causa de fatores naturais desfavoráveis, mas também por incúria nos aprestos náuticos. E, no entanto, o crescimento e o desenvolvimento de Portugal continuavam a assentar na apropriação (frustrada, em grande parte) da riqueza no exterior do Reino, pelo que o capitão-mor das armadas do Oriente e governador de Angola (1617-1621), Luís Mendes de Vasconcelos, alertava: “*E não pode uma cidade [como Lisboa] e Republica ser grande e próspera, senão quando for abundante em si mesma de todas as cousas necessárias*”. Necessária não era, por certo, em sua opinião, “*A aquisição de diamantes e pedras preciosas [que] faz nos muito dano, porque nestas cousas se emprega muito dinheiro que nos podia servir em muitas de grande utilidade, e os diamantes não cultivam os campos, não sustentam as cidades nem as defendem dos inimigos*”.<sup>65</sup> Eis, uma vez mais, a referência ao luxo e à ostentação dos representantes do clero e da nobreza, que a conservação do Império, no entanto, exigia em número e desempenho de funções.

Fácil é concluir que a falta de dinheiro se tornou crónica e, contudo, fiel ao princípio mercantilista da exigência da boa moeda, é justo que se diga que tempos houve em que Portugal praticou uma acertada política monetarista. Valorizando a prata mais do que a Espanha, dos Açores, por contrabando e por simulação do afundamento de embarcações provenientes das Américas Espanholas, o ouro e a prata eram desviados para a Casa da Moeda em Lisboa. O mesmo sucedia a partir de Sevilha e de Medina del Campo em relação às “piastras” (reales de a ocho) e às “patacas” (reales de a quatro). Quando as naus portuguesas estavam prestes a desgarrar para a Índia, os metais preciosos ainda mais se valorizavam, porque, juntamente com outras mercadorias que serviam de para-moedas, eram eles que viabilizavam os comércios Orientais, particularmente em certas zonas da Índia e na China.

Procuramos testemunhos? Vejamos. Nos anos, económica e financeiramente difíceis, de 50 e 60 da era de Quinhentos, os conselheiros de Estado continuavam a recomendar que aos governadores e vice-reis da Índia, para o comércio da pimenta “[...] *se lhes mande ouro e prata fina como se pede pelos que nisso entendem, porque esta he cauza por que se vende antes aos Turcos que a nós, e assim se mande todo o cobre que se pede...*”<sup>66</sup>. Nos anos 70, D. Sebastião terá na devida conta esta necessidade da prata e do ouro para fazer o comércio Oriental, podendo-se dar como exemplos de medidas que adotou: a das utópicas minas de prata em Cambambe e Massangano (com o projeto da conquista de Angola por Paulo Dias Novais), a interiorização da influência portuguesa no Monomotapa (com a expedição de Francisco Barreto, entre 1569 e 1573) e o reforço da presença portuguesa no norte de África (comprometido com a batalha de Alcácer Quibir).

<sup>63</sup> In *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentas que as elucidam*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, [1884], pp. 402-405.

<sup>64</sup> *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*. 1622, Lisboa, edição de Moses Bensabat Amzalak, 1943, p. 137.

<sup>65</sup> *Diálogos do Sítio de Lisboa*, 1608, in *Antologia dos Economistas Portugueses*, por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 81 e 63, respetivamente.

<sup>66</sup> *Apontamentos, que os Prellados deste Reino fizeram* [...], nas cortes de Lisboa em Dezembro de 1562 (Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 8/02 – R.4524).

Não era, obviamente, só o comércio com o Oriente que concorria para “*a falta grande que ha de dinheiro, que se leva fora do Reino*”<sup>67</sup>. Levavam-no, já então e cada vez mais, a necessidade de organizarmos armadas defensivas, sobretudo contra piratas e corsários do noroeste Europeu.

Avancemos no tempo e, quanto à insuficiência crónica do dinheiro da Fazenda Pública, usemos a informação mordaz do Pe. António Vieira, registada em carta de 21 de novembro de 1671. Perguntava ele, ao destinatário, D. Rodrigo de Menezes: “*Não é vergonha que se diga pelo mundo todo que, para El-rey de Portugal pagar um correio, é necessário que se vá pedir emprestado à Rua Nova?*”<sup>68</sup>. E dava um exemplo bem pessoal: a Fazenda Real devia à família dele, Vieira, havia mais de cinco anos, 20 mil cruzados para o apresto das naus da Índia. Com frequência, dívidas e vencimentos eram pagos com a atribuição de cargos públicos, mas que, como dirá também Vieira, em relação às candidaturas para Governador do Brasil após a morte de Afonso Furtado de Mendonça, em 1676: “*Há mais de 15 pretendores ao pôsto, e entenda-se que o levará quem menos é para êle*”<sup>69</sup>. É tempo, porém, de focarmos, reconstituindo, uma ou mais conjunturas de acentuada crise. Seja o caso da conjuntura político-militar dos anos 30-40 do século XVI, que redundará em mudanças estruturais no Império Português. Eis alguns acontecimentos-indicadores.

A 8 de maio de 1538, os reis de Portugal e de Fez, por meio dos seus procuradores, celebrarão, em Arzila, um tratado de paz válido por onze anos. Ao aperto político-militar de D. João III (como iremos explicitar) associava-se idêntica situação da parte do monarca de Fez, já que os designados xarifes do Suz (região rica do sul de Marrocos, onde principiara um movimento proselitista muçulmano, fundamentalista e xenófobo) pretendiam unificar, na pessoa de um deles, os reinos e senhorios marroquinos. Compreendia-se, portanto, a necessidade do rei de Fez, opositor dos xarifes, assinar as

referidas tréguas. Mas, do lado português a pressão não era menor. É que, nesse mesmo ano de 1538, os turcos-otomanos haviam desencadeado feroz ataque à fortaleza portuguesa de Diu, postada à entrada do Golfo de Cambaia (verdadeiro coração das economias do Índico). Ainda em 1538, os otomanos controlarão Adem, a porteira cidade do Mar Vermelho, fundamental para as ligações com o Mediterrâneo. Já antes, em 1534, caíra também Bagdade, pondo em risco, desta vez, o acesso pelo Golfo Pérsico ao Mar Interior. Em 1546, o apertadíssimo assédio a Diu repetir-se-á. Até quando poderiam resistir os bastiões portugueses no Índico, principalmente Diu e Ormuz?

Perante este quadro desfavorável, D. João III, nos anos 30, já decidira abandonar as fortalezas secundárias que mantinha em Marrocos, para conferir importância ao Oriente. Só que, como se acaba de explicitar, também esta opção política ficava seriamente ameaçada. Qual a alternativa? Lembrando-se, por certo, do património valioso que a carta de Pero Vaz de Caminha destacara em 1500, mas que pouco estava a ser valorizado por iniciativa régia (que não pela iniciativa privada), D. João III decidiu-se a recorrer mais ao Brasil. Assim, em novembro de 1540, dará instruções ao seu novo embaixador em França que divulgasse, oficialmente, que “[...] *não se traga nem hum pao [brasil] sem a minha licença de que me pagam direitos aquelles a que a dou para o trazerem, e, se isto não fora elle não valeria nada em França nem em Portugal...*”<sup>70</sup>. Pretendia, enfim, o estanque régio do tintureiro pau-brasil, rédito que será defendido por Portugal, apesar da concorrência, até ao século XIX.

O Brasil, porém, já começava a oferecer, nos anos 40 do século XVI, outras riquezas tanto ou mais valiosas, como o açúcar, o tabaco e o algodão. Era fundamental, pois, que esta parcela do Império Luso se convertesse em verdadeira colónia, ou seja, obtivesse maior coesão étnica e cultural e experimentasse a governação geral, em vez

<sup>67</sup> Ibidem

<sup>68</sup> In *Cartas do Pe. António Vieira*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 389.

<sup>69</sup> Carta para Duarte Ribeiro de Macedo, de 1 de junho de 1676, in *Cartas*. vol. III, 1928, p. 221.

<sup>70</sup> Instruções para D. Francisco de Noronha (B.N.L., cód. 886).

das parcelares capitânias. Assim, já depois de Francisco Xavier com mais três jesuítas terem embarcado na frota em que ia por Governador da Índia Martim Afonso de Sousa (chegarão em 1542 para reforçar o aflito “Estado da Índia”, lembremos), será a vez de, em 1549, desembarcarem no Brasil o Pe. Manuel da Nóbrega e mais cinco membros da Companhia de Jesus, com o primeiro Governador-geral, Tomé de Sousa. *Grosso modo*, de 1550 a 1650, o açúcar brasileiro e o tabaco assegurarão ao Brasil um século de prosperidade. Quando, em 1624, os holandeses invadirem a Baía, os cerca de 300 engenhos brasileiros estarão a produzir perto de um milhão de arrobas de açúcar. Nem tudo, porém, corria de feição: calcula-se que, entre 1623 e 1638, os holandeses tenham apresado mais de quinhentos navios carregados de açúcar. Entretanto, em Angola, cada vez se tornava mais difícil angariar a necessária escravaria, o que concorria para a queda dos lucros dos engenhos brasileiros. Em 1654, após a expulsão dos holandeses, ainda se estimava que a produção açucareira rondasse um milhão e duzentas mil arrobas anuais. Contudo, por volta de 1670, começará um período crítico para a lavoura brasileira, em coincidência com nova crise da prata.<sup>71</sup>

A união política das duas Coroas Peninsulares, entre 1580 e 1640, ao contrário do que se esperava, não favoreceu Portugal e, às dificuldades no eixo económico Angola-Brasil, a via dos escravos negros, fundamental para a produção da sacarina, vieram juntar-se outras. Vitorino Magalhães Godinho avaliou que as naus portuguesas, a partir de 1590, só desembarcavam, em Lisboa, até 10 000 quintais de pimenta, em vez dos 40 000 que tinham chegado a trazer.<sup>72</sup> A este decréscimo não foi, por certo, alheia, além do mais, a exigência do comércio Oriental se fazer, cada vez mais, à base de moeda e metal amoldável. À conseqüente subida dos preços no Oriente, que obrigou os portugueses a procurarem outros negócios, juntou-se a concorrência europeia através

dos holandeses e ingleses. Em 1630, por exemplo, o Japão da prata fina expulsará os portugueses, ficando os portos nipónicos abertos só aos holandeses. Entretanto, também a prata das Américas decrescia.

Captemos reflexos desta prolongada crise na capital do Reino, além do mais privada da sua corte, não sendo suficiente, ao invés do que parece sugerir Francisco Rodrigues Lobo, o funcionamento das “cortes nas aldeias”, para que a civilidade se difundisse. Duarte Gomes Solis, em começos do século XVII, representará a Filipe III de Portugal um quadro particularmente negativo de Lisboa, considerando haver nela “*la mayor pobreza, que se puede tanto llorar como considerar*”<sup>73</sup>. É que a vida era bastante cara, faltava a muita gente até um pedaço de pão e uma sardinha, o número de mulheres (muitas viúvas, devido aos males “sociais” do Império) superava excessivamente o dos homens, e a maior parte delas trabalhava dia e noite para sobreviver com um salário de miséria, além de vagabundarem muitas pelas ruas (prostituindo-se)... Enfim, a capital do Império era uma cidade pobre em tudo, inclusive em “*pertrechos convenientes para armar navos e armadas convenientes para as suas conquistas [colónias]*”<sup>74</sup>. Que fazer?

Apesar de ter à sua disposição, sobretudo as Índias Orientais das especiarias, economicamente superiores às Ocidentais dos metais preciosos, porque “*los frutos de las Occidentales son finitos, y los de las Orientales infinitos*”, Portugal não lograva fazer satisfatoriamente o grande comércio, segundo Solis<sup>75</sup>. Porquê? Principalmente, porque não dispunha, tal como a Espanha, nem de dinheiro bastante, nem de crédito financeiro. Soluções, entre outras: valorizar o preço da prata nas Américas; fabricar navos mais pequenas e mais rápidas para encurtar o tempo das viagens pela Rota do Cabo e deste modo debelar, até, os ataques de piratas e corsários; enobrecer o ofício e o estatuto

<sup>71</sup> Cf., por ex., Vera Lúcia Amaral Felini, *Os Negócios do Açúcar: rotas, mercados e mercadores (Bahia, século XVII)*, in *História do Açúcar – rotas e mercados*, Região Autónoma da Madeira – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, pp. 295 – 317.

<sup>72</sup> Cf., caps. sobre As Especiarias, in *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 1º e 2º vols., Lisboa, Editora Arcádia, 1963 e 1965.

<sup>73</sup> Discursos sobre los comercios de las dos Indias, pp. 118-120.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 76.

social dos mercadores (não perseguindo, nomeadamente, os judeus e cristãos-novos); produzir no Reino matérias-primas que alimentassem algumas indústrias; importar só o estritamente necessário...<sup>76</sup> Enfim, não era contrário ao aumento do consumo, desde que apoiado na produção nacional, e defendia a participação no grande comércio, mas com recursos financeiros suficientes, navios e agentes preparados. Adiante-se, já, que este programa político-económico e social será adotado, quase por inteiro, pelo diplomata Padre António Vieira, como passaremos a documentar.

Em 1634, Portugal conseguiu comprar à Holanda sete navios devidamente apetrechados. Era o reconhecimento da nossa decadência na construção naval e até na arte náutica. Insuficiente esta encomenda, uma vez que a Espanha continuava a exigir que “a Armada de Portugal”, integrada na “Armada del mar Oceano” (cujo papel principal era a defesa do Atlântico), fosse reforçada com mais naves e potencial humano, perante as crescentes investidas dos holandeses e ingleses. Enfim, Portugal estava, também ele, cada vez mais mergulhado numa “economia de guerra”, pelo que se multiplicavam os motins, os levantamentos populares e até as revoltas, com expressão maior no período de 1629 a 1638. E, assim, 1640 era inevitável.

Com a “Restauração” não estancou a crise, antes recrudescer. De Paris, a 4 de fevereiro de 1672, Duarte Ribeiro de Macedo, em carta para o Padre António Vieira, avaliará e vaticinará assim a situação interna de Portugal: “O Reyno ficou exausto de cabedais do tempo passado, o corpo daquella monarchia perdeo tanto sangue com a doença de 28 anos que lhe são necessários 20 para convallescer”<sup>77</sup>. Vieira, seu confidente e colega na diplomacia, acompanhara e participara na realidade desses 28 anos, estando portanto de acordo com o diagnóstico. Mais: havia sugerido medidas para

o contrariar. Concretamente, em finais de 1647, mercantilista convicto, já tomava como modelo a Holanda e, fiel ao pensamento de Solis, preconizava a compra de muitos navios e ligeiros<sup>78</sup>. Em 1648, defenderá que se fizesse guerra económica à Holanda, propondo, para isso, a criação em Lisboa de uma ou mais companhias mercantis concorrentes<sup>79</sup>. Em 1669, ufanar-se-á de ter criado a Companhia do Comércio do Brasil, “que restaurou Pernambuco e Angola e deu cabedais ao Reyno para se defender”<sup>80</sup>. Em 1671, em carta de 24 de outubro para D. Rodrigo de Menezes, questionará se se queria “judeus que enriqueçam Itália, França, Inglaterra e Holanda ou judeus que enriqueçam Portugal”<sup>81</sup>. Depois, em 1674, ao ter conhecimento de amostras de ouro, prata e esmeraldas enviadas do Brasil, Vieira, à semelhança de Duarte Gomes Solis e Ribeiro de Macedo, mostrará preferência pelas Índias das especiarias. Neste sentido, em começos do ano seguinte, perante a continuada dificuldade de restaurarmos o comércio das especiarias orientais, defenderá a introdução de algumas dessas plantas (como a pimenta e a canela) no Brasil, para, deste modo, podermos derrotar economicamente os holandeses.<sup>82</sup>

Duarte Ribeiro de Macedo também estará particularmente de acordo com esta última sugestão de Vieira, como este aplaudirá, em 1675, o alvitre de Macedo para incrementar a produção manufatureira no Reino, lembrando: “Em França há perto de trinta anos aprendi como tinha começado a enriquecer a indústria do Cardeal Richelieu, e não deixei de decorar a El-rey [D. João IV] esta minha lição”<sup>83</sup>.

O conteúdo do *Discurso sobre a Introdução das Artes* no Reino, de Duarte Ribeiro de Macedo, é conhecido, mas convirá ter presente que a proposta procurava: conciliar e equilibrar a industrialização com a comercialização das drogas e especiarias; estimular

<sup>76</sup> *Ibidem*, pp. 142 e segs.

<sup>77</sup> *Apud* Ana Maria Homem de Leal Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005.

<sup>78</sup> Cf., por ex., *Carta para o Marquês de Nisa*, de 12 de janeiro de 1648, in *Cartas*, vol. I, 1925, pp. 120-129.

<sup>79</sup> Cf., por ex., *Carta para o Marquês de Nisa*, de 20 de janeiro de 1648, *Ibidem*, pp. 129-140.

<sup>80</sup> Carta para a Rainha D.<sup>a</sup> Catarina de Inglaterra, de 21 de dezembro de 1669, in *Cartas*, vol. II, p. 289.

<sup>81</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 375.

<sup>82</sup> *Carta para Duarte Ribeiro de Macedo*, de 28 de Janeiro de 1675, in *Cartas*, vol. III, pp. 147-150.

<sup>83</sup> *Carta para Duarte Ribeiro de Macedo*, de 19 de Março de 1675, *Ibidem*, pp. 162-164.



a produção interna da agricultura e da pecuária; controlar o luxo e a obtenção mirífica dos metais preciosos; combater a ociosidade no Reino e torná-lo mais populoso; diminuir o déficit público. Enfim, Macedo era defensor da manutenção do Império, mas desde que fosse rentável e concorresse para o crescimento e desenvolvimento do Reino. Citemo-lo, a propósito: “[...] a sua conservação [das colónias] é dependente do valor dos frutos que nelas se cultivão...”<sup>84</sup>. E, ao manter-se a concorrência estrangeira no açúcar e no tabaco, opinava ser melhor consumirmos menos para importarmos também menos.

Contudo, em 1690, a crise comercial estará em vias de se extinguir, com o açúcar e o tabaco do Brasil a recuperarem e as mercadorias do Oriente a chegarem abundantemente. Mais: apoiando-nos diretamente em Vitorino Magalhães Godinho, recordemos que “*As chegadas a Lisboa do ouro proveniente do Brasil principiaram cerca de 1695, adquirindo um movimento muito rápido durante os dois últimos anos do século e a primeira década do seguinte*”<sup>85</sup>. Como era enganadora esta recuperação! À semelhança de Duarte Gomes Solis e de Luís Mendes de Vasconcelos, mais recentemente António Vieira e Duarte Ribeiro de Macedo também não se mostravam muito entusiasmados com a exploração do ouro e dos diamantes, sugerindo que a população imigrante no Brasil se dedicasse, antes, à produção do açúcar e do tabaco, e preconizando, ainda, a pesca intensa no mar de Mazagão (Norte de África). Igualmente, Ribeiro Sanches, contemporâneo de Pombal, defenderá que os colonos brasileiros se deveriam dedicar à agricultura, à pesca e a algumas indústrias transformadoras, deixando para a Coroa/Estado o monopólio do ouro e dos diamantes.<sup>86</sup> Não foram ouvidos.

Cerca de 1760, começará a evidenciar-se, mais claramente, a crise do ouro e dos diamantes, agravando-se também o comércio do açúcar. A baixa nas produções brasileiras, a refletir-se nos lucros das grandes companhias comerciais e agrícolas, ferirá, uma vez mais, o sistema mercantilista, lançando o Estado para nova crise financeira e o País para um grande descontentamento social. Naturalmente, continuava a faltar a almofada interna da produção industrial e agrícola, suscetível de alimentar as exportações e compensar as importações necessárias. E, uma vez mais, ficava demonstrado que o Ultramar não bastava.

#### SUMA DA MINHA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E ATÉ DA MINHA OPINIÃO:

Por opções e decisões político-ideológicas, constantes e pouco atreitas à mudança (até porque esta incomoda), a partir de 1415 e até 1974 insistimos em manter e em viver excessivamente (sublinho excessivamente) do nosso Império ultramarino. Esquecemo-nos de utilizar suficiente e devidamente os recursos reinóis, reativando as componentes da produção e da produtividade, de modo a suportar a maior parte do consumo interno. Escudámo-nos, por certo, no mito de que Portugal era um País pequeno e pobre, não tendo em conta que já o Infante D. Pedro, um dos promotores da nossa expansão ultramarina, chamara a atenção para, acima de tudo, se investir e modernizar o Reino. Ele tinha viajado e tivera a oportunidade de cotejar a situação de algumas nações estrangeiras com a nossa. Assim, a sua famosa “Carta de Bruges”, de finais de 1425 ou princípios do ano seguinte, dirigida ao Infante D. Duarte, já regista, para emenda, muitos dos males crónicos do País e da sua governação<sup>87</sup>.

Concretamente, discordava de que o valor da honra ofuscasse tanto o valor do proveito, porque “[...] os homens que sesudos são e usão de razão [...] não trabalham de

<sup>84</sup> In *Antologia dos Economistas Portugueses*, Por António Sérgio, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 243.

<sup>85</sup> Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII – XVIII, Lisboa, Difel, 1990, p. 491.

<sup>86</sup> Dificuldades que tem hum Reyno Velho para emmendarse, 1777, in *Obras de Victor de Sá, Ribeiro Sanches*. Livros Horizonte, 1980, pp. 52-54.

<sup>87</sup> In *Monumenta Henricina*, vol. III, Coimbra, 1961, pp. 140-149.

*boamente sem esperança de ganho e proveyto*". Condenava a gente comum por desprezar a aprendizagem de um ofício e preferir integrar a criadagem de El-rei, dos príncipes e de outros senhores. Verificava que a população reinol pouco crescia devido às saídas e que estava geograficamente mal distribuída. Reprovava a justiça por ser lenta em relação ao número de oficiais: "[...] e eu vejo, em vosa corte, muytos officiaes de justiça e de todos eles sayr poucos desembargos"... Consequências? Escasso crescimento económico e insuficiente desenvolvimento, persistindo a necessidade de se lançarem cada vez mais impostos para suportar despesas tantas delas inúteis: "O senhor rey [D. João I] e vos [D. Duarte] e nosoutros todos, sobreditos, fazem tam grandes despesas, que a terra o nom pode suportar; e por ysto, se lanção peytas e outras imposições, per [pelo] que ela [a nação] he muyto gastada [desgastada]". E ainda mal se havia entrado na fase da construção do Império, já Ceuta se afirmava, por ser também mal governada como "muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d'armas e de dinheiro".

Portugal um país territorialmente pequeno? Lembremos que é o 13º maior em área, entre os 28 da União Europeia. Pobre em recursos naturais? Talvez. Mas, nas cortes de Lisboa, de 1562, já os prelados do Reino sugeriam: "pela falta grande que há de dinheiro, que se leva fora do Reino, se mande entender em se aproveitarem as terras como melhor deva ser [...]; e se aproveitem as mattas do Reino [...]; que os Capitaens, Pilotos, Mestres, Marinheiros, e homens do mar sejam eleitos com muito exame, e sejam muito favorecidos, porque vão faltando..."<sup>88</sup>

Como é difícil emendar este "velho" e querido Portugal.

### PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

#### 19. JOSÉ BARBOSA MACHADO, UTAD, VILA REAL



**JOSÉ BARBOSA MACHADO** nasceu em 1965 em Braga.

Licenciou-se em Humanidades pela Faculdade de Filosofia de Braga em 1992; fez mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas na Universidade do Minho em 1997; fez o doutoramento em Linguística Portuguesa na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 2002; apresentou provas de agregação em 2009, também na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Atualmente é Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da mesma universidade.

Publicou, entre outras, as seguintes obras:

*Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático Linguístico* (2003);

*Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas* (2009);

*Estudos de Língua Portuguesa* (2012). [jleon@utad.pt](mailto:jleon@utad.pt)>

<sup>88</sup> B.N.L., cód. 8/02 – R.4524

TEMA 2.2 DICIONÁRIO DOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA (1488-1499), JOSÉ BARBOSA MACHADO, UNIVERSIDADE DA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, DLAC, JLEON@UTAD.PT

RESUMO [TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE DENTRO DO PRAZO]

A imprensa, que entrou em Portugal no reinado de D. João II, teve um papel fundamental na divulgação de textos e no desenvolvimento e maturidade da Língua Portuguesa escrita.

A Língua Portuguesa deste período apresenta alguma estabilidade linguística, sobretudo no âmbito morfológico e sintático, face à instabilidade dos séculos anteriores. A instabilidade gráfica mantém-se, como facilmente se depreende pela profusão de formas de uma mesma palavra em obras da época. A estabilidade morfológica e sintática permitirá que no século seguinte sejam redigidas obras como *Os Lusíadas* de Camões, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Góis e *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

O *Dicionário dos Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa* é um projeto em elaboração e tem como *corpus* as seguintes obras impressas entre 1488 e 1499 em língua portuguesa: *Sumário das Graças* (1488); *Sacramental* (1488); *Tratado de Confissão* (1489); *Vita Christi* (1495); *História do Mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (1496); *Constituições de D. Diogo de Sousa* (1497); *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* (1497); *Regimento Proveitoso Contra a Pestenença* (c. 1495-1499).

PARTICIPOU EM 2007 NO 8º COLÓQUIO EM BRAGANÇA

20. JOSÉ MANUEL BARBOSA ALVARES, AGAL/AGLP, GALIZA



**JOSÉ MANUEL BARBOSA ÁLVARES**, nasceu em 1963 em Ourense (Galiza) e é Professor de Educação Física

*Diplomado em Professorado de Ensino Geral Básico* pela Escola Universitária de Formação do Professorado de Ensino Geral Básico da Universidade de Santiago de Compostela, especialidade em Ciências Humanas no ano 1984.

Outros estudos: *História na UNED* (Universidad Nacional de Enseñanza a Distancia) Trabalhador da Conselhoria de Educação da Junta da Galiza dentro do Ensino Público Primário desde 1992 até o dia de hoje.

Participei em Cursos, congressos, audições, seminários fazendo parte da AGAL (Associação Galega da Língua).

Sócio da AGAL desde 1984 da qual fez parte do seu Conselho várias vezes; ex-membro do Conselho Consultivo do MIL (Movimento Internacional Lusófono); Sócio da Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa; Membro de Número da AGLP, Patrão da Fundação da AGLP; Sócio fundador e ex-diretor Administrativo do IGEC (Instituto Galego de Estudos Célticos e poeta integrante do Clube dos Poetas Vivos.

Publicou poemas na Revista AGÁLIA, livros de poemas coletivos, artigos de opinião no Jornal La Región de Ourense, na Revista AGÁLIA e no Portal Galego da Língua.



Publicou igualmente alguns contos na Revista AGÁLIA assim como estudos e resenhas nessa Revista e, no Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa.

É editor e gestor do blogue despertadoteusono.blogspot.com onde tem publicado artigos de opinião, organizado roteiros culturais por diversas cidades da Galiza e de Portugal, feito video-entrevistas reivindicativas do património galego, da História da Galiza e a personagens significativos da vida galego-portuguesa que colaboram com a nossa cultura e a nossa língua.

Tem publicado vários livros:

“Curso práctico de Galego”. Ed. AGAL 1999

“Âmago/Mágoa” Ed. Baía. Em parceria com Roi Brás. 2002

“Bandeiras da Galiza”. Ed. AGAL. 2006/

“Atlas Histórico da Galiza” Ed. Edições da Galiza. Polifonia. 2008

“Bandeiras da Galiza” 2ª edición. Através Editora. 2011

18 (Dezoito) livro coletivo: “Maria de Velhe” (pág. 23-34). 2011

Além do Silêncio. Livro Coletivo: (pág. 30). 2014

ESTEVE PRESENTE NO 8º COLÓQUIO, BRAGANÇA 2007, 12º BRAGANÇA 2009, 18º NA GALIZA 2012



TEMA 2.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE A ETIMOLOGIA DE OURENSE, J. M. BARBOSA, AGAL/AGLP

RESUMO:

O presente trabalho tenta demonstrar a origem etimológica do nome da cidade de Ourense tendo em conta elementos epigráficos de época romana assim como texto escritos de autores clássicos. O estudo perscruta em épocas anteriores às reconhecidas pela historiografia oficial, pois penetra nas fontes romanas dos primeiros séculos da nossa era onde se diz que não existem referências escritas sobre a cidade das Burgas. Também se faz estudo de alguns autores de época germânica localizando o nome da cidade em algum textos não considerados nem identificados como referidos à velha Auria.

Ourense é a terceira cidade da CAG (Comunidade Autónoma Galega) e novena da velha Gallaecia, nome do qual deriva o atual “Galiza”. Temos memória da existência da cidade

desde épocas romanas quando se nos diz que surgiu próxima ao rio Minho. Muitos foram os autores que estudaram o seu passado, quando os estudos historiográficos e arqueológicos nos desvendaram uma suposta origem a partir das Burgas.

Neste estudo vamos falar da possível origem do topónimo que a identifica mas antes veremos as diferentes propostas de alguns dos estudiosos que fizeram as suas achegas teóricas.

### 1- Diferentes propostas etimológicas a respeito de “Ourense”.

- Áurea/Áuria.

Alguns autores botam mão da mais comum das etimologias relacionadas com a presença do mineral de ouro no Sil e no Minho em épocas romanas. Ouro em latim é “Aurum” e se a cidade é a cidade do ouro, esta aceitará o nome de Áurea e daí Áuria. Do nosso ponto de vista as explorações de Ouro da cidade em época romana não parecem ser especialmente salientáveis comparadas com a de outras regiões.

Por outra parte, no Parochiale Suevum, apresenta-se-nos a divisão do Gallaeciense Regnum em dioceses e paróquias onde dependente da “ad sedem Auriensis” aparece-nos ao igual do que a forma “Auriensis”, também o topónimo denominado de “Palla Aurea” que Rodríguez Colmenero identifica com o primitivo Ourense e que ele traduz como “Pepita de Ouro” (Rodríguez Colmenero: 1977).

- Warmsee ou Warm See

Esta etimologia foi proposta pelo médico flamengo de ascendência lusófona, Luís Nunes<sup>89</sup> no seu livro “*Hispania sive populorum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior*

<sup>89</sup> Luís Nunes ou Ludovicus Nonnius foi um médico nascido em Antuérpia, Flandres (1553-1645) de origem judeu e evidentemente de fala portuguesa. Como sabemos que os judeus portugueses foram expulsos do Reino de Portugal em 1495, três anos depois de tê-lo feito a Coroa de Castela onde a Galiza

*descriptio*”. “Ourense” significaria “Lago quente”.

“(…) *Gallaecia Suevis in fortem et sedem obtigit, et patrio idiomate urbem hanc Warm See, quod Lacum Calidum denotat, appellarunt: postmodum vero Orense* (quase warmsee) *corrupte nimis dictum est. (Nonnius Ludovici: 1607)*

Lembremos que na língua neerlandesa muito conhecida por ele por ser esta a língua do país onde morou, a construção “Warm Zee” significa “mar quente”.

- Or Ens

Esta etimologia é defendida por Jean Baptiste Bullet onde manifesta o seguinte:

*C'est à cause de ces sources que les Romains l'appelaient “Aqua Calida” (eaux chaudes). Hors la porte de la Ville, on voit un pont merveilleux d'une seule arche, si haute qu'un vaisseau peut commodément passer dessous. Tous les environs d'Orense sont très-agréables et très-fertiles; il y croit d'excellent vin, et on y recueille en abondance divers fruits délicieux. Or, eau. Ennes, par cause Enns, chaude.* (Bullet, M:1768)

Não conhecemos texto latino ou inscrição romana que confirme o que nos diz este intelectual francês do século XVIII como também não nos parece acreditável essa etimologia que faz derivar para o castelhano: OR ENNS>Orens>Ourense

- Aquae Urentes

Pudemos achá-lo no “Diccionario Geográfico Universal” procurando a palavra “Ourense”. O verbete diz assim:

estava politicamente inserida, faz-nos pensar que poderia ser tanto galego como português, já que a maior parte dos judeus provenientes da Galiza fugiram em 1492 para o Reino de Portugal emigrando em 1495 para os Países Baixos ao lado dos seus irmãos portugueses

“Orense, Auria Calaicorum, **Aquae Urentes**, C.R. De Esp., capital de la provincia, obispado y jurisdicción de su nombre (...).

“Urentes” é o Participio de Presente ativo do verbo latino Uro, Ussi, Ustum que significa “arder”. Águas ardentes, significa, mas também não temos referências deste topónimo em épocas romanas.

- Aransio

O escritor ourensano em castelhano José Ángel Valente diz-nos no seu “Diccionario Anónimo” o seguinte:

*“Nace, nació, había o hubiera nacido en los términos del Gallaeciae Regnum, en un lugar que acaso cabría llamar Aguas Calientes o Augasquentes y suele llamarse Orense. ¿Deriva el nombre de un gótico warmsee? ¿Tal vez de Aransio, divinidad romana de las fuentes, con lo que Orense y Orange serían lo mismo? Nada en el nombre ni en el lugar remite con fundamento a ninguna raíz áurea sinó a una raíz ácuea”* (Valente, J.A: 2011)

Podemos supor errada a conjetura do poeta ourensano por várias vias já que o deus citado não é romano, mas celta nem poderia facilmente derivar em “Ourense” e menos em “Orense” como ele diz.

- Ória

Para o nosso amigo e companheiro académico o Professor Higinio Martins Estêvez é o topónimo “ORIA” a origem de “Áuria”. Diz-nos ele:

*“O significado é “a da fronteira” (\*OROS), que não é outro que o nome céltico da vila. \*ORIA (A longo; asterisco não pela palavra mas pela aplicação a este lugar) caiu numa paretimologia ou etimologia popular pelos achados áureos do Minho, que era fronteira tribal. Daí o \*Áurea latino que também não está documentado, se não é erro. O que*

*aparece documentado é Áuria, cuja subtil refração deu pista. A evolução não concluiu. De Áuria formou-se o adjetivo latino auriensis, donde Ourense.*

- Auregensium Loca ou Aregenses Montes

Finalmente atenderemos com especial atenção a uma etimologia na que alguns autores galeguistas tinham reparado mas nunca nela aprofundado. É a forma que nos comenta Casimiro Torres no seu “Galicia Sueva” (Torres, C: 1977). Diz:

*“Aspidio debió dominar la zona montañosa que Leovigildo tenía que cruzar para entrar en Galicia, a la cual el Biclarense llama **Auregenses Montes**, los cuales han sido identificados por muchos historiadores como **Montes Orensanos**. (...) Desde luego de Auregense, puede provenir Orense; pérdida de la sonora “G”, entre vocales, que daría Aureense, reducción de las dos “E” a una; evolución del diptongo AU>O, como AURUM>ORO y TAURUM>TORO, etc. Por consiguiente de Auregense pudiera provenir el nombre actual de Orense”.*

Casimiro Torres faz-nos referência dos autores que para ele relacionavam os Auregenses com Ourense, todos eles tomando referência dos autores clássicos acima mencionados: Hydácio e João de Biclara.

Hydácio diz-nos:

*“Pars Gothici exercitus a Sunierico et Nepotiano comitibus ad Gallaeciam directa, Suevos apud Lucum depraedantur: quae Dictinio [Ms. Suevos apud Lucum depraedatur habitantes, quae Dictinio], Spinione et Ascanio delatoribus, spargentibusque ad terrorem propriae venena perfidiae, indicata recurrit ad suos: ac mox iisdem delatoribus quibus supra, Frumarius cum manu Suevorum quam habebat impulsus, capto Idatio episcopo septimo kalend. Augusti in Aquae flaviensi ecclesia, **eumdem conventum** grandi evertit excidio. Rechimundus **vicina sibi pariter Auregensium loca**, et Lucensis conventus maritima populatur. Inter*

*Frumarium et Rechimundum oritur de regni potestate dissensio” (Olymp. CCCX. IV)*

e Iohannes Biclarense ou João de Biclara no seu “Chronicon” diz-nos o seguinte:

*Praedam vero de manubiis Romanorum . . . . Persarum multitudo ob nimiam vilitatem nummo publico venundata sunt. Leovigildus rex **Aregenses montibus** ingreditur. Aspidium loci seniore cum uxore et filiis captivos ducit, opesque ejus ac loca in suam redigit potestatem (2.8,1-2)*

Ambos nos falam dum lugar que Hydácio identifica como a região dos Aregenses e o Biclarense com uns montes Aregenses.

Ficamos com que a ação é no **mesmo Convento** no que estava o lugar onde foi capturado Hydácio e posteriormente diz-nos que Requirundo devasta os **lugares vizinhos Aregenses**. Vizinhos de Chaves. Portanto os lugares vizinhos fazem parte do Conventus Bracarense e próximos de Chaves/Aquaeflaviae.

A primeira referência clara e evidente que temos da cidade de Ourense está no “Parochiale Suevum” ou “Divisio Theodomiri” que acostumamos datar a meados do século VI. Nele reparte-se o País em 13 dioceses e 143 paróquias uma das quais era a da cidade de Ourense “Ad **Auriensem** Sedem”, e uma das paróquias, é a chamada “**Palla Aurea**” identificada por alguns como a Límia mas por outros como Ourense.

Nós acreditamos em que não pode ser a Límia. A razão fundamental é a divisão das Sés galaicas no século VI nas que a Sé bracarense ocupa a paróquia dos Aequaesii. Estes parecem estar localizados na região da Equesia, topónimo este que gera Queija donde provém Chandreja de Queija, Serra de Queija, etc...<sup>90</sup> pelo Vale de Laça e o Alto Tâmega.

Esta comarca está situada na parte centro-norte da atual província de Ourense. Se isto pertencia à Sé bracarense deduzimos facilmente que a Límia, mais ao Sul ficaria vinculada ao bispado de Braga e não ao de Ourense<sup>91</sup>.

Do nosso ponto de vista e seguindo a André Pena (Pena Graña, A: 1999), o nome de Palla extraído de inscrições galaico-lusitanas significaria “pedra com uma oquidade” que num contexto sacrificial da inscrição significaria, “defesa”, “proteção”, “guardião”, portanto, “Pedra protetora”, “pedra sacrificial”.

## 2. -Do Parochiale Suevum em adiante

É a partir do “Parochiale Suevum” onde a identificação das diferentes formas de denominar a cidade de Ourense podem ser bem identificadas: Auriense (Concilio de Lugo 569), Auriensem (Parochiale Suevum 569), Auriensis (578), etc., todas elas relacionadas com os diferentes Concílios de Braga ou de Toledo aonde acudiam os seus bispos.

Posteriormente há outra referência que nem sempre foi considerada como referência clara à cidade. É no livro de Isidoro de Sevilha ou Isidorus Hispalensis datado no primeiro terço do século VII, denominado “*Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*” de 624 e portanto posterior a Hydácio e ao Biclarense. É “**Aregia**” do qual podemos inferir um gentílico “**Aregenses**”. O texto está no parágrafo 49 do livro citado e diz o seguinte:

*“Aera DCVI, ann. III imper. Justinii Minoris, Leovigildus adeptus Hispaniae et Galliae principatum, ampliare regnum bello et augere opes statuit. Studio quippe ejus exercitus, concordante favore, victoriarum, multa praeclare sortitus est. Cantabros namque iste obtinuit, **Aregiam** iste cepit, Sabaria ab eo omnis devicta est, cesserunt*

<sup>90</sup> A evolução da palavra com que denominaríamos a região onde estariam os Aequaesii dar-nos-ia o seguinte: AEQUAESIA>EQUESIA>QUEISIA>QUEISA>Queija (Rodríguez Colmenero: 1972)

<sup>91</sup> Se fazemos caso ao São Gregório de Tours no seu “De Miraculis Sancti Martini Episcopi” a Sé Auriense foi criada na segunda conversão ao catolicismo por parte da Monarquia Sueva. Carriarico foi

quem levou a cabo a nova conversão e quem fez de Ourense Sé episcopal com territórios dependentes da Arquidiocese Braga

*etiam armis illius plurimae rebelles Hispaniae urbes.*"

Do nosso ponto de vista a Aregia estaria ao ocidente da Sabaria e poderia corresponder-se com o território dos Aregenses ou Auregenses próximos a Chaves, já no Reino de Galiza. Aregia parece ter pouca similitude com a "Auria" que procuramos mas sim o gentílico derivado, "Aregienses" teria a ver com o Aregenses ou o Auregensium do Biclarense e de Hydacio. Para Curchin, Aregia poderia ser Auregia (Curchin, Leonard A: 2008) o qual ajudaria mais na identificação.<sup>92</sup>

Hydacio incluía um U no gentílico. Não reconhecia o gentílico como Aregienses ou Aregenses mas Auregensium com U. Lembremos que em vida de Isidoro de Sevilha os reis visigodos criaram uma ceca onde se cunharam moedas durante muito tempo, entre 612 e 653 aproximadamente, com o nome de **Ceca Aureense**, com U mas já sem G "Aure(g)ense", que reconhecemos, sem dúvida como a cidade de Ourense.

Posteriormente temos referências várias referidas a Ourense. Assim temos: Didacus Oriensis episcopus (950), Portum Ourens ou Portum Aurens (1159), Porto Auriense (1164), Ourensse (1215), Juyzes d'Ourense (1253), Bom vinho d'Ourens (1259) numa cantiga de Afonso o Sábio (Rivas Quintas: 2012) mas como nos comenta Ferro Couselo (Ferro Couselo: 1996) a forma "Auriense" é um adjetivo ao qual lhe corresponderia um substantivo que ele calcula que seria "Auria".

Esta palavra também a achamos nos documentos em diferentes formas: Auria (589 Primeiro Concílio de Toledo), Auria (746 Yusuf el-Ferhi), Uriya (Al-Baqri no século XI) (Carbaleira Debasa: 2007), São Martinho de Aureis (1150), Auria (1175), Aurie (1175), Auriam (1200), Auria (1219, 1229, 1232...). O que sim parece é que há consenso entre todos os estudiosos

<sup>92</sup> Entre os clássicos é comum a diversidade nos nomes duma localidade, lugar ou povo. Exemplos há muitos mas há casos especiais, como o nome dum povo aquitano da atual província basco-francesa de Zuberoa, denominada segundo o autor de Suburates, Siburates ou Sibulates por Júlio César mas Sybillates por Plínio o velho. A capital dos Aquitanos, hoje Dax, era conhecida como Aqua Tarbellicae,

em afirmar que Ourense provém de "Auriense" e este adjetivo à sua vez provém de "Auria".

### 3- Do "Parochiale Suevum" para atrás.

Do texto da Divisio Theodomiri para adiante parece claro. Tentaremos agora ir por textos anteriores a este introduzindo-nos em época imperial romana. Vejamos agora as inscrições da Ponte de Chaves:

A Ponte de Chaves ou Ponte de Trajano é uma ponte construída entre os séculos I e II. Na construção fizeram-se dous epígrafes comemorativos na honra de Vespasiano e Tito para além de outras autoridades provinciais e a Legio VII Gemina, incluindo-se os dez povos galaicos bracarense, todos próximos a Aquae Flaviae, que participaram na obra.

As epígrafes comemorativas são réplicas dos originais. A primeira, perdida a original, e denominada "Padrão de Trajano" (CIL II 2478) está datada por volta de 104 d.C. e nele indica quem suportou a construção da ponte mas a segunda, réplica da achada em 1980 durante a dragagem do rio, leva o nome de "Padrão dos Povos" (CIL II 2477) guarda-se no Museu da Região Flaviense.

A primeira diz:

*Imp(eratore) caes(are) Nerva / Traiano avg(usto) ger(manico) / dacico pont(ifice)  
Max(imo) / trib(unicia) pot(estate) co(n)s(ule) V p(atre) p(atriciae) / Aqviflavienses  
pontem lapidevm / de svo f(aciendum) c(uraverunt).*

A segunda:

*Imp(eratori) Caes(ari) Vesp(asiano) Avg(vsto) Pont(ifici) / max(imo) trib(unicia)  
pot(estate) [XX p(atri) p(atriciae) co(n)s(uli) IX] / imp(eratori) Vesp(asiano) caes(aris)*

Aquae Augusta (Ptolomeu), Urbs Aquensis, Aquis, Villa Aquae, Acs, Ac, Aqs, Civitas Aquensium, e em basco-aquitânico Akize. A cidade de Auch recebe os nomes de Eliumberrum (Mella), Eliberres (Tabula Peutinger), Climberum (Itinerario Antonino) (Iglesias, H: 2011).



*av[ug(usti) f(ilio) pont(ifici) trib(unicia) pot(estate)] / VIII imp(eratori) XIII co(n)s(uli) VI] / (damnatio memoriae) / C(aio) Calpetano Ra[ntio Qvirinali] / Val(erio) Festo leg(ato) a[ug(usti) pr(o) pr(aetori)] / D(ecio) Cornelio M[eciano leg(ato) avg(usti)] / L(ucio) Arruntio Max[imo proc(uratori) avg(usti)] / leg(ioni) VII gem(inae) / civitates [X] / Aquiflavienses **[Aobrigens(es)]** Bibali Coel[erni Eqvaesi] / Interamic[i] Limici Aebisoc(i)] / Qvarqverni Ta[magani].*

Posteriormente em 1980 foi achada no leito do rio uma terceira coluna que é a original denominada de “Padrão dos povos” e que exalta os dez povos bracarense:

IMP CAES VE (...) / MAX TRIB POT IMP VESP CAES AV (...) / VIII IMP XIII / CO (...) / G (...) / CALPETANO RA (...) / VALFESTO LEG A (...) / D CORNELIO MA (...) / LARRVNTIO MAX (...) / LEG ° VII GEM (...) / CIVITATES/AQVIFLAVIENS (...) / BIBALI COEL (...) / INTERAMIC (...) / QVARQVE (...) NI TA (...)

Imp(eratori) Caes(ari) Ve[sp(asiano) Aug(usto) Pont(ifici)] Max(imo) Trib(unicia) Pot(estate) [X Imp(eratori) XX P(atri) P(atriae) Co(n)s(uli) IX] Imp(eratori) Vesp(asiano) Caes(ari) Au[ug(usti) F(ilio) Pont(ifici) Trib(unicia) Pot(estate)] VIII Imp(eratori) XIII Co(n)s(uli) VII G(aio) Calpetano Ra[ntio Quirinali] Val(erio) Festo Leg(ato) A[ug(usti) Pr(o) Pr(aetore)] D(ecimo) Cornelio Ma[eciano Leg(ato) Aug(usti)] L(ucio) Arruntio Max[imo Proc(uratori) Aug(usti)] Leg(ioni) ° VII Gem(inae) [Fel(ici)] Civitates [X] Aquiflaviens[es **Aobrigenses**] Bibali Coel[erni Equaesii] Interamic[i] Limici Aebisoc[i] Quarque[r]ni Ta[magani]

Um dos dez povos é o dos **Aobrigenses** de entre o conjunto de povos que colaboraram na edificação da Ponte de Trajano. Esses dez povos são os que ficam na região da qual a cidade de Aquae Flaviae parece a mais importante do oriente do Convento Jurídico Bracarense.

O **Aobrigenses** que aparece nas colunas pode facilmente corresponder-se no século I ou II com os Aregenses ou Aurigenses de época final do Império e de época germânica. Esse U de “Auregenses” poderia ser o “O” de “Aobrigenses” relacionada com a Avobriga de Tranoy

(Tranoy: 1981). Cuevillas relaciona esta cidade com Oimbra o qual fez com que muitos estudiosos posteriores tendessem a fazer a mesma identificação (Cuevillas: 1988). Tranoy contrariamente identifica a cidade com a Abóbrica de Plínio (Plínio. IV. 112)

*a Cilenis conventus Bracarum Helleni, Grovi, castellum Tyde, Graecorum subolis omnia. iae Siccae, oppidum **Abobrica**. Minius amnis, III ore spatiosus, Leuni, Surbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaecis flumen Limia, Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Arevacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens. omnis, quae dicta regio a Pyrenaeo, metallis referta auri, argenti, ferri, plumbi nigri albique.*

e ainda com a Adobrica de Pompónio Mella (Mella III. 8-9)

*[9] In ea primum Artabri sunt etiamnum Celticae gentis, deinde Astyres. In Artabris sinus ore angusto admissum mare non angusto ambitu excipiens **Adobricam** urbem et quattuor amnium ostia incingit:*

Tranoy não identifica Abóbrica com a nossa Avóbriga/Aóbriga/A(u)regia e ainda diz que se esta ficar perto da foz do Minho não pode ser a A(v)óbriga da Coluna de Chaves porque está muito longe. Do nosso ponto de vista a Abóbrica de Plínio sim poderia ter a ver com a nossa A(v)óbriga mas o que para nós não teria nada a ver com a nossa cidade é a Adróbrica de Mella.

Consideraremos outras referências a Avóbriga. É o caso de dous textos epigráficos: um presente em Tarragona (Catalunha) e outro em Fermedo, Concelho de Arouca (Distrito de Aveiro). A informação útil é a presença da forma plena do topónimo “Avóbriga”. A epígrafe de Tarragona (CIL II 4247) diz:

*L(ucio) Sulpicio Q(uinti) f(ilio) Gal(eria) / Nigro Gibbiano / **Avobrigensi** / omnibus in re p(ublica) sua / honorib(us) functo / flam(ini) Romae divor(um) / et Aug(ustorum)*

*p(rovinciae) H(ispaniae) c(terioris) / p(rovincia) H(ispania) c(terior)*

O texto de Fermedo (HAE 1918)<sup>93</sup> é uma lápide sepulcral de Laetus Caturonis localizado na igreja matriz do lugar. Diz o seguinte:

*Laetus Caturonis f(ilius) / **Aviobrigensis** h(ic) s(itus) e(st) / an(norum) XXIX Niger / frater ex testamento / faciendum curav[it] / arbitrato Q(uinti) Laber(i) Exorati / Olisipone(n)sis*

As palavras em questão são “Avobrigensi” ou “Aviobrigensis” que derivam dum “Avóbriga”. No caso de ser a mesma Avóbriga a do Padrão dos Povos, a do Flâmine e a do Laetus Caturonis teríamos que localizá-la seguindo uns critérios que damos a continuação:

#### 4. Localização de Avóbriga

1- A primeira informação que tiramos é a que nos dá Hydácio quando nos diz que os “Auregensium Loca” são “vicina sibi pariter” da “Aquaeflaviense ecclesia”, pois pertence ao “eundem conventum”. Localizamo-la portanto no Convento Bracarense e perto de Chaves.

2- O Biclarense diz-nos que os “Aregenses montibus” foram conquistados por Leovigildo no oriente do Reino da Galiza. Esse “Aregenses” é-nos um gentílico que nos viria dum nome se não igual, sim próximo da Aregia do Isidoro de Sevilha. Aregia que poderia ser o lugar de origem dos “Aregenses” ou “Aregienses”. Como acabamos de ver é convento bracarense e aliás da bracarense oriental.

3- As colunas de Chaves falam-nos igualmente duns Aobrigenses localizados dentro do âmbito jurisdicional e próximo a Aquae Flaviae por serem um dos dez povos que

colaboraram na construção da Ponte de Trajano. Os Aobrigenses estão entre os povos que tinham Aquae Flaviae como centro político, económico e talvez administrativo de importância por ser esta a cidade que chefia nesta altura a região bracarense oriental.

4- Os Aobrigenses do Padrão dos povos teriam uma Aóbriga como suposta cidade de origem. Tranoy conta-nos que a sua interpretação poderia ser melhor Avobrigenses com V o que a liga com uma Avóbriga e esta com a Abóbriga de Plínio. Esta interpretação com V reafirma-se pelo facto de ser essa a leitura tradicional que se faz do povo inscrito no Padrão até o S. XVI (Rodríguez Colmenero: 1990). A dia de hoje o texto onde se poderia ler “Aobrigenses” ou “Avobrigenses” está apagado e não se lê com nitidez.

5- A Abóbriga de Plínio fica situada nas beiras do rio Minho. Lembremos que Contador de Argote (Contador de Argote: 1738) comentou que esta cidade poderia ser a atual Riba d'Ávia mas se esta fosse não estaria incluída dentro do âmbito de Aquae Flaviae, pois Riba d'Ávia pertenceu ao Bispado de Tui, portanto à bracarense ocidental, até meados do século XX.

6- Nos textos epigráficos de Tarraco e Fermedo apresentam-nos duas referências à Av(i)obriga, identificada como uma cidade provavelmente galaica e romanizada. A presença dum flâmine da Hispânia Citerior não se daria em caso de ser uma localidade menor, não romanizada ou lusitana. No segundo, o gentílico diz-nos a origem do Laetus Caturonis, nome galaico-lusitano mas descartada origem lusitana de Av(i)obriga se é a mesma cidade do flâmine.

Por tudo isto acreditamos que os Aobrigenses, Aurigenses e Aregenses são nomes referidos aos habitantes do que se deveu chamar Avóbriga, Abóbriga ou Aregia. Isto é o que

<sup>93</sup> (HAE 1918) Hispania Antiqua Epigraphica: [http://eda-bea.es/pub/record\\_card\\_2.php?refpage=%2Fpub2Fsearch\\_select.php&quicksearch=Fermedo&rec=20063](http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub2Fsearch_select.php&quicksearch=Fermedo&rec=20063)

posteriormente foi Ourense ou Ária.

Alguns autores, nomeadamente Cuevillas e Rodríguez Colmenero relacionavam Aobrigenses com Oimbra mas existe um documento do século XII-XIII que relaciona Oimbra com um Olimbriga ou Aolimbriga (Rodríguez Colmenero: 1972) e não com um Avóbriga. A deriva desde Aolimbriga ou Olimbriga para Oimbra é fácil de explicar: (AOLIMBRIGA>Olimbriga>Oimbriga>Oimbra). Para nós do AVOBRIGA ao ÁURIA viria duma evolução parecida ao VALOBRIGA cântaro. Este topónimo reconhecido como a atual Valória, no Concelho de Udias daria o atual nome por meio dum processo de lenição: VALOBRIGA>VALO(B)RI(G)A>Valória (González Vásquez, A e Hierro Garate, J.A: 2000). Outros como González Rodríguez propõem um Vale Oria (González Rodríguez: 1999) mas do nosso ponto de vista poderia ser um Valle Aobrica, Valle Aobriga ou Valle Avóbriga.

O AVOBRIGA, também por um processo lenitivo múltiplo derivaria assim do nosso humilde ponto de vista: AVÓBRIGA>AWÓBRIGA>AWBRIGA>ÁWRIGA>ÁURIGA>Áuria. Esta forma “Áuria” conserva-se atualmente no bairro de Oira situado em Ourense à direita do Minho.

Por outra parte, a forma AVOBRIGA estaria formada por duas partículas: Um AVO - que parece vincular-se com a palavra céltica dos atuais gaélicos “abhainn” ou “abhuin” (rio) do qual há restos toponímicos na Gallaecia história (Rio Ave, Riba d'Ávia, Avião, Abuim/Aboim...), como também na Bretanha (Aven, Aon, Aff.) na França (Avon, Avon-la-Pèze, Avon-les-Roches.), Suíça (Aven...) ou nas Ilhas Britânicas (Stratford upon Avon, Avonmouth, Avonmore, Strathaven, Craigavon, Blaenafon, Cwmafon).

A segunda partícula é -briga, palavra céltica deriva da indoeuropeia \*bheregh: “alto”, “elevado”, como no germânico “berg” (montanha) e “burg” (fortaleza, cidade). A “fortaleza elevada” ou “assentamento fortificado no alto” (Diez: 1994) é o significado de -briga cuja definição responderia ao nossos castros sem qualquer dúvida.

Concluindo: AVOBRIGA viria a significar, o “Castro do Rio”. Não há melhor denominação para Ourense cujo lugar é ao lado dum dos rios mais importantes do País: o Rio Minho.

## 5. Bibliografia e linkografia

- Alarcão, Jorge de. Organização Social dos povos do noroeste e norte da Península Ibérica nas Épocas Pré-romanas e Romana. Revista de Arqueologia “Conímbriga”. Nº XLII. 2003. pp.: 5-15
- Bráulio de Saragoça: Vita Sancti Aemiliani XXVI
- Brito, Bernardo de: Monarchia Lusytana. Tomo II. Lisboa. 1609. lib. VI, 194v-196 [edição fac-similada com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves (2004): Monarquia lusitana, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa].
- Bullet, M: Memoires sur la langue celtique. Tome 1er. Chez V<sup>o</sup> Requilliat, Librairie Place Lonis-le-Grand. A Lyon. 1768. pp.: 415
- Carballeira Debas, Ana Maria. Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales. Ed. CSIC, Xunta de Galicia, Instituto de estudios gallegos Padre Sarmiento. 2007. pp.: 67
- CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum) [http://cil.bbaw.de/cil\\_en/index\\_en.html](http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html)
- I Concilio de Braga 561  
[http://www.benedictus.mgh.de/quellen/chga/chga\\_057t.htm](http://www.benedictus.mgh.de/quellen/chga/chga_057t.htm)
- Concilio de Lugo 569  
[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/LOAISA\\_%281593%29\\_-\\_Concilium\\_apud\\_Lucum.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/LOAISA_%281593%29_-_Concilium_apud_Lucum.jpg)
- Contador de Argote, Jeronymo: De antiquitatibus conventus Bracaraugustani. Ulyssipone Occidentali. Typis Sylvianis. Regalis Academiae. Livro II. Capítulo VIII. 1738. pp.: 152
- Contador de Argote, Jeronymo: Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas. Tomo II, Lisboa. 1734. pp.: 849-852
- Corpus christianorum: “Parochiale sueuum (seu Diuisio Theodemiri seu Concilium Lucense a. 569)”, Series Latina, CLXXV: Itineraria et alia geographica, Brepols,

1965. Turnhout, 411-420.
- Cortes y Lopez, Miguel; Diccionario Geográfico-Histórico de la España Antigua; Tomo III; Imprenta Real; 1836; Madrid (España) "
  - Curchin, Leonard A: Los topónimos de la Galicia romana: Nuevo Estudio. The Toponyms of the roman Galicia: New Study. Cuaderno de Estudios Gallegos, LV. Nº 121. Enero-Diciembre (2008). pp.: 109-136
  - Diccionario Geográfico Universal. Tomo nº VI. Editado por una sociedad de literatos SOMFCED. Barcelona. Imprenta de José Torner. 1832
  - Díez, J.: "Nueva interpretación de algunos topónimos indoeuropeos peninsulares", en VV.AA. Homenaje al Profesor Presedo, 1994. Sevilla. pp.: 229
  - Fernandez Guerra, Aureliano; de Hinojosa, Eduardo: *Historia de España desde la invasión de los pueblos germánicos hasta la ruina de la monarquía visigoda*. El Progreso Editorial. Tomo I. Madrid. 1890. pp.: 326
  - Ferro Couselo, Xesus: Orixe e formación da cidade de Ourense. Jornal La Región. 17-5-1996. Texto transcrito da conferência inaugural da Agrupación Cultural Auriense organizada pelo Colégio de Médicos de Ourense em 6-3-1968  
[http://www.ivoox.com/orixe-e-formacion-da-cidade-ourense-audios-mp3\\_rf\\_1649272\\_1.html](http://www.ivoox.com/orixe-e-formacion-da-cidade-ourense-audios-mp3_rf_1649272_1.html)
  - Gonzalez Rodriguez, A: Diccionario etimológico de la toponimia mayor de Cantabria, Ed. Estvdio, 1999. Santander. pp. 21, 39, 280.
  - Gonzalez Vazquez, A e Hierro Gárate, J.A: Contribución al estudio de la toponimia antigua de Cantábría: Valobriga-Valoria (Udias). Revista de Arqueología "Nivel Cero". Ed. Universidad de Cantábría. Nº 8. Santander. 2000. pp.: 59-69
  - Green, Miranda: Dictionary of Celtic Myth and Legend. Thames and Hudson. Nova Iorque. 1992
  - Gregório de Tours: De Miraculis Sancti Martini Episcopi. Libri quatuor. In *Historia Francorum*. 572
  - Hübner, Emil: CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum). II e Supplementum. Berlin 1869 e 1892
  - Hydatius: Chronicon. (*Olymp. CCCX.IV*)  
<http://www.thelatinlibrary.com/hydatius.html>  
<http://www.thelatinlibrary.com/hydatiuschronicon.html>
  - Iglesias, Hector: Sur l'origine présumée du fractionnement dialectal de la langue basque. Revista Arse nº 45. 2011. pp.: 65-95
  - Iohannes Biclaensis: Chronicon: 2.8,1-2  
<http://remacle.org/bloodwolf/iberiques/biclar/chronique.htm>  
[http://la.wikisource.org/wiki/Chronicon\\_%28Iohannes\\_Biclaensis%29](http://la.wikisource.org/wiki/Chronicon_%28Iohannes_Biclaensis%29)
  - Isidorus Hispalensis. "Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum". Incipit Historia paragrafo 49  
[http://la.wikisource.org/wiki/Historia\\_de\\_regibus\\_Gothorum,\\_Vandalorum\\_et\\_Suevorum](http://la.wikisource.org/wiki/Historia_de_regibus_Gothorum,_Vandalorum_et_Suevorum)
  - Lopez Cuevillas, Florentino: La Civilización Céltica en Galicia. Colegio Universitario. Ediciones Istmo. Madrid. 1988. pp.. 66
  - Macias y Garcia, Marcelo: Aportaciones a la Historia de Galicia. Ed.Ibero-americana de publicaciones. S.A. Bibliotecas de Estudios gallegos. Dirigida por Alvaro de las Casas. Madrid. 1929? pp.: 147
  - Martinez Murguía, Manuel: Historia de Galicia. Tomo III. Ed. Soto Freire. Lugo. 1865. pp.: 111
  - Martins Estêvez, H: As tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos. Edições da Galiza. 2008. pp.: 236-237
  - Nunes, Luís/Ludovici Nonii Medici: Hispania sive popularum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior descriptio. Antuerpiae ex officina Hieronymi Verdufsl. 1607. pp.: 166. (Texto em Shott Hispania Illustrata IIII):  
[https://play.google.com/books/reader?id=6sMWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt\\_PT&pg=GBS.PA166](https://play.google.com/books/reader?id=6sMWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_PT&pg=GBS.PA166)
  - Otero Pedrayo, Ramón: Guía de Galicia. Ed. Galaxia. Cuarta edición de 1965. Vigo. pp.: 347
  - Pena Graña, A: Nota sobre la organización institucional celta en los territorios políticos autónomos (Treas) de la antigua Gallaecia. In Os Celtas da Europa

- Atlântica. Atas do Iº Congreso galego sobre a Cultura Celta celebrado em Ferro em 1997. Edita: Concello de Ferrol. Ferrol. 1999. pp.: 114-115 e 142-144.
- Plinio: Historia Naturalis. Liber IV. 112  
[http://la.wikisource.org/wiki/Naturalis\\_Historia/Liber\\_IV](http://la.wikisource.org/wiki/Naturalis_Historia/Liber_IV)
  - Pomponio Mela: De Chorografia. Liber Tertius 9  
<http://www.thelatinlibrary.com/pomponius3.html>
  - Prada Llorente, Esther Isabel: Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales, XXXVII nº 144. 2005.
  - Quiroga L. Jorge e R. Lovelle, Mónica: El problema del “Limes” de época visigoda en Galicia: nuevas consideraciones a partir de una relectura de las fuentes escritas y arqueológicas. Revista Guimarães. Guimarães. Órgão da Sociedade Martins Sarmiento. Nº 104. 1994, pp. 83-107.
  - Reboreda Morillo, Susana: História de Ourense. Historia Antiga. In VV AA. História de Ourense. Ed. Via Láctea. 1996. pp.. 113
  - Rivas Quintas, Elixio: A orixe de Ourense nunha escritura de Celanova. Revista Porta da Aira: Revista de Historia del arte orensano. Nº 12. Ourense. 2008.
  - Rivas Quintas, Eligio: Diocese de Ourense. Revista Diversarum Rerum. Revista de los archivos catedralicios diocesanos de Ourense. Nº 7. 2012
  - Rodríguez Colmenero, A; Galicia meridional romana. Universidad de Deusto. 1977. Bilbao. pp.: 103-104.
  - Rodríguez Colmenero, A: Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia. Boletim Auriense. Tomo 2. Ourense. 1972. pp.: 193-240
  - Rodríguez Colmenero, A : Nota encol da Avóbriga dos Gróvios (Plin., IV, 112). Revista Gallaecia. 1990. nº 12. pp.: 365-367
  - Somoza Medina, Xosé: Historia de Ourense. Ed. Duen de Bux. Ourense. 2010. pp.: 30 e 31
  - Torres, Casimiro: Galicia Sueva. Fundación “Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa”. Galicia Histórica. Preparada por el Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos. 1977. La Coruña. pp.: 247-248
  - Torres Lopez, Manuel: Las invasiones y Reinos Germánicos en España (años 409-711). In “Historia de España” dirigida por Menéndez Pidal. Tomo III. Ed. Espasa Calpe. Madrid. 1962. pp.: 101
  - Tranoy, A. La Galice Romaine. Recherches sur le nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité. Publications du Centre Pierre Paris. Diffusion De Boccard. Paris. 1981. pp. 63
  - Valente, José Ángel: Diálogo Anónimo (1959-2000). Galaxia Gutemberg. Círculo de Lectores. Ediciones de Andrés Sanchez Robayna. Barcelona. 2011. pp.: 188
  - Vita Sancti Aemiliani, XXVI. São Bráulio de Saragoça
  - VV.AA (Direção: Balil Illana, A; Pereira Menaut, G.; Sanchez-Palencia Ramos, F-Javier): Tabula Imperii Romani. Unión Académica Internacional. CSIC, Ministerio de Cultura, Instituto Geográfico Nacional. Hoja K-29: Porto. Madrid. 1991. pp.: 30
-

21. JOSÉ ROSA, UBI



JOSÉ MARIA SILVA ROSA:

licenciado em Filosofia (1993); mestrado (1997) e doutoramento (2005) em Filo. Medieval na Univ. Católica Portuguesa (Lisboa).

Frequentou Teologia na Católica, e Direito na UL. De 1993 a 2002, foi docente na Católica: Filosofia, Teologia, de Ciências Religiosas, de Ciências da Comunicação e de Serviço Social. Atualmente é Professor Auxiliar na UBI. Os seus principais interesses académicos situam-se no domínio do Pensamento Antigo, Bíblico, Patrístico e Medieval — Santo Agostinho -, da Fenomenologia francesa, História e Filosofia da Religião e Teologia Política.

**TEMA 2.4. SER EM DIÁSPORA UM MODO DE ESTAR PORTUGUÊS.: JOSÉ MARIA SILVA ROSA, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**RESUMO**

Afirma o Pe. António Vieira, nos *Escritos sobre os Judeus* (cf. Yosef Ayim Yerushalmi, «*Les dernières Marranes: le temps, la peur, la mémoire*», in *Marranes*, Paris, Éditions de la Différence, 1992, pp. 17-44, um dos maiores conhecedores do marranismo peninsular e da ‘dispersão’ judaica) que, mercê da Diáspora dos judeus e das Descobertas, intimamente ligadas, a língua portuguesa se tornara, no séc. XVII, a «língua franca» dos negócios em todas as praças do mundo. E conclui: «os portugueses e os judeus já são sinónimos». Para os defensores coevos ‘*del sangre limpio*’ esta constatação era intolerável, recrudescendo a perseguição também contra o diaspórico Jesuíta. Mas Vieira sabia, de um saber de experiência feito, aquilo de que falava.

É com toda a razão que Pessoa o exalta como «Imperador da Língua Portuguesa». Na senda de outros «crisóstomos», v. g., Santo Agostinho, o Pe. António Vieira dedicou toda a sua vida à palavra dita e escrita. Nele, a língua portuguesa é como uma seara acariciada pelo vento. Vieira sabia muito bem, e nós hoje por outras razões também o sabemos, que um Império é uma Língua. E sem a «*língua geral*» de 1757 é certo que o «Brasil» nunca teria existido.

Defendemos, pois, que tanto na cartografia como na língua, ‘ser’ português é ‘estar’ em Diáspora. Em grego, «*diasporá*» significa «dispersão», também no sentido da prodigalidade do semeador que lança sementes à terra e ao vento para colher com abundância («*speirô*», «*diaspeirô*», «*spôros*», semear, disseminar, campo semeado), como aqueloutro judeu dissera: «se o grão de trigo não morrer não poderá dar fruto». Sejam, pois, também os nossos *logoi spermatikoi* sementes nómadas que germinarão a seu tempo, já que de pasto em pasto vamos todos a caminho de uma terra que nunca vimos.

**TEMA 2.4. «‘ESTAR EM DIÁSPORA’: UM MODO DE SER PORTUGUÊS. JOSÉ MARIA SILVA ROSA, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

A língua de um povo é o reservatório mais fundo e confiável das suas experiências e da sua fisionomia espiritual. Nela tudo fica depositado. Glórias e escórias, vitórias e derrotas, gesta e cicatrizes, virtudes e vícios, defeitos e feitos, humor e preconceitos, sonhos e traumas... tudo lá está inscrito! Mas não é só o *espaço da experiência* passada que nela se abriga e fica sedimentada, às vezes de modo quase intraduzível, mas também aí se projetam o *horizonte de expectativas* dos mundos que a habitam; nela se desvelam despontam sentidos possíveis para o porvir. A palavra, oral ou escrita, mas também os seus interstícios, silêncios e espaços em branco, é quiasma onde se enlaçam as modulações mais íntimas da alma de um povo: o interior e o exterior, as entranhas e a pele, alma e corpo, *sêma* e *sôma*. Assim, volve-se ela menos o veículo de comunicação de conteúdos ou transmissão de informações, que espaço de revelação e de criação, a «casa do ser» que mantém o mundo aberto, *in statu nascendi*. Não fora assim, e o peso do passado esmagar-nos-ia, calar-nos-ia instantaneamente. Bruce Chatwin, numa obra a vários títulos notável, *O Canto Nómada*, sobre os trilhos e a música dos aborígenes australianos que, cantando, geraram uma geografia sagrada por todo o Continente, nota que para continuar a existir no presente e no futuro o mundo dos aborígenes tem de continuar a ser cantado. Mas quem ainda o poderá cantar?

Mais antiga que cada um de nós, a língua é por isso também sempre mais jovem e mais inteligente que nós, gosta de dizer P. Ricoeur. E no mesmo sentido escreve E. Lourenço: «Não pode dizer-se de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exato. É ela que o inventa. A língua portuguesa é menos a língua que os Portugueses falam do que a voz que fala os Portugueses.»<sup>94</sup> E não são poucos os que, juntamente com o autor de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, perfilham tal *ontologia creativa* da língua portuguesa<sup>95</sup>.

<sup>94</sup> Eduardo Lourenço, *A Nau De Ícaro* Seguido De *Imagem E Miragem Da Lusofonia*, Gradiva, Lisboa, 2004, P. 121.

<sup>95</sup> V.g., Teixeira de Pascoaes, *A Arte de Ser Português*; António Quadros, *O Espírito da Cultura Portuguesa*; intraduzibilidade...

Há alguns meses, no dia 25 de setembro de 2014, no Anfiteatro das Sessões Solenes da Universidade da Beira Interior, participámos ativamente num acontecimento ímpar e transcendente da Cultura Portuguesa contemporânea: o lançamento os últimos 3 volumes das *Obras Completas do imperador da língua portuguesa*, o Pe. António Vieira (de um total de 30 volumes). Há trezentos anos que este momento era desejado e aguardado. O jesuíta de setecentos que, por entre sermões, visões, profecias, histórias do futuro, exegese bíblica mais ou menos ortodoxa, apologias da liberdade para judeus, negros e índios e perseguições da Inquisição, cruzou o Oceano Atlântico sete vezes, pode ser para nós hoje, na crítica circunstância da nova emigração, o paradoxal símbolo de um Portugal teimosamente viável a partir do horizonte mais improvável: a diáspora, a dispersão e a itinerância. *Pelo sonho é que vamos* poetava Sebastião da Gama. E António Gedeão não dizia coisa diferente no *Poema do Homem Nascido*. Perdido o Império, reduzidos finalmente ao nosso quadrado natal à beira-mar plantado, voltamos a sonhar grandezas em torno da uma Lusofonia unificadora, *topos* onde ainda temos de inscrever, talvez, a iniciativa de um acordo ortográfico. Se as línguas são seres vivos que naturalmente se diferenciam, concretizam e universalizam no uso que delas fazem os seus falantes, não persistirá ainda nesta teimosia, mais portuguesa que lusófona, algo dos velhos mitos imperiais do Atlântico Sul, qual tentativa de voltar a rescrever ou «rever os mares?»<sup>96</sup>

Afirma Eduardo Lourenço, a outro propósito, que se um dos nossos traços culturais mais marcantes, o *irrealismo*, amiúde nos faz esquecer o presente, já o *idealismo* teve sempre o condão de nos dar esperança e de nos agigantar para além do que temos e somos, num benéfico *efeito de Pigmaleão* cujas expectativas, se temos fé (mesmo sem Império), tendem a cumprir-se, como na *Mensagem* de F. Pessoa: «*Aqui ao leme sou mais do que eu: / Sou um Povo que quer o mar que é teu.*»<sup>97</sup>

<sup>96</sup> Não afirmava Vergílio que «da minha língua vê-se o mar»?

<sup>97</sup> F. Pessoa, *Mensagem*, IIª Parte, V, *Mar Português*, “Mostrengo”; (cf. *Lusíadas*, Canto V, estrofes 37-60).

É certo que existem outros traços negativos neste quixotismo mareante — *mais parecer que ser*, a ostentação dos mármore importados de Itália; a bazófia lusitana, etc. —, mas queremos sublinhar aqui sobretudo o lado positivo. Voltemos pois ao nosso Vieira *redivivus* e ao sonhado *império da língua portuguesa*. Acompanhámos e acarinhámos de perto o Projeto Vieira, durante alguns anos, os seus momentos altos e menos altos, na Universidade Católica Portuguesa, na sequência do Congresso Internacional que celebrou os 300 anos da sua morte, em 1997. Daí surgiu o impulso tanto para a edição crítica dos *Sermões* como para a edição das obras completas. O Professor Manuel Barbosa da Costa Freitas, OFM, de grata memória, a isso dedicou alguns dos seus melhores esforços. E houve então sementeiras fecundas, com o Professor Aníbal Pinto de Castro, *alma mater* do projeto, que viria a falecer em 2010. Trazemos o exemplo à memória porque, para nós, ele ilustra uma empresa também feitas de diáspora, sublimações e desânimos. Finalmente, após complexa *translatio studiorum*, mercê do denodo de alguns e do trabalho de muitos, cumpriu-se o sonho de trezentos anos. Começámos assim a virar mais uma página deste Portugal-livro que Eça de Queirós chamava *enigma ativo*, Fernando Pessoa *enigma objetivo*, e Francisco Cunha Leão simplesmente *o enigma português*.

\* \* \*

Esta nótula introdutória sobre a tradução e edição do *opus* do Pe. António Vieira tem do condão de nos colocar de imediato no coração do nosso tema: *Língua Portuguesa, Lusofonia e Diásporas*. Há uma passagem nos seus escritos sobre os judeus — *apud* um dos maiores estudiosos e conhecedores do marranismo peninsular e da diáspora judaica em Portugal, Yosef Ayim Yerushalmi<sup>98</sup> — na qual o Pe. António Vieira afirma que, mercê da sobreposição entre a diáspora dos judeus e as descobertas lusitanas, a língua portuguesa se tornara, no séc. XVII, a língua franca dos negócios em todas as praças do mundo. E conclui, afirmando: «os portugueses e os judeus já são sinónimos». Para os defensores

coevos da teoria *del sangre limpio* esta constatação era intolerável; fazia-os a ranger os dentes e recrudescer as perseguições também contra o desassombrado jesuíta. Com efeito, para o Pe. António Vieira, esta fusão de destinos por via da mestiçagem linguística levava-o a questionar a presença em Portugal, não da nação mosaica, mas antes da mesma Inquisição e do Tribunal do Santo Ofício, pleiteando pela integração dos judeus no reino como cidadãos de pleno direito e pela abolição da ominosa distinção cristãos-velhos e cristãos-novos. O povo eleito e o este novo povo eleito, seu herdeiro, tinham-se unido historicamente em uma gesta *langagièr* maior que eles: uma *ontologia da linguagem* associada ao lídimo esperanto, o português — qual hebraico dos judeus que já não sabem hebraico, exceto rezar a *Adonai* —, e os três, afinal, providencialmente ligados, no visionarismo de Vieira, à construção do Quinto Império e à consumação do Reino de Deus sobre a Terra.

Se tal efusão mística da língua pode parecer hoje excessiva, vejam-se os já referidos entusiasmos em torno da Lusofonia e da LusoSofia. Para Vieira, porém, tal era uma evidência: a alma do Império era a língua portuguesa na sua diáspora, cuja mística união com a fé, Camões repartira pelo mundo<sup>99</sup>. E a existência de um país de sonho chamado Brasil — cuja razão maior decorreria da existência de uma língua comum — continua aí a demonstrar que o sonho Vieira, ainda que traído, não deixava de ter alguma razão, mesmo sem Quinto Império e sem Espírito Santo. Com efeito, sem a *língua geral* de 1757, que rapidamente se tornaria no «português sem gravata» (de Vinicius de Moraes), o Brasil não teria simplesmente subsistido. E a *diáspora* do português continuou além-mar, pelas sete partidas do mundo, no ladino, no crioulo, no indo-português, no malaio, etc., pelas costas de África e do Oriente. E continua hoje indomável, transgressora, declinando-se em mil matizes feitos de sons e sabores (v.g., em Mia Couto), porque uma língua é um ser vivo que respira,

<sup>98</sup> Yosef Ayim Yerushalmi, “Les dernières Marranes: le temps, la peur, la mémoire”, in *Marranes*, Paris, Éditions de la Différence, 1992, pp.17-44; Josef Hayim Yerushalmi, *From Spanish Court to Italian Ghetto. Isaac Cardoso: A Study in Seventeenth-Century Marranism and Jewish Apologetics*, New York/London, Columbia University Press, 1971.

<sup>99</sup> Aníbal Pinto de Castro, *Camões, poeta pelo mundo em pedaços repartido*, Lisboa, Instituto Camões, 2003.



vive e sobrevive no seu uso, sempre em processo de diferenciação e de mestiçagem, hoje acelerada pela Net, apesar de todos os acordos ortográficos.

Mas para que Vieira não fique só neste enaltecimento da língua portuguesa em processo de tradução, recordo também um judeu exilado filho das Beiras, Fernando / Isaac Cardoso<sup>100</sup>, nascido em Celorico ou em Trancoso, em 1603, o qual, na sua obra magna, editada em Veneza, em 1683, a propósito do chá de *erva mimosa* que os Portugueses trouxeram do Oriente, afirma: «...*apud Lusitanos, quod nomen illa linguae tantum proprium mollem & delicatam sonat.*» Isto é, «[chama-se *erva mimosa*] entre os lusitanos, cujo nome naquela língua soa de forma tão doce e tão delicada.»<sup>101</sup> Tal passagem tocou-me profundamente quando a li pela primeira vez: eis um ancião judeu de quase 80 anos, nosso conterrâneo, que, criança ainda, com 3 ou 4 anos, teve de fugir com a família para Espanha (Medina del Rio Seco), tendo depois estudado Medicina em Salamanca. Tendo-se tornado num médico famoso, chega a *Physico-mor* do Rei Filipe IV, em 1640. Oito anos depois, em 1648, após os tristemente célebres episódios de *La Calle de las infantas*, soube que teria de fugir de novo, agora da corte espanhola e de uma Península cada vez mais iluminada de fogueiras e autos-da-fé, e vai para o *gueto* judaico de Veneza e, mais tarde, para Verona. Conseguiu levar consigo a sua biblioteca pessoal. E ei-lo finalmente, octogenário em Verona, revisitando os sabores e odores dessa mátria madrastra, Portugal, e os lugares linguísticos da sua infância, encontrando aí, no mais fundo da memória, um «português doce e afável», o nome encantador da *erva mimosa*.

\* \* \*

<sup>100</sup> Mas podemos multiplicar as referências: Gomes Lisboa, Leão Hebreu, Abraão Cardoso, Amato Lusitano, Elias e Filipe Montalto, Rodrigo e Gabriel da Fonseca, Uriel da Costa, Estêvão Rodrigues de Castro, Ezequiel de Castro, Oróbio de Castro, Manoel Gomes, Rodrigues Mendes da Silva, Tomás Pinedo, Miguel da Silveira, António Ribeiro Sanches...

<sup>101</sup> *Philosophia Libera* V, q.7, “De Mirabilibus Plantarum”, p. 279.

<sup>102</sup> Mas importa dizer que tal leitura foi informada, matizada e contrapontuada com a leitura de outro texto, muito sugestivo, de Onésimo Teotónio de Almeida, «A propósito de lusofonia (à falta de outro

Há um livro no nosso panorama literário contemporâneo que deveria ser leitura obrigatória para todos os nossos alunos do ensino secundário. Refiro-me a *O Labirinto da Saudade* de Eduardo Lourenço (1978). É também com ela<sup>102</sup> que vou visitar esta ideia geral que propus de «*Estar* em Diáspora, um modo de *ser* português». Procuo nesta diferença entre ‘*ser*’ e ‘*estar*’ captar o eco pessoano do *drama em gente* — que é também um *drama ingente* ou não fosse F. Pessoa, afinal, muitas *personae*-máscaras —, heteronímia cujo fundo gnóstico e cabalístico nos diz que, para sermos, temos de nos semear, dispersar e experienciar de todas as maneiras, incorporar novos sotaques, novas semânticas e até sintaxes porque a experiência *langagière* é incoercível. Assim, viso também colher a diferença entre *ser* e *estar* na língua portuguesa como horizonte de desejável pluralização e não de conformação a regras. «Obedeça à gramática quem não sabe pensar», desafia-nos o *Livro do Desassossego*. Os Poemas de Álvaro de Campos e de Ricardo Reis a este propósito são também conhecidos. Recordo-os ainda assim. «*Há entre quem sou e estou / Uma diferença de verbo / Que corresponde à realidade.*» (Álvaro de Campos, “*Não: devagar*”); «*Vivem em nós inúmeros (...) / Tenho mais almas que uma / Há mais eus que eu mesmo.*» (Ricardo Reis) «*O que é preciso é cada um multiplicar-se pr’a si próprio.*» (F. Pessoa)<sup>103</sup>

Tem havido muitas e fecundas interpretações desta distância entre os verbos ‘*ser*’ e ‘*estar*’<sup>104</sup>. A distinção como tal já existe em latim — esse e *stare*: *sto, stas, stare, steti, statum* — para diferenciar o *ser/esse* como forma essencial ou disposição permanente, do *estar/stare* como um modo pontual e diferenciador de algo aparecer e se mostrar (*se levantar*): *estar de pé, ereto, firme*, etc.. Este esquema da relação entre um princípio permanente e um princípio de atualização temporal daquele encontra eco profundo na

termo): o que a língua não é», artigo publicado no dia 07-05-2008, no Blogue «Saber Tropical», do ICT - Instituto de Investigação Científica Tropical (cons. 3 de Março de 2015).

<sup>103</sup> Richard Zenith (ed. lit.), «Aforismos e afins» de Fernando Pessoa. Lisboa, Assírio e Alvim, 2003, p. 15 (p. 21r, no caderno manuscrito).

<sup>104</sup> Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, António. Sousa Ribeiro, (Orgs. Lit.). *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

História da Filosofia. Vejo nele o modo como a nossa língua acolhe o problema filosófico por excelência: do Uno (ser) e do Múltiplo (estar) tal como o pensamento pré-socrático o pensou, de modo especial Parménides de Élia, na diferença ontológica fundamental entre a unidade do Ser e a pluralidade dos entes. Outrossim, pode ser lido mediante a teoria platónica que relaciona *Ideia* e *coisas/cópias*, ou até, embora com paradoxos, pelas noções de aristotélicas de *potência* (ser) e *ato* (estar). A diferença, acolhida depois pelos Padres da Igreja, foi exemplarmente aplicada, por Santo Agostinho, à distinção entre a *criação do homem à imagem* (*ad imaginem*: ser, essência permanente) e a *criação à semelhança* (*ad similitudinem*: atualização, diferenciação, variação no tempo). Todas estas leituras poéticas, filosóficas e teológicas são ricas e cremos que pertinentes. Mas para o nosso propósito aqui é a noção de «diáspora» que deve servir de operador de relação entre ‘*ser*’ e ‘*estar*’. Aliás, acabou de vir a lume uma obra, editada pela Universidade de Aveiro e pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, cujo título é oportuno e significativo: *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII*<sup>105</sup>.

O que significa, pois, «diáspora»? O sentido mais comum, normalmente negativo, muitas vezes aplicado à história do povo judeu, é o de *dispersão de Israel entre as nações*, a começar pelo Exílio para a Babilónia (em 597 a.C.), condição de *judeu errante* nunca mais abandonada, especialmente desde que os romanos destruíram o Templo (70 d.C., Tito) e interditarão Jerusalém aos judeus, em 135 (sob Adriano, que a rebatiza a Cidade Santa de Aélia Capitolina). De certo modo, porém, à luz vetero-testamentária poderíamos regredir ao próprio chamamento de Abraão, nos confins da Caldeia, para deixar a sua terra e ir para uma outra, desconhecida — embora aí o contexto seja pastoril e não agrícola.

Seja como for, após o Exílio, obrigados a fugir, dispersos e *semeados* por toda a bacia mediterrânica, os judeus começaram a interrogar-se sobre a sua condição desgarrada e o seu destino. Se a *haggadah* bíblica e talmúdica era consolo para muitos, já algumas das

suas correntes esotéricas e gnósticas começaram a defender a ideia de que, em razão da Aliança do povo com Yahweh, Israel repetia à sua escala, na história e no tempo, o mesmo drama da eterna cisão no seio do próprio Deus (entre ser e Deus). Neste sentido, *diáspórica* era em primeiro lugar a própria condição divina, um Deus que tem de sair de si, para se conhecer, tem de criar, já que até aí era ignorante de si e do seu ser. Tal ideia aparecerá em inúmeros sistemas gnósticos e filosóficos antigos e modernos (idealismo alemão), alguns ainda bem presentes na critpognose que percorre subterraneamente o pensamento português (v.g., em *A Ideia de Deus*, de Sampaio Bruno; ou no *Regresso ao Paraíso*, de Teixeira de Pascoaes, etc.).

É aquela conceção que se encontra no Zohar, *O Livro do Esplendor*, escrito na Península Ibérica, no séc. XII, pela pena do cabalista judeu Moisés de Léon (Moshes ben Shem-Tov), visionando no seio do Absoluto um princípio de exílio e processão. Traduzindo essa condição desgarrada e sem poiso, mas agora em relação a Israel, já dois séculos antes Yehudah Halevi de Navarra (1075 - m. 1141) se interrogava, perplexo: «*No Oriente ou no Ocidente, onde teremos nós uma terra de esperança onde estar em segurança?*». A esta perplexidade e desgarramento exterior e interior tentaram responder Moisés Maimónides, no *Guia dos Perplexos*, em 1191, mais tarde Isaac Abravanel, n’*A Torre da Salvação* (tríptico: *As Fontes da Salvação*, 1496; *A Salvação do seu Ungido*, 1497; *Anunciador da Salvação*, 1498), Samuel Usque, na *Consolação às Tribos de Israel*, em 1553 (Ferrara, Itália) e, de algum modo, todo o pensamento judaico moderno procurou orientar-se na Dispersão, a começar pelo filho de portugueses, Baruch Espinosa e a sua doutrina de «*Deus sive natura sive substantia*» (*Ethica*, I, xi).

Num sentido mais amplo, porém, e sem referência exclusiva à condição judaica, *diáspora* traduz também a consciência, bem presente no pensamento contemporâneo, de errância, itinerância ou trauma da existência humana, sempre insegura do que adquiriu,

<sup>105</sup> *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII. Estudos, Catálogo, Exposição*, Universidade de Aveiro, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 2013.

consciente da sua situação radicalmente histórica e efémera. Desapareceu o reino da substância e só existem processos, miscigenação, mestiçagem... O ser humano é visto assim como *homo viator*, nómada em transumância cultural e espiritual, a caminho de uma terra que nunca viu nem sabe se existe, pelo que não pode chamar 'seu' a nenhum solo que pisa.

E é precisamente aqui, declinando positivamente um certo sentido de diáspora, que queremos fazer uma inflexão com intenção de a aplicar ao modo de *estar* português. Se auscultarmos o grego<sup>106</sup>, *diasporá* significa de facto *dispersão*, mas também no sentido de alguém que *semeia*, *dissemina* ou *espalha* (*diaspeirô*) com a prodigalidade de um sementeiro mãos-largas. Este verbo, *speirô*, significa literalmente *semear*, *lançar* à terra o grão de trigo, o qual, disse outro judeu, «*se não morrer não poderá dar fruto*» (Jo 12, 24). Em sentido figurado, *speirô* indica todo o ato de difundir, espalhar, falar, lançar as novas ao vento; *spóros* significa pois *sementeira*, *semeadura*, *campo semeado*; e de *speirô* decorrem igualmente, através de diversas composições, as noções de *semente*, *esperma*, *gravidez* (*spermatízomai*: *transportar sementes*, *ficar grávida*, *estar de esperanças...*), *geração*, *origem*, *raça*, *descendência*, ..., ideias que encontramos no relato da promessa feita a Abraão e na esperança de uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu e as areias das praias do mar (*Gn* 12).

Nesse sentido profundo, *estar em diáspora* diz também o lugar da esperança, aquelas orientações matriciais de uma forma de *estar* sempre dúplice e inquieta no seu pequeno torrão natal, que o português herdaria assim do seu lado judeu — ou talvez melhor: naquilo em que o judeu, convertido e batizado em pé, em 1497, teve de se tornar à força. Assim o judeu-português, qual Abraão pessoano *multiplicado* por mil, olha as areias das suas praias, contempla as estrelas do seu céu, e espera, e sonha com um futuro a construir, com um *Jardim de delícias*, algures no outro lado do mundo, onde ainda nunca pôs os pés, e que,

paradoxalmente, os antigos diziam estar precisamente aqui, no *Jardim das Hespérides* à beira-mar plantado, nesta faixa atlântica que, não sem razão, ele não é capaz de reconhecer como tal.

«*Estar* em diáspora como o modo de *ser* português» significa, pois, que nunca podemos estar onde estamos: já virados em memória, lá para o princípio, para os primórdios, como um Camões esfaimado a cantar coisas belas e heroicas de um Oriente em que nunca verdadeiramente habitámos, e no qual nunca passámos de *porteiros*; já todos voltados para um futuro brumoso ou radioso, para um Império que um dia haveremos de construir algures. Mas sempre ausentes de si próprios *hic et nunc*, descentrados do presente e os momentos fundamentais em que seria preciso construir a História<sup>107</sup>.

Eduardo Lourenço reconhece um dos fulcros deste movimento pendular, irrealista e sonhador, precisamente na obra do Pe. António Vieira, mediante a conceção Providencial de História, como se este novo povo eleito também tivesse vindo a ser conduzido desde o princípio pela *mão de Deus*. Com efeito, na génese da nossa nacionalidade parece ter estado o impossível e o incrível. Em esforço e em luta com a frente moura e com as costas castelhanas, foi pela guerra sancionada por Deus que se foi dilatando e crescendo o *pequeno corpo* da nação. D. Afonso Henriques sabia bem que era preciso dar corpo à mão que lutava. O Portugal quinhentista e seiscentista, perplexo com o mar, olha para trás, para terra, e só vê maravilhoso: vê-se como que nascido de um prodígio providencial. Mas é certo e sabido que o Milagre de Ourique fora forjado pelos monges de Alcobaça<sup>108</sup>, precisamente num momento de crise de identidade, quando essa memória das origens precisava de maior brilho e reconhecimento face ao que se adivinhava pela frente.

Apesar de Terra de Santa Maria, e de Nossa Senhora ser um dos *topoi* mais persistentes da espiritualidade portuguesa<sup>109</sup>, os nossos sonhos de grandeza nunca se

<sup>106</sup> A. Bailly, L. Séchan et P. Chantraine, *Dictionnaire grec-français*, Hachette, Paris, 1993, p. 208.

<sup>107</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 47.69.

<sup>108</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.25.

<sup>109</sup> Cf. Manuel Clemente, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 35 e ss.

conformaram nem conformam com a pobreza e a pequenez de um qualquer mariológico *resto de Israel (anawim)*. Portugal é um caso típico do que C. Castoriadis chamaria «ascensão da insignificância». Por isso galgámos Gibraltar e continuámos a lutar e a conquistar. Provámos o sabor seco da areia, o pó do deserto e inpletimos para o mar. Era tempo levantar ferro e mudar de rumo: *outrámo-nos* então pelo Atlântico a baixo. Depois veio o Índico, Malaca, o Japão, o Pacífico... Viajar, «*multiplicar-se para ser si próprio*» ou «*ser tudo de todas as maneiras*» era uma tentação e um quase-destino: «*Aqui ao leme sou mais do que eu*», grita Gama ao Mostrengo.

E nesse cume de glória em que sulcávamos as vagas e *semeávamos* os mares de caravelas e de naus, em que nos dispersávamos em especiarias, madeiras e pedras preciosas que apenas transportávamos do Oriente e do Brasil para a Europa, quase esquecemos paradoxalmente a nossa consciência de *estar em diáspora*, tão naturalmente a alteração e a alteridade são conaturais à nossa identidade. Por isso as saídas e os retornos, as viagens da *Epopéia Trágico-Marítima* e os vinhos de torna-viagem são como que as figuras por excelência da nossa própria consciência coletiva. E «mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica [as Descobertas], essa grandeza era, concretamente, uma *ficção*. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e por isso integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes de *longe*, fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda. (...) *À hora exata da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido [em 1580], começava a levantar a sua sombra...*»<sup>110</sup> E assim, dois séculos volvidos, a ampulheta dos areais de Alcácer-Quibir vira-se de novo contra nós.

Tínhamos, claro, a glória de *Os Lusíadas* ali à mão, mas como uma espécie de canto de cisne, «*lençol para os nossos heróis [deuses] mortos*», antes da noite do muito consentido e até desejado jugo espanhol. Este cingel mostra-nos outra vez a nossa *diáspora*

*na diáspora*: um povo aparentemente inviável, destinado à subalternidade, à *kenôsis*... É contra este *trauma* do presente seiscentista e setecentista que se levanta a voz sebastianista desde as altas serranias beirãs: tal “ciclo de sebastianismo ativo (...) representou ao mesmo tempo, o *máximo de existência irrealista* que nos foi dado viver, e o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e essa *carência é real*.»<sup>111</sup> Eis aí mesmo, na cruz desse presente, um Vieira virulento, que irrompe inconformado, já exaltando a memória de «*termos sido*» já visionando obcecado um futuro utópico a construir e no qual também o Brasil teria papel determinante. De um modo ou de outro, já no passado já no futuro, no Oriente, em África ou no Brasil, eis-nos sempre fora de nós, em *diáspora na diáspora*, cindidos, despedaçados no mais íntimo do nosso ser, tentando exorcizar e espantar a íntima sensação de aflição e de fragilidade que nos assola.

Reitera ainda E. Lourenço: «*Descontente com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado. (...) É difícil conceber que a confusão entre o real e o sonho possa ir mais longe do que o foi na cabeça do António Vieira das alegações diante do Santo Ofício, mistura única de lucidez delirante e delírio divino.*»<sup>112</sup> Também L. Coimbra num magnífico ensaio *Sobre a Saudade* — e porque o *Saudosismo* de T. Pascoaes foi, sem dúvida, num séc. XIX fascinado pela Europa do 202 *des Champs-Élysées* e humilhado pelo *Ultimato* inglês, em 1891, um outro movimento de diáspora para uma *Pátria metafísica* arrancada da *Noite antiquíssima* e das entranhas do Marão<sup>113</sup> — notava que esse sentimento bifido da alma lusa nos levava sempre para «*as velas das nossas naus, para a Índia ao longe; [mas mal] as tormentas vencidas e [logo] a nostalgia de Portugal ensombrando as paisagens da Índia conquistada: movimento pendular de coração lusíada entre a Pátria e todas aquelas Índias que se atingem e aquela Índia de miragem, que não é nenhuma destas e sempre se procura e deseja quando estas se nos deparam, incessante movimento do coração do homem, entre as terras e os céus*

<sup>110</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 22.

<sup>111</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 24.

<sup>112</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 25.

<sup>113</sup> Cf. Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.28.

visíveis e um céu e uma terra que apenas se pressentem no mistério polarizado de toda a nossa alma.»<sup>114</sup>

Sempre em diáspora, *ignaros e decadentes* (como denuncia Antero e toda a Geração de 70), já sem o ouro do Brasil, incrédulos e traumatizados pela traição do nosso mais antigo aliado, livrámo-nos de uma Monarquia que se envergonhava da sua grei, do povo («essa piolheira!» de D. Carlos, embora não se saiba ao certo se alguma vez ele fez seu um epíteto que já vinha de trás), e tentámos uma República *Pátria*. Mas não nos sentimos bem em casa: virámos logo de novo para África, imperialistas sem jeito, *orgulhosamente sós*, nacionalistas mais ou menos despeitados, de costas para a Europa, mão dada com um providencial Anjo de Portugal que não protegeu as comunidades judaicas da perseguição de Salazar, em 1937 (Artur Carlos de Barros Basto que o diga). O séc. XX, de facto, dobra-nos as voltas: esfomeados cá dentro, entre urzes, giestas e torgas ou entre a ruralidade grotesca dos três P's de José Cardoso Pires (alfacinha de adoção, incapaz de compreender e perdoar a sua terra natal), cada vez menos colonizadores e cada vez mais emigrantes, partimos a vapor, a salto ou com uma *mala de cartão* para as Europas, de novo para os Brasis, as Argentinas, as Áfricas. Destas haveríamos de retornar de novo, em 75, já sem império, sonâmbulos, traumatizados (como n' *Os Cus de Judas* de A. Lobo Antunes), ausentes de nós mesmos, incapazes de compreender o que acontecera aos cinco séculos do «ilustre peito lusitano». Como uma divindade gnóstica, despedaçámos os nossos corpos numa luta estranha, esgotámo-nos, deixámos por lá muitos dos nossos mortos sem sepultura, e derramámos a nossa matéria miscigenada em todas as raças do mundo. Exultámos com as flores nos canos das espingardas e o advento da democracia, em 74, mas não fizemos a revolução das mentalidades: na primeira oportunidade, voltámo-nos *pedintes* para os subsídios a Europa, os *jipes* e os euros que agora nos cobram com língua de palmo. *Continuámos como provincianos deslumbrados, pobres com uma mentalidade de ricos*; e o

que era a melhor promessa da «revolução dos cravos, degradou-se em banquetes dos “cravas”»<sup>115</sup>.

A Diáspora continua hoje, aqui e agora: tanto por fora, no nosso corpo físico — o desemprego, a emigração e a litoralização crescem — como sobretudo dentro de nós, nesta *incerteza e inquietação* camonianas pungentemente atualizadas por António Variações em *Estou além* (1982): «*Esta insatisfação / Não consigo compreender / Sempre esta sensação / Que estou a perder / Tenho pressa de sair / Quero sentir ao chegar / Vontade de partir / P'ra outro lugar.*» Timidamente, as nossas TVs começam a visitar os traumas da nossa memória mais recente. A par disso, mostra também algum sucesso-*yuppie* de *Portugueses pelo mundo*, do Dubai ao México, de Moscovo a Nova Iorque.

Como se tivéssemos perdido algures o nosso ser e a nossa identidade, e uma deusa amiga, qual Ísis fadista, andasse à pelo mundo procura dos fragmentos deste *Osíris* despedaçado, continuamos a baloiçar entre a resignação quase-borgiana do Romeiro do *Frei Luiz de Sousa*: «*Quem és tu? — Ninguém!*», e a apóstrofe pessoana: «*Ó Portugal, hoje és nevoeiro... É a Hora!*»<sup>116</sup> Mas é a *Hora* de quê? Demasiado tarde para a Fé e o Império, e demasiado cedo para a *lucidez do pensamento e a verdade da nossa existência em diáspora*, as questões «*Quem somos? Quem queremos ser?*» retornam mais prementes que nunca, neste momento em que muitos bárbaros do sul e do norte estão outra vez à nossa porta. «*Chegou o tempo de existirmos e de nos vermos tais como somos*», como apostrofa E. Lourenço? Ou será que, definitivamente «incuráveis, paradoxais geradores ou cogeradores de povos, [demos novos mundos ao mundo], mas [somos hoje] incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?»<sup>117</sup>

\* \* \*

<sup>114</sup> Leonardo Coimbra, «Sobre a Saudade», In: Afonso Botelho, António Braz Teixeira (sel. e orgs.), *Filosofia da Saudade*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1986, p. 176

<sup>115</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p.148.

<sup>116</sup> Fernando Pessoa, *Mensagem*, Terceira Parte: *O Encoberto*; III. — “Os tempos”; Quinto: *Nevoeiro*.

<sup>117</sup> Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, pp. 66.126.

Havia um brilho novo nos olhos de todas as pessoas. Gente forte, gente sadia, gente beirã das lides da casa, do campo e da criação. Concluía-se naquele dia (7 de agosto de 1999), naquela aldeola perdida nos verdes pinheirais da Beira Baixa, o primeiro curso de alfabetização de adultos que, durante dois anos a fio, fielmente, levava à Escola que nunca haviam frequentado quando eram pequenos, e que entretanto encerrara por falta de «canalha», um grupo de pessoas cuja idade da mais nova era 79 anos: puros diamantes brutos, lapidados apenas por mil sóis de quotidiano mourejar e que ali, naquele pequeno vale (Vale das Casas), tinham voltado como que a ser crianças.

Mesmo que nem todos os que frequentaram o curso tenham conseguido realizar o sonho inicial — ler, escrever e contar —, nenhum deles desistiu no percurso. A fidelidade e a persistência que puseram no empenho surpreenderam todos os organizadores. É que ali a promessa, a palavra dada era ainda moeda de troca não desvalorizada. E agora tinha começado a ser também palavra escrita. A Dra. Rosinda, a professora e a alma deste projeto de alfabetização, tinha a voz embargada pela emoção. Não sabia bem, não podia saber nem dizer quem dera mais; quem dera o quê e a quem. Se fora ela, juntamente com outros colaboradores, que semeara caracteres, números, acentos, sinais de pontuação, sinais de somar, de multiplicar, de dividir (“estas têm porras, ó Sr. Zé”), naquelas almas virgens; se fora ela que lhes dera a chave para tornar em som soletrado, articulado, com sentido esses misteriosos carreiros ou regos de letras pretas que se sucediam uns aos outros na terra-papel — ou se tinham sido elas e eles a dar sentido vivo, encarnado ao difícil ofício de professores de adultos. A lição a tirar só podia ser relacional: todos deram e todos receberam. E todos estavam aqui hoje, orgulhosos, com a inteligência em festa, para receberem os merecidos diplomas de alfabetização.

Não vamos entrar em questões de Teologia Sacramental. Mas para mim, que participava na cerimónia como convidado da Tia Maria dos Anjos, parecia-me que a Dra. Rosinda, neste trabalho de lhes ensinar as letras, os números, de lhes pegar na mão

calejadas de muitas “diásporas” (enxadas, enxadões, aguadours, etc.), para ajeitar os dedos à caneta; de as ajudar lentamente a juntar as letras, a soletrar, a contar, estava verdadeiramente a prolongar o mistério da Encarnação. Diz o evangelho de João (1, 14) que o «Verbo fez-se carne e habitou entre nós.» E que o Verbo que era o Princípio veio aos seus para que eles o recebessem. Há também uma diáspora no íntimo de Deus. Acrescentou mais tarde Ireneu de Lião que «a glória de Deus é que o homem viva» (*Gloria Dei, homo vivens*). É para que o homem tenha vida e vida em abundância que o Espírito sopra onde quer. Como soprava macio e acariciante nas carumas dos pinheiros que nos cercavam na tarde tranquila. E toda a Vida passava por ali, Vida inteira naquele momento (*kairós*); passava por um curso de alfabetização que, na tarde da vida daqueles homens e mulheres tornados crianças, lhes devolvia o que a outros nunca tinha dado, e que a todos tinha roubado: a privacidade nos namoros, na vida familiar (era sempre preciso alguém para ler as cartas e os aerogramas), a possibilidade de contactar com o marido, os filhos, os netos, ausentes desde longos anos, em Lisboa, na estiva, no Ultramar, na guerra, etc.. A subjetividade viva da Humanidade que lhes fora roubado na meninice estava agora a ser-lhes tardiamente devolvida, aos sorvos. Nem todas as diásporas acontecem lá por fora, na estranja. Eis uma diáspora no interior do interior.

Confessava e lamentava a Tia Maria do Anjos, mulher rija de todas as lides e que podia ser duas vezes minha avó: «É tão bom saber ler e escrever! Porque é que só aprendemos tão tarde?» E nem o «mais vale tarde que nunca, Ti Maria dos Anjos!» com a animei, me calou interiormente a revolta surda e inútil, por há ainda tão pouco tempo ser normal e até prescrito que «as raparigas não precisam de ir à Escola»; mas também por ver hoje tantos adolescentes e jovens (e até docentes!) perdulários, sem vontade, displicentes, enfasiados só de ver um página escrita. «“*Terra branca, semente preta; cinco bois a puxar uma carreta.*” O que é? Ora adivinhe lá esta!» desafiava outra anciã.

Arrepiei-me literalmente de ver aquela gente simples, sã, humilde, direta, rabiscar umas palavras nos seus cadernos e, depois, sentir nelas o divino gozo de as lerem em voz

alta, diante de todos: dos professores, dos filhos, dos netos, dos vizinhos, dos amigos. Nos rabiscos simples, naqueles balbucios de letras soletradas por entre uma lágrima que teimava em soltar-se, era toda a vida que vinha à mistura: milho semeado, regado, colhido; batatas, cabras e ovelhas; águas de verão, Pai-Nossos, Ave-Marias, pedras, padres, pinheiros... Enfim, a Vida real no seu todo. Senti que, de algum modo, ali estava Deus, quer o soubéssemos ou não. Sim, ali não podia deixar de estar o Verbo Encarnado, consubstanciado e sacramentado, real como na realíssima fração do pão: «*Verbum caro factum est et habitavit in nobis.*» Esta é celebração (*mysterium*) maior que quase sempre traímos com as nossas vistas curtas e vidas oclusas.

Quase me senti indigno de ter acabado de escrever um livro e alguns artigos, de ter malbaratado tantas palavras em hermenêuticas complexas, quando naqueles arabescos quase ilegíveis para outrem repousava, como que em palhinhas deitado, o Sentido; um sentido que já não esvoaçava apenas em imaginação e sonho, e sons estranhos, mas antes colhido, enlaçado, encarnado nas suas vidas. Um precioso sentido tardio para muitas destas mulheres e homens (eram muito mais aquelas que estes), corria no vale naquela tarde de verão, ritual a que teimo em chamar «Eucaristia» (i.e., «Obrigado!»). Esta celebração fazia-me lembrar, por alguma razão, os silêncios impostos durante anos a T. de Chardin e a sua *Messe sur le Monde*, celebrada sem pão e sem vinho no planalto desértico da Mongólia. Também estas mulheres e homens haviam sido condenados a um silêncio talvez mais opressivo. Mas agora voltavam a ser crianças: «*se não vos tornados como crianças...*»

Nenhuma das polidas palavras de circunstância — exceto as lágrimas da Dra. Rosinda e a leitura hesitante, mas orgulhosa da Tia Maria dos Anjos — estiveram à altura existencial do que ali se passou. Ficaram todas pelo exterior, pelo politicamente correto, louros de alguém que colhe onde não semeou. E o essencial só visível aos olhos do coração, estava também ali, diante de todos, à espera de ser também dito, em conjunto, em uníssono com aquelas rugas e sulcos renovados, com aqueles olhos cansados e marejados de novo brilho. Por momentos senti que não iria conseguir conter a voz... Mas logrei calar as palavras

que me inundavam a alma. Porque o Espírito também sopra em silêncio, na brisa e no som do vento nos pinhais.

### PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

#### **22. LUCIANO JOSÉ BAPTISTA DOS SANTOS PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL/AICL**



**BRAGANÇA 2010**

**MOINHOS 2014**

#### **LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA,**

[luciano.pereira@ese.ips.pt](mailto:luciano.pereira@ese.ips.pt),

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês);

Mestre em Literaturas Medievais Comparadas;

Doutor em Línguas e Literaturas Românicas

Provas Públicas para Professor Coordenador

1. Comunicações e artigos:

L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes

Paiva Boléu e a cultura açoriano-catarinense.

A representação da Ilha na literatura de temática açoriana

A representação da Arrábida na literatura portuguesa

O contributo africano para o fabulário de língua portuguesa

O cavalo e o touro nos fabulários, nos bestiários e no imaginário popular



MAIA 2013

Os contributos mitríacos no culto do Divino Espírito Santo e algumas das suas expressões na literatura tradicional

A rosa não tem porquê. Homenagem a uma poetiza vulcân

2. Ensaios:

O universo do imaginário

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

A fábula em Portugal

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

A cidade

O mundo das línguas



MAIA 2013

#### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)

Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2010)

Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)

Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)

Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005 e 2010)

Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

Coordenador do núcleo do CAPLE da ESE do IPS (2006-2015)

Presidente do Júri da Prova de ingresso para os estudantes com mais de 21 anos nos cursos da ESE Setúbal (2014/2015)





FLORIPA 2010



FLORIPA 2010

Disciplinas lecionadas - Língua portuguesa, Linguística, Aquisição e desenvolvimento da linguagem, Globalização das expressões, Literatura para a infância, Literatura tradicional, Literaturas de expressão portuguesa, Cultura portuguesa, Língua, cultura e

literatura francesas, Literatura universal, Literatura e mito, Literaturas comparadas, Técnicas de tradução, Retórica e argumentação, Culturas populares, Comunicação e património literário, Língua e cultura portuguesas para estrangeiros...

SÓCIO FUNDADOR DA AICL - MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE O PRIMEIRO EM 2002

INTERVÉM NA SESSÃO DE POESIA

TEMA 3.1.1. A BÉLGICA NA POESIA DE VITORINO NEMÉSIO, LUCIANO PEREIRA

PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

#### 1. SINOPSE

Em 1934, após ter frequentado a Universidade de Coimbra e ter concluído a sua licenciatura na Universidade de Letras de Lisboa, onde iniciou a sua carreira académica na faculdade de Letras de Lisboa, enquanto docente de Literatura Italiana e, mais tarde, de ter acumulado com o ensino da Literatura Espanhola; Nemésio parte para a Universidade de Montpellier, onde permanecerá dois anos como responsável pelo curso de Língua e Literatura Portuguesa.

A sua identificação com a língua e a cultura francesa foi tão profunda que, em 1935, publica *La Voyelle Promise*, conjunto de 32 poemas em que, inesperadamente, afirma uma poesia profundamente dolorosa, espontânea e brutal.

Em 1936, concorre a Professor Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa, com um trabalho sobre as relações Francesas do Romantismo Português. Publica uma biografia

da Rainha Santa, Isabel de Aragão, e deslocar-se-á para Bruxelas, onde lecionará, na Université Libre, enquanto “professor agrée”, durante dois anos. Em 1952, realiza a sua primeira viagem ao Brasil, que se tornará um destino habitual, realizando o seu antigo sonho de se dedicar, exclusivamente, enquanto romanista, aos estudos brasileiros e onde virá a lecionar em várias Universidades de variados Estados.

Vitorino Nemésio pauta toda a sua produção literária pela atração pelo magnetismo da ilha, pela valorização e pela voz do imaginário popular e pela sedução da distância. O apelo do longínquo, que se torna próximo, ao ponto de fazer parte da sua própria identidade. As línguas e as culturas conquistadas permitem-lhe desdobrar-se e tornar-se vários. Percorre espaços como viaja no tempo, torna-se trovador numa vaga memória galega e provençal, celebra a alegria e o salero espanhol, resgata raízes flamengas entranhadas nos ossos, a Holanda relembra-lhe promessas de futuro em épocas de perseguição e de outras vidas, o Brasil permite-lhe recriar-se fundindo origens e esperanças, identidades e alteridades, numa luminosidade sempre alegre e festiva.

Com a exceção de um poema outonal que representa o *Square Marie-Luise*, os outros três poemas que representam a Bélgica estão integrados na obra intitulada *Expresso Bruges-Coimbra: Noturno aos canais de Bruges, Ronda de Bruxelas e Genoveva de Brabante*.

A viagem continua com poemas de ecos trovadorescos: um dedicado a Paris, uma bailai no “céu de Espanha”, uma cantiga de amigo que exalta os encantos e a nobreza da Guarda, a *Chegada* anunciada no balbuciar de TôTô Mené, convidando-o a confrontar-se com o seu destino e o *Destino* propriamente dito que o coloca mortos e vivos, frente a frente.

Tal como o afirmou, as viagens despertaram-lhe o «vírus da escrita».

À semelhança da França provençal, a Bélgica, e mais tarde a Holanda lhe desvendaram o mundo, onde o ilhéu das «ilhas flamengas» foi reconquistando a sua memória coletiva e as suas raízes profundas.

As raízes açorianas não se confundem apenas com o sopro do Espírito Santo, o calor da terra, do basalto, e da lava, mas também com os mistério e os caprichos do mar, com a distância e com as vozes de outros povos, com as suas crenças e as suas lendas... Tudo isto faz parte do ser açoriano: “Na obra de Nemésio, como num búzio, ouvimos a açorianidade.” (Carlos César)

### TEMA 3.1.1. A BÉLGICA NA POESIA DE VITORINO NEMÉSIO.

#### 2. PARTIR E REGRESSAR

Nemésio, tal como Mesquita, denunciou os dois movimentos, aparentemente contraditórios, que melhor caracterizam a psicologia mais profunda da insularidade, movimentos que evocam o rolar das ondas e os ritmos das marés, movimentos de sístole e de diástole, que correspondem ao seu poder de atração e de repulsão: “*O mar, a distância, a neblina aproximam-nos. Num (Mesquita), o constante desejo de partir, que se contrapõe, no outro, à ânsia eterna de retorno, que se transporta do mundo da realidade contingente para a esfera do onírico.*” (Pavão, 1988, 41).

A “demanda” da intimidade e o apelo da exterioridade atingem um tal ponto, na alma açoriana, que toda a sua produção literária a representa, por vezes, de forma dramática, por vezes, com o mais puro lirismo. Na obra de Nemésio, tal como na obra de Mesquita, encontramos os primeiros rasgos da sua universalidade, a expressão de algo de essencial da condição humana e da sua especificidade Açoriana.

Vitorino Nemésio ansiava pelas viagens, ser ilhéu é sonhar com o horizonte, novas vidas, novos povos. Como *barco em terra não faz viagem*, e o ilhéu é sempre um pouco um marinheiro, a terra aprisiona-o e o desejo de se libertar é maior. O ilhéu, tal como o marinheiro e as aves migradoras, realizam-se no voo, na viagem, na distância, na fuga ao real monótono e deprimente e na procura desenfreada dos limites e do transcendente.

Em 1935, ocupou, durante dois anos, o lugar de leitor de Português na Universidade de Montpellier em França. Logo no primeiro ano, escreveu *La Voyelle Promise*. Trinta e dois poemas todos em francês, obra marcante por romper esteticamente com a sua obra anterior. Vários são os críticos que a consideram a sua primeira obra poeticamente válida. Trata-se de um conjunto heterogéneo, embora aponte já para um dos fios condutores mais relevantes das suas criações futuras: as suas recordações da infância. A reflexão sobre a criação poética, a recuperação de formas e imaginários tradicionais, assim como um acentuado gosto pela linguagem simbólica são outras das suas características mais marcantes:

*“Ao nível de cada poema descobre-se uma simbologia múltipla, representativa de diferentes aspetos das preocupações do poeta, aspetos que então forjaram o seu destino: logo no primeiro poema, por exemplo, deparamos com uma série de correspondência verticais, difíceis de decifrar, relacionadas com conceitos e sentimentos; e paralelamente, desenvolve-se um processo de transferências sinestésicas, em que o perfume do tomilho aponta ao poeta os campos meridionais da França, meta geográfica a alcançar nesse momento.”*

Vilhena, M. C., 1986, pp. 570-571.

E assim, na sua poesia, «se fundem ou coabitam veios tradicionais e uma apurada cultura modernística de raiz francesa, tradicionalmente retórica, e a florando, sem

*comprometimentos, o fantasismo dos poetas que precederam o surrealismo», como escreveu Jorge de Sena.”* Vilhena, M. C., 1986, p. 579.

### 3. OUTONO: SQUARE MARIE LUISE

*“Cargas de Outono, folhas podres, saudades,  
O lago onde lavei o exílio, o lodo doce  
E os rijos passos da menina que não há de  
Ser minha (a loira, a madurinha) – e antes que fosse!*

*A dourada expressão de tudo, a cinza de tudo,  
E ainda o que nem ouro nem fogo resolvem:  
Como certa mulher toda embainhada em veludo  
(Espada de honra), e as tardes, as ilhas que não volvem...*

*Terei lepra comigo, usagre, sarna,  
Para que se não cole à minha vida uma folha?  
Ou será o meu osso, que lentamente se descarna,  
Único ramo de Outono para que ninguém olha?*

*Vão, no lago do exílio, aqueles patos grasnando,*

*Os patos que nenhuma filha de rei guardou:  
Pelo contrário – eles é que estão guardando  
A minha cara, que em seu lago se espelhou.*

*Eh, patos! Ah, folhas podres, cheiro a húmus,  
Desejo vivo, recalçado em literatura,  
E os erros, as pistas, os rumos*

*Perdidos! Terra estrangeira dura!*

[...]

*Que entretanto este exílio, o lago onde apodreço*

*Como uma bengala que se não pôde tirar,*

*Me encha de tempo, me dê preço*

*E paciência, para acabar.*

[...]” Nemésio, 2006, pp. 262,263.

Se Nemésio expressa insistentemente uma vontade de retorno, de regresso temporal e espacial, aos lugares míticos da sua infância e do imaginário popular, não é menos verdade que continua a cultivar, tal como Mesquita o fez em “Almas Cativas”, uma saudosa tristeza, uma espécie de spleen, que lhe corrói os ossos e lhe entorpece a alma. A ânsia, a angústia, a solidão e a saudade espelham-se nas águas lodosas dos lagos e dos canais que deixaram de correr para o mar. O exílio dói-lhe, entristece-o, adoece-o, envelhece-o, descarna-o e redu-lo à condição vegetal de folha morta, húmus exalando a morte e a putrefação.

O seu poema *Square Marie Luise*, publicado em *O Bicho Harmonioso*, em 1938, é a materialização dessa profunda saudade que fere e mata, com uma intensidade romântica, uma sensibilidade parnasiana e uma estética de tipo simbólico. Como ignorar os versos saturnianos de Verlaine e, em particular, a sua “Chanson d’ Automne (1977, 66) ”:

« *Les sanglots longs*

*Des violons*

*De l’automne*

*Blessent mon cœur*

*D’une langueur*

*Monotone*

*Tout suffocant*

*Et blême, quand*

*Sonne l’heure,*

*Je me souviens*

*Des jours anciens*

*Et je pleure ;*

*Et je m’en vais*

*Au vent mauvais*

*Qui m’emporte*

*Deçà, delà,*

*Pareil à la*

*Feuille morte. »*

O poema gira em torno de um lago e das suas águas nunca nomeadas, mas apenas sugeridas, trata-se de facto de uma água arquetipal, uma água especial, pesada, adormecida, estagnada, podre, quase morta, substância viscosa, superlativa: «*une sorte de substance de substance, une substance mère*» tal como a caracterizou Bachelard, G. (1983, 64), referindo-se ao imaginário aquático expresso na obra de Edgar Allan Poe.

O ser exilado, vive em constante sofrimento, morre em cada instante, devorado pela saudade, sente-se atraído pela corrente da água, obcecado pelo fluir do tempo, ouvindo, no seu murmúrio, o lamento de Heraclito “Tudo passa, nada permanece”. Mas existem

águas mais profundas e, mais dramáticas, que levam o ser a querer se confundir com a terra o húmus e a cinza primordial:

«L' être voué à l' eau est un être en vertige. Il meurt à chaque minute, sans cesse quelque chose de sa substance s'écroule. La mort quotidienne n'est pas la mort exubérante du feu qui perce le ciel de ses flèches ; la mort quotidienne est la mort de l'eau.» (Bachelard, G. 1983, 9).

O poema insere-se num conjunto de poemas mais vasto que expressa a obsessão do poeta pela tematização do tempo, com as suas várias configurações e níveis de significação:

“Basta recordar, como síntese, aquele que o autor considerou o poema central da sua obra poética, «O canário de ouro», que desenvolve em toda a parte final, até anaforicamente, o verso: “O tempo gasta a minha voz como se fosse o seu pão”. É ele, o tempo, «o que tem tudo escondido», o «molde de todos os lugares». E quando Nemésio enumera, ele próprio, os «tópicos» que eleger como fundamentais, já que partilham o «campo comum de temas da metafísica e da poesia», lá estão «o Ser, o Nada, o Tempo, a Morte» prontos a diluir-se num só, «o Tempo, que assim promete invadir e consubstanciar todo o relevo do campo espiritual.» Morna, F. F., 1993, p. 21.

A menina, “loira e madrinha”, que não mais é que uma das encarnações da mulher, senhora do lago, das ilhas e dos patos “toda embainhada em veludo” é uma das expressões da senhora do tempo, uma das mais doces expressões da mãe e da grande mãe, que é a vida e a morte. O lago afunda-se numa profundidade incomensurável:

«[...] pour ensevelir le malheur humain tout entier, pour devenir la patrie de la mort humaine. [...] contempler l'eau, c'est s'écouler, c'est se dissoudre, c'est

*mourir. [...] La rêverie près de l'eau, en retrouvant ses morts, meurt, elle aussi, comme un univers submergé.*” (Bachelard, G. 1983, 65-66).

Se iniciámos esta reflexão recorrendo à poesia de Verlaine, terminemos agora esta reflexão lembrando estes singelos versos que Poe murmurou para a eternidade:

“Away, then, my dearest  
Oh! hie thee away.

.....

To lone lake that smiles  
In its dream of deep rest,  
At the many star-isles  
That enjewel its breast.”

Poe, Edgar Alan in Bachelard, G. 1983, 67.

#### 4. NOTURNO AOS CANAIS DE BRUGES

“I

Entrei a Flandres no Outono  
Tardava a guerra em meu rosto:  
A vida preza o soldado  
E quis-lhe dar este gosto.  
Embarco. A donzela de óculos  
Perfuma os canais de Bruges  
Com o sangue milenário  
Que lhe rosa a pele de pêssego.  
Corre sossegado nas águas,  
A pedra é renda encardida,  
As árvores veem-se ao espelho

*E despedem-se da vida.  
Postiço cartaz biblíngue  
Vai, nos dentes de Caronte,  
Mostrando as margens de Bruges  
Aos que embarcam no cais raso  
– Tiens! Un ami, par ici,  
Com pedra de armas ! Que acaso ! –  
Soam carrilhões de vidro  
No lodo das águas mortas;  
Rendeiras do Béguinage  
Petrificaram-se às portas.  
Ó torre de Notre Dame,  
Que és a agulha mais aguda  
Do Báltico ao Mar do Norte,  
Bordaste as estrelas frias  
Que fazem a Flandres forte.  
Lépido, vogo no Zwin  
Como um madeiro à deriva:  
De águas verdes teço mágoas,  
De ramos dourados sonhos,  
Da noite inventei o dia:  
Tão malferido nos ossos  
Cuida o valete de espadas*

*Que Bruges o curaria.  
Oh, milagre de Isabel,  
Para quem crê em duquesa!  
Van Eyck lhe pede a mão,  
O Temerário as entranhas,*

*Eu, saudades portuguesas.  
Pensando bem nesta noite  
Mais flamenga do que um queijo,  
Sonhando virgens de Memling  
O temerário me vejo.  
E rodo nos canis verdes,  
Assomo em mim à tristeza:  
Mais um hotel nos meus sonos...  
Outra gare sem parança...  
Aquele cisne serei eu  
Que canta a última esperança?  
De onde conheço estas caras  
Com palha de trigo ao vento  
Entre azul de quando em quando?  
Eu sou das Ilhas Flamengas:  
Fugi, mas vou-me lembrando.  
Agora, gordo de limos,  
Vagueio em ruas honestas  
Entre virgens de bicycle  
E mostruários de estanho.  
Transformo a pena do cisne  
No estofo do sobretudo;  
Cocheiros azuis de Breughel  
Batem Rodenbach a estalo:  
Bruges corou-se de sombras,  
Borgonha vem ao que digo;  
Quanto ao que sinto nos ossos,  
Em Bruges, é cá comigo.”*

Nemésio, 2007, pp. 289-291.

“II

*Bruges a morta! E esta vida  
De carne e pedra, não conta?  
Sombra de árvores me embuça;  
O clape-clape das águas  
Sobre os canais me amedronta.  
Um fino frio de fusos  
Faz renda nas cabeleiras  
Dos chorões e das donzelas:  
À luz destes céus sem peso  
Os mosquitos são estrelas,  
As santas vêm às janelas.  
Mas eu não quero saudade  
Nem motivos nem pintura  
Entre coruchéus sem fim:  
Quero um minuto de nada:  
Bruges foi tudo nos outros  
E agora altera-me a mim!*

*O carnicheiro da guilda  
Tem quatro netas princesas  
Que Van Oost não pintou:  
No me gusta ver la sangre!  
Duque de Alba, há quanto tempo  
O teu cavalo cá entrou?  
Nem os segredos da morte  
São coisas que gente veja:  
O corcel do Duque de Alba*

*É o percheron da cerveja!*

[...]

*Bruges, como poderei  
Agora passar sem ti,  
Se parou o trem de Ostende  
Que de ti me trouxe morto  
E leio: UITGANG-SORTIE?”*

Nemésio, 2007, pp. 292-294.

O presente poema, tal como os seguintes, fazem parte de uma pequena coletânea de oito poemas organizada nos anos 50 e intitulada *Expresso Bruges-Coimbra*. Assistimos a uma viagem no tempo e no espaço. O poeta, na sua ânsia de se fundir com o espaço visitado, não resiste a exibir a sua erudição, com a sua sensibilidade peculiar, sensibilidade que lhe permite invocar personagens históricas e lendárias e evocar acontecimentos passados como se os tivesse vivido, e guardado numa espécie de memória coletiva e profundamente genética: “*Quanto ao que sinto nos ossos, / Em Bruges, é cá comigo.*”

O poema inicia-se com uma referência à Flandres e ao outono, preparando o leitor para um novo encontro melancólico com o sofrimento e a dor que deixam marcas na terra, nos corpos e nos rostos, onde “a guerra se atarda”. Os traumas dos desastres e das guerras são uma constante nas memórias de Flandres, e por simpatia, do poeta “das ilhas flamengas”, enquanto elemento de um povo que desbravou terras e mares para fugir às doenças, às guerras e às misérias. No início do poema sentimos o bater das asas vermelhas da guerra. Os primeiros versos da obra de Émile Verhaeren entram poema a dentro:

*“Le Monde s’arme  
Disséminant la guerre  
Par régiments entiers à travers monts e terres,  
Au long du sombre Oder e de l’Elbe et du Rhin,  
Claquent  
Partout des plaques  
Des ponts d’airain  
Au passage volant et trépidant des trains.”*

A vida preza o soldado, embarcar é a única forma de a honrar. “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Mas os canais de Bruges estão mortos, tal como toda a cidade morreu. Bruges-a-morta, não é apenas o título de uma obra literária. Rodenbach nela perdeu o seu amor e, tal como Orfeu, em vão, tentou libertá-la, dramaticamente, da morte. Ela aí está, a Mulher, milenar, sensual, pele cor de pêssego, “donzela de óculos escuros” escuros como a escuridão do “lodo das águas mortas”, das águas paradas, que impregna do seu “perfumo” inconfundível e indelével. As árvores miram-se ao espelho e despedem-se definitivamente da vida. Que desolação. O tempo parou, adormeceu, sossegou para sempre.

Impossível não se lembrar dos primeiros versos de Rimbaud em *Le dormeur du val*. Também ele escreveu poemas inspirados nas paisagens belgas (*Bruxelles*), também ele, sofreu do “mal de vivre”:

*“C’est un trou de verdure où chante une rivière,  
Accrochant follement aux herbes des haillons  
D’argent ; où le soleil de la montagne fière,  
Luit : c’est un petit val qui mousse de rayons.*

*Un soldat jeune, bouche ouverte, tête nue,*

*Et la nuque baignant dans le frais cresson bleu,  
Dort ; il est étendu dans l’herbe, sous la nue,  
Pâle dans son lit vert où la lumière pleut.*

[...]

*Les parfums ne font pas frissonner sa narine  
Il dort dans le soleil, la main sur sa poitrine,  
Tranquille. Il a deux trous rouges au côté droit.”*

Rimbaud, 1979, 53

Caronte, bilingue, leva, gentilmente, os turistas para os infernos, alegre-se com os soldados e desliza pelas águas do tempo, lembrando momentos de fausto, saudando as “beguines” (freiras) rendeiras, moiras ou feiticeiras, fiando e desfiando as linhas da vida. O Zwin que no século XV comunicava com o mar, transformou-se num imenso lago verde. Madeiros podres flutuam como corpos à deriva. Van Eyck, Memling, Breughel, Van Oost voltam a pegar no pincel. A nossa Dona Isabel a sofrer com as traições conjugais e, com a máxima lealdade, a exigir ao filho que se sacrifique pelo pai. O poeta revive a história, decline-a, canta-a, alonga-se no seu cantar e, tal como o cisne, entrega-se, imola-se, gentilmente, suavemente, no conforto do seu sobretudo, que mais não é do que uma segunda pele, a promessa de uma segunda vida, rodeada de mil virgens, talvez até à eternidade.

Este gosto pelos espaços melancólicos, esta obsessão pelo tempo e pela morte afirmam, em termos estéticos, um pronunciado gosto por outras formas de existência. Estamos perante uma radical forma de estar e de ser à qual o Ocidente chamou Romantismo:



“Nemésio afirma que «*Tudo quanto somos e estamos para ser, teve uma condição formidável, que se impõe do alto do seu perfil de causa relevante com uma evidência que frustramos. Essa condição foi o Romantismo.*» [...]

Passado, presente e futuro tornam-se insignificantes enquanto essências que a existência desmente, fazendo-as instantâneas à consciência que as percebe. As posições estéticas serão, assim, forçosamente sempre outras, para manterem uma efetiva representatividade humana, que é afinal o signo distintivo da obra de arte.

Românticos somos todos, na medida em que a nossa é ainda essa «cultura de formas de existência», eminentemente fluida e relativa, como expressão do tempo que é. A poesia de Nemésio tem a suprema vantagem de não ignorar este facto, e de ter por esta via construído a sua própria tradição. Tradição relativa, sempre precária e a refazer-se, que encontra a sua força na aparente fraqueza de não ter certezas nem absolutos estéticos, de se fazer corajosamente de muitas maneiras, plurais e heterogêneas. O seu autor não precisou de inventar outros: ele sabe que ninguém é, na verdade, *um*. Apenas momentos que se sobrepõem e se acumulam.” Morna, F. F., 1993, p. 23.

#### 5. RONDA DE BRUXELAS

“Lá vai Bruxelas rendeira,  
Redonda de véus de névoa,  
Toda maciça de seios  
E olhos do céu copiados;  
Dinant vestiu-se de cobre,  
Bruges de sonhos gorados,  
Palmas de bronze celebram  
Cinco mil heróis varados.  
Um palor de vastos vidros

Prepara a noite de dia  
Em cifras de typewriter;  
Charleroi finge as estrelas  
No coque das manhãs frias;  
Um melro de square converte  
As ervas em melodias.  
Bruxelas de Santa Gúdula,  
Com tetos de dominó,  
Dás flores à língua das vacas,

Só a mim me deixas só.  
A rumorosa menina  
Em cabelo de cerveja,  
Pedalando, pedalando  
Enquanto verde se veja...  
Pesada de seio e sonho,  
Tão ágil na vida breve  
Das relvas amaciadas  
Pelos coscorões da neve!  
Cheia de penas de cisnes  
E bafos de poldros, – pasmos  
Em vergonhas de Verlaine,  
Entre postilhões de Erasmo.  
Rosa-dos-ventos do Norte,  
Bruxelas, vai desfolhada  
Em saudade de alguns anos  
Da minha vida passada.”

Nemésio, 2007, pp. 295-296.

Em Nemésio, Bruxelas toma vibrações tipicamente portuguesas. Nemésio apodera-se do espaço e da sua cultura como quem possui amorosamente o ser amado e loucamente desejado. O primeiro verso é suficientemente eloquente. Estamos perante as primeiras palavras de uma canção popular sobejamente conhecida: “Lá vai Lisboa...”

O poema afirma uma presença subjetiva, lírica, assim como uma rigorosa objetividade, alcançando desta forma uma estética e a expressão de um imaginário muito particular:

*“Como diz Fernando Guimarães, «as imagens graças às quais são descritos os objetos – em vez de recuarem ou se perderem num certo fundo emocional (...) – vêm apenas aproveitar esse núcleo ou centro de comunicação afetiva para atingir o conhecimento de uma realidade que se caracteriza objetivamente através dessas imagens.» Ora, é precisamente essa objetividade que, por paradoxal que pareça, constrói a densidade do sujeito poético nemesiano, que por ela se torna sede, não de sentimentos, mas de conhecimento. Por outro lado, é ainda essa característica que permite à sua poesia fugir de condicionamentos epocais e transitar sempre para outros – que, não sendo menos epocais, surgirão, no entanto, como necessários à expressão de uma realidade mutável.”* Morna, F. F., 1993, p. 16.

O ritmo e os temas afetivos parecem saídos do nosso cancionário popular, todavia as alusões culturais exibem uma profunda erudição. Estamos como perante dois textos de registo muito diferente. O primeiro é um documento de erudição e conhecimento histórico, geográfico, económico, etnográfico, em suma, profundamente cultural. O segundo mergulha no mais íntimo das emoções. É a paixão que se expressa, uma paixão sensual que provém de um desejo desmedido de ser amado e amar, de ser conquistado e conquistar:

*“Assim sendo, convirá ter em conta aquilo que na poesia nemesiana manifesta além do monumento estético que sem dúvida é, o documento estético que também não deixa de ser, uma vez que nenhuma obra poética se estende cabalmente, a meu ver, fora de uma relação em que ela se torna documento de um processo estético em devir, inserindo-se no ciclo global da expressão do mundo que a arte cumpre.”* Morna, F. F., 1993, p. 17.

## 6. GENEVEVA DE BRABANTE

Geneveva de Brabante é uma personagem de uma lenda medieval europeia. Santa Geneveva é sim, por sua vez, uma verdadeira personagem histórica, que viveu no século V e ousou enfrentar as hordas de Atila. Pela sua coragem e espírito de sacrifício tornou-se a protetora de Paris. Geneveva foi enterrada numa colina onde, hoje, se situa o famoso “*quartier latin*”. Ai existiu uma capela construída em sua memória que, após a sua canonização, foi transformada em Igreja. No século XVIII, o rei Luís XV substituiu-a por uma imponente Basílica. Durante a revolução francesa, os jacobinos liberais transformaram-na no Panteão de Paris. Ai jazem Voltaire, Victor Hugo, Émile Zola, Pierre e Marie Curie e outras pessoas ilustres, tais como Napoleão Bonaparte.

Segundo a lenda medieval, Geneveva era a filha do duque de Brabante, território situado hoje na Bélgica, junto à fronteira holandesa. Casou-se com Sigfredo, conde de Tréveris, hoje, Trier, situada em território alemão. O esposo foi obrigado a ausentar-se para lutar contra os infiéis que estavam a ameaçar a cristandade e os seus territórios.

Sigfredo entregou a sua jovem esposa aos cuidados de Golo, seu mordomo, que considerava honesto e de extrema lealdade. Todavia Golo apaixonou-se pela condessa e assediou-a indecorosamente, ameaçando-a com a própria vida, assim como a do seu filho recém-nascido. Aflita, Geneveva decide escrever uma carta ao seu marido e confiá-

la a Draco, seu cozinheiro, todavia Golo interceta a carta e assassina impiedosamente o seu portador.

Golo decide enviar então uma carta a Sigfredo, informando-o que a sua esposa estava grávida de uma relação adúltera com o cozinheiro. Louco de raiva, Sigfredo mandou executá-la, assim como o fruto do seu pecado. Golo manda-a executá-los nas profundezas da floresta. Todavia os carrascos não tiveram coragem para cometer tão hediondo crime e abandonam-nos, obrigando Genoveva a prometer que nunca mais sairia daquele sítio ermo e desolado, onde só as feras sobreviviam. Refugiados numa caverna, sobrevivem com o auxílio de uma cerva maravilhosa que os alimenta com o seu próprio leite.

Quando Sigfredo regressou da guerra, a filha de Draco contou-lhe a verdade e deu-lhe uma carta que Genoveva lhe havia confiado. Sigfredo, compreendendo que havia sido traído por golo, manda-o esquartejar, amarrado a quatro cavalos, mas a vingança não lhe acalma a tristeza nem a desmedida saudade.

Numa tarde, estando Sigfredo à caça de veados, embrenhado na floresta, deparou-se acidentalmente com a caverna, onde se encontrava Genoveva com seu filhinho. Após lhe ter implorado o perdão e lhe ter reiterado o seu amor, Sigfredo levou-os para o Castelo, embora com a vida arruinada, Genoveva, doente, não resistiu muito mais tempo. Sigfredo enterrou-a na caverna onde a tinha encontrado. Conta-se que a cerva era vista diariamente, descansando junto ao seu túmulo, até que, por sua vez, aí se despediu da vida.

*“Genoveva de Brabante*

*Tem uma corça de cinza  
Com tetas de bilros breves.*

*Um marido sanguinário  
Fê-la gazela dos bosques  
Pouco depois de parida:  
Ela faz renda de leite  
Para um menino que tem:  
Come agriões, bebe orvalho,  
Na corça sente-se mãe.  
Genoveva de Brabante,  
Condessa, não foi comborça  
Mas perdeu dedais e amigos,  
Só lhe resta aquela corça.*

*Umbigo do seu menino  
Comeu-lhe a flor de donzela;  
Cortou-lhe o cordão a Lua*

*Como a chama de uma vela.  
[...]*

*Já correm fontes de prata  
Das pernas da bicha quente:  
A boca do condezinho  
Toda sorri de contente  
Genoveva de Brabante,  
Esposa de Sigfredo  
O que o fez repudiar-te  
Não foi ciúme, foi medo!*

[...]” Nemésio, 2007, pp. 297-298.

Este poema ilustra magnificamente uma das características mais típicas da obra nemesiana: o «efeito de voz» que os seus poemas produzem das mais variadas maneiras. Por vezes é uma questão de ritmo, ora dilatando tanto os seus versos que só parecem terminar quando o fôlego se esgota, ora reduzindo-os de tal forma que parecem sincopados, como se estivesse em busca das palavras, na espontaneidade do seu pensamento. Por vezes, o canto é, de facto, referenciado, contando pequeníssimas histórias:

“ – e cantar contando é, sem dúvida, um dos seus estratagemas – os seus versos acabam por conseguir contar sobretudo a história daquele que vê, observa ou recorda, criando assim um fortíssimo sujeito poético, se bem que discreto a nível textual.

Trata-se de instalar na palavra uma voz duplamente concreta, na sua materialidade linguística e ao mesmo tempo humana, capaz de transformar a notação discursiva da subjetividade numa presença expressiva notável – a voz de um homem num mundo que diz:

*«Eu me construo e ergo, peça a peça,  
De saudade, vagar e reflexão.»* Morna, Fátima F., 1993, p. 14.

A produção literária de Nemésio está sempre relacionada com as vivências da sua infância na ilha Terceira que o viu nascer:

*“Desse tempo idílico, recorda a sua ligação à terra e às gentes ilhoas. Assim, marcado por condicionalismos geográficos e circundado por uma cultura própria do ser ilhéu, Nemésio mostrou-se, desde cedo, atraído pelo povo e por tudo aquilo que a ele diz respeito, cingindo-se nos primeiros escritos ao Povo da Praia da Vitória, sua terra natal, mas alargando o seu interesse e investigação a tradição e costumes de toda a região e, mais tarde, ao popular do Portugal continental e ao popular brasileiro.”* Matos, P. J. A., 2011, p. 19.

Para Nemésio, a tradição popular articula-se intimamente com a erudição. Uma nação só evolui se aprender com o com o seu folclore, usos e costumes:

*“Este conhecimento profundo do autor sobre a Poesia Popular está também expresso no capítulo “O Cancioneiro Popular” de Conhecimento de Poesia, obra de 1958, em que já revela uma maior maturidade de escrita e onde, decerto, os conceitos teorizados se encontram mais solidificados. Nesse artigo, traça as características formais das cantigas populares, referindo-se à quadra, ao romance, ao Machete... Mais uma vez, salienta as cantigas como expressão popular por excelência: “Canta-se na terra e no mar, em casa e na igreja, na festa e no trabalho.”, “ (...) Quem é povo canta, até na guerra e talvez às portas da morte.”* Matos, P. J. A., 2011, p. 27.

A literatura popular reflete a universalidade da existência humana. Ao aproveitá-la, sobretudo na sua poesia, Nemésio afirma o princípio romântico sua naturalidade, da sua autenticidade, da sua pureza, em suma da sua primordialidade. Neste romance poético, o poeta recupera a voz dos cantadores da sua ilha e afirma mais uma vez a universalidade do seu imaginário e das suas criações literária. O carácter arcaizante da sua produção é uma tremenda afirmação da sua modernidade:

*“Apoiando-nos um pouco na teoria rousseauiana, encontramos um Nemésio que considera que o Homem se afasta cada vez mais do seu estado natural, preferindo a razão ao sentimento e à imaginação, sujeitando a espontaneidade e a simplicidade ao artifício. Como os românticos, Nemésio encara a literatura popular como um dos meios para voltar a esse estado primordial, onde os vícios e a ausência de virtude não existem.”* Matos, P. J. A., 2011, p. 35.

Com o afastamento da sua ilha, Nemésio assume, na plenitude, o seu fado ilhéu: fuge da ilha enquanto espaço claustrofóbico, prisão de sonhos, ideais e realizações eternamente adiadas, mas sofre, até ao osso, como se tivesse sido expulso de si próprio, banido dos seus e abandonado de Deus:

*“As raízes da existência são, pois, para Nemésio, o ponto fulcral da sua obra. Ao partir da ilha, permaneceram-lhe no espírito o seu mar, a sua terra de lavas formada, as gentes que lhe completaram a alma e lhe formaram o modo de ser.”*

Matos, P. J. A., 2011, p. 169.

Oiçamos as palavras que o poeta, em criança, ouviu e continua a ouvir, pela vida fora, ele que também guarda nas entranhas as suas flamengas memórias:

“Golo:

*Quer que eu tome outro pensar  
Não sou digno nem capaz  
Desse seu amor gozar  
Pois tenho que me vingar  
Da desfeita que me faz*

*Ainda me chama atrevido  
Só por declarar  
Meu amor e o meu sentido  
E já mais ser repetido  
Com certeza há-se pagar” VV, 2006, p. 41.*

“Genoveva:

*Antes eu quero ver a morte  
Neste cárcere tenebroso  
Com rigidade forte  
Do que passar pela sorte  
De um crime vergonhoso*

Golo:

*Já vês não posso poupar  
Ao conde vou escrever  
Cousa que o faça irritar  
Ele vos mandará matar  
E teu filho também há de morrer”  
VV, 2006, p. 49.*

“O conde recebendo a carta:

*Nem a carta posso ler  
Que paixão que mágoa aflita  
Que estou eu aqui a ver  
Degolada hás de morrer  
Mulher infame maldita” VV, 2006, p. 51.*

“Genoveva despertando no deserto:

*Meu Deus que noite escura  
O gelo aqui está forte  
Que pena horrorosa e dura*

*Aqui só se futura  
As garras da feia morte*

*Deve ser este o lugar  
Aonde perderei o tino  
Sinto feras a uivar  
Que me hão de tragar  
E ao meu querido menino*

*Oh! Deus que no céus estais  
Por serdes pai dos inocentes  
Até hoje nos livrais  
Prometi que os animais  
Não nos vejam nos seus dentes*

*Fazei com que amanheça  
E mandai o sol divino  
Para que ele nos aqueça  
Senhor não porque eu mereça  
Mas olhai este menino*

*Ai! Filho estais a tremer  
Deus há de obrar o mistério  
De depressa amanhecer  
E a tua mãe há de ir ver  
Se acha outro refrigério*

*Que tristeza é esta minha  
Já estais a querer chorar*

*Dais sinais que tendes fominha  
E tua mãe coitadinha  
Sem ter nada que te dar”*

VV, 2006, pp. 62, 63.

### 7. A REPRESENTAÇÃO DA BÉLGICA ENQUANTO MOMENTO DE UMA ESTÉTICA EM CONSTRUÇÃO

O presente estudo não pretende, de nenhum modo, reduzir um poeta irreduzível a qualquer estética, a qualquer estrutura do imaginário, nem a qualquer explicação “psicologizante”. Nemésio está em constante construção, em constante busca. Na década de 10, a sua paixão por guerra Junqueiro, imprime-lhe características tardo-românticas, misturadas com o simbolismo de caráter ilhéu, na linha de um Roberto de Mesquita.

Na década de 20, aproxima-se da poesia saudosista. Na década de 30 assimila novos ingredientes surrealistas. Na década de 40, impõe-se uma certa austeridade na expressão verbal. Seguir-se-ão tendências fortemente filosóficas e nos anos sessenta deparamo-nos com a Poesia experimental, antes de, nos anos setenta, acabar por cultivar uma forte densidade imagética e uma grande liberdade linguística.

Distingue-se pelo seu talento invulgar de ser vários, sendo apenas o mesmo. Irreverente perante submissões a normas e géneros, mobiliza tanto as ciências humanas como as ciências exatas. Nos poemas visitados chega a ser estonteante a facilidade com que se desloca da história para a etnografia, da antropologia para a sociologia, e da linguística para a epistemologia: “[...] como tão justamente escreveu David Mourão-Ferreira - «um talento multiforme que daria, à vontade, para mais dez autores»: isto é, filósofo da cultura, biógrafo, historiador, cronista, vários poetas e ficcionistas e alguns críticos.” (Gouveia, M. M., 1986, p. 17.)

O poeta, ele próprio, nunca perdeu a consciência da sua duplicidade de crítico e criador, de erudito e de poeta. Para ele, todo o crítico deve enriquecer as suas leituras com a sua própria experiência. Trata-se de uma visão profundamente humanista da crítica literária que permitiu ao autor destas singelas linhas usar e abusar da sua própria experiência e sensibilidade. Para além da diversidade e da multiplicidade, das variações linguísticas e temáticas, sublinhámos, na obra de Nemésio, uma espécie de fio condutor: o arquetípico mundo insular, que com ele viaja e através do qual ele explora os limites de si próprio e dos outros:

“«*Um homem que transporta uma ilha*», como disse Ortega y Gasset; mas que também se serve dessa ilha como pretexto para viagens meramente verbais. «*Sou ilhéu e portanto embarcado*», escreve o Nemésio autor de crónicas no Corsário; mas esse destino, que arrastará até aos últimos poemas, torna-se porém «*uma desgraça de sinónimos de marear*» («Poemas ilhéus II»), uma espécie de fecho de ciclo existencial, no termo de repetidas viagens reais que fez no fim da vida aos Açores.

Agora os habituais elementos insulares tornam-se, paradoxalmente, incómodo peso de *fatum* ilhéu: *bolor, musgo, calhau-rolado, sonolência*. Então, numa espécie de revolta («Farto de ser ilhéu»), tudo lhe cheira a mofo nas lojas e, nesses versos finais, datados de novembro de 1977, surge com uma espécie de confissão lapidar, em que o seu ser ilhéu é a condição da sua própria Dor:

«*Ilhéu: Troca-se por papua ou índio dos Andes*”  
«*Perdeu-se uma bezerra-lavrada num baldio.*”  
*Estou farto de ser pretexto humano destas coisas*  
*E quem ouve os sinos no nevoeiro e o boi berrar*  
*Dorido de me terem feito nascer numa pedra,*  
*Peço licença, a quem tenha pena de mim, para chorar.»”*

Gouveia, M. M., 1986, p. 26.

#### BIBLIOGRAFIA

- Bachelard, Gaston. - *L'eau et les Rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. Paris, Librairie José Corti, 1983.
- Bachelard, Gaston. - *La poétique de l'espace*. Presses Universitaires de France, 1957.
- Bachelard, Gaston. - *La Terre et les Rêveries de la volonté*. Presses Universitaires de France, 1984.
- Baudelaire. – *Oeuvres complètes*. L'Intégrale, 1968.
- Carvalho, Ruy Galvão de. - *Antologia Poética dos Açores*. Vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura, 1979.
- Centeno, Yvette e Freitas, de Lima (Coordenação). - *Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins*. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Chevalier Jean, Gheerbrant, Alain. - *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema, 1982.
- Dumont Georges-Henri. - *Belgique et Luxembourg*. Bruxelles, Editions Artis-Historia, 1980.
- Freitas, Vamberto. - *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Edições Salamandra.
- Goemaere Pierre. - *Si le monde avait été plus grand...* Bruxelles, Editions Labor, 1974.
- Gouveia, M. M. Maia (org.) - *Vitorino Nemésio - Estudo e Antologia*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- Jung, Carl G. - *O Homem e seus Símbolos*. Editora Nova Fronteira, 1964.
- *La Lusophonie voies/voix Océaniques*. Colloque International de Littérature Université Libre de Bruxelles, Lidel, 1998.
- Luytens, Daniel-Charles. - *Contes et légendes du Vieux Bruxelles*. Noir Dessin Production, 2002.
- Matos, Paulo Jorge Augusto. - *O Povo no Imaginário Nemesiano*. Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- Nemésio, Vitorino. - *Estudo e Antologia*. Porto, 1986.

- Nemésio, Vitorino. - *Obras Completas Vol. I – Poesia 1916-1940*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
  - Nemésio, Vitorino. - *Obras Completas Vol. II – Poesia 1950-1959*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
  - Pavão, J. Almeida. - *Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura*. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
  - Pimentel, Fernando Vieira. - *“A ilha e o Mundo” de Pedro da Silveira: Vontade e destino* in: *Conhecimento dos Açores Através da Literatura*. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura, 1988.
  - Rimbaud, Artur. – *Oeuvres poétiques*. Paris, Garnier-Flammarion, 1964.
  - Rodenbach, Georges. *Bruges-a-morta. Romance*. Lisboa, Sistema Solar, 2013.
  - Silveira, Pedro da. - *Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.
  - VV. - *A memória é uma pedra que arde por dentro*. Recolha de Património Literário Ilha de Santa Maria Açores. Costumes e tradições, Labirinto, 2006.
  - Verhaeren Emile. - *Les Ailes rouges de la Guerre*. Poèmes. Paris, 1920.
  - Verlaine Paul. - *Poèmes Saturniens Confessions*. Paris, Garnier-Flammarion, 1977.
  - VV. - *Belgian Art in Exile*. Ligue des artistes belges, 1916.
- 

**23. MANUEL CÉLIO DA CONCEIÇÃO, UNIVERSIDADE DO ALGARVE**



**MANUEL CÉLIO CONCEIÇÃO,**

Doutor em Linguística. Professor Associado da Universidade do Algarve. Investigador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

Chevalier de l'ordre des Arts et des Lettres.

Em 2014/15, leciona na licenciatura as disciplinas de -

- Terminologia, Políticas de Língua e de Comunicação, Língua e Linguística Francesa e no doutoramento a disciplina de Teorias das Ciências da Linguagem

Domínios de investigação: ciências da linguagem, lexicologia e terminologia, multilinguismo e interculturalidade, ensino/aprendizagem de línguas. Exemplo de projetos: terminologia da indústria farmacêutica e da farmacologia clínica; avaliação da qualidade no Ensino de Línguas ([www.lanqua.eu](http://www.lanqua.eu)); Competências para a empregabilidade na área das humanidades (projetos Tuning e TNP Languages; Motivação para o ensino/ aprendizagem das Línguas ([www.molan.eu](http://www.molan.eu)); competência multilingue ([www.magicc.eu](http://www.magicc.eu)); migração e multilinguismo ([www.mime-project.org](http://www.mime-project.org))

Vice-presidente do European Council for Languages/Conseil Européen pour les Langues ([www.elccel.org](http://www.elccel.org)).

Vice-presidente da Rede Lexicologie, Terminologie et Traduction ([www.ltt.auf.org](http://www.ltt.auf.org))

Membro da Comissão científica da rede panlatina de Terminologia.



, TEMA 2.2.- LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA: QUE COMPROMISSOS? MANUEL CÉLIO CONCEIÇÃO - FCHS – UNIVERSIDADE DO ALGARVE E CLUNL – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

No atual contexto da economia linguística, circula o pressuposto erróneo, e as respetivas práticas conseqüentes, de que as línguas têm estatutos diferenciados em função, entre outros, da sua presença na sociedade e, em particular, da relação com a ciência. Refutamos esta diferenciação, criadora de hierarquias discricionárias que alimentam jogos de poder com implicação nas relações socioculturais e políticas entre as comunidades e entre os falantes.

Salientada a quebra do princípio da territorialidade da língua portuguesa em favor da virtualização dos seus usos e dadas as concepções atuais de língua e as suas relações com a ciência, no sentido etimológico, abordamos o imperioso compromisso entre a instrumentalização do português e a necessária capitalização dos saberes que veicula. A comunicação proposta, numa ótica inspirada das teorias da complexidade, pretende contribuir para afirmar a “viragem linguística” do trabalho, do saber e das comunidades. Enfatiza, por isso, o valor da língua portuguesa não só na internacionalização e na ciência mas também no desenvolvimento social e cultural de grande parte dos que a falam e para os quais é um traço identitário inequívoco.

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

---

**24. MARIA DA CONCEIÇÃO COUTO MENDONÇA, ESC. SEC. DAS LARANJEIRAS, P. DELGADA, AÇORES, PRESENCIAL CONVIDADA**



PARTICIPOU COMO PRESENCIAL NA LAGOA 2012, MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014

---

25. **MARIA DA CONCEIÇÃO CASTELEIRO, AICL LISBOA, PORTUGAL,  
PRESENCIAL CONVIDADA**



É SÓCIO DA AICL.  
ACOMPANHA OS COLÓQUIOS DESDE 2010

27. **MARIA LUÍSA TIMÓTEO, KORSANG DI MELAKA / AICL**



JÁ TOMOU PARTE NO 14º COLÓQUIO EM BRAGANÇA 2010

26. **MARIA ELISA DIAS, ESCOLA SECUNDÁRIA DAS LARANJEIRAS, APOIO AO  
SECRETARIADO**



PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

28. **MARIA NAZARÉ, ASSISTENTE PRESENCIAL CONVIDADA**



PARTICIPOU COMO PRESENCIAL EM 2002 (PORTO), 2003 E 2007 (BRAGANÇA), SEIA 2013,

29. **MARIA SEOANE DOVIGO, ACADEMICA DA AGLP/ AICL, GALIZA**



**M<sup>a</sup> SEOANE DOVIGO** nasceu na Corunha, Galiza, em 1972. É licenciada em Filologia Hispânica pela Universidade da Corunha. Realizou os cursos de doutoramento entre 1995 e 1997 no departamento de Filologia Espanhola e Latina da mesma universidade

e obteve a suficiência investigadora com um estudo sobre o exórdio nas retóricas espanholas do século XVI.

Foi bolsista de investigação da Junta da Galiza entre 1995 e 2000, anos nos que trabalhou no seu projeto de tese de doutoramento, dedicado à análise do género do prólogo.

Apresentou diferentes trabalhos em congressos sobre literatura renascentista, edição de textos e literatura galega e colaborou em projetos de investigação sobre as fontes documentais para o estudo do teatro na Corunha e a catalogação de publicações periódicas dos séculos XVI ao XVIII em bibliotecas da Galiza e Portugal.



Desde 2000 reside em Portugal, onde tem exercido funções docentes nas escolas públicas como professora de espanhol/língua estrangeira. Desde 2010 desenvolve a

sua atividade cívica pela sua ligação com a Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, de cuja junta diretiva faz parte desde abril de 2011.

Faz parte do Conselho Consultivo do MIL - Movimento Internacional Lusófono e é coordenadora da sua secção galega. É académica correspondente da Academia Galega da Língua Portuguesa desde outubro de 2012 e académica de número desde junho de 2014.



Faz parte do conselho de redação do boletim desta instituição, do que é colaboradora habitual, assim como da revista Nova Águia, com trabalhos de divulgação da literatura e cultura de todo o espaço lusófono.

Começou a divulgar a sua produção literária em 2013, com a participação em diferentes encontros de poetas na Galiza e em Portugal, a participação no volume do coletivo

poético galego “A Porta Verde do Sétimo Andar”, *Um feixe de poesia na porta*, e a colaboração na revista *Licungo*, do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora.



**PARTICIPOU NO 19º COLÓQUIO GALIZA 2012 E 21º NOS MOINHOS 2014.**

**É SÓCIA DA AICL.**

TOMA PARTE NA SESSÃO DE POESIA

TEMA, 2.1. O PERFUME DA FLOR SILVESTRE: USO DE NOMES DE LUGAR EM POETAS GALEGOS, IRLANDESES E AFRICANOS”

M<sup>a</sup> DOVIGO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA (MARIA DOVIGO, AGLP)

RESUMO [trabalho final não entregue dentro do prazo]

Pretendemos fazer uma panorâmica descritiva sobre a presença de nomes de lugar em poetas galegos, irlandeses e africanos de países de língua oficial portuguesa.

São todos autores que escrevem desde as margens de grandes sistemas linguísticos e literários, que dão testemunhos de vivências linguísticas não monolíngues e que, em grande medida procuram através do uso dos nomes de lugar da sua geografia original ligações sonoras e não conceptuais com memórias perdidas da coletividade, as identidades que se foram sacrificando para a construção da sua realidade histórica subalterna como povos colonizados.



**30. MARLEY POLETTO, INSTITUTO CULTURAL DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL -**



PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

**MARLIT BECHARA, RIO DE JANEIRO, AICL, BRASIL, ASSISTENTE PRESENCIAL -**



SANTA MARIA 2011



MAIA 2013



SEIA 2014



MOINHOS 2014

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PARTICIPA DESDE 2007 NOS COLÓQUIOS

31. NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO, AICL, PRESENCIAL



SEIA 2013

NORBERTO ÁVILA nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, a 9 de setembro de 1936. De 1963 a 1965 frequentou, em Paris, a *Universidade do Teatro das Nações*. Criou e dirigiu a revista *Teatro em Movimento* (Lisboa, 1973-75).

Chefiou, durante 4 anos, a Divisão de Teatro da Secretaria de Estado da Cultura; abandonou o cargo em 1978, a fim de dedicar-se mais intensamente ao seu trabalho de dramaturgo. Traduziu obras de Jan Kott, Shakespeare, Tennessee Williams, Arthur Miller, Audiberti, Husson, Schiller, Kinoshita, Valle-Inclán, Fassbinder, Blanco-Amor, Zorrilla e Liliane Wouters.

Dirigiu para a RTP (1º Canal), a partir de novembro de 1981, a série de programas quinzenais dedicados à atividade teatral portuguesa, com o título de *Fila 1*.

As obras dramáticas de Norberto Ávila, maioritariamente reunidas na coletânea *Algum Teatro* (20 peças em 4 volumes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda) têm sido representadas em diversos países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Coreia do Sul, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia e Suíça. [www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) / [www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto\\_Ávila](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_Ávila)  
[oficinadescrita@gmail.com](mailto:oficinadescrita@gmail.com)



MAIA 2013



SEIA 2013



MAIA 2013



MOINHOS 2014

É SÓCIO AICL.

JÁ TOMOU PARTE NO 19º COLÓQUIO MAIA 2013, 20º SEIA 2013, 21º NOS MOINHOS 2014, 22º EM SEIA 2014



32. **PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM / AICL, PORTUGAL**



BRAGANÇA 2009

MACAU 2011

É SÓCIO DA AICL. MODERA SESSÕES. PERTENCE AO SECRETARIADO EXECUTIVO DO COLÓQUIO

PARTICIPOU EM BRAGANÇA 2009, 2010, MACAU 2011, GALIZA 2012, MAIA E SEIA 2013. MOINHOS 2014, SEIA 2014.



MOINHOS DE PORTO FORMOSO AÇORES 2014

**PERPÉTUA SANTOS SILVA** é socióloga, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE-IUL, na linha de investigação “Desigualdades,

Migrações e Territórios”. Desenvolve o seu trabalho sobre a realidade de Macau, tendo as suas teses de mestrado e de doutoramento tratado a temática da língua portuguesa nesta Região. As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Tem desenvolvido investigação sobre a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau.



SEIA 2013

SEIA 2014

TEMA 2.1. ESTUDANTES DE PORTUGUÊS EM MACAU E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA, PERPÉTUA SANTOS SILVA, INVESTIGADORA DO CIES-IUL, DOCENTE NA ESCOLA SUPERIOR DA EDUCAÇÃO DE SANTARÉM

RESUMO:

Em investigação sociológica conduzida em Macau, procurámos perceber junto de um número alargado de estudantes de língua portuguesa (na sua esmagadora maioria, estudantes chineses) se estes desenvolviam procuras complementares de componentes culturais, em português, ou se, pelo contrário, se percecionavam procuras divergentes entre língua e cultura. Seguindo uma metodologia quantitativa, a informação foi recolhida através da aplicação de um inquérito por questionário.



Iremos apresentar os resultados obtidos em relação a um conjunto de indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos os estudantes de um modo regular, fazendo o seu cruzamento com as áreas de formação que os estudantes frequentavam.

### 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Começamos por salientar que falar sobre práticas culturais em língua portuguesa levar-nos-ia a debater, pelo menos, três questões centrais: a primeira coloca-se desde logo quanto à relação entre língua e cultura, uma vez que o entendimento de uma não exclui, evidentemente, a outra; a segunda, levaria a equacionar a relação entre a oferta e a procura ou, dito de outro modo, entre produção e receção ou consumo; a terceira, inevitavelmente, obrigaria a colocar o problema numa perspetiva comparativa, equacionando hábitos, práticas culturais e estilos de vida, uma vez que nos parece francamente insuficiente circunscrever a abordagem às manifestações culturais em língua portuguesa. Isto é, se um indivíduo não é *público* ou *consumidor* de determinado produto cultural poderemos esperar que o seja em língua portuguesa? Claro que nada nos garante, à partida, que tal não se possa verificar, embora se afigure como situação menos esperada.

Na nossa opinião, o interesse da discussão não é tanto o de *quantificar públicos* (ou assistências) mas em perceber os seus posicionamentos e diferentes modos de relação com a cultura portuguesa no estrangeiro, embora começar por uma quantificação e identificação segundo algumas variáveis clássicas de caracterização fosse já um avanço significativo no seu conhecimento.

Estes são, de facto, debates que não têm sido feitos e que se nos afiguram de grande relevância, mas, compreender-se-á, correspondem não a uma mas a várias

problemáticas muito mais vastas e que não podemos discutir numa apresentação desta natureza.

Levantar, aqui, algumas pistas sobre o assunto corresponde, apenas, a uma tentativa de perceber, muito genericamente, se existem, entre os nossos inquiridos estudantes de português ou em língua portuguesa, *procuras complementares* de componentes culturais ou se, pelo contrário, os resultados permitem perceber *procuras divergentes*.

Vamos usar apenas alguns indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos e de uma forma regular, deixando para outra altura as questões que obrigam a um cruzamento com informação relativa ao eixo da oferta e sem a qual a análise dos resultados não fornecerá grande elucidação sobre a realidade.

Ainda que nada obste a que, em relação a determinado tipo de produtos, a procura ou a exposição a certos conteúdos não possa existir sem o domínio da língua vamos considerar apenas o conjunto de inquiridos que foram identificados com um nível de conhecimento na língua que faça prever a capacidade de fruição cultural em todos os aspetos que vamos considerar<sup>118</sup>.

Para além de se considerar a área de formação em que os inquiridos se enquadram, os resultados apurados serão apresentados em função da *origem* dos inquiridos equacionada por referência ao *grau de familiaridade* com a língua portuguesa – categorização que foi construída em função de um conjunto alargado de variáveis – e que procura dar conta da situação de partida dos alunos: posição de proximidade ou distanciamento em relação ao português (língua e cultura).

---

<sup>118</sup> Estamos a falar de um total de 915 indivíduos.

## 2. BREVES NOTAS SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS EM GRUPOS DE ORIGEM

Procurando encontrar um filtro com utilidade operatória, agregaram-se os inquiridos em categorias considerando um conjunto diversificado de indicadores e que passamos a apresentar de seguida.

Começámos por agrupar numa só categoria todos os indivíduos que têm o português como língua materna, independentemente da sua proveniência geográfica, bem como aqueles que a adotaram e, ainda, os que pertencendo a famílias de origens múltiplas têm esta língua como materna para pelo menos um dos seus ascendentes, ainda que alguns dos inquiridos tenham perdido a língua portuguesa como língua materna. Consideramos que, do ponto de vista do *grau de familiaridade* com a língua estarão aqui incluídos os falantes de Português Língua Materna (PLM) e de Português Língua Segunda (PL2), eventualmente mais *próximos da língua portuguesa*, e que designaremos de forma genérica por *lusófonos*.

Uma outra categoria, incluirá aqueles que, teoricamente, estarão mais *afastados da língua portuguesa*, e que na sua maioria corresponderão aos casos dos estudantes de Português Língua Estrangeira (PLE). Uma vez que estamos aqui a falar de situações de *proximidade e afastamento* em relação à língua portuguesa, poderemos ainda considerar questões que se prendem com tempos de permanência no território tomando como hipótese que aqueles que se encontram sujeitos ao ambiente da língua, os chineses de Macau ou *chineses-macaenses*, poderão ser mais recetivos ou permeáveis às questões portuguesas. Equacionamos, portanto, a possibilidade de existir uma relação entre permanências mais prolongadas no território e atitudes, representações e

expectativas mais favoráveis em relação às componentes língua e/ou cultura portuguesas.

Trabalhando os indicadores de local e tempo de residência, no conjunto dos indivíduos previamente classificados na categoria mais ampla, percebemos que esta se pode dividir em quatro subcategorias: *chineses de Macau*, *chineses em Macau*, *chineses da China Continental* e *outros*.

Em termos globais, no primeiro grupo todos os estudantes são naturais de Macau assim como os respetivos pais e, em grande parte dos casos, também os avós; predomina o cantonês como língua materna e Macau como local de residência para a esmagadora maioria dos elementos da rede familiar. Os segundo e terceiro grupos, poderiam facilmente confundir-se um com o outro, pois na verdade ambos serão de origem chinesa encontrando-se em Macau. Existem, no entanto, algumas diferenças: no que respeita à língua materna no grupo aqui designado por *chineses da China Continental*, destacam-se o Mandarim e outros dialetos chineses, nenhum elemento da rede familiar apresenta Macau como local de nascimento, residindo uma parte dos inquiridos na China Continental e situando-se o tempo de residência dos que declararam residir em Macau num intervalo de duração que vai de 1 semana a 5 anos, sendo o local de residência referido para pais e avós outro que não Macau – na quase totalidade China Continental.

Quanto aos inquiridos que foram incluídos na categoria *chineses em Macau*, prevalece o cantonês como língua materna embora se verifique, no caso dos avós, que outros dialetos chineses têm já alguma expressão; um número significativo de inquiridos já nasceu em Macau<sup>119</sup> sendo a China Continental a apresentar-se como o local de

---

<sup>119</sup> Por tal não se verificar em relação ao pai e à mãe não foram classificados em *chineses de Macau*, uma vez que nessa categoria foram incluídos, pelo menos, os inquiridos que corresponderão à segunda geração em Macau.

nascimento francamente mais referido no conjunto dos ascendentes. Todos os inquiridos aqui classificados residem em Macau bem como a larga maioria dos pais, situando-se, para a maior parte destes, o tempo de permanência entre há 20 e 29 anos, enquanto os avós, maioritariamente, se encontram a residir na China.

Na categoria *outros* foram incluídos todos os restantes casos e, na sua maioria, correspondem a indivíduos oriundos de outros países asiáticos.

Tabela 1 – Categorias por características comuns segundo as origens

Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
238	14.5	418	25.5	683	41.7	266	16.2	34	2.1

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

Em termos de proporção no conjunto da população inquirida, os *lusófonos* correspondem a 14.5%, os *chineses de Macau (CDM)* a 25.5%, os *chineses em Macau (CEM)* a 41.7%, os *chineses da China Continental (CHC)* a 16.2%, englobando os restantes 2.1% o conjunto de indivíduos aqui classificados em *outros*.

### 3. EXPOSIÇÃO A CONTEÚDOS E PRÁTICAS CULTURAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Em termos globais [Tabela 2], verifica-se, para todos os indicadores, que mais de 60% dos inquiridos raramente ou nunca se expõe a conteúdos culturais em língua portuguesa. Os valores mais elevados encontrados referem-se a visionamento de filmes, ouvir música gravada e ler revistas, aspetos relativamente aos quais 80% e mais dos inquiridos declararam que raramente ou nunca o faziam.

Os valores mais baixos de *não práticas* referem-se a ver televisão (64.7%) e a ler livros – de estudo 65.5% e sem ser de estudo 66.5%.

Tabela 2 – Indicadores de práticas culturais em língua portuguesa

Conteúdo	Diariamente		1 vez por semana		1 vez por mês		Raramente		Nunca		R+N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	%
Ver televisão	181	20.0	105	11.6	34	3.7	300	33.1	287	31.6	64.7
Ler livros (s/ser de estudo)	114	12.6	134	14.8	55	6.1	311	34.3	293	32.3	66.5
Ler revistas	51	5.7	82	9.1	53	5.9	287	31.8	429	47.6	79.4
Ler jornais	79	8.7	93	10.3	41	4.5	261	28.8	431	47.6	76.3
Ver filmes (vídeo, em casa)	33	3.7	49	5.4	36	4.0	306	33.9	479	53.0	89.9
Ouvir rádio	86	9.6	52	5.8	25	2.8	272	30.2	465	51.7	81.9
Ouvir música gravada	85	9.5	56	6.2	34	3.8	266	29.7	456	50.8	80.5
Consultar Internet	133	14.8	84	9.3	35	3.9	221	24.6	427	47.4	72.0
Consultar livros de estudo	142	15.7	106	11.7	67	7.4	262	29.0	327	36.2	65.2

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

Cruzando a informação declarada quanto à frequência com que desenvolvem cada uma das atividades propostas (dicotomizada em “*alguma*” e “*pouca ou nenhuma*”) e as categorias em que os inquiridos foram agrupados, podemos constatar que é na categoria *lusófonos* que se concentra a maior parte dos que indicaram desenvolver algumas atividades em língua portuguesa [Tabela 3].

Assume maior expressão a receção televisiva (73.4%), as consultas na Internet (66.2%) e de livros de estudo (64.6%). Quando comparados estes resultados com a regularidade com que declararam desenvolver as mesmas práticas sem ser por referência à língua portuguesa, verifica-se que é neste grupo que o afastamento é menor, o que não constitui surpresa pelas características do grupo.

Talvez não seja demais recordar que, na sua maioria, estes alunos frequentam o ensino secundário em língua veicular portuguesa e que, embora um número significativo domine o cantonês falado, não se pode esperar que tenham um domínio escrito da língua chinesa. É claro que quando consideramos práticas, numa perspetiva geral, temos de tomar em linha de conta o peso de outras línguas, nomeadamente a inglesa, e para tal apontam os resultados apurados no que respeita ao visionamento de filmes e à audição de música gravada, aspetos que, em termos gerais, são referidos, respetivamente, por 70.4% e 91.4% dos inquiridos classificados neste grupo.

Tabela 3 – Indicadores de práticas culturais por grupo

Conteúdo		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
		PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral	PT	Geral
Ver televisão	AF	73.4	87.9	19.9	92.2	17.6	89.1	35.3	77.1	52.4	95.2
	R+N	26.6	12.1	80.1	7.8	82.4	10.9	64.7	22.9	47.6	4.8
Ler livros (sem ser de estudo)	AF	53.4	53.6	23.9	72.5	22.0	75.4	40.7	88.5	38.1	61.9
	R+N	46.6	46.4	76.1	27.5	78.0	24.6	59.3	11.5	61.9	38.1
Ler revistas	AF	47.7	68.0	9.2	69.0	7.0	60.1	23.7	77.7	30.0	70.0
	R+N	52.3	32.0	90.8	97.0	93.0	39.9	76.3	22.3	70.0	30.0
Ler jornais	AF	50.8	52.7	11.2	82.4	11.0	82.4	25.9	70.3	33.3	90.5
	R+N	49.2	47.3	88.8	17.6	89.0	17.6	74.1	29.7	66.7	9.5
Ver filmes (vídeo, em casa)	AF	30.6	70.4	6.8	40.7	3.8	30.4	14.5	41.3	20.0	47.4
	R+N	69.4	29.6	93.2	59.3	96.2	69.6	85.5	58.7	80.0	52.6
Ouvir rádio	AF	37.7	48.4	6.9	51.5	8.3	45.0	24.6	63.0	25.0	50.0
	R+N	62.3	51.6	93.1	48.5	91.7	55.0	75.4	37.0	75.0	50.0
Ouvir música gravada	AF	42.7	91.4	8.9	85.9	7.6	75.4	22.3	90.0	40.0	90.0
	R+N	57.3	8.6	91.1	14.1	92.4	24.6	77.7	10.0	60.0	10.0

Consultar Internet	AF	66.2	89.6	15.0	86.4	8.8	83.5	30.1	95.7	26.3	90.0
	R+N	33.8	10.4	85.0	13.6	91.2	16.5	69.9	4.3	73.7	10.0
Consultar livros de estudo	AF	64.6	66.4	23.9	55.2	15.9	48.1	46.4	82.7	33.3	60.0
	R+N	35.4	33.6	76.1	44.8	84.1	51.9	53.6	17.3	66.7	40.0
Ir a bibliotecas	AF	24.0	26.6	12.6	54.4	11.0	63.3	31.7	91.4	15.0	45.0
	R+N	76.0	73.4	87.4	45.6	89.0	36.7	68.3	8.6	85.0	55.0

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

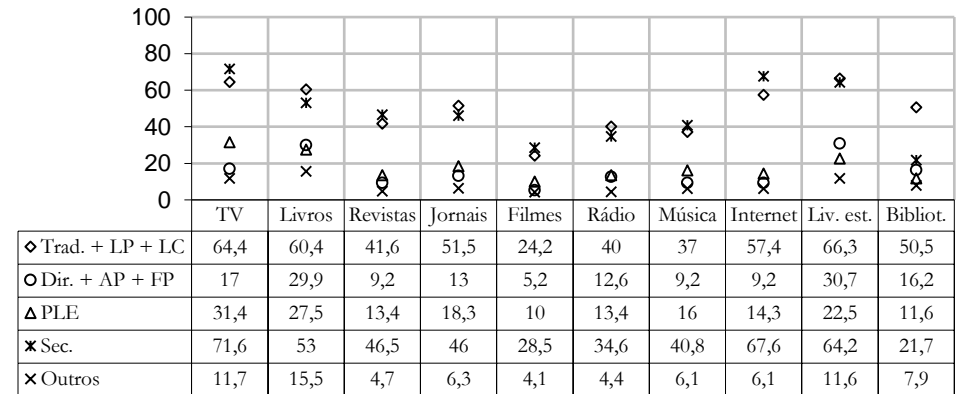
A seguir aos *lusófonos*, no que respeita a práticas culturais, é no grupo *outros* e *CHC* que podemos encontrar maiores índices de frequência.

No primeiro grupo, surgem mais referidas a receção televisiva (52.4%), a audição de música gravada (40.0%), a leitura de livros (sem ser de estudo 38.1%; de estudo 33.3%) e de jornais (33.3%). Na categoria *CHC*, apresentando todas as atividades valores superiores em relação às que apresentam as categorias *CDM* e *CEM*, destacam-se a consulta de livros de estudo (46.4%) e a leitura de outros livros (40.7%), a que se segue ver televisão (40.7%) e ir a bibliotecas (31.7%). Mas não é só no que respeita à língua portuguesa que este conjunto de indivíduos se destaca. À exceção de ver televisão (grupo onde este indicador apresenta o valor mais baixo) e ler jornais (ainda assim francamente mais elevado do que os valores apurados para a categoria *lusófonos*) os índices de frequência são mais elevados para todos os outros indicadores, em comparação com os grupos *CDM* e *CEM*. Em termos gerais, são ultrapassados apenas nas frequências apresentadas pelo grupo *lusófonos* no que respeita a audição de música gravada e pelo grupo *outros* no visionamento de filmes. Vale a pena salientar que, considerando a consulta de livros de estudo e a frequência de bibliotecas, os resultados parecem indicar que a categoria *CHC* tem hábitos de estudo mais evidentes.

Há que referir que no que respeita aos *lusófonos* esta é a categoria onde a média de idades é mais baixa, sendo os inquiridos estudantes do ensino secundário, enquanto os restantes grupos são compostos por estudantes universitários e, também, onde se

encontra a esmagadora maioria dos que já desenvolvem uma atividade profissional. Estes serão, sem dúvida, aspetos relacionados com estilos de vida que interferem no tipo e na frequência com que desenvolvem outro tipo de práticas. A acrescentar, ainda, que na categoria *CHC* temos um conjunto de indivíduos que não só revelam alguns indícios de serem provenientes de meios socioculturais mais favorecidos (em relação à maioria nas categorias *CDM* e *CEM*) como também, no que respeita à língua e à cultura portuguesas, frequentam cursos específicos em português, de nível superior, o que contribuirá para uma maior propensão a desenvolver procuras complementares nesta língua. Relacionando os indicadores que temos vindo a tratar com as áreas de formação<sup>120</sup>, conclui-se que existe uma associação<sup>121</sup> entre o tipo de ensino que frequentam e o desenvolvimento de atividades de índole cultural, como se ilustra no gráfico 1.

Gráfico 1 - Práticas culturais segundo a área de formação (%)



◊ Trad. + LP + LC ○ Dir. + AP + FP △ PLE \* Sec. × Outros

Fonte: IQ estudantes de português na RAEM

A tendência para associar índices mais elevados de frequência das atividades propostas e os dois grupos anteriormente identificados (*Iusófonos* e *CHC*) parecem, assim, ficar confirmadas através de uma leitura segundo os cursos ou tipos de formação em que os inquiridos se encontram, pois sabemos que o primeiro grupo frequenta o ensino secundário e o segundo, maioritariamente, encontra-se em cursos específicos de língua portuguesa, seja nos cursos de tradução e interpretação chinês/português seja na licenciatura de Estudos Portugueses.

<sup>120</sup> Os cursos que os inquiridos frequentam foram agregados em cinco categorias: a primeira agrupa os cursos de Tradução/Interpretação e os cursos de Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; a segunda agrupa os cursos de Direito, Administração Pública e Específicos para a Função Pública; a terceira corresponde aos cursos de PLE do IPOR; a quarta ao ensino secundário e a quinta agrupa todos os restantes cursos superiores e o pré-universitário. Os resultados do cruzamento entre a variável

“cursos agregados” e as variáveis “componentes culturais” dicotomizadas deram origem ao gráfico 8.1 tendo sido tomada a opção de apresentar apenas os valores correspondentes a “alguma frequência”.

<sup>121</sup> Qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos ( $p \leq 0.01$ ).

#### 4. BREVES NOTAS FINAIS

Salientamos que estamos a falar de uma população de aprendentes da língua portuguesa que se encontra em diferentes níveis e situações de aprendizagem sendo, esta língua, uma língua estrangeira para a maioria dos inquiridos e se, alguns destes, frequentam cursos de licenciatura específicos em língua portuguesa outros, e não poucos, encontram-se em cursos de português língua estrangeira, a frequentar os níveis iniciais ou têm pela primeira vez o português como disciplina opcional no curso que frequentam.

Equacionado o domínio da língua, através da autoavaliação feita pelos próprios alunos em cruzamento com o nível de ensino que frequentam e com a indicação dada sobre há quanto tempo estudam português, verificou-se, no entanto, que mais de metade dos inquiridos (55.8%) forneceu informação que permite considerar que lhes será possível utilizar a língua portuguesa, ainda que com níveis de proficiência variados.

Embora tenha sido possível perceber que a língua portuguesa é, sobretudo, uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida, mais de metade dos nossos inquiridos estão em condições, pelo domínio que já têm do português, de aceder a outros conteúdos nesta língua – tendo sido sobre este segmento que se apresentaram aqui alguns dados sobre o desenvolvimento de práticas culturais complementares.

Na nossa posição de partida, à data da realização da investigação a partir da qual se compilaram os dados que deram origem a esta comunicação, equacionávamos a possibilidade de a permanências mais prolongadas em Macau e, por aí, maiores e melhores possibilidades de *contágio* pelo ambiente da língua corresponderem comportamentos linguísticos mais próximos da língua portuguesa, bem como procuras

complementares de componentes culturais. Nada mais errado. Não foi isso que se verificou. Considerando alguns indicadores, não tratados aqui, relativos às razões dadas para aprender português, às representações relativas à língua, em conjunto com o desenvolvimento de estratégias de procura complementares de componentes culturais, de que estivemos a falar, verifica-se que são precisamente os teoricamente *mais afastados* entre os *afastados* que evidenciam maior apetência para a língua e cultura portuguesas. Os dados apontam para o facto de que será entre os que vêm da China Continental mais recentemente que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse

No entanto, há que ter algum cuidado com estas generalizações. Vimos, também, que esta situação se relaciona mais com as áreas de formação que frequentam do que com situações de *contágio cultural*. Em todos os casos a relação com a língua é acima de tudo uma relação do tipo instrumental e, esta, não é independente das circunstâncias particulares de Macau e das trajetórias de vida dos sujeitos envolvidos - também foi possível encontrar algumas clivagens que indiciam situações socioculturais mais favorecidas para aqueles que vêm de fora do território especificamente para estudar. Não podemos, assim, considerar que não existem procuras complementares de conteúdos culturais por parte dos estudantes de português mas sim que essas procuras se localizam, muito compreensivelmente, em segmentos específicos dessa população estudantil.

#### BIBLIOGRAFIA

Silva, Perpétua (2004), *Estudantes de Português na RAEM no início do Século XXI*, Tese de Mestrado em Sociologia, departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.



Contemporâneo da Língua Portuguesa (Verbo, 2001), Dicionário Houaiss da Língua portuguesa (Editorial Objetiva, 2001; Círculo de Leitores, 2002), Dicionário Global da Língua Portuguesa (LIDEL, 2014).

Tem efetuado investigação na área do crioulo de Macau/falar macaense, bem como noutros temas ligados a Macau.

PARTICIPOU EM MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA, SEIA 2013 E SEIA 2014

É SÓCIO DA AICL.



LALEM, MAIA 2013

MACAU 2011

3.3. AÇORIANOS EM MACAU – AÇORIANOS EM MACAU – D. JOSÉ DA COSTA NUNES: CEM ANOS DA REVISTA “ORIENTE”, RAUL LEAL GAIÃO

SINOPSE

**33. RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR – AICL**



SEIA 2014

**RAUL LEAL GAIÃO**, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa/Estudos Linguísticos pela Universidade de Macau (UM).

Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa e em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Lecionou Filosofia e Psicologia no Ensino Secundário e Sintaxe, Semântica e Morfologia, Língua Portuguesa, Técnicas de Expressão do Português no Ensino Superior. Colaborou na elaboração de dicionários da língua portuguesa: Dicionário

A revista “Oriente”, revista mensal criada e dirigida pelo P. José da Costa Nunes, sob o pseudónimo de Mário para a sua escrita na revista, teve uma existência curta, iniciando-se a sua publicação em janeiro de 1915 e findando em dezembro do mesmo ano. “[...] *desisti à vista da indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colónia recebia a revista*”, segundo as palavras do seu diretor. Estava direcionada fundamentalmente para as questões culturais do Oriente. “A Pintura Chinesa”, “Curiosidades Orientais”, “Hábitos culturais Chineses”, “Contos Chineses”, “O Dialeto de Macau”, “Apontamentos sobre Timor”, ... foram alguns dos temas abordados.

Neste texto, pretendemos lançar um olhar retrospectivo do percurso da revista, marcante no contexto cultural de Macau.

*“A felicidade é como o eco; responde-nos, mas não vem.”* (Oriente, 1915: 57)

## 1. PUBLICAÇÃO DA ORIENTE

A publicação da revista *Oriente* tem início em janeiro de 1915, sob a direção do P. José da Costa Nunes, quando a Primeira Grande Guerra já alastra pela Europa, e de que nos dá conta no primeiro número o diretor (sob o pseudónimo de Mário): *“Ensopado em sangue, lá se sumiu na voragem do tempo o 1914. Foi um ano mau. Talvez o pior de toda a história da humanidade. O mundo ainda não presenciou tam horrível conflagração, como essa que irrompeu na velha europa, numa insaciabilidade de sangue, num entrecocar de odios, de maldições, de desesperos”* (Oriente, 1915: 4). A revista destinava-se fundamentalmente aos portugueses, aos filhos da terra (macaenses) na diáspora, disseminados por partes diversas do Extremo-Oriente, nomeadamente em Hong Kong e Xangai, para onde se dirigiu grande parte da comunidade macaense. A existência da revista é breve, pois a sua publicação termina no fim de 1915, por questões financeiras e pela *“indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colónia recebia a revista”* (Cardoso, 1999: 56), macaenses destinatários principais da publicação. O seu diretor lamenta que seja

interrompida a grande ação patriótica levada a cabo nas páginas da revista *“porque um dos fins da Oriente era fazer ressurgir do passado tantas coisas belas que nos estão para aí a falar da Pátria, tantas recordações portuguesas que se iam obliterando gradualmente, graças à ação do tempo que nada respeita na sua marcha destruidora.”* (Oriente, 1915: 250)

## 2. O ORIENTE AO DESFOLHAR DA REVISTA

Para o P. José da Costa Nunes o Oriente é, em primeiro lugar, a evocação do passado. A palavra Oriente é carregada de sentido para os portugueses e para os católicos, pois nela estão escritas “as mais belas páginas” da ação dos portugueses, sendo *“os primeiros pioneiros da civilização cristã nestas remotas paragens”*; *aqui se fez também a construção da história de Portugal, “feita de heroísmos e crenças, de fé e bravura”* (Oriente, 1915: 1). As memórias desse passado continuam presentes na “língua, na religião, nas tradições, nas velhas igrejas, nas fortalezas desmanteladas, nos edifícios carcomidos do tempo, nos monumentos que as idades têm respeitado” (Oriente, 1915: 2), desde Ormuz a Malaca, de Malaca ao Japão.

O Oriente é o presente dos povos asiáticos e das suas ricas culturas, desde o folclore oriental às religiões, dos costumes às tradições, lendas e narrativas (Oriente, 1915: 3), particularmente da grande civilização chinesa (um mistério ainda para muitos), do Japão, Timor e sobretudo Macau, lugar privilegiado para uma visão do Oriente, como plataforma secular, no Extremo-Oriente, para o comércio e para evangelização e espaço de cruzamento de culturas, ensaiando e criando um modo de vida próprio neste pequeno território.

O Oriente é ainda um ponto longínquo para um olhar distanciado de Portugal. Visto do Oriente, as suas glórias e as suas desditas ganham uma diferente perspetiva.

Embora escrita a partir de Macau, a revista integrou algumas colaborações a partir de Portugal, particularmente de açorianos que viviam fora de Macau. Seleccionamos alguns dos



temas, fazendo a sua abordagem, para ilustrar o amplo campo de ideias desenvolvido nos diversos números da revista.

### **3. PLANO DA ORIENTE/CONTEÚDOS**

O plano da revista compunha-se de múltiplas secções, algumas das quais se mantiveram ao longo dos doze números, que apresentamos, embora não na totalidade:

**Editorial** (Mário): As Colónias macaenses, n.º 3, p. 89-90; Um Jubileu no Japão, n.º 4, p. 137-141; n.º 5, p. 193-198; A Ilha misteriosa (Japão), n.º 6, p. 250-254; A Estela de Si-Ngan-Fu, n.º 7, 301-304; n.º 8, p. 349-352; D. Bosco, n.º 9, p. 397-400; O Padroado Português e a Diocese de Macau, n.º 10, 445-449; n.º 11, p. 493-498; O Natal, n.º 12, p. 541-544.

**A Pintura Chinesa** (Silva Mendes): n.º 2, p. 45-50; n.º 3, p. 93-99; n.º 4, p. 141-145; n.º 5, p. 199-205; n.º 6, p. 254-259; n.º 7, 305-311; n.º 9, p. 401-405.

**Apontamentos sobre Timor** (Um missionário): n.º 1, p. 11-14; n.º 2, p. 52-57; n.º 3, p. 101-106; n.º 4, p. 146-150; n.º 5, p. 205-210; n.º 6, p. 262-265; n.º 7, p. 311-315; n.º 8, p. 358-362; n.º 9, p. 405-409; n.º 10, 453-457; n.º 11, p. 501-504; n.º 12, 547-550.

**Narrativas:** Contos chineses (Um Deus Complacente, n.º 1, p. 16-19; A Chuva, n.º 3, p. 108-110; A Metempsicose); Contos portugueses (A Linda Enxotadeira de P. Nunes da Rosa, n.º 2, p. 59-62; “A Alforreca” de Wenceslau de Moraes, baseada numa lenda japonesa 64-66); (...)

Romance (René Gaell, As Joias da Princesa)

**Sciencias** (P. J. C. R.): Telegrafia sem fios, n.º 1, p. 25-27; n.º 2, p. 67-70; Tremores de Terra, n.º 3, p. 116-118; n.º 4, 172-175; A Navegação Aérea, n.º 5, p. 233-235; n.º 6, p. 283-286; n.º 8, p. 380-383; n.º 9, p. 428-430; Máquinas volantes, n.º 10, p. 472-476; n.º 11, p. 527-529; As radiações ultra-violetes, n.º 12, p. 571-574. Tuberculose em Macau (Moraes Palha), n.º 7, p. 328-334;

**Crónicas** (Mário): Macau, n.º 1, p. 32-34; n.º 2, p. 75-78; n.º 3, p. 121-124; n.º 4, p. 176-179; n.º 5, p. 236-239; n.º 6, p. 287-290; n.º 7, p. 335-338; n.º 9, p. 431-434; n.º 10, p. 476-479; n.º 11, p. 530-533; n.º 12, p. 575-578.

**Mala da Europa** (Sílvio): n.º 1, p. 35-38; n.º 2, p. 79-82; n.º 3, p. 125-128; n.º 4, p. 180-184; n.º 5, p. 240-245; n.º 6, p. 291-295; n.º 7, p. 338-343; n.º 8, p. 387-390; n.º 9, p. 434-437; n.º 10, p. 480-483; n.º 11, p. 533-537 (Sílvio); n.º 12, p. 578-582 (Sílvio)

**Poesia:** “Às Mães”, de Guilherme Braga, n.º 1, p. 15; “Alguém” de Gonçalves Crespo, n.º 2, p. 58; “A Vitoria Colona”, de João de Deus, n.º 3, p.107; “Stabat Mater”, A. J. G., n.º 4, p. 151; (ilegível), de A. Nobre, p. 214; “La Couronne Efeuillée” de Desbordes Valmore (em francês);; “The Seven Ages of Man”, Shakespeare; António Nobre; “Mater Dolorosa”, Gonçalves Crespo; “Botão de rosa”, Maria Christina d’Arriaga; “Deus”, Alexandre Herculano). (...)

**Curiosidades:** A Clepsidra ou relógio de água em Cantão (n.º 1, p. 39); O Templo dos 500 Génios (n.º 1, p. 39); A grande Muralha da China (n.º 2, p. 83); Cascata gelada no Tibete (n.º 2, 83-84); Estátua de Marco Polo em Cantão (n.º 2, 84-85); O grande sino de Pekin (n.º 3, p. 129-130); Minas aéreas (n.º 3, p. 130-131); A Torre inclinada de Sou-Chou ou o seu Fong-Sui (...)

**Os Novos:** D. Nuno Álvares Pereira, n.º 2, p. 28-29; a Xenofobia chinesa, n.º 3, p. 119-120; (...)

**Cousas do Oriente:** O dialeto de Macau (António Silva), n.º 4, p. 161-166; Impressões do Oriente (Icobo), n.º 5, p. 224-228; Feitoria portuguesa de Bangkok (Carlos de Melo), n.º 6, p. 276-278; Dialeto Português de Malaca – texto (Serani), n.º 7, p. 324-325; Impressões de Timor (Icobo), n.º 8, p. 372-377; Influência Portuguesa em Siam (Carlos de Melo), n.º 9, p. 421-424; Ajuste de casamento de Nhi Pancha – Dialeto de Macau, n.º 10, p. 463-466; O Panteão Chinês (P. J. L.), n.º 11, p. 516-520; 23 de dezembro – versos macaístas, n.º 12, p. 563-565.

**Outros:** O Casamento Chinês, n.º 5, p. 228-234; n.º 6, p. 279-280; n.º 7, p. 325-327; n.º 9, p. 425-427; n.º 10, p. 467-469; A Jovem China, n.º 5, p. 230-232; n.º 6, p. 279-280; Cartas do Ocidente, n.º 6, p. 259-261. (...)

#### **4. OS MACAENSES/ A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESA**

A emigração da comunidade macaense na segunda metade do século XIX, contribui para a formação de numerosas e importantes colónias por todo o Extremo Oriente. Em quase todas as cidades abertas ao comércio se encontra um filho da terra, lutando e trabalhando pela vida num esforço incessante e contínuo. (Oriente, 1915) O macaense é dotado, na perspetiva do P. José da Costa Nunes (Mário), de grandes aptidões e de qualidades de trabalho, com facilidade de adaptação e com um conhecimento do meio oriental que poderia ser um elemento de valor no progresso de Macau (Oriente, 1915: 89). Pelo afastamento da sua terra, e pela ausência da língua e cultura portuguesa corre o risco de desnacionalização. *“Hoje o macaense sai para não voltar. Lá fora constitui família. Para junto de si vai chamando os seus e desta sorte se vão afrouxando os elos que o prendiam a Macau e à Pátria portuguesa”*. (Oriente, 1915: 89) Os filhos, educa-os à inglesa, os costumes são ingleses, só se fala inglês. Para manter a ligação destes emigrantes a Macau e à cultura portuguesa é urgente (na opinião do P. José da C. Nunes) dar atenção à educação da juventude, sendo essencial o ensino da língua e a criação de escolas portuguesas nos pontos onde existem núcleos macaenses, *“porque a língua sempre foi o laço mais forte para manter vivo o espírito de nacionalidade”* (Oriente, 1915: 92). O estudo da língua portuguesa não deve limitar-se ao campo exclusivamente linguístico, deve ser acompanhado *“do conhecimento da nossa história e do estudo da vida portuguesa, nas suas diversas modalidades sociais. É necessário fazê-lo, a fim de que o espírito juvenil se interesse por tudo que nos diz respeito e se identifique com a alma portuguesa.”* (Oriente, 1915: 92) Depois de completada a educação base, quando o jovem entra na vida ativa e inicia a sua atividade laboral, era necessário que o jovem encontrasse, no meio social em que se insere, novos estímulos para robustecer a sua fé patriótica e propostas que vão além das metodologias da época para

manter o domínio da língua portuguesa e o contacto com a cultura: ler jornais e livros portugueses, ouvir conferências sobre assuntos nacionais, acompanhar a vida do país com interesse, relacionando-se mais de perto com Macau e a mãe-pátria, alimentando o espírito de solidariedade entre as várias colónias portuguesas da China e do Japão, e tendo os seus clubes, as suas bibliotecas, as suas associações, os seus grêmios, com um cunho acentuadamente nacional, onde se possa respirar uma atmosfera portuguesa, donde resultasse bem nítida a nota patriótica. (Oriente, 1915: 92)

#### **5. O DIALETO DE MACAU**

Nos finais do século XIX, no último quartel, verifica-se o processo de descrioulização do patuá, por força da presença da língua portuguesa, conjugada com uma instrução mais alargada; a 30 de junho de 1893, foi aprovado pelo Governo da metrópole o projeto regulando a instrução em Macau, cujos art.º 3 e 4 ordenavam:

*“Art. 3 – A instrução secundária será ministrada no Liceu Nacional de Macau, creado por esta lei.*

*Art. 4 – O Liceu de Macau é equiparado, para todos os efeitos, em categoria aos liceus nacionais do reino.” (Teixeira, 1986: 13)*

De igual modo, procura-se implantar e promover o ensino da língua portuguesa, sendo obrigatório em todas as escolas primárias da província, oficiais, municipais, missionárias ou de quaisquer instituições subvencionadas pelo governo o ensino da língua portuguesa.

O crioulo começa a limitar-se a grupos sociais mais restritos, isolados e desfavorecidos, recolhendo-se lentamente ao espaço familiar e ao convívio feminino entre as senhoras macaenses e as suas crioulas (de fraca instrução), sendo visto, correntemente, como uma corruptela da língua portuguesa pelo contacto com a língua chinesa. Subsistirá nas comunidades macaenses emigradas, nomeadamente em Hong-Kong e Xangai, até meados do século XX. (Gaião, 2009) Mesmo os falantes do crioulo começam a sentir, nesta altura, a

necessidade de tentar melhorar o uso da língua portuguesa bem como efetuar a sua aprendizagem, preocupação que se reflete numa carta escrita em crioulo (Carta de Siára Pancha a Nhim Miquéla), numa forma linguística que evidencia já a marcante aproximação ao português: “Vós logo sinti diferença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeçoá bastante neste um pôco tempo. Tudu este escola novo de machu e femia, e aquelle gazeta Ta-ssi-yang-kuo já fazê indretá bastante nosso lingu” (Pereira, 1995: 324).

Os estudos sobre os crioulos na época são ainda bastante escassos: Marques Pereira em *Ta-ssi-yang-kuo* sobre o crioulo de Macau, para além de textos, desenvolve um glossário de termos; artigos escritos por Adolfo Coelho no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1880; a memória sobre o dialeto de Macau para o Congresso Orientalista (que não se realizaria) de Leite de Vasconcelos, publicada no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Neste contexto, ganha relevo o artigo de António Silva sobre o *Dialeto De Macau* na revista *Oriente*,<sup>122</sup> merecendo, por isso, neste texto um forte destaque. António da Silva, em 1915, explica a modificação do português e a criação do crioulo ou Língua de Macau, como ele o designa, por força de um conjunto de circunstâncias sociais e históricas:

- “As raras e difíceis comunicações com a mãe pátria”;
- “Contactos com outros elementos linguísticos”, preponderantemente “o contacto com as línguas orientais chinesa, malaia e japónica, em rasão das frequentes relações comerciais”;
- “A falta de escritores locais que pudessem manter na sua pureza, as formas literárias consagradas pelos eruditos”;
- “A deficiência de cultura geral”. (Silva, 1915: 161)

António Silva na análise que faz ao crioulo de Macau, salienta a invariabilidade das palavras. “Todas as palavras sam invariáveis, com exceção dos pronomes que variam só no numero” (Silva, 1915: 163), acentuando a forma da marcação do número: “*Forma-se o plural dos substantivos da mesma maneira que na língua chinesa, repetindo-se a palavra, ou acrescentando-se os advérbios muto/tanto*”.

Silva compara a língua chinesa com o crioulo, fazendo um paralelismo entre as duas línguas, embora, da nossa parte, pensemos que não haverá uma influência direta, uma vez que no geral os crioulos de várias culturas apresentam uma estrutura semelhante. Silva acentua a invariabilidade das palavras, a formação do plural dos substantivos, através da reduplicação (homens – *homi homi; yen yen*), a indicação do possessivo (*lou sa livro/Ngo ke su*); a invariabilidade dos adjetivos; do mesmo modo os verbos são invariáveis nos modos, tempos, número e pessoa. Tanto numa língua (crioulo) como na outra (chinesa) o modo indicativo progressivo forma-se antepondo (no crioulo) ou pospondo (no chinês) ao infinitivo *ta/kan* (*lou fazê// ngo chu kan*); o pretérito faz-se acompanhar da partícula *já/lo* (*lou já fazê/ Ngo chu lo*) ; ao futuro *logo/chao* (*lou logo fazê// Ngo chao chu*). (Oriente, 163-164). Ao contrário do que Silva afirma, ao dizer que não há nele uma única palavra derivada da língua sínica, encontram-se no crioulo de Macau termos de origem chinesa, como o provam os termos que se encontram no glossário de Adé: *abolô, ach á, culau, faichi, fo-chai* ... (Ferreira, 1996). Por outro lado, nota que na diáspora, nas comunidades portuguesas do Extremo Oriente se verifica a introdução e a contaminação da terminologia inglesa, devido à influência desta língua falada nas diversas partes do Oriente: *dangeroso* (perigoso) e *introduzir* por apresentar, por exemplo. (Oriente, 1915: 162)

O mesmo autor acentua a especificidade do léxico macaense, a capacidade de codificar distinções semânticas, ao mostrar que em português não existem termos que tenham uma correspondência semântica exata a alguns termos do macaísta, salientando as cambiantes

<sup>122</sup> A revista *Oriente* dedica várias páginas aos crioulos, o que na época é quase inédito.

semânticas próprias do crioulo: “Existem algumas palavras no dialeto de Macau, cuja correspondente não se encontra em português. Ex: Cachi – morder, mas não um morder que dói, morder ao de leve, Cachi é uma carícia. Titi – maguar-se muito pouco. Chipi – tirar qualquer coisa, servindo-se de colher ou de outro utensílio de forma semelhante etc.” (Silva, 1915: 162)

Ainda o mesmo autor pretende que coexistam e sejam faladas no mesmo espaço o português e o crioulo, advogando assim uma situação de bilinguismo e que provavelmente contribuiria para que o crioulo não desaparecesse tão cedo: “Querida que todos os portugueses, aqui nascidos, falassem o português genuíno, mas também desejava que todos falassem o dialeto local, pois que ele é muito melodioso e seu vocabulário bastante completo.” (Silva, 1915: 162)

No fim do artigo apresenta uma narrativa em crioulo, por ele elaborada: uma velha sem educação nem instrução contando a uma visita que recebeu o facto de uma sua parente se utilizar todos os dias da sua casa”, narrativa escrita numa forma crioula próxima da língua portuguesa. (Oriente, 164-166)

## 6. A CHINA

A visão da China, na revista *Oriente*, é apresentada num olhar aparentemente contraditório. É ainda vista como um mistério, de difícil compreensão: “é um mistério mais impenetrável que o dogma da Trindade! (...) A China é um absurdo mais absurdo que aquela estranha teoria de Le Bom que pretendeu provar que a menor distância, entre dois pontos é uma linha curva” (Oriente, 1915: 185). Por outro lado, é acentuado nalgumas páginas da revista o imobilismo da civilização e da cultura chinesa: “Cantão aparece-nos hoje quase no mesmo estado em que devia estar há mais de seiscentos anos quando Marco Polo a visitou” (Oriente, 1915: 39) O mesmo se nota no campo dos costumes: “na China, o casamento, longe de ser ajustado pelos próprios nubentes, é contratado pelos pais”. (Oriente, 1915: 166). Os

filhos e particularmente as filhas desconhecem se estão comprometidos para casar. (Oriente, 1915: 166-169)

Porém, na revista *Oriente* há quem defenda que é necessária uma outra forma de ver a China. A cultura chinesa precisa de ser vista numa perspectiva chinesa e não europeia, como propõe Silva Mendes nas páginas sobre a pintura chinesa. Um estrangeiro, europeu por exemplo, não versado em assuntos de arte e não se tenha dedicado a estudos sinológicos, passa por uma obra-prima de pintura chinesa sem que ela lhe prenda a atenção, apenas repousará os olhos com agrado, não sentindo nela uma elevada concepção artística. (Oriente, 1915) “Em rigor, para apreciar a pintura chinesa, é preciso ser chinês. A arte é a manifestação sintética dos maíus altos sentimentos estéticos de um povo ou de uma raça: donde a resultante lógica de que somente os indivíduos desse povo ou dessa raça nos quais esses sentimentos possam vibrar, são aptos para os realizar, para os sentir. Nada, porém, é de absoluto; e esse exclusivismo abre-se àqueles que, sendo estranhos à raça, a estudam e pelo estudo a penetram na sua intimidade sentimental. [...] Primeiro que tudo, para se poder apreciar e admirar uma pintura chinesa, é preciso fazermo-nos chineses. (Oriente, 1915: 7) Neste sentido, Silva Mendes propõe que se penetre na alma chinesa, nos sentimentos estéticos, que se conheça a história e a cultura deste povo, os seus costumes, a sua psicologia, a sua literatura, a sua poesia, o seu folclore, a sua mitologia, as suas superstições, as suas lendas, a sua visão do mundo. Só depois disto, se pode “entrar no templo da Arte e contemplar placida e conscienciosamente as suas maravilhas, apreciá-las, criticá-las, embeber-se nelas.” (Oriente, 1915: 7)

Ao longo da revista começa a assinalar-se uma nova China, salientando por um lado a necessidade das mudanças e a verificação de que nos costumes algo está a mudar. A China não pode conservar-se envolta nas velhas roupagens e nos modelos de uma época que passou, pois o contacto com outras culturas e civilizações acarreta a evolução necessária das sociedades: “Posta em contacto com a civilização ocidental, indiscutivelmente mais forte e mais progressiva, deixar-se-á absorver pelas ideias europeias, vendo-se na necessidade

de renunciar ao seu passado para entrar abertamente no caminho das reformas, sob pena de ficar aniquilada. Nem mesmo a civilização e o progresso modernos podem consentir que a China continue por mais tempo, e que as tornam insustentáveis, quando tocadas, ainda que levemente, das ideias que predominam nas sociedades cultas.” (Oriente, 1915: 170) Uma das mais antigas civilizações não pode continuar “mumificada nas suas formas arcaicas”, repudiando “tudo o que permita modificar-lhe as instituições domésticas e sociais.” (Oriente, 1915: 171) Neste sentido, é saudada a implantação da República (1912), sendo sinal da germinação de novas ideias e de uma nova mentalidade, constituindo um passo fundamental para as reformas da China “transformando-a numa nação moderna, forte, vigorosa, cônica dos seus destinos e apta para cumprir no Extremo-Oriente uma grande missão civilizadora”. (Oriente, 1915: 171) Contudo, não deixam de ser assinaladas as limitações destas reformas, pois “a China não estava preparada para um regime democrático, e que este não tem dado os resultados que se esperavam, devido a essa falta de preparação, deve reconhecer-se porém que o novo regime representa um esforço enorme do reformismo chinês, no sentido de desligar a nação das peias seculares, que emperravam todo e qualquer movimento progressivo.” (Oriente, 171)

É no campo dos costumes que parecem surgir as alterações mais visíveis pela europeização dos chineses (embora nos pareça que seja mais referente à comunidade chinesa de Macau e não propriamente à China Continental): “o chinês substituiu a cabaia por uma fatiota ocidental, o leque por uma bengala, os sapatos de seda por umas botas de chagrin, e o rabicho elegante, lindo, setinoso... por uma marrafa, luzidia do cosmético” (Oriente, 1915: 75) e com algum humor aponta que o chinês até botou óculos, mesmo com falta de nariz, acabando por não ser nem chinês, nem europeu.

## **7. A MODERNIDADE**

O mundo ocidental está desde os fins do século XIX num grande progresso científico e imbuído do modernismo cultural, cantando no *Futurismo* a velocidade, a máquina, que

perspetivam um futuro dinâmico. A revista *Oriente* partilha este espírito e por isso na secção *Sciencias* dá nota dos últimos progressos científicos. A revista consagra algumas páginas à Telegrafia sem fios e como Marconi (12/12/1901) a descobriu: Na Terra Nova “ouviu por meio de um papagaio do ar, um arame muito comprido, um tubo delicado cheio de pequenas partículas de metal e um auscultador telefónico, sinais transmitidos desde os confins de Cornwall pelos seus colegas”. (Oriente, 1915: 25) É vincada a aplicação das ondas hertzianas e as consequências na comunicação, sugerindo novas aplicações como “a transmissão de desenhos e fotografias por meio da telegrafia sem fios” (Oriente, 1915: 26) e futuriza que por meio de ondas radio-telegráficas, “o funcionamento de diversas máquinas sem que o operador esteja em comunicação com elas por género algum de contacto material” (Oriente, 1915: 67) e “conseguir dirigir um corpo movediço, a distância, pelo som da voz”. (Oriente, 1915: 68) A mesma exploração é feita no domínio da aeronáutica.

## **8. BIBLIOGRAFIA**

- Cardoso, Tomás Bettencourt (org.) (1999). *Textos do Cardeal Costa Nunes*, vol. X, Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996). *Papiaçam di Macau*, vol II. Macau: Fundação Macau.
- Gaião, Raul Leal (2009). “Representações do Crioulo Macaense”. In II SIMELP, *II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Universidade de Évora, 2009. ISBN: 978-972-99292- 4-3.
- Gaião, Raul Leal (2011). “Adé: Representações de Dóci Papiaçam di Macau”. In *Macau: quatro séculos de Lusofonia: Passado, Presente e Futuro*. XV Colóquio da Lusofonia, Macau, 11-15 de abril de 2011. CD-ROM ISBN: 978-989-95891-7-9.
- Nunes, P. José da Costa (dir.) (1915). *Oriente*, Revista mensal, Macau.
- Pereira, J. F. Marques, (1995). *TA – SSI-YANG-KUO, Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português*, Série I – vol. I-II (1 ed. 1984), Macau.
- Silva, António (1915). “O Dialeto de Macau”. In *Oriente*, abril de 1915, n.. 4, Macau.
- Teixeira, Monsenhor Manuel (1986). *Liceu de Macau*, 3ª ed., Macau: Direção dos Serviços de Educação.

**ANEXO**

Botão de rosa  
Ó lindo botão de rosa  
Que estás à brisa a sorrir,  
És tão fresco, és tão formoso  
Mal começas a entreabrir.

No teu cálix esse orvalho  
Muito puro a tremular,  
Parece pérolas finas  
Que te estão a matizar.

Amanhã já não terás  
Essa formosura, ó flor:  
Acabando a juventude  
Tudo perde a sua côr.

Talvez que fora melhor  
Te arrebatasse o Tufão,  
Serias tu mais ditosa  
Que esperar a podridão...

Assim formosa morrias  
Sem saber o que é a dor  
Que traz a longa existência  
Num constante dissabor...

A mocidade é tão bela

Em tudo o que sente e vive;  
Depois vem os desenganos,  
Só a mágoa sobrevive...

(Açores – Maria Christina d’Arriaga  
Do livro “Flores d’Alma”)

**34. ROLF KEMMLER, UTAD (VILA REAL) – ALEMANHA / AICL**



**SEIA 2014**



**MACAU 2011**

**Biodados ROLF KEMMLER**

Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real).

Agregado em Ciências da Linguagem pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 9 de abril de 2014 é Doutoramento em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007. Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa* (publicada em 2001 como artigo na revista Lusorama sob o título «Para uma História da

*Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).*

Com vasto número de publicações dedicadas à historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX, tendo-se mais recentemente dedicado a aspetos da literatura de viagens anglófona novecentista que se dedica aos Açores.



MOINHOS 2014

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

PERTENCE AO SECRETARIADO EXECUTIVO DO 22º COLÓQUIO.

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS BRAGANÇA 2010, MACAU/SANTA MARIA 2011, LAGOA/GALIZA 2012, MAIA/SEIA 2013, MOINHOS/SEIA 2014



TEMA 3.3. A POPULAÇÃO DE SÃO MIGUEL EM A WINTER IN THE AZORES: AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841) ROLF KEMMLER (VILA REAL)\*

No ano de 1841, publicou-se em Londres uma obra bastante volumosa em dois volumes, intitulada *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*. Resulta a obra dos diários do médico inglês Joseph Bullar que passou o inverno 1838/1839 na ilha de São Miguel em companhia com o seu irmão, o advogado Henry Bullar, passando o verão seguinte nas Furnas e nalgumas das ilhas do arquipélago.

---

\*Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Também neste conjunto de livros, que é uma das mais conhecidas obras que pertencem à literatura anglófona de viagens dedicada aos Açores, os autores oferecem um manancial de observações e comentários sobre o arquipélago que se devem a observações e juízos pessoais do autor.

Em continuação de estudos já realizados sobre obras anteriores, pretendemos apresentar como as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, foram retratadas pelos irmãos Bullar em 1841.

### TEMA 3.3. A POPULAÇÃO DE SÃO MIGUEL EM A WINTER IN THE AZORES: AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841) ROLF KEMMLER (VILA REAL)

#### 1 INTRODUÇÃO

Em 2014, publicámos um artigo que visava a apresentação e a contextualização da obra *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*, publicada em Londres em 1841 pelo médico inglês Joseph Bullar, em coautoria com seu irmão, o advogado Henry Bullar (Kemmler 2014).

Neste conjunto de dois volumes de XIV, 374 e x, 390, [I] páginas, que juntos constituem uma das mais conhecidas obras que pertencem à literatura anglófona de viagens dedicada aos Açores, os autores oferecem um manancial de observações e comentários sobre o arquipélago que se devem a observações e juízos pessoais do autor que convém apresentar e discutir.

#### 2 A POPULAÇÃO MICAELENSE SEGUNDO OS IRMÃOS BULLAR

A seguir, pretendemos apresentar uma seleção de trechos representativos de como as irmãs Bullar retrataram as terras e gentes da Ilha de São Miguel em 1841.

##### 2.1 ASPETOS DA CARATERIZAÇÃO DOS MICAELENSES E DA SUA VIDA

Com o seguinte extrato, temos uma breve caracterização do aspeto físico do povo açoriano, tal como os autores os viram:

*The islanders call themselves Portuguese, and talk the language of Portugal; but the Spanish having had at one time possession of the islands, the breed has been crossed, and the mixture of Moorish blood has improved it. They are handsomer and more graceful than the Portuguese. But although the island is small, and the peasants have a general cast of features which characterizes them, the difference of physiognomy in different parts of the island is so great, that a special character of face may be said to belong to almost every town. Some of the finest and most strikingly marked faces I have seen were from the neighbouring town of Allagoa; but the men look like banditti, and are said to be turbulent, passionate, and revengeful. The women, in common with the men, have large mouths; and they widen them still more, and deform their lower lips, by the constant use of their "spinning jennies". Sitting or standing at their cottage doors, or walking in the sun, the women and girls may always be seen in the active use of distaff and spindle; – twisting and wetting the silky flax with the same rapidity and ease as the Italian peasants. The flax is continually between their lips and teeth; and the consequence is, that their lower lips are in many instances turned downwards until they grow blubber or wry. In more senses than one they may be said to live "from hand to mouth" (Bullar / Bullar 1841, I: 208-210).*

Com efeito, verifica-se ao longo da sua obra (isto é, cinco vezes no segundo volume; duas vezes no primeiro volume), que os irmãos Bullar fazem várias referências à 'natureza mourisca' dos açorianos. Neste âmbito, referem-se frequentemente ao domínio espanhol que, segundo a interpretação dos autores, terá exercido uma forte influência sobre o património genético açoriano. Como se sabe, o período filipino durou



de 1580 até 1640, sendo os Açores integrados no reino espanhol depois da derrota de D. António em 1583.

As observações antropológicas sobre o aspeto visual dos micaelenses não nos merecem muita confiança científica. No entanto, não deixa de ser interessante a observação sobre os lábios grossos e deformados das mulheres. Afinal, segundo a observação do médico, esta deformação tem a ver com o uso habitual da boca para humedecer o linho quando as mulheres estão a torcer o linho para fiar.<sup>123</sup>

De maneira semelhante como os autores anteriores, também os irmãos Bullar falam da convivência entre os animais e os seres humanos:

*Pigs and donkeys there were in abundance; the swine unusually large and fat, and the donkeys varying from those wizened and wasted forms that ruddle-men, small green-grocers, and "weary" itinerant knife-grinders, belabour and overload in England, to sleek and spirited animals of a size and strength they never attain in our colder climate (Bullar / Bullar 1841, I: 34).*

Os porcos continuam a dominar a imagem do espaço público em Ponta Delgada. São apresentados na companhia dos burros, que continuam a exercer o papel de besta de carga por excelência para as mais variadas tarefas comerciais. Pouco depois, os irmãos Bullar fazem questão de referir a importância já formulada duas décadas antes por John White Webster (1821: 42-43)<sup>124</sup> que os burros de São Miguel tinham na época:

<sup>123</sup> No seu artigo sobre a produção do linho por uma agricultora em Moinhos, Porto Moniz (Madeira), Rodrigues (1992: 24) menciona o mesmo hábito que pelos vistos faz parte de uma tradição plurissecular de fiar o linho.

<sup>124</sup> Cf. Webster (1821: 42-43): «Almost every family in St. Michael has one or more asses, which are the principal beasts of burden in common use. They are not less adapted to the state of the country, than to the poverty of the inhabitants. All the service, which in other Countries is performed by horses, is here done by asses. They are rarely known to stumble, even upon the most rough and dangerous paths; and, though sluggish in their movements, perform long journies, and carry very heavy loads with little apparent fatigue, subsisting at the same time on the coarsest food. In addition to this, the female afford

*The ass is the beast of burden of the island, and there are said to be as many as eight thousand of them in St. Michael's alone. A trifling tax to the government is paid for each. They are not used for draught, but the load is piled on their backs, which are protected by a thick pack-saddle or pannel made of straw, and covered with coarse canvass; and when, as is occasionally the case, a burden is found that one cannot master, four are used. Thus a heavy puncheon is taken from the quay to a store in this fashion. Four jacks are first of all persuaded to stand at equal distances round the pipe of wine. Planks are then brought, to be arranged on the backs of the four in the form of an inverted  $\boxplus$ . One plank is laid on the pannels of the two foremost beasts, another on the pannels of the two behind, and the third plank, having been lashed to the puncheon, is raised together with its weight so as to rest in the middle of the other two, and form the cross of the  $\boxplus$ . The four ends of the letter are then goaded into motion, and away they slowly walk in excellent time to the noisy music of their driver (Bullar / Bullar 1841, I: 43-44).*

No tempo anteriormente ao transporte motorizado, os autores enfatizam a importância fulcral dos burros para a ilha de São Miguel na centúria de oitocentos.<sup>125</sup> Eram utilizados sobretudo como bestas de carga, mas também como animais de transporte pessoal. Neste sentido, a estimativa de oito mil animais para a ilha de São Miguel parece-nos notável. Também é de interesse a descrição da construção utilizada para grandes

considerable milk, which is sold to sick persons at a high price», bem como a nota de rodapé correspondente que informa sobre o número de animais que teria havido duas décadas antes: «According to an official return made a few years since, the whole number of asses on the island was somewhat more than seven thousand». Com efeito, devido a duas estatísticas de 1873 e 1900, João (1991: 66) refere entre 7170 e 8899 burros em São Miguel.

<sup>125</sup>Cf. a nota de rodapé em Webster (1821: 43): que informa sobre o número de animais que teria havido duas décadas antes: «According to an official return made a few years since, the whole number of asses on the island was somewhat more than seven thousand». Com efeito, graças a duas estatísticas de 1873 e 1900, João (1991: 66) refere entre 7170 e 8899 burros em São Miguel.

cargas, para as quais são utilizados quatro animais, em cujas costas se fixam umas tábuas na forma de um H.

Para se abastecerem de água, os autores fazem questão de referir que os burros se servem das fontes públicas:

*There are fountains in the streets, with tanks by their sides, where asses stop to drink; and these, like marketplaces, are spots where foreigners generally find amusement. The water is carried in barrels, and in pitchers of red pottery; the barrels, which are long and narrow, are frequently slung in pairs over the back of an ass; and the pitchers, which are made in the island, and, being porous, like the Indian gurglets, act in summer-time as water-coolers, possess as much beauty of form as some of those in the British Museum from the ruins of Herculaneum (Bullar / Bullar 1841, I: 34).*

Parece evidente que não somente devem ter sido os burros quem parava nas fontes, uma vez que previamente ao estabelecimento do sistema público de abastecimento de água as fontes eram de grande importância pela população humana em geral. Daí também se explica a afluência de pessoas que terá contribuído para a promessa de entretenimento que os autores fizeram aos leitores da sua obra.

Julgamos interessante o seguinte testemunho dos irmãos Bullar que permite ver que já na quarta década do século XIX o uso de tabaco terá sido bastante divulgado entre os vários níveis da sociedade micalense, quer em forma de cigarros, quer em forma de rapé:

*Our ass drivers smoked paper cigars, and even a lad of twelve had one in his mouth; but the habit of smoking is not very prevalent among the poor, possibly from their not possessing the means of indulging it. The sale of tobacco is a*

*government monopoly, farmed out to certain licensed dealers, who alone are allowed to sell it. The tobacco is not good. Snuff is taken very generally by all classes of people; whether from the little horn pill-box of the sailor and his wife, or the chased gold and silver one of the squire and baron (Bullar / Bullar 1841, I: 47).*

Ao longo dos dois volumes, os autores dedicam várias observações à cortesia e à civilidade do povo açoriano que puderam observar durante a sua presença no arquipélago. Como se vê a seguir, os Bullar ficaram bastante impressionados:

*The politeness of the people here is very striking to an Englishman. A countryman will hardly ever pass you without taking off his hat, even when his load may make it a real inconvenience to him; and as there is a serious composure about their courtesy, and an apparent absence of servility, these recognitions seem like tokens of sincere good-will. I do not know that there is more downright civility of purpose about them than there is in John Bull, – very possibly there may be much less. There is certainly more varnish; and a good watch looks better in a gold case though it may go as well in one of Britannia metal (Bullar / Bullar 1841, I: 51).*

A cortesia açoriana é caracterizada como extraordinária ('striking'), já que não se limita a pessoas da alta sociedade, mas também se observa em elementos populares, a quem os autores atestam sincera benevolência ('good-will') – um comportamento, aliás, que ainda hoje se encontra com alguma frequência em espaços rurais insulares e continentais. No que respeita à civilidade, questionam se os açorianos realmente chegam a ter a mesma do que John Bull, ou seja, a personagem que personifica a

Inglaterra (à semelhança de Zé Povinho em Portugal).<sup>126</sup> Se bem que esta avaliação da civilidade micalense não seja marcadamente positiva, parece-nos evidente que estas palavras devem ser encaradas como um reflexo das normas de civilidade britânicas bastante rigorosas que, afinal, eram mais correntes para os irmãos Bullar do que seriam para a população açoriana.

No segundo volume, os autores retomam o tópico e louvam a cortesia açoriana:

*The manners of the highest and of the lowest classes are equally good; easy self-possession is as common to the poorest as to the best born; owing no doubt to their having lived for so many ages under a strict aristocracy of birth where the position of all is defined by such impassable boundaries, that there is neither on the one side the endeavour to rise, nor on the other the determination to prevent it. The women are treated with a deference and courtesy paid to their sex, all consideration of rank out of the question. Thus the best part of every church is allotted to them, and no man takes his place until all the women (even the poorest) are accommodated. They certainly have, in manner at least, none of that want of self-esteem, as the phrenologists have it, which is one of the characteristics and one of the charms of Englishwomen (Bullar / Bullar 1841, II: 216).*

Os autores atribuem o bom comportamento das pessoas de qualquer nível da sociedade à influência da aristocracia, dentro da qual a posição de cada elemento seria tão definido como inalterável. Não pretendemos ter conhecimentos de sociologia (ou mesmo de sociologia histórica), mas parece-nos que a explicação do comportamento social micalense deverá ser algo mais multifacetada.

Em continuação da caracterização da sociedade popular micalense, Joseph Bullar constata que são um povo mais alegre do que risonho 'as a gay than as a cheerful people':

*In judging of them by their amusements, I apprehend they should be described rather as a gay than as a cheerful people. The dances and the crowded balls which are constantly recurring; the religious processions in the streets, and the exciting church services which the policy of the Church of Rome has accommodated to their tastes, indicate a necessity for stimulus which a cheerful people seldom need; but which is necessary to produce gaiety. They have the reputation also of being extremely fond of music; and the number of young men who sing and tinkle guitars is very considerable. It has been asserted that a great fondness for music is a mark of weakness, as well as of great vacuity of mind; not of vice or of downright folly, perhaps, but of a want of capacity or inclination for sober thought; – a preference of sound to sense; and although this may not be true of those who cultivate the art as an occasional amusement, the general aspect of professed musicians, and of persons called "musical men", would seem to support the assertion. The common people here, with much cleverness, have many of these marks; which, although consistent with gaiety, are not consistent with steady cheerfulness of character (Bullar / Bullar 1841, II: 215-216).*

Os micalenses são descritos como um povo que aprecia eventos festivos como bailaricos e bailes, procissões religiosas e missas. O que merece um destaque especial é a vocação especial dos micalenses para a música. Mas esta merece uma discussão

<sup>126</sup> Consta que a figura John Bull foi criada pelo médico escocês John Arbuthnot (1667-1735), autor de várias obras satíricas entre as quais é de destacar *Law is a Bottomless Pit* (1712) que foi o primeiro de quatro opúsculos que introduziram a figura simbólica do advogado britânico John Bull (cf. *Britannica*

2006: 96). A comparação entre as duas figuras alegóricas serviu para várias obras de investigação, sendo uma das recentes de Freeland (1996) que sobretudo se serve da comparação para fins de contraste.

pelos nossos autores, que referem existir-se uma apreciação negativa da vocação musical em geral.<sup>127</sup> A 'vacuidade mental' alegada por Cobbett leva os irmãos Bullar a constatar que a preferência que os músicos dão ao som, em detrimento da razão, poderia levar a acreditar na veracidade desta afirmação. Considerando-se, assim, que a música não serve para outra coisa do que a diversão, a resultante caracterização negativa dos praticantes da arte musical parece-nos questionável, uma vez, enfim, que se trata menos de um reflexo da observação das realidades açorianas do que a repetição de leituras feitas em obras contemporâneas.

Aquando da sua estadia em Vila Franca em 8 de fevereiro de 1839, os irmãos Bullar pronunciam-se sobre a embriaguez e o vinho em São Miguel:

*Drunkenness is very rare amongst the people of this town. I have not seen more than one person intoxicated; and as a man may easily get drunk for something less than a shilling, this is saying a good deal for the temperate habits of the people. The common wine of the country is a sour, heartless potation, with neither body nor soul in it. But although thin in the mouth and watery, it will be found to flush the face if drunk in any quantity; and when new, as it generally is when consumed, is intoxicating (Bullar / Bullar 1841, I: 166).*

A ausência de formas visíveis de alcoolismo na cidade leva-os a constatar que os micaelenses raramente estariam alcoolizados. Isto apesar de, como afirmam, o vinho ter um preço bastante económico. Parece-nos, no entanto que esta observação deve ser encarada como demasiadamente generalizadora como a seguinte:

---

<sup>127</sup> Foi, com efeito, o polemicista e gramático inglês William Cobbett (1763-1835) quem estabeleceu esta caracterização que foi quase literalmente aproveitada pelos irmãos Bullar: «O no! the heart of man is not to be known by this test: a great fondness for music is a mark of great weakness, great vacuity of mind:

*July 5. – To-day, for the first time since I have been in these islands, I have seen two boys fighting; that is, pushing, scratching, and pulling hair. They had no notion of the use of the fist. The men generally war with a woman's weapon, – the tongue, observing so much politeness, even at the climax of their rage, as to call each other "senhor"; but, in many cases, where two Englishmen would strip to fight, the Azoreans would use the knife. They occasionally fight with sticks, or rather long poles, requiring much dexterity in the management. When used in sport, the rencontre is much more graceful than our game of single-stick (Bullar / Bullar 1841, II: 207-208).*

Neste trecho que se refere a um acontecimento em Povoação em 5 de julho de 1839, os autores afirmam que durante mais de meio ano no arquipélago (recorde-se que desembarcaram em Ponta Delgada em 6 de dezembro de 1838) não tinham visto rapazes a lutar – uma coisa tão insólita que eles até não sabiam como usar os punhos! Neste mesmo âmbito, debruçam-se sobre as formas de luta entre os homens açorianos (nas raras situações em que tal é necessário, claro), merecendo-lhe destaque especial o que julgamos ser o jogo do pau (que, aliás, é uma forma tradicional de combate não só açoriana, mas também portuguesa e galega – como ainda se encontra praticado noutros países).

Neste mesmo âmbito é de interesse o que os autores observaram sobre os jogos infantis e de adultos que então se praticavam em São Miguel:

*The games of the Azoreans are not numerous. Children play at peg-tops, and men at cards; but the favourite game in the open air is that of ring ball, which I have understood is still in vogue in some parts of the north of England. It is very*

*not of hardness of heart; not of vice; not of downright folly; but of a want of capacity, or inclination, for sober thought» (Cobbett 1829: Letter V: § 245).*

*accurately described by Strutt in his book on "British Sports and Pastimes"; and precisely resembles the game played universally through these islands, except that there is no iron arch in addition to the ring, and the handle of the mallet is shorter.*

*"The game is played", says Strutt, "in a ground or alley appropriated to the purpose, and a ball is to be driven from one end of it to another with a mallet, the handle of which is about three feet three or four inches in length; and so far it resembles pall-mall; but there is the addition of a ring which is not mentioned by Cotgrave; I have, however, been told that it was sometimes used in the game of mall. This ring is placed at an equal distance from the sides of the alley, but much nearer to the bottom than the top of the ground, and through this ring it is necessary for the ball to be passed in its progress. The ring is made to turn with great facility upon a swivel, and the two flat sides are distinguished from each other: if the ball passes through the one it is said to be lawful, and the player goes on; but if through the other it is declared to be unlawful, and he is obliged to beat the ball back, and drive it through again, until such time as he causes it to pass on the lawful side: this done, he proceeds to the bottom of the ground, where there is an arch of iron, through which it is necessary for the ball to be passed, and then the game is completed. The contest is decided by the blows given to the ball in the performance, and he who executes his task with the smallest number is the victor". I cannot say whether the rules here mentioned are the same as those of the game in vogue at St. Michael's, but the description is singularly accurate. It is played both by men and boys.*

*The other game common here is played in an alley like the last; two pins, or logs of wood, or pieces of stone, being set on end, about twelve paces asunder. The object of the players is to knock these down, and each pitches a stone at the*

*pin, and changes from one end of the alley to the other, after each pitch, in the same way as in the game of quoits (Bullar / Bullar 1841, II: 157-159).*

Segundo os autores, somente se observam poucos divertimentos lúdicos. Assim, somente mencionam para as crianças o jogo ao pião e para os homens sobretudo os jogos de cartas. Para além disso, os irmãos referem dois jogos que podem ser identificados como o jogo da emboca (cf. Fonseca 2005 e Marin / Ribas 2013)<sup>128</sup> e o jogo da malha.

## 2.2 OBSERVAÇÕES SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

No que diz respeito à língua portuguesa e áreas afins, são poucas as observações dos nossos autores. A primeira tem a ver com o substantivo português 'saudade':

*There is a word in Portuguese, (for which, I believe, there is no English synonyme, signifying that yearning love for absent friends, which we feel when they are far away from us; and there is also a flower which lovers and friends give to one another at parting, called by the same name (Bullar / Bullar 1841, I: 55).*

Para além deste texto que nos informa sobre o substantivo sem efetivamente identificá-lo, este vem acompanhado por uma nota de rodapé no fim da mesma página.

*The word is pronounced "souadade"; but as it is not in Vieyra's Portuguese dictionary, I cannot vouch for the spelling.*

<sup>128</sup> A fonte referida pelos autores é a obra *Glig Gamena Angel Deod: The Sports and Pastimes of the People of England* do gravador e historiador inglês Joseph Strutt (1749-1802). Na sua obra, Strutt (1810: 96) menciona o jogo da emboca como um jogo ainda praticado no norte da Inglaterra, isto apesar de

apesar de já ter sido referido no *Orbis sensualium pictus* (1658) do pedagogo checo Jan Amos Komenský (1592-1670).

É evidente que um substantivo 'souadade' não pode ser encontrado no referido dicionário *A Dictionary of the Portuguese and English Languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese* do gramático e lexicógrafo luso-inglês António Vieira Transtaganano (1712-1797).

Uma consulta, porém, da entrada 'Saudáde' em Vieira (1827, I: SAT-SAU-SAV) permite-nos ver que o termo de facto é mencionado no referido dicionário – e verificámos que desde a primeira edição de 1773 sempre a tem havido, embora numa extensão menor:

*Saudáde, s. f. properly is that longing, craving or great desire one has to see a person he doats upon. (Lat. desiderium) See Saudar. Dr. Swift calls it desiderium. – Tenho muytas saudades delle, I long mightily to see him. Morro com saudades de o ver, I die with impatience to see him. Matar ou desafogar saudades, see Desafogar saudades. A todos deixou saudades de si, he was missed by every body. Dai-lhe muytas saudade [sic!] da minha parte, remember me to him. Saudade, cravingness, an earnest or eager desire after a thing. Saudade, a flower called columbine.*

Outro aspeto linguístico interessante são as observações que os autores fazem sobre a antroponímia oitocentista. Longe de ser um fenómeno meramente micalense ou açoriano, vemos testemunhada aqui o primeiro passo de uma evolução de alcunhas a apelidos estáveis que servem para famílias inteiras:

*April 7, Sunday. – Our neighbour Francisca, who suffers much and long from a bad husband, has apparently been undergoing her usual Sunday morning torments, – her husband being at home for the day. From his irregular Satanic temper he is not inappropriately called by the townspeople Francisco do Diabo. This habit of nicknaming is very common among all ranks of people in these islands; and thus the poor, who generally have no surname, not unfrequently*

*acquire some fitting nickname, which, if once appropriate, sticks to them and their heirs for ever, with the same tenacity that Sheepshanks, Ramsbottom, or Hog, has stuck to the well-made and temperate heirs of crooked or greedy Englishmen. Thus it has been with Antonio Bicho. Bicho, in Portuguese, signifies a worm, and more generally all kinds of small vermin: this was applied to Antonio's father, either on account of his complexion, a reddish brown like an earthworm, or from his having been a mauvais sujet, the Portuguese synonyme of which is "worm". On this point, however, the native genealogists are doubtful; but be this as it may, it is now applicable to the complexion only of the present possessor, who is a worthy upright fellow enough. Our thin, wiry, elastic ass-driver "Spider", – Aranha – was so called from his spider-like look, and the name has stuck to him and to his children. The amiable, tranquil old man at the Furnas, being, like Sancho, "a peaceable tame quiet man", was called "John Quiet" by his master, and he and his children and grandchildren are known by no other name.*

*Two Christian names are not uncommon among the women, and the addition of Jesus or the name of a saint is generally made, as Thomazia de Jesus. The wealthy, however, add name to name, until at length when you approach the throne and a royal infant is to be baptized, it takes the breathless priest (say the newspapers) a tedious half hour to stammer through his foolish list of "Christian" names (Bullar / Bullar 1841, I: 255-256).*

No segundo parágrafo do trecho, os autores criticam a composição dos nomes próprios que (tal como o permite a lei onomástica moderna) se compõe de até dois elementos onomásticos. Mas os autores não têm qualquer compreensão pela tendência da nobreza da atribuição de grande número de nomes próprios no ato do batismo.

### 2.3 COSTUMES FUNERÁRIOS

Tal como os autores anteriores (e como já vimos em Kemmler 2014), também os irmãos Bullar não deixaram de observar e comentar as cerimónias religiosas de que foram testemunhas. Como já vimos, um dos aspetos que desde sempre despertou mais interesse da parte dos viajantes que passaram pelo arquipélago foi a cerimónia funerária e os atos relacionados com as respetivas tradições locais.

*It is the law of the land, that no corpse shall remain above ground more than twenty-four hours; and it is frequently the custom to carry the body to the church some time previously to burial, where it is laid on tressels in an open bier, and prayers are chanted over it.*

*The corpse of a child, the son of the military governor of the island, was borne to the church at night not long ago; and having been duly laid on the tressels, covered with the pall, and surrounded by priests and tall tapers, they began their nasal chant over his body. In one of the pauses the pall was observed to move, and presently afterwards the dead arose, rubbed his eyes, and called for his mamma. The poor boy had slept twelve hours in his bier; had he continued sleeping through the priests' chant, (which any one who has once heard them sing must believe to be impossible), he would in all probability have been buried alive (Bullar / Bullar 1841, I: 53).*

Neste primeiro trecho, os autores observam criticamente a exigência legal (e higiénica, claro) de um enterro no dia seguinte ao do óbito. No caso relatado, o filho do governador militar de São Miguel terá sido transportado à igreja como morto, tendo acordado depois de sete horas de velório dentro da igreja. A conclusão é óbvia: se tivesse continuado a dormir, teria sido enterrado vivo.

No segundo trecho, os irmãos Bullar relatam a procissão funerária, a cerimónia e o enterro do vizinho que terá falecido em Vila Franca no dia 27 de janeiro de 1839:

*January 28. – Our opposite neighbour, an old man who died in the previous night, was buried yesterday morning. The priests chanted a part of the funeral service in his bed-room, which was lighted up with many candles; after which, and preparatory to burial, the body was borne to the church in an open bier. This is the custom with the poor of these islands, who are never buried in coffins. The body was dressed in a suit of black, a black silk handkerchief was tied over the face; and the hands, which were the only visible part of the corpse, were clasped upon his breast: they were white and withered, and looked very dead. The bier was an oblong wooden cradle, with bars at the sides, having a solid bottom, and a small shelf furnished with a round hole, in which the head rested. This was borne on the shoulders of four men, who wore over their every-day blue jackets, loose garments like tarnished flannel-night-gowns. The funeral procession was headed by a man wearing a similar gown, who carried on a tall pole a dingy yellow banner; he was followed by a servitor in a black gown and white muslin cape, who held before him a large wooden crucifix, and walked backwards or forwards as occasion seemed to require. Four priests, with tufted cylindrical caps of black silk, in addition to a dress like the servitors 1, marched in file on each side of the street, chanting in hoarse tones the service for the dead, and behind them, in the centre of the road, the bearers swayed from side to side under the weight of the corpse. The priests chatted, took snuff, and blew their noses, with the natural unconcern of undertakers; the bearers talked loudly and asthmatically to one another, under the pressure of the heavy bier; children ran among the priests and bearers blowing reed pipes and screaming, and a laden ass trotted through the procession without hindrance or observation. There were no mourners: neither was there composure, nor quiet, nor the hush of decency, nor even the outward show of grief; no single object, in fact, but the white hands of the corpse, to remind you of the dead. The only solemn figure in the procession was a whiteheaded and bare-footed old man, much bent with years, who followed close behind the corpse, carrying his well-worn crucifix and*

*beads, and who seemed as if he might have attended there rather to mourn his own near approach to the grave than the death of another man.*

*The procession having reached the church, the bier was placed in the centre aisle; the attendants busied themselves in placing several clumsy wooden candlesticks around it and lighting the long tapers, while the portly priests opened their red-lettered mass-books, talked unconcernedly, and took more snuff. The silent old man knelt at a distance on the pavement, muttered his prayers, and looked sad. At noon the bier was removed to the burying ground in the outskirts of the town; a service was chanted in a small chapel, the body was dropped into a shallow grave with a dull bump, and the earth was thrown in upon it, and trampled down (Bullar / Bullar 1841, I: 150-153).*

Em comparação com relatos anteriores observa-se que o enterro já não se realizava dentro da própria igreja, mas sim dentro do cemitério que se encontrava a alguma distância da cidade.

### 3 CONCLUSÕES

Sem dúvida, a obra publicada pelo médico Joseph Bullar (1808-1869) e o seu irmão, o advogado Henry Bullar, é uma das obras mais importantes de todas as que pertencem ao género da literatura de viagens e que se debruçaram sobre o arquipélago açoriano ao longo do século XIX.

Se bem que a obra não seja completamente isenta de preconceitos e de opiniões que se devem à origem e à formação dos dois autores, deparamos em larga medida com a honesta intensão de retratar as coisas vistas e de narrar os eventos testemunhados. As avaliações feitas nem sempre são positivas e há certas classes, tais como os padres e outros agentes da igreja, que frequentemente (ou até quase sempre) são objeto de crítica da parte dos autores.

No entanto, parece-nos lícito concluir que a população micaelense parece descrita de forma bastante mais objetiva e muito menos com base em preconceitos do que vimos nas obras anteriores de Thomas Ashe e Mark Twain em 1813 e 1869, respetivamente (Kemmler 2012), de John White Webster em 1821 (Kemmler 2013a) e de Edward Boid em 1834 (Kemmler 2013a).

Com os trechos selecionados pretendemos, enfim, chamar a atenção para o facto de os dois volumes dos irmãos Bullar ainda nos oferecerem um manancial de informações sobre os Açores em finais dos anos 1830 que merece, que deve ser estudado – e de preferência com base no texto original inglês porque, afinal, qualquer tradução não pode ser outra coisa senão uma mera aproximação que, apesar de meritória, dificilmente pode prometer resultados fidedignos num trabalho com pretensões científicas.

### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- *Britannica* (2006) = *Britannica Concise Encyclopedia*, Chicago; London; New Delhi; Paris; Seul; Sydney; Taipé; Tóquio: Encyclopædia Britannica, Inc.
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): *A Winter in the Azores: and a Summer at the Baths of the Furnas*, vol. I, Londres: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
- Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1949): *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, tradução do inglês por João Hickling Anglin, com um prólogo de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Cobbett, William (1829): *Advice to Young Men, and (Incidentally) to Young Women, in the Middle and Higher Ranks of Life: in a series of letters addressed to a youth, a bachelor, a lover, a husband, a father, a citizen, or a subject*, Andover; London: Printed by B. Bensley; Published by the Author.



- Fonseca, Júlio da (2005): «Estudo Etnográfico e etnológico do Jogo da Emboca na Freguesia de Santa Bárbara na Ilha Terceira / Açores», dissertação de licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física, Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Estudos Sócio-Antropológicos do Jogo e do Desporto, em: <http://hdl.handle.net/10316/16435> (última consulta:).
- Freeland, Alan (1996): «Zé Povinho and John Bull: Portuguese Perceptions of Britain, 1870-90», em: *Portuguese Studies* 12, págs. 78-88.
- João, Maria Isabel (1991): Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas, Lisboa: Edições Cosmos.
- Kemmler, Rolf (2012): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista I: Os habitantes dos Açores segundo Thomas Ashe (1813) e Mark Twain (1869)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2012): *Atas / Anais do XVII Colóquio da Lusofonia (Lagoa, São Miguel, Açores): 30 de março a 3 de abril de 2012*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-9-3), ficheiro CD atas Lagoa 2012/atasXVIIlagoa2012.pdf, págs. 175-190.
- Kemmler, Rolf (2013a): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista II: John White Webster e *A description of the Island of St. Michael* (1821)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2013a): *Atas / Anais do XIX Colóquio da Lusofonia (Maia, São Miguel, Açores): 14 -17 de março de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-9898607-01-0), ficheiro atas-anais 2013maia.pdf , págs. 169-185.
- Kemmler, Rolf (2013b): «Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglofono novecentista III: Edward Boid e *A Description of the Azores or Western Islands* (1834)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2013b): *Atas / Anais do XX Colóquio da Lusofonia (Seia): 15 -18 de outubro de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-02-7), ficheiro Atas Anais Seia 2013, págs. 232-244, versão atualizada em [http://www.lusofonias.net/doc\\_download/1709-atas-seia-2013-20o-coloquio.html](http://www.lusofonias.net/doc_download/1709-atas-seia-2013-20o-coloquio.html), págs. 244-256.
- Kemmler, Rolf (2014): «A recepção de *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas* (1841) na imprensa contemporânea», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2014): *Atas / Anais 2014 XXI Colóquio da Lusofonia, Terrace Café O Moinho, Porto Formoso, S. Miguel, Açores, 24-27 abril de 2014*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-03-4), pasta CD Atas2014Moinhos, ficheiro ATAS2014MOINHOS.pdf, págs. 299-309.
- Marin, Elizara Carolina / Ribas, João Francisco Magno (orgs.) (2013): *Jogo Tradicional e Cultura*, Santa Maria: editoraufsm, em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127865> (última consulta).
- Report (1834) = Report from His Majesty's Commissioners for Inquiring into the Administration and Practical Operation of the Poor Laws: Appendix (F), Foreign Communications, London: Ordered by the House of Commons.
- Rodrigues, Fátima (1992): «Linho a urdir e linho a tapar», em: *Xarabanda Revista* 2, págs. 20-27.
- Strutt, Joseph (<sup>2</sup>1810): *Glig-Gamena Angel-Deod, or the Sports and Pastimes of the People of England: including the rural and domestic recreations, May games, mummeries, pageants, processions and pompous spectacles, From the earliest Period to the present Time, illustrated by Engravings selected from Ancient Paintings, in which are represented most of the popular diversions*, Second edition, London: Printed by T. Bensley; for White and Co.; Longman, Hurst, Rees and Orme; Lackington, Allen, and Co.; John and Arthur Arch; John Murray; John Harding; Crosby and co.; and Charles and Robert Baldwin.
- Vieira, António (1827, I): *A Dictionary of the Portuguese and English Languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese: A new edition, carefully corrected, and very considerably improved, By J. Dias do Canto, With the Portuguese Words properly accented to facilitate the Pronunciation to learners, Part I, Portuguese and English*, London, Printed for J. Collingwood; Longman, Rees, Orme, Brown and Green; J. Cuthell; T. Cadell; G. G. Whittaker; J. Booker; T. Boosey and sons; Dulau and Co.; J. Richardson;

J. M. Richardson; Simpkin and Marshall; J. Nunn; Harding and Co.; Parbury, Allen, and Co.; Hamilton, Adams, and Co.; W. Mason, and Treuttell and Co. [Part II com as mesmas referências]

- Webster, John White (1821): A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England, Boston: Published by R. P. & C. Williams.

**35. SANTA INÊZE ROCHA, INSTITUTO CULTURAL DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, AICL - ASSISTENTE PRESENCIAL**



BRAGANÇA 2009



É SÓCIA DA AICL. TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DA LAGOA E DE BRAGANÇA 2009 SANTA MARIA 2011.

**36. SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO, ESCRITORA AÇORIANA CONVIDADA, S. MIGUEL AÇORES,**



AUTORA INFANTOJUVENIL HOMENAGEADA NO 3º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE

**SUSANA MARIA DE ARRUDA TELES MARGARIDO**

Licenciada em Sociologia pela Universidade dos Açores

Pós-graduada em “Proteção de Menores – Prof. F. M. Pereira Coelho” pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Pós-graduada em Língua e Literatura Portuguesas, pela Universidade dos Açores

Mestre em Língua e Literatura Portuguesas, vertente Literatura Infantojuvenil, pela Universidade dos Açores

É técnica superior do quadro de pessoal da Direção Regional da Solidariedade e Segurança social, em Ponta Delgada.

Já publicou diversos contos infantis, diversos artigos em revistas e jornais e já foi coordenadora editorial de uma revista e de vários livros de atas.

É autora (entre outras) das seguintes obras

2005, O menino perdido, bilingue, ilustrações de Fedra Santos, 1ª Ed Junta de Freguesia de Rabo de Peixe,

2005, Quando for grande quero ser pai, ilustrações Joana Dias, Ponta Delgada, Ed DRIO - Direção Regional da Igualdade de Oportunidades

2006, O discurso de género nos manuais escolares do 1º ciclo, Ed Instituto Ação Social

2007, Os sonhos de Inês, ilustrações de Luís Roque, Ana do Rego Oliveira e Rui Costa, Edição Nova Gráfica

2008, Luna E As Ilhas Fantásticas Dos Açores, Ilustrações André Laranjinha, Artes E Letras

2008, O menino perdido, ilustrações de Fedra Santos, bilingue, 2ª Ed Junta de Freguesia de Rabo de Peixe

2009, Minha querida avó, ilustrações de Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto

2009, De outra cor, Ilustrações Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, DRIO

2009, Um natal encantado, Ilustrações Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto

2009, Sou diferente, sou fantástico, Ilustrações Marília Ascenso e Fedra Santos, Ed SRTSS, DRIO

2009, Diário do meu segredo, ilustrações de Abigail Ascenso, Ed SRTSS, DRIO

2010, O anjo do lago, Ilustrações Fedra Santos, Maia, Ed Livro Direto

2011, Minha querida avó., Ilustrações Sandra Serra, Maia, Ed Livro Direto



**NO 22º COLÓQUIO DA LUSOFONIA SEIA 2014.**



**NO 21º COLÓQUIO DA LUSOFONIA, MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014**



SESSÃO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES PARA OS PROFESSORES DE PORTUGUÊS NA AMÉRICA



[NO 21º COLÓQUIO DA LUSOFONIA, MOINHOS DE PORTO FORMOSO 2014]



SEIA 2014



MOINHOS 2014



MOINHOS 2014



MOINHOS 2014

Apresenta dois trabalhos

3.1.2. A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO

3.1.2. ALGUNS CONTOS DE SOPHIA

TEMA 3.1.2 A LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO, SUSANA TELES MARGARIDO

Não parece existirem dúvidas quanto às potencialidades da literatura infantil. Verifica-se que ela se revela condicionadora do sucesso quer escolar quer social do indivíduo, enquanto parte integrante de uma sociedade em permanente desenvolvimento e, por conseguinte, cada vez mais competitiva. É essa a opinião expressa por Fernando Azevedo em «Literatura Infantil. Recepção leitora e competência literária»:

*A interação precoce com textos literários de qualidade é estrategicamente reconhecida como profícua para o sujeito. De facto, por meio dela, a criança tem a possibilidade de aceder a um conhecimento singular do mundo, expandindo os seus horizontes numa pluralidade de perspetivas (cognitiva, linguística e cultural), encontrando raízes para uma adesão frutificante e efetiva à leitura (AZEVEDO, 2006: 11).*

A principal e fundamental finalidade da literatura infantil é a de desenvolver, na criança, o gosto pela leitura, o prazer perante a criação de universos de ficção. Tem também a tarefa de introduzir as palavras no mundo mágico da criança, possibilitando-lhe não só percebê-las e usá-las, como também usufruir delas no contexto da imaginação.

A literatura infantil procura exprimir aspetos da realidade através de um sistema de representações, quase sempre com apelo à fantasia.

A psicologia infantil tem demonstrado que a literatura para os mais pequenos exerce uma influência indispensável para o desenvolvimento saudável das crianças porque, como afirma Fernando Azevedo

*[...] a infância e os primeiros anos de vida da criança [...] constituem momentos fulcrais na aquisição de conhecimentos estruturantes, condicionadores, em larga medida, das suas aprendizagens futuras*<sup>129</sup>.

Utilizando uma linguagem sintética e emotiva, cujos recursos são essencialmente lúdico-simbólicos, a literatura infantil concede aos seus leitores a possibilidade de se apropriarem da língua; assim se proporciona à criança, desde cedo, a oportunidade de chegar à palavra pelo prazer, condição essencial para que esse acesso e aprendizagem possam ser reais e proveitosos. Os textos para a infância oferecem ainda estratégias para que as crianças, em circunstâncias subseqüentes, se tornem aptas para conviverem com utilizações da linguagem pouco frequentes, que, mais tarde, se tornam comuns e indispensáveis. Para além disto, a literatura infantil possibilita que, sem ser obrigada ou ser constrangida, a criança tenha acesso à língua, não como objeto de estudo, mas sobretudo como atividade dinâmica, suscetível de ser manipulada nas suas diferentes funcionalidades.

Os textos literários propiciam aos seus destinatários uma aprendizagem sobre os próprios textos e o sistema de comunicação em que eles acontecem. Ao lerem e interagirem com as obras literárias, os leitores aprendem a conhecer e a dominar os códigos literários. Vários autores designaram esta capacidade de *competência literária*.

É essa competência literária, na opinião de Fernando Azevedo, que permite, por exemplo, que o leitor perceba que os factos expostos no texto não mantêm

obrigatoriamente uma relação de exatidão com o mundo experiencial em que se situam os recetores e que aquilo que aí é exposto nunca deverá ser lido a partir de princípios inflexíveis<sup>130</sup>.

Sendo a criança um leitor em formação, a literatura para a infância pode, desde cedo, melhorar e ampliar o seu universo de referência, quer através do alargamento do seu vocabulário quer através do enriquecimento das estruturas gramaticais que consolidam a sua utilização da língua. Para Fernando Azevedo, tudo isto explica a variedade de procedimentos dos leitores frente a um mesmo texto: *se uns estão habilitados para identificarem a transgressão das regras e/ou para anteverem o desfecho da história, outros, visto que não possuem um conhecimento razoavelmente adequado, estão mais expostos a situação de comprovada inaptidão*<sup>131</sup>.

Por outro lado, a literatura infantil pode, a um nível precoce, contribuir, de forma categórica, para o aumento do sucesso escolar e, através deste, do sucesso social da pessoa. Pela literatura, a criança tem a possibilidade de, antes do início da escolarização, utilizar a língua, identificando, embora de uma maneira ainda não muito ponderada, as suas muitas funcionalidades, atitude que, ao longo da sua progressão no ensino, irá aprofundando e melhorando

Além disso, a literatura infantil faculta à criança uma ampliação das suas perspetivas e a possibilidade de crescimento e de alargamento da sua capacidade de diálogo com outras culturas e com valores alternativos aos seus; através dela, a criança é preparada para aceitar as diferenças, percebendo que o mundo pode ser descortinado de múltiplas formas, formas essas que são também válidas e necessárias para a existência do indivíduo e para a sua relação com os outros.

<sup>129</sup> AZEVEDO, 2007: [s/p].

<sup>130</sup> AZEVEDO, 2006 a: 39-40.

<sup>131</sup> Cf. AZEVEDO, 2006 a: 35 e ss.

Segundo Sánchez Corral, é a literatura que permitirá ao leitor ainda pouco experiente formar e ampliar o seu *horizonte de expectativas*, obtendo os instrumentos conceptuais que lhe permitirão relacionar-se com os mais variados produtos da cultura<sup>132</sup>. Um dos papéis da literatura infantil e juvenil é, no entender de Teresa Colomer Martínez, o de dar à criança o acesso ao imaginário humano representado pela literatura, mas também o de lhe possibilitar conhecer os modelos narrativos e poéticos próprios da literatura da sua cultura<sup>133</sup>. A este propósito, Fernando Azevedo enumera posições de diversos autores:

*[...] Glenna Davis Sloan (1991) enfatiza a importância de um contacto ativo da criança com textos literários: permitindo familiarizá-la com ferramentas comunicativas produzidas para dar sentido à experiência pessoal e coletiva e para explorar os limites e/ou as possibilidades expressivas da linguagem, o sujeito adquire não só o sentido de pertença a uma comunidade de leitores (Cairney e Langbien, 1989), compartilhando textos e interpretações (Bloom & Egan-Robertson, 1993), como, igualmente, passa a dispor de um saber que lhe permite, de modo consciente, decidir se quer exercer ou não o seu direito à aventura individual sobre a linguagem (AZEVEDO, 2006 a: 44).*

Regina Zilberman refere uma função da literatura infantil que a torna imprescindível e que determinou o seu aparecimento: é a missão formadora. *Por um lado, incute valores sociais e/ou éticos, independentemente de serem ou não úteis à sociedade ou ao desenvolvimento intelectual do leitor; por outro, propicia hábitos que poderão ser de consumo e de comportamento socialmente correto*<sup>134</sup>.

O discurso literário infantil apresenta-se numa linguagem carregada de ideologia. A literatura cria mecanismos que preparam a criança para refletir sobre os valores da

sociedade. A literatura não imita o real, transfigura-o de forma crítica e emocionada, recria a realidade através de um elo que permite identificar uma determinada vivência: *«Nada que se escreve é gratuito ou ingênuo, porque pressupõe um sentido e uma posição diante da vida, pois, sem isso, o texto se torna amorfo e de inútil identificação»* (Yunes e Pondé, 1988: 40).

Se a escrita se configura como um meio transmissor de informação, a leitura apresenta-se como uma forma de aquisição de conhecimentos: *«instrumento para a sensibilização da consciência, para a expansão da capacidade e interesse de analisar o mundo»* (YUNES e PONDÉ, 1988: 10).

A convivência com textos literários permite àqueles que com eles interagem ter acesso ao saber e à posse da cultura, compreendida quer numa ótica de bens simbólicos, quer numa ótica de instrumentos de conhecimento e de ação:

*A Literatura Infantil, enriquecendo a imaginação da criança, vai oferecer-lhe condições de libertação sadia, ensinando-lhe a libertar-se pelo espírito: levando-a a usar o raciocínio e a cultivar a liberdade* (CARVALHO, 1989: 21).

Luís Sánchez Corral, citando Lotman, refere que a literatura infantil é como toda a arte: uma outra forma de pensar, um outro sistema de modelação do mundo; a criação de outro mundo paralelo<sup>135</sup>. Aqui reside a experiência estética, em particular a infantil; o poder simbólico e o poder mágico de construir universos constitui uma exigência necessária ao desenvolvimento da personalidade durante a infância: *«el niño necesita que se le ofrezcan situaciones comunicativas propicias para construir “mundos posibles”»* (SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90).

<sup>132</sup> Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 2001: 76-83.

<sup>133</sup> COLOMER MARTÍNEZ, Teresa, 2005: 204-206.

<sup>134</sup> Cf. ZILBERMAN, 1987:36.

<sup>135</sup> Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90.

A literatura infantil como arte que é propícia uma fuga às restrições da comunicação pragmática do discurso não estético (moralizante, pedagógico, informativo). Para Sánchez Corral, é no espaço de alternativas, de confronto entre a *realidade empírica* do discurso pragmático e a *ficção auto referencial* do discurso estético onde se cria o prazer dos textos literários infantis<sup>136</sup>.

Sendo arte, a literatura infantil implica ações de construção, expressão e conhecimento. Configura-se, segundo os teóricos, no motivo principal da interação da criança com o universo, com o outro e consigo mesma. A literatura infantil é a mais importante atividade lúdica na vida das crianças; exercita a linguagem verbal e escrita, fortalece o crescimento psicológico e intelectual, sugere recursos infinitos que permitem um enriquecimento do conhecimento e da imaginação.

A arte é cada vez mais uma necessidade, pois o homem contemporâneo anseia superar o quotidiano, absorver o mundo e controlar a realidade. Toda a arte cumpre uma prática ética e social. Traduz, por isso, sempre uma ideologia, podendo ou não comprometer-se, em grau diferenciado, com o mundo referencial. Podemos, então, dizer que a arte é social porque sofre a ação do meio e exerce influência sobre ele. É, assim, social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra e produz sobre os indivíduos efeitos que modificam a sua conduta e concepção do mundo, ou reforça neles a consciência dos valores sociais.

Yunes e Pondé referem a este respeito que «um dos papéis da arte na vida social, hoje é (...) a formação de um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade histórica, uma nova visão de mundo» (YUNES e PONDÉ, 1988: 10). A obra literária é,

então, «*um objeto social; para que exista é preciso que alguém escreva e um outro a leia*» (YUNES e PONDÉ, 1988: 38).

É sobretudo através da reflexão crítica proporcionada pela leitura que a literatura exerce a sua função social. A leitura é, portanto, um ato social. A criança, ao realizar a leitura de textos literários, procura um sentido nas palavras; aventura-se na descoberta do enigma do código escrito.

É incontestável que a leitura constitui uma das conquistas da humanidade. Pela leitura, o ser humano não só absorve o conhecimento, como pode transformá-lo num processo de aperfeiçoamento contínuo. A leitura possibilita a emancipação da criança e a assimilação ou questionamento dos valores da sociedade. É uma atividade de questionamento, consciencialização e libertação.

Neste processo, há que ter sempre em conta a qualidade da obra<sup>137</sup> pois, estando a criança em formação, este é um aspeto que não pode ser descurado.

Sobre esta questão, Bárbara Vasconcelos de Carvalho afirma que não há temas bons ou maus. É a totalidade da obra que terá de ser avaliada. Uma obra que seja verdadeiramente uma expressão de arte, onde tudo se harmoniza, é uma boa obra; assim «*o poético, que caracteriza a obra de arte, realiza a sua plenitude*» (CARVALHO, 1989:19). Os critérios utilizados na escolha de uma obra infantil deverão ser os mesmos que distinguem a qualidade de outra qualquer modalidade literária.

A literatura infantil, porque é arte pode, e deve ter uma função formadora, mas essa função formadora, que não se pode confundir com uma imposição pedagógica, é uma

<sup>136</sup> Cf. SÁNCHEZ CORRAL, 1999: 90.

<sup>137</sup> «[...] o texto literário de qualidade é aquele que, graças a uma organização complexa e intensa da linguagem, mantém incessantes potencialidades subversivas face aos códigos, assegurando aos seus

recetores a possibilidade de aí encontrarem, a cada nova leitura, novos espaços para a aventura hermenêutica» ( AZEVEDO, 2006 a: 36).



missão para a qual está dirigida toda a cultura: a do “conhecimento do mundo”. Ou seja, a literatura infantil deverá dar a conhecer o mundo através da criatividade e da fantasia do escritor, propiciando a *emancipação do saber*, que Hans Robert Jauss refere na sua obra<sup>138</sup>.

Por tudo isto, os educadores têm de fazer opções para que as crianças e jovens sintam vontade de ler, retirando por isso prazer do que leem. Essas opções deverão ser demarcadas, por um lado, pela escolha do texto e, por outro, pela adequação deste ao leitor. Por sua vez, o prazer extraído do texto não significa, como refere Ana María Machado, citada por Fernando Azevedo,

*[...] solamente encontrar divertida una historia o seguir las peripecias de una trama atractiva y fácil; además de los placeres sensoriales que compartimos con otras especies, existe un placer puramente humano: el de pensar, descifrar, argumentar, razonar, cuestionar, en fin, unir y confrontar ideas diversas. Y la literatura es una de las mejores maneras de encaminarnos hacia ese territorio de refinados placeres* (AZEVEDO: 2006 a: 13).

É fundamental que o valor que orienta a seleção se relacione com a qualidade estética da obra, pois a literatura infantil só atinge o estatuto de arte e se afasta da sua origem comprometida com a pedagogia, quando oferece textos de valor artístico aos pequenos leitores.

A relação entre o leitor e a obra implica uma coincidência mínima entre o mundo apresentado no texto e o contexto no qual participa o recetor. Quanto mais este procura um conhecimento do real e um posicionamento perante o mesmo, tanto maior é o auxílio

que a obra de ficção tem a dar, em consequência das suas capacidades sintetizadoras do todo social.

Tendo isto em consideração, a maior necessidade da criança é o conhecimento de si própria e do ambiente no qual está inserida, que é, primordialmente, o da família e o da sociedade. A ficção indica-lhe uma visão do mundo que preenche as lacunas resultantes da sua reduzida experiência existencial, através da linguagem simbólica. Assim, o leitor identifica o contorno dentro do qual está inserido e com o qual partilha êxitos e contrariedades.

É a convivência com o texto que permite ao leitor a ampliação de horizontes, se a obra preencher as condições concernentes à qualidade literária. É no suposto intercâmbio cognitivo entre o texto e o leitor que está implícito o prodígio da leitura. A leitura não representa apenas a assimilação de uma certa mensagem, mas antes uma convivência particular com o mundo criado através do imaginário. O texto literário não se circunscreve a um determinado conteúdo reificado, mas depende da apropriação individual da realidade que recria. Se uma leitura não for compreendida, na sua totalidade, converte-se numa leitura não autêntica.

Toda a arte, e também a literatura infantil, impõe um exercício de hermenêutica, pois é crucial dar relevância ao processo de compreensão. É esta compreensão que complementa a receção, no sentido em que não evidencia apenas a captação de um sentido, mas as relações que existem entre a interpretação e o nível intelectual do leitor. É por isso imprescindível que a criança compreenda o texto, devendo ser estimulada a verbalizar a leitura e auxiliada na perceção dos temas. Só a partir desta etapa é que se pode falar em *competência literária* e em leitor crítico.

---

<sup>138</sup> Cf. JAUSS, Hans Robert, 1993.

A criança nasce ávida de descobertas e assimila tudo o que possa estimular a sua criatividade. Compete aos adultos oferecerem-lhe recursos para que essas necessidades possam ser satisfeitas, de uma forma semelhante aos alimentos que as tornarão fortes e saudáveis. Esses recursos deverão ser, sobretudo, os livros, os bons livros. A leitura é uma “necessidade básica” do “sistema intelectual”; deve, por isso, ser estimulada para que esse “sistema” não atrofie originando indivíduos portadores de “paralisia intelectual crónica”.

Note-se, no entanto, e segundo a opinião de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, que estimular o gosto pela leitura não poderá confinar-se a constituir um acervo arbitrário, mas deve incluir uma reflexão crítica sobre esse mesmo acervo, na sua essência e nos seus *valores constantes e variáveis*<sup>139</sup>.

Está comprovado que a literatura infantil desempenha um papel decisivo e fundamental na formação da personalidade das crianças; é, por isso, cada vez mais necessário dar-lhe a nossa atenção e valorizá-la.

A escolha de uma obra destinada a crianças terá de ser baseada na sensibilidade, no bom senso e sobretudo no conhecimento; conhecimento da literatura e da criança, com as suas necessidades específicas e gostos, de forma a despertar a sua curiosidade estética. As necessidades são, muitas vezes, criadas por nós; há que desenvolver na criança essa necessidade: a paixão pela leitura. Esta é, sem dúvida, uma tarefa difícil, porventura impossível, até, mas a persistência associada a uma boa escolha poderá conduzir a resultados muito positivos.

Um aspeto de grande importância, que não queremos deixar de realçar, quando se fala de literatura infantil, é a linguagem. A linguagem literária, pela sua natureza instigante,

leva o leitor a meditar sobre uma série de questões. No entanto, dada a complexidade do discurso literário, em termos de compreensão do texto, um dos principais instrumentos para a iniciação à leitura deverá ser a literatura infantil; isto porque se, por um lado, ela não está desvinculada da literatura geral, por outro, a linguagem é menos complexa o que propicia um maior estímulo à criação de hábitos de leitura. O texto literário veicula uma linguagem distinta da linguagem comum o que faz com que a literatura assuma um papel ainda mais amplo, pois deixa de ser sinónimo de erudição e transforma-se num instrumento de reflexão e interpretação do pensamento alheio.

A condição básica para qualquer manifestação do pensamento é o domínio da língua. A criança muito pequena não analisa; a mensagem dos contos chega até ela através do contador da história que deverá saber transmitir-lhe através de dois recursos essenciais: a adequação à idade e a linguagem.

A linguagem, por tudo isto, deve ser simples, mas há, no entanto, que ter o cuidado de não a deixar cair no facilitismo. Note-se que não existe uma linguagem para adultos e outra para crianças; não existe um vocabulário infantil. Escrever para a infância, implica escrever com espontaneidade e versatilidade, a fim de aumentar o repertório linguístico da criança e prepará-la para compreender o jogo de linguagem característico da literatura, como afirma Barbara Vasconcelos de Carvalho: «*A linguagem deve ser natural obedecendo à necessidade e conveniência da expressão*» (CARVALHO, 1989: 210). Se a criança desconhecer uma palavra e estiver motivada, procurará conhecê-la, enriquecendo o seu vocabulário.

Para Juan Cervera toda a linguagem que seja arte tem uma função a cumprir: ser um sistema de comunicação que não limite a expressão e favoreça a criação<sup>140</sup>. A linguagem dos contos requer, sem dúvida, tudo isto. As maiores dificuldades põem-se

<sup>139</sup> Cf. CARVALHO, 1989: 176.

<sup>140</sup> Cf. CERVERA, 1992: 39-54.

a quem tem de utilizá-la; isto porque o discurso do adulto se distingue do que é usado pela criança por possuir um maior encadeamento lógico. O autor deverá selecionar recursos que, sem empobrecer o seu discurso, comuniquem e deem à sua linguagem dinamismo e vivacidade capazes de cativar a criança:

*En la literatura infantil el lenguaje artístico adquiere importancia singular, ya que hay que relacionarlo constantemente con los niveles de lenguaje en que se mueve el niño, es decir con los diferentes grados que están a su alcance en cada caso.*

*Si no se tienen en cuenta estos niveles, las dificultades de captación por parte del receptor pueden impedir la comunicación* (CERVERA, 1992: 46).

Ter presente a linguagem da criança não significa imitá-la. A imitação não passaria de um mau remédio que conduziria ao empobrecimento da criança leitora ou ouvinte.

É necessário, portanto, adotar formas enriquecedoras e estimulantes que, logicamente, passam pela criatividade:

*«Despertar la sensibilidad por el lenguaje es un deber tanto del cuento oral como del conto escrito»* (CERVERA, 1992:117).

### O LEITOR NO CENTRO DA OBRA LITERÁRIA

A conhecida frase de Umberto Eco «*um texto é um mecanismo preguiçoso (ou económico) que vive da mais-valia de sentido que o destinatário lhe introduz*» (ECO, 1993: 55) traduz a ideia de que o leitor reflexivo possui uma cota parte da

responsabilidade do sentido que está inerente ao texto. Sem que haja cooperação ativa, os poderosos mecanismos que compõem o texto não poderão funcionar, ficando incompleta «*a necessária produção estética da fruição*» (SILVA, 2006: 13).

O desenvolvimento harmonioso de todos os aspetos da personalidade infantil impõe, desde muito cedo, a criação de uma correspondência direta entre a teoria e a prática, entre o universo estético e o universo real. É através do livro, sobretudo do livro infantil, que poderemos estimular a vida afetiva e estética da criança, pois ele desempenha um papel privilegiado no encontro entre o que é lido e o que é sentido e permite expressar ideias e emoções através da arte da palavra.

No que respeita à *recepção*, é quase unânime a posição de vários teóricos que defendem ser indispensável o interesse da criança pelo livro, para que se possa despertar a sua atenção. Este interesse depende da maturidade e da competência cognitiva da criança. Essencial, nas questões da *recepção*, é a competência linguística do leitor, como condição prévia para o entendimento e para o progresso subsequente.

A estética da *recepção*, que teve como ponto de partida a *Hermenêutica Filosófica* formulada por Gadamer, declara que a relação entre texto e leitor obedece à lógica da pergunta e da resposta. O texto é, assim, a resposta a uma pergunta e formula também questões às quais o leitor terá que dar respostas. A esta sucessão de perguntas e respostas entre texto e leitor chamou Gadamer *horizonte de perguntas*<sup>141</sup>.

Os princípios desenvolvidos por Gadamer foram mais tarde adaptados à crítica literária por vários dos seus discípulos, nomeadamente por Hans Robert Jauss. Jauss chamou ao *horizonte de perguntas* de Gadamer *horizonte de expectativas*.<sup>142</sup>

<sup>141</sup> ROTHE, 1987: 16-17.

<sup>142</sup> «La distinción de horizonte de expectativas intraliterario y extraliterario reduce la desbordante tipología de funciones del lector (lector ideal, normal, ficticio, real, implícito, supersector, etc.) a la relación

de lector *implícito* frente a (...) *explícito*» (JAUSS, 1987: 78). Para Jauss, o *horizonte de expectativas* é a soma de comportamentos, conhecimentos e ideias preconcebidas sobre uma obra no momento do seu surgimento, pela qual ela é valorizada (Jauss, 1993: 109).

A estética da receção adota como objeto de investigação o recetor, o que exige a formulação de um novo conceito de leitor que se fundamenta na recusa da perspetiva marxista e formalista:

*Os dois métodos definem o facto literário no círculo fechado de uma estética da produção e da representação. Retiram assim à literatura uma dimensão que faz necessariamente parte, tanto do seu caráter estético como da sua função social: a dimensão da sua receção e do seu efeito. [...] Ambos os métodos falham a compreensão do leitor e do seu papel genuíno, compreensão imprescindível tanto para o conhecimento estético como histórico: a do leitor como aquele a quem primeiro é dirigida a obra literária* (Jauss, 1993: 55-56).

Com a mudança do foco de investigação para a receção, o facto literário passa a ser descrito a partir do resultado das sucessivas leituras por que passam as obras, as quais se efetuam de modo distinto através dos tempos, porque a obra literária não é um objeto que exista por si só, apresentando a cada leitor, em cada época, um mesmo ângulo. Não é um facto atemporal. É, sobretudo, um fenómeno sempre renovado que liberta o texto, conferindo-lhe existência real e eternamente presente. A *receção*, nesta ótica, é entendida como pertencente à estrutura da obra, tanto no momento da sua produção como no da leitura, encarando o leitor como uma parte importante na obra literária.

Para Jauss, privilegiar a receção representa conceber o texto literário como um facto que não se limita à dimensão estética, pois também considera a dimensão social. Consequentemente, transporta-se a conceção de literatura de um sistema fechado e

definitivo para um sistema que se constrói pela produção, receção e comunicação, isto é, por um relacionamento dinâmico entre autor, obra e leitor.

A obra literária é, assim, regulada pela relação entre texto e leitor, o que conduz, necessariamente, a um processo de interação entre ambos, cujo grau de continuidade depende das referências estéticas e ideológicas que os caracterizam, isto é, em face da natureza dessa relação, a obra literária só continua em evidência enquanto puder interagir com o destinatário<sup>143</sup>, sendo o parâmetro de aceitação constituído pelas suas expectativas resultantes do conhecimento prévio que possui do género, da forma e da temática da obra. As expectativas resultantes não se restringem apenas aos aspetos estéticos da obra; no ato da leitura entra também em conta a experiência de vida do leitor, porque entre a descodificação de uma obra e a eficaz receção do texto surge o processo de compreensão, exigindo do utilizador não só conhecimento linguístico, mas todo um saber de vida alcançado: segundo Eco, «*O intérprete parte de uma pré-compreensão, ligada à estrutura da existência, ao modo do seu estar no mundo*» (ECO, 1989: 366).

Umberto Eco, em a *Leitura do Texto Literário* sugere diversas estratégias para que se perceba qual é, ou qual deveria ser, a participação ativa do leitor nos textos literários.

No decurso da leitura, as expectativas do leitor podem ser satisfeitas ou desiludidas por uma determinada obra. Do *horizonte de expectativas* do público depende a receção de um texto, podendo aquela confirmar essas expectativas ou defraudá-las. A distância entre as expectativas e a receção foi designada por Jauss como *distância estética*<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> «El destinatario ha de ser considerado en esta función como elemento aún preliterario, que sólo se convierte en fuerza productiva literaria cuando la intención manifestada en la elección de destinatario se transforma en elementos estructurales estéticos» (ZIMMERMANN, 1987: 48). Warneken, citado por Zimmermann, adotou a designação de *destinatário* em oposição à de *leitor implícito* desenvolvida por

Iser, que deverá significar «el carácter de ato de lectura prescrito en el texto y no una tipología de posibles lectores» (ZIMMERMANN, 1987: 48).

<sup>144</sup> Cf. Jauss, 1993: 71.

A reconstrução dos *horizontes de expectativas* de uma obra literária em relação ao processo de produção/recepção implica descobrir as perguntas para as quais o texto estabelece uma ou mais respostas. *A lógica da pergunta e da resposta* é o mecanismo que possibilita identificar o *horizonte de expectativas* do leitor e as novas questões que o texto exhibe, como também demonstrar que a compreensão da leitura varia no tempo. Assim, o sentido de um texto é construído historicamente, rejeitando-se a ideia da sua atemporalidade.

A consequência libertadora despoletada pela literatura é resultado do seu caráter social, pois, para Jauss, a interação do indivíduo com a obra faz com que o sujeito se identifique com o outro, ultrapassando, assim, o seu individualismo e, conseqüentemente, impulsionando a ampliação do horizonte do leitor:

*A experiência da leitura pode libertá-lo de exigências de adaptação, preconceitos e constrangimentos da sua praxis de vida, conduzindo-o a renovar a sua percepção das coisas* (Jauss, 1993: 108-109).

O *horizonte de expectativas* da literatura evidencia-se pelo facto de antecipar possibilidades, ampliar o espaço circunscrito do comportamento social em direção a novos desejos, exigências e propósitos, descobrindo, assim, diferentes trilhos para experiências futuras (Jauss, 1993:109).

Segundo Wolfgang Iser, a obra é mais do que o texto, pois o texto só toma vida quando é atualizado e não é de modo nenhum independente da disposição individual do leitor, se bem que esta, por sua vez, seja orientada pelos distintos esquemas do texto. A convergência entre texto e leitor dota a obra literária de existência, e esta convergência nunca pode ser demarcada com precisão, deve sim permanecer virtual, não tem que identificar-se com a realidade do texto nem com a disposição individual do leitor. É a

virtualidade da obra que dá origem à sua natureza dinâmica, e esta é a condição prévia para os efeitos que a obra origina.

Laurence Stern, citado por Iser, compara o texto literário a um terreno no qual o autor e o leitor participam num jogo de imaginação. *Um texto literário deve, portanto, conceber-se de tal modo que cativa a imaginação do leitor, pois a leitura só se converte num prazer quando é ativa e criativa* (ISER, [s/d]: 215-216).

Para Iser, todo o “acontecimento vivo” deve, em maior ou menor medida, permanecer aberto. *Na leitura, isto obriga o leitor a procurar continuamente coerência, porque só então pode estabelecer uma relação mais estreita entre as situações e compreender o desconhecido* (ISER, [s/d]: 238). A leitura reflete a estrutura da experiência até ao ponto de ter que pôr em suspenso as ideias e atitudes que formam a nossa própria personalidade antes de podermos experimentar o mundo desconhecido do texto literário.

A *identificação*, que para Iser se refere ao estabelecimento de afinidades entre o leitor e alguém exterior a ele, não é um fim em si mesmo. Segundo este teórico, é uma forma de estimular determinadas atitudes no leitor, nomeadamente a aceitação da obra.

Surge, assim, uma forma de participação: à medida que o leitor vai entrando em contacto com a obra, vê-se de tal forma envolvido no texto que fica com a sensação de que não há distância entre ele e os acontecimentos narrados.

George Poulet, citado por Iser, corrobora a ideia de que os livros só adquirem plena existência através do leitor; embora sejam compostos por ideias de outra pessoa (do autor). Através da leitura, o leitor converte-se no sujeito que realiza a ação. Desaparece assim a divisão sujeito/objeto que, em outros casos, é condição prévia de todo o

conhecimento e de toda a observação; a supressão desta divisão coloca a leitura numa posição aparentemente única no que respeita à possibilidade de novas experiências.

A partir da ideia de que na leitura nos envolvemos nos pensamentos de outra pessoa, Poulet retira a seguinte conclusão:

*Todo lo que pienso es parte de mi mundo mental. Y sin embargo aquí me encuentro teniendo un pensamiento que pertenece manifiestamente a otro mundo mental* (ISER, [s/d]: 239-240).

Para este teórico, o “misterioso” sujeito que pensa dentro do leitor indica a presença potencial do autor cujas ideias podem ser interiorizadas por ele.

Este processo dá origem a uma forma de comunicação que, segundo Poulet, depende de duas circunstâncias: a história pessoal do autor que deve ficar afastada da obra e a disposição individual do leitor que deverá estar ausente no ato de leitura. Só assim as ideias do autor podem influenciar as do leitor. Ao ter as ideias ou pensamentos de outro, a individualidade do leitor fica distanciada temporariamente. À medida que lemos, gera-se uma fragmentação da nossa personalidade, pois tomamos como nosso algo que não nos pertence ou não somos. Cada texto que lemos marca uma fronteira distinta dentro de nós, de forma que essa transformação virtual adota formas diversas de acordo com aquilo que se lê e com os níveis culturais a que pertencemos (ISER, [s/d]: 240-242).

#### A CRIANÇA E O DIÁLOGO COM O TEXTO

Sendo a literatura para a infância um género particular de comunicação com condições pragmáticas bem delineadas, a linguagem da literatura infantil solicita a participação do pequeno leitor. Convém, por isso, ter em consideração, como critério fundamental, o

lugar que ocupa o recetor infantil para que se possa conhecer as carências e as categorias recetivas da criança.

Juan Cervera define a escrita literária destinada às crianças como:

*[...] un acto de comunicación, de carácter estético, entre un receptor niño y un emisor adulto, que tiene como objetivo la sensibilización del primero y como medio la capacidad creadora y lúdica del lenguaje, y debe responder a las exigencias y necesidades de los lectores* (CERVERA, 1992:13).

Esta significação do texto literário infantil pressupõe entender a leitura como uma viagem que o leitor efetuará através do livro, procurando sempre contínuos acertos através da imaginação. Estamos, assim, perante factos que se anunciam sob a aparência de ficção estética e que, por isso, tornam possível que a criatividade do recetor configure representações imaginárias que recriem a realidade.

A ação produtiva do leitor consiste em preencher os espaços vazios criados para que possa perceber a pluralidade de sentidos do texto. O texto literário comporta sempre uma parte “não escrita”, ou seja, campos por descobrir que estimulam a ação do leitor. O texto pode, assim, exercer uma influência considerável na imaginação do leitor.

Para Umberto Eco, um texto está repleto de “espaços em branco” para deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, ainda que habitualmente deva ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade: «*um texto quer que alguém o ajude a funcionar*» (ECO, 1993: 55); e acrescenta «*um texto é emitido para que alguém o atualize – mesmo quando não se espera (ou não se deseja) que esse alguém exista concreta e empiricamente*» (ECO, 1993: 56).

Sendo a leitura a consequência de uma interação entre a obra e o leitor e o resultado de um diálogo entre o sentido do texto e o que o leitor lhe confere, o leitor adapta a informação recebida pelo texto, estabelecendo conexões entre o que o texto explicita, o que insinua e os seus saberes anteriores relativos ao tema e à índole do texto com que interage.

Segundo Armindo Mesquita, «a teoria da receção manifestou a importância do leitor na coprodução do significado do texto e destacou a ativa implicação do indivíduo recetor na atribuição de significados durante o ato de leitura. Esta orientação serviu para precisar que ler não é só descodificar os signos do sistema da língua, como também construir significados»<sup>145</sup>. É nesta construção que o leitor adquire maturidade literária e exercita a sua capacidade criativa, assumindo o seu papel de cooperante no sentido da obra, logo na sua existência.

Umberto Eco considera que existem duas formas de percorrer um texto narrativo. O texto dirige-se, sobretudo, a um *leitor modelo*<sup>146</sup> do primeiro nível que quer saber como termina a história e dirige-se, também, a um leitor modelo do segundo nível que se interroga sobre que espécie de leitor a história gostaria que ele fosse ou se tornasse. Este último deseja saber como procede o *autor modelo* que o conduz. Eco refere que para se saber como acaba uma história basta lê-la uma vez, mas para se identificar o *autor modelo* é preciso ler o texto muitas vezes e, nalguns casos, vezes sem fim. Só quando os leitores descobrirem o *autor modelo* e perceberem o que ele queria deles é que se tornarão *leitores modelo* de pleno direito (ECO, 1995: 33).

Se há algumas dezenas de anos a preocupação dos estudos literários era sobretudo com o texto, ficando o leitor relegado para segundo plano, atualmente essa situação é

inaceitável: «O desafio do momento se manifesta na criação de textos que possam “dialogar” com o leitor comum» (YUNES e PONDÉ, 1988: 28). É, sem dúvida, necessário criar textos de que o leitor comum se sinta próximo e com os quais ele se consiga identificar.

A obra literária tem de proporcionar diálogo com o leitor, não poderá ser uma «arte fechada» e acessível apenas a algumas pessoas; deverá suscitar o diálogo com o leitor, estimulando a sua participação. Deve estabelecer uma relação de “sedução”, leitor e autor deverão sentir *prazer*, tal como Roland Barthes preconizou na sua obra *O Prazer do Texto*.

Reconhecemos que o autor não pode, no entanto, limitar-se a procurar o diálogo com o leitor. Esta poderá ser uma das suas motivações, mas não será, com certeza, a única. Entre o autor e o leitor existe ainda um abismo e Yunes e Pondé questionam: «Serão os autores os que não falam a seu público potencial ou, antes, será este um público que não se habituou ao diálogo com a arte?». Roland Barthes provavelmente responde a esta questão:

*O escrever no prazer garantir-me-á – a mim escritor – o prazer do meu leitor? De modo nenhum. Esse leitor, é necessário que eu o procure (que eu o “engate”), sem saber onde ele está*<sup>147</sup>[sic] (BARTHES, 1988:37).

Por maior que seja a criatividade do autor e independentemente do espaço e do tempo em que foi criada, a sobrevivência de uma obra depende da sua capacidade de comunicação com o leitor atual, por (ainda) falar do seu mundo, dos seus problemas e possíveis resoluções, ajudando-o a conhecer melhor esse mundo.

<sup>145</sup> MESQUITA, 1999: [s/p].

<sup>146</sup> A propósito de Leitor Modelo, Umberto Eco diz o seguinte: «prever o Leitor-Modelo não significa apenas “esperar” que exista, significa também conduzir o texto de forma a construí-lo» (ECO, 1993: 59).

<sup>147</sup> A negrito no original.

«É desta coincidência entre o mundo representado no texto e o contexto do qual participa seu destinatário que emerge a relação entre a obra e o leitor» (ZILBERMAN: 1987: 22).

Ao aproximar a obra literária do pequeno leitor, possibilita-se o diálogo entre os dois e, conseqüentemente, proporciona-se a oportunidade de ele perceber melhor o mundo real, através do alargamento das suas experiências vivenciais e da sua fluência linguística.

A literatura para a infância pode e deve abordar os mais variados assuntos, tendo sempre em consideração a capacidade de compreensão do seu destinatário, em virtude de o mesmo se encontrar num percurso de amadurecimento, o que significa ter respeito pelo ritmo da criança, dando-lhe, assim, a possibilidade de dialogar com os referentes do texto.

Algumas narrativas têm abordado temas como o amor (em *Cinderela*, em *Rapunzel* e n' *A Sereiazinha*), o conhecimento e a fusão entre fantasia e realidade, em *Alice no País das Maravilhas*, a luta pela eterna infância em *Peter Pan*. Na literatura infantil portuguesa atual, as dúvidas existenciais e emoções contraditórias de uma criança em busca do reconhecimento são debatidas n' *Os Olhos de Ana Marta* e o desejo de liberdade n' *A Menina do Mar*, por exemplo.

Os conteúdos abordados poderão ser de natureza variada, centrados em questões objetivas ou subjetivas, mas tratando a realidade humana como um todo. Desta forma, a possibilidade da criança dialogar com as personagens do texto torna-se viável, pois de uma forma ou de outra ela acabará por encontrar uma situação que lhe é familiar.

Muitas crianças, provavelmente muitas mais do que seria desejável, terão dificuldade em dialogar com o texto, em compreender as personagens, as situações ou os ambientes. É necessário ensiná-las a sentir prazer com a leitura de modo a se envolverem no texto. Ampliar o gosto pela leitura é um processo que exige reformulações de base a vários níveis, nomeadamente políticos e culturais. Para que haja diálogo (entre o texto e o leitor) é necessário que o pequeno leitor conheça os “caminhos” da interpretação e para que isto aconteça é necessário que seja ensinado; que haja investimento familiar (quando possível) e sobretudo por parte das instâncias oficiais na promoção da leitura.

#### CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA PARA CRIANÇAS

A criança recria a realidade e reorganiza o seu mundo quando ouve ou lê uma narrativa. Amplia o seu universo dando-lhe novas dimensões. É isto que a literatura infantil em geral e o conto em particular lhe proporcionam: condições para criar mecanismos de defesa de forma a enfrentar e superar os problemas que lhe surgem e condições para desenvolver as suas capacidades.

O conto tradicional, que começa com *Era uma vez* e termina com *e foram felizes para sempre*, transmite à criança confiança e esperança. São palavras mágicas que a ajudam a encarar a vida e as adversidades que lhe estão inerentes.

Os contos infantis retratam vivências ou qualidades humanas mesmo quando pertencem ao domínio do fantástico ou do maravilhoso. As fadas e as bruxas são uma fantasia, mas representam valores que fazem parte da realidade: o bem e o mal. Os animais metamorfoseiam-se, assumindo características humanas e oferecendo referências sociais, corretas ou não, através das quais muitas das atitudes ou comportamentos das pessoas estão simbolizados.



O inexplicável, o sobrenatural, a magia e o mistério são componentes imprescindíveis nos contos maravilhosos. No mundo do maravilhoso, todos os seres podem ter vida e movimentarem-se por leis de encantamento e de magia:

*Muitos seres e elementos mágicos, simbólicos, alegóricos, transitam nos contos infantis, carregados de significados, porque nada é gratuito em Literatura* (CARVALHO, 1989:64).

O movimento da literatura infantil, em particular a contemporânea, ao oferecer uma nova conceção de texto escrito aberto a múltiplas leituras, transforma a literatura para crianças num suporte para experimentação do mundo. Deste modo, os contos modernos, ao levantarem dúvidas na criança em relação ao mundo em que vive, abrem espaços para o questionamento e para a reflexão imprescindíveis à formação de uma personalidade saudável.

Os contos clássicos, por sua vez, não impedem o raciocínio lógico, porque não enfraquecem a inteligência da criança. Originam, sim, o aumento da sua sensibilidade artística e o equilíbrio entre o sonho e o real.

A leitura de um conto é um jogo em que a criança sabe que o que está a ler não é verdade, mas finge acreditar; ele é uma chave mágica que abre as portas do imaginário, tão necessário ao desenvolvimento infantil.

Com efeito, podemos dizer que quer a leitura do conto maravilhoso quer a do conto realista cumprem o papel de enriquecer a infância, na medida em que fazem a criança pensar criticamente.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1974). A Estrutura do Romance, Coimbra, Livraria Almedina.

\_\_\_\_ (1981). «Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil», in A Literatura Infantil em Portugal: achegas para a sua história, Domingos Guimarães de Sá, Braga, Editorial Franciscana.

\_\_\_\_ (1984). Teoria da Literatura, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Almedina.

\_\_\_\_ (1990). Teoria e Metodologia Literárias, Lisboa, Universidade Aberta.

ALBUQUERQUE, Fátima (2006). «Contos de Encontro – (Re)leituras infantis de contos de fadas nos dias de hoje», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

AZEVEDO, Fernando (2002). «A maior Flor do Mundo, de José Saramago. Reflexão metatextual acerca do texto literário para a infância.», in Atas do 4.º Encontro (2.º Internacional) de Investigadores em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração, Braga, Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho, [s/p].

\_\_\_\_ (2002 a). «O Texto Literário para a Infância em Manuais Escolares do 1.º ciclo. Da dificuldade de formação de um leitor competente e crítico», in Atas do Congresso Internacional de La Sociedad Española de Didáctica, Santiago de Compostela, novembro de 2002, texto policopiado [s/p].

\_\_\_\_ (coord.), (2006). «Literatura Infantil. Receção leitora e competência literária», in Língua materna e Literatura Infantil. Elementos nucleares, Lisboa, Lidel, pp. 11-17.

\_\_\_\_ (2006 a). Literatura Infantil e Leitores. Da Teoria às Práticas, Braga, Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho.

\_\_\_\_ (2006 b). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in Centro e Margens na Literatura para Crianças e Jovens. Atas do II Congresso Internacional, Braga: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho, [s/p], (texto policopiado).

\_\_\_\_, (2007) Literatura Infantil y éxito social del niño¿qué relaciones?, disponível em <http://www.waece.org/biblioteca/pdfs/d048.pdf>, em abril de 2007.

\_\_\_\_\_, (2007 a). A literatura infantil e o problema da sua legitimação, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2854/1/Literatura%20Infantil.pdf>, em outubro de 2007.

\_\_\_\_\_, (2007 b). LIMA, Rita e SIMÕES, Rita. Bruxas e Princesas na Literatura Infantil Contemporânea em Portugal. Desconstrução paródica e competência literária, em outubro de 2007 disponível em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3390/1/texto-Cadiz\(2\).pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3390/1/texto-Cadiz(2).pdf) .

BARRETO, Garcia (1998). Literatura para Crianças e Jovens em Portugal, Lisboa, Campo das Letras.

\_\_\_\_\_. (2002). Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa, Porto, Campo das Letras.

BARTHESES, Roland et al (1971). «Introdução à Análise Estrutural da Narrativa» in Análise Estrutural da Narrativa, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 19-60.

\_\_\_\_\_. (1988). O Prazer do Texto, trad. de Maria Margarida Barahona, 2.ª ed., Lisboa, Edições 70.

BASTOS, Glória (1994). «Fantasia e Realidade na Literatura para Crianças», Discursos, N.º 8, Coimbra, Universidade Aberta, outubro, pp. 113-126.

\_\_\_\_\_. (1997). A Escrita para Crianças em Portugal no Século XIX. Lisboa, Caminho.

\_\_\_\_\_. (1999). Literatura Infantil e Juvenil, Lisboa Universidade Aberta.

BETTHELHEIM, Bruno (1998). Psicanálise dos Contos de Fadas, trad. de Carlos Humberto da Silva, 6.ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora.

BLOCKEEL, Francesca (2001). Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade, Lisboa, Caminho.

BRAVO-VILLASANTE, Carmen (1977). História da Literatura Infantil Universal, trad. de Manuel Campos e Alexandra de Freitas, Lisboa.

BUESCU, Helena Carvalho, DUARTE, João Ferreira (Org.), (2001). Narrativas da Modernidade: a construção do outro, Lisboa, Edições Colibri.

CALDIN, Clarice Forkamp (2002), «A Leitura como Função Pedagógica: o literário na escola», Revista ACB, Santa Catarina, n.º 7, pp. 20-33.

\_\_\_\_\_. (2007). «A Função Social da Literatura Infantil», in Encontros Bibli, Santa Catarina, n.º 15, disponível em <http://redalyc.uaemex.mx>, em outubro de 2007.

CÂNDIDO, ANTÔNIO et al (1981). A Personagem de Ficção, São Paulo, Editora Perspectiva S. A.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de (1989). A Literatura Infantil. Visão Histórica e Crítica, 3.ª ed., São Paulo, Global.

CERRILLO, Pedro C. (1999). Literatura Infantil y su Didáctica, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

\_\_\_\_\_. (2001). «Lo Literario y lo Infantil: concepto y caracterización de la literatura infantil», in La Literatura Infantil en el Siglo XXI, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

CERVERA, Juan (1992). Teoria de la Literatura Infantil, 2.ª ed., Bilbao, Ediciones Mensajero.

CHARTIER, Roger (2001). Práticas da Leitura, trad. de Cristiane Nascimento, São Paulo, Estação Liberdade.

CHEVALIER Jean e CHERBRANT Alain (1994). Dicionário de Símbolos, Lisboa, Teorema.

COELHO, Nelly Novais (1982). A Literatura Infantil. História – Teoria – Análise (das origens orientais ao Brasil de hoje), 2.ª ed., São Paulo, Edições Quíron Lda.

\_\_\_\_\_. (2000). Literatura Infantil. Teoria – Análise – Didáctica. 6.ª ed., São Paulo, Ática.

\_\_\_\_\_. (1991). Panorama Histórico da Literatura Infantil e Juvenil, 4.ª ed. São Paulo, Ática.

\_\_\_\_\_. (1991). O Conto de Fadas, 2.ª ed., S. Paulo, Ática.

COLOMER MARTÍNEZ, Teresa, (2005). «El desenlace de los cuentos como ejemplo de las funciones de la literatura infantil y juvenil», Revista de Educación, n.º extraordinario 2005, pp. 203-216.

CORREIA, João David Pinto (1973). A Literatura Juvenil em Portugal: subsídios para o estudo da sua história e de alguns dos seus problemas, Lisboa, Edição da Direção Geral da Educação Permanente.

\_\_\_\_\_ (1978). *Literatura Juvenil / Paraliteratura*, Lisboa, Editor Livraria Novidades Pedagógicas.

CORTEZ-MESQUITA, Maria Teresa (2001). *Os Contos de Grimm em Portugal*, Coimbra, Minerva.

COSTA, Maria da Conceição (1997). *No Reino das Fadas*, Lisboa, Fim de Século.

DIOGO, Américo António Lindeza (1994). *Literatura Infantil, História, Teoria, Interpretações*, Porto, Porto Editora.

DURAND, Gilbert (1993). *A imaginação Simbólica*, Lisboa, Edições 70.

ECO, Umberto (1984). *Conceito de Texto*, trad. de Carla Queiroz, São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Lda.

\_\_\_\_\_ (1989). *Sobre os Espelhos e Outros Ensaio*s, trad. de Helena Domingos e João Furtado, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1985].

\_\_\_\_\_ (1990). *O Signo*, trad. de Maria de Fátima Marinho, 4.ª ed., Lisboa, Presença, [1.ª ed., 1973].

\_\_\_\_\_ (1986). *Obra Aberta*, trad. de Giovanni Cutolo, 4.ª ed., São Paulo, Edições Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (1993). *Leitura do Texto Literário. Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários*, 2.ª ed., Lisboa, Presença.

\_\_\_\_\_ (1995). *Seis Passeios nos Bosques da Ficção*, trad. de Wanda Ramos, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1994].

\_\_\_\_\_ (2004). *Os Limites da Interpretação*, trad. de José Colaço Barreiros, 2.ª ed., Algés, Difel.

ELIADE, Mircéa (1989). *Aspetos do Mito*, Lisboa, Edições 70.

EPIN, Bernard (1978). «A Literatura para a Infância e para a Juventude, essa Desconhecida», in *O Poder de Ler*, Porto, Porto Editora, pp. 106-114.

FORSTER, E. M. (1968). *Aspects of the novel, Middlesex-England*, Pelican Books [Edward Arnold, First published, 1927].

FURTADO, Filipe (1980). *A Construção do Fantástico na Narrativa*, Lisboa, Livros Horizonte.

GARCÍA PADRINO, Jaime (1992). «Literatura Infantil y Educación», in *Literatura Infantil y Enseñanza de la Literatura*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

GARRIDO DOMÍNGUEZ, Antonio (1996). *El Texto Narrativo*, Madrid, Editorial Síntesis S. A.

GENETTE, Gerard (1995). *Discurso da narrativa*, 3.ª ed., Lisboa: Vega.

\_\_\_\_\_ (1971). «Fronteiras da Narrativa» in *Análise Estrutural da Narrativa*, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 255-274.

GOES, Lúcia Pimentel (1984). *Introdução à literatura infantil e juvenil*, São Paulo, Pioneira.

\_\_\_\_\_ (1990). *A Aventura da Literatura para Crianças. Formas de avaliação da literatura infantil e juvenil através da obra de Francisco Martins*, S. Paulo, Melhoramentos.

GOMES, Alice (1972). *O Autor e a Comunicação no Livro Infantil*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_ (1992). *A Literatura para a Infância*, Lisboa, Torres e Abreu Editora.

GOMES, José António (2002). *Espelhos e Sombras: representações do eu em Luísa Dacosta*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

\_\_\_\_\_ (1993). *A Poesia na Literatura para a Infância*, Rio Tinto, Edições Asa.

\_\_\_\_\_ (1991). *Literatura para Crianças e Jovens – alguns percursos*, Lisboa, Caminho.

\_\_\_\_\_ (1996). *Da Nascente à Voz – contributos para uma pedagogia da leitura*, Lisboa, Caminho.

\_\_\_\_\_ (coord.), (1999). *Do Dragão ao Pai Natal. Olhares sobre a Literatura para a Infância*. Porto, Campo das Letras.

GOMEZ DEL MANZANO, Mercedes (1982). *El Protagonista-niño en la Literatura Infantil del Siglo XX: Incidencias en el desarrollo de la personalidad del niño lector*, Madrid, Nancea S. A. de Ediciones.

GRATIOT – ALPHANDERY, Hélène (1978). «O papel da leitura na formação da criança e do adolescente», in O Poder de Ler, Porto, Livraria Civilização, pp. 33-37.

HAMON, Philippe (1983). Le Personnel du Roman. Le système des personnages dans le Rougon-Macquart d'Emile Zola, Genève, Librairie Droz.

HELD, Jacqueline (1978). «Como nasce um livro para os jovens», in O Poder de Ler, Porto, Livraria Civilização, pp. 134-144.

\_\_\_\_\_ (1987). Los niños y la literatura fantástica (Función y poder de lo imaginario), 3.ª ed., trad. para o espanhol de María Teresa Brutocao e Nicolás Fabián, Barcelona, Paidós Educador.

HELD, Jacqueline e HELD, Claude (1976). «Para um Fantástico Moderno», in O Poder de Ler, Porto, Livraria Civilização, pp. 115-125.

ISER, Wolfgang [s/d]. «El Proceso de Lectura: Enfoque Fenomenológico», in Estética de la Recepción, org., José Antonio Mayoral, Madrid, Arco/Libros, [s/d].

JACINTO, Sónia e CEIA, Carlos, (2007). Conto de fadas, disponível em [http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/C/conto\\_fadas.htm](http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/C/conto_fadas.htm), em abril de 2007.

JAUSS, Hans Robert (1978). Pour une esthétique de la réception, trad. de Claud Maillard, Paris, Gallimard.

\_\_\_\_\_ (1993). A literatura como provocação: história da literatura como provocação literária, trad. de Teresa Cruz, Lisboa, Vega.

JESUALDO (1993), A Literatura Infantil, trad. de James Amado, S. Paulo, Editora Cultrix.

KHÉDE, Sónia Salomão (1990). Personagens da Literatura Infanto-Juvenil, S. Paulo, Brasiliense.

LANDA, José Ángel Garcia (1989). Los conceptos Básicos de la Narratología, Zaragoza, Universidad de Zaragoza.

LEMONS, Ester de (1972). A Literatura Infantil em Portugal, Lisboa, M.E.N., D.G.E.P.

LETRIA, José Jorge (1994). Do Sentimento Mágico da Vida: reflexões sobre a literatura para crianças e jovens, Lisboa, Escritor.

LUCAS, Fábio (1985). «Ideologia e literatura infantil», Colóquio-Letras, n.º 84, pp. 20-27.

MARKIEWICZ, Henryk (1984). «La recepción y el receptor en las investigaciones literarias. Perspectivas y dificultades», trad. do polaco por D. N., Criterios, nº 5-12, enero-diciembre, pp. 3-19.

MEDINA PADILLA, Arturo (1983). El Difícil Camino de La Literatura Infantil. Madrid, Escola Universitária de Formacion del Profesorado de E.G.B. «Santa Maria».

MERLO, Juan Carlos (1980). La Literatura Infantil y su Problemática, Buenos Aires, Editorial el Ateneo.

MESQUITA, Armindo (Coord.), (2002). Pedagogias de Imaginário, Olhares sobre a Literatura Infantil, 1.ª ed., Porto, Asa.

\_\_\_\_\_ (coord.), (2006). «A Sabedoria dos Contos de Fadas», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

\_\_\_\_\_ (1999). A Estética da Recepção na Literatura Infantil, Série Ensaio, Vila Real: UTAD, disponível em [alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf](http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf). em abril de 2007.

MIMOSO, Anabela (2006). «Em busca de um sentido para a Morte», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

MONTOYA, Victor (2003). Literatura Infantil: lenguaje y fantasía, Santa Cruz - Bolivia, Ed. La Hoguera.

PALO, Maria José e OLIVEIRA, Maria Rosa D. (1992). Literatura Infantil. Voz de Criança, 2.ª ed., S. Paulo, Editora Ática.

PEINADO, Miguel A. Garcia (1998). Hacia una Teoría General de la Novela, Madrid, Arco/Libros, S.L.

PENNAC, Daniel (2002). Como um Romance, trad. de Francisco Paiva Boléo, 14.ª ed., Porto, Asa.

PIRES, Maria da Natividade Carvalho (2005). Pontes e Fronteiras: da literatura tradicional à literatura contemporânea, Lisboa, Caminho.

PROPP, Vladimir (2000). Morfologia do Conto, trad. de Jaime Ferreira e Vítor Oliveira, 4.ª ed., Lisboa, Vega Editora.

PROUST, Marcel (1997). O Prazer da Leitura, trad. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Teorema.

\_\_\_\_\_ (1998). Sobre a Leitura, trad. de José Augusto Mourão, 2.ª ed., Lisboa, Vega.

QUADROS, António (1973). A Aventura e o Mundo Juvenil e os seus Aspetos Educativos, Lisboa, M.E.N. - D.G.E.P., 1973.

RAMOS, Ana Margarida (2005). «Infância e Literatura: contributos para uma leitura da narrativa infantil contemporânea», in Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. 5. Investigação e prática docente, Coimbra, Almedina.

REIS, Carlos, (1981). Técnicas de Análise Textual, 3.ª ed., Coimbra, Almedina.

\_\_\_\_\_ (2001). O Conhecimento da Literatura, Coimbra, Almedina.

\_\_\_\_\_ (2002). Dicionário de Narratologia, 7.ª ed., Coimbra, Almedina.

\_\_\_\_\_, (coord), (2006). «Narratologia(s) e Teoria da Personagem» in Figuras da Ficção, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras, pp. 9-23.

RICOEUR, P. (1994). Tempo e Narrativa, trad. de Constança M. César, São Paulo, Papirus, Tomo I.

\_\_\_\_\_ (1995). Tempo e narrativa, trad. de Marina Appenzeller, São Paulo, Papirus, Tomo II.

ROCHA, Natércia (2001). Breve História da Literatura para Crianças em Portugal. Lisboa, Caminho, 2.ª ed. (1.ª ed. 1984, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa).

RODARI, Giani (1982). Gramática da Fantasia, São Paulo, Summus, 1982.

ROSEMBERG, Fúlvia (1984). Literatura Infantil e Ideologia, São Paulo, Global.

ROTHER, Arnold (1987). «El papel del lector en la crítica alemana contemporánea», in Estética de la Recepción, Madrid, Arco/Libros, pp.16-17.

SÁNCHEZ CORRAL, Luis (1999). «Discurso Literario y Comunicación Infantil» in Literatura Infantil y su Didáctica, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

\_\_\_\_\_ (2001). Literatura Infantil y Lenguaje Literario, Barcelona, Piados.

SHAVIT, Zohar (2003). Poética da Literatura para Crianças, Lisboa, Caminho.

\_\_\_\_\_ (1991). «La noción de niñez y los textos para niños», Criterios, La Habana, n.º 29, enero-junio, pp. 134-161.

SILVA, Gisela Cristina Ribeiro (2006). Iniciação e Demanda – Um Estudo Mitocrítico no Domínio da Literatura Infante-Juvenil: Harry Potter e a Pedra Filosofal e A Ilha do Chifre de Ouro no Contributo de uma Literacia do Imaginário, Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – Especialidade de Análise Textual e Literatura Infantil, Braga, Universidade do Minho.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (2004). O Novo Rosto do Paraíso: diálogos com a infância, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em Literatura Portuguesa Contemporânea, Ponta Delgada.

\_\_\_\_\_ (2006). «Porque renascem as bruxas?», in Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

\_\_\_\_\_ (2007). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in A Criança e o Texto Literário – Atas do II Congresso Internacional, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (s/p), texto policopiado.

SORIANO, Marc (1977). Les Contes de Perrault: culture savant e traditions populaires, Paris, Gallimardi.

SOTOMAYOR SÁEZ, Mª Victoria (2000). «Lenguaje Literario, Géneros y Literatura Infantil» in Presente y Futuro de la literatura Infantil, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de (2000). Teoria Breve da Literatura Infantil, [s/l], Edição do Autor.

SULLÁ, Enric (coord.), (1996). Teoría de la Novela. Antología de textos del siglo XX, Barcelona, Crítica.

TODOROV, Tzvetan (1970). As Estruturas Narrativas, trad. de Leyla Perrone-Moisés, 2.ª ed., S. Paulo, Editora Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (1976). Introdução á Literatura Fantástica, Paris, Seuil.

\_\_\_\_\_ (1971). «As Categorias da Narrativa Literárias» in *Análise Estrutural da Narrativa*, trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes Lda., pp. 209-254.

\_\_\_\_\_ (1980). *Simbolismo e Interpretação*, trad. de Maria de Santa Cruz, Lisboa, Edições 70.

\_\_\_\_\_ (1981). *Os Géneros do Discurso*, trad. de Ana Mafalda Leite, Lisboa, Edições 70.

TRAÇA, Maria Emília (1992). *O Fio da Memória, do Conto Popular ao Conto para Crianças*, Porto, Porto Editora.

VIANA, Fernanda Leopoldina P. (2001). *Melhor Falar para Melhor Ler – um programa de desenvolvimento de competências linguísticas (4-6 anos)*, Braga, Coleção Infans, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

VOLOBUEF, Karin (1993). «Um estudo do conto de fadas», *Revista de Letras*, S. Paulo, UNESP.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1962). *Teoria da literatura*, trad. de José Palla e Carmo, Lisboa, Publicações Europa-América.

YUNES, Eliana e PONDÉ, M. da Glória (1988). *Leitura e Leituras da Literatura Infantil*, São Paulo, FTD.

ZILBERMAN, Regina (1987). *A Literatura Infantil na Escola*, 7.ª ed. S. Paulo, Global Editora.

ZIMMERMANN, Bernhard (1987). «El lector como productor», in *Estética de la Recepción*, Madrid, Arco/Libros, p. 48.



**MOINHOS 2014**

### **3.1.2.2. MUNDOS MARAVILHOSOS - ALGUNS CONTOS DE SOPHIA**

**SUSANA TELES MARGARIDO**

Escolhi, para esta intervenção, Sophia de Mello Breyner Andresen, por ser a escritora que sempre me fez transportar para mundos maravilhosos, onde a imaginação não tem limites, as personagens são puras e as mensagens são intemporais.

Analisarei as personagens principais dos contos *A Menina do Mar*, *A Fada Oriana*, *A Floresta* e *A Noite de Natal*, sob o ponto de vista da solidão em que vivem.

Nestas narrativas, a vida, a morte, a solidão, a amizade, a rejeição, o ciúme e a procura de respostas para as adversidades da vida são os grandes problemas com que as personagens se debatem.

Embora os contos de Sophia se aproximem das narrativas clássicas, não deixam, porém, de revelar uma preocupação com as problemáticas associadas às sociedades modernas, em particular, a solidão.

A solidão destes contos, e sobre a qual incidirei, não se reveste necessariamente de aspetos negativos, ou drásticos. Ela pode e deve, também, ser encarada como uma característica inerente a todos os seres humanos, que poderá contribuir para um amadurecimento eventualmente precoce e para um despertar da criatividade, muitas vezes adormecida, que existe em cada pessoa.

Fazer a análise de uma obra, independentemente do seu autor, nunca é tarefa fácil, as obras de Sophia de Mello Breyner, sejam em prosa ou em poesia, revestem-se de uma dificuldade acrescida:

*Porque a limpidez desta linguagem dificilmente autoriza a sua duplicação sob a forma de comentário. Porque a relação imediata com o essencial que nesta poesia se produz não se compadece com as laboriosas máquinas analíticas da crítica contemporânea* (COELHO, 1980: 20).

A própria Autora, citada por António Cunha, afirmou que «*Falar de um poeta é como querer apanhar água com as mãos. Prendemos só as nossas próprias palavras, enquanto o poeta nos foge*»<sup>148</sup>.

A obra de Sophia de Mello Breyner Andresen possui um cunho muito pessoal referenciado pela comunhão com a Natureza em particular, pelo mar, praias e florestas. É, aliás, o mar e a praia que estão em evidência no conto *A Menina do Mar*, em que toda a história decorre num cenário maravilhoso, povoado por espécies fantásticas que compõem uma fauna imaginária de uma criatividade singular. A floresta, outro espaço privilegiado, é cenário d'*A Fada Oriana* e d'*A Floresta*, onde, também, fadas, anões e situações de uma inigualável magia preenchem páginas que se tornaram inesquecíveis.

De certa forma, também *A Noite de Natal* se concretiza num espaço florestal, pois a ação reparte-se entre o enorme jardim e o pinhal que o rodeia.

A escrita literária de Sophia não só denuncia a paixão pelo mar, pela terra e pela casa onde passou a infância, mas também pelas problemáticas sociais, em particular as do tempo em que viveu. Sophia nasceu em 1919 e grande parte da sua vida foi vivida durante o regime do Estado Novo. A sua constante atenção aos problemas da humanidade fê-la incluir na sua obra conteúdos sociais e éticos, criando uma literatura caracterizada pela preocupação social e política, pelo compromisso com o seu tempo e pela denúncia da injustiça e da opressão.

Nos *Contos Exemplares*, Sophia utiliza a ironia como forma de crítica, nomeadamente em «O Jantar do Bispo» e «O Retrato de Mónica», contos em que retrata a injustiça e a desigualdade social, preocupações estas que estarão também relacionadas com a sua formação religiosa.

Nos contos infantis criou personagens que simbolizam o cinismo e o oportunismo (o presidente da Academia de Ciências, o reitor da Universidade, o presidente da Câmara e o Dr. Sabido n'A Floresta), a avareza e a cobardia (o Homem Muito Rico e o peixe n'A Fada Oriana) e o autoritarismo e o servilismo (a Grande Raia, os polvos e os búzios n'A Menina do Mar) como forma de mostrar aos mais novos a podridão, a mesquinhez e o despotismo da sociedade, em particular das classes dominantes.

O sentimento de justiça, que é bem visível em toda a obra, nomeadamente nos contos infantis, não está apenas ligado a questões políticas; constitui uma forma de nortear o pensamento, através de valores cristãos e humanitários.

---

<sup>148</sup> CF. CUNHA, 2004: 7.

Vários poemas denunciam uma construção e um sentimento muito pessoais, fruto da vivência de problemáticas sociais extremamente consciencializadas. Apela a valores que poderão levar à mudança, apela à coragem e à denúncia, num país onde só é possível sobreviver se existir um fio de esperança. Disto é exemplo aquele que considero um dos mais belos poemas de Sophia, «Porque», do livro *Mar Novo*:

*Porque os outros se mascaram mas tu não  
Porque os outros usam a virtude  
Para comprar o que não tem perdão.  
Porque os outros têm medo mas tu não.*

*Porque os outros são túmulos caiados  
Onde germina calada a podridão.  
Porque os outros se calam mas tu não.  
(ANDRESEN, 2003:43).*

### ESPAÇOS DE SOLIDÃO

Nas narrativas de Sophia é dada grande importância à descrição de determinados espaços que se tornam comuns não só nos textos narrativos, mas também na sua poesia.

Para as personagens principais d' *A Menina do Mar*, d' *A Fada Oriana*, d' *A Floresta* e d' *A Noite de Natal* foram criados espaços que permitem a comunhão com a natureza, o encontro com a solidão e o isolamento em relação aos adultos comuns.

No conto *A Menina do Mar*, o rapazinho brinca sozinho e sua solidão vê-se na descrição da casa e do espaço circundante, lugares caracterizados como “maravilhosamente” solitários: «*Era uma vez uma casa branca nas dunas, voltada para o mar*», de frente

para um universo aberto, pleno de liberdade, de costas para os outros. «*Era uma praia muito grande e quase deserta*», onde a única presença era a do rapazinho e dos seres marinhos que mais tarde aparecem e permitem o desenrolar da história.

A natureza marítima parece ser a que exerce maior influência em Sophia. O mar azul, o mar profundo, a vastidão do mar, o barulho do mar, o “mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim”, encontra-se na poesia e, de um modo geral, em toda a obra desta Autora.

*Casa branca em frente ao mar enorme,  
Com o teu jardim de areia e flores marinhas  
E o teu silêncio intacto em que dorme  
O milagre das coisas que eram minhas.*

(ANDRESEN, 2005: 26).

Para além do mar, há a praia, a casa branca, os jardins, as florestas, o silêncio e a solidão que sustentam e compõem a especificidade da escrita de Sophia. No que respeita à literatura para a infância, crescem ainda cenários e personagens fruto de uma imaginação sem limites.

Nestes espaços maravilhosos onde é possível sonhar e concretizar esses sonhos, a família e os adultos perdem importância; o que é, de facto, importante é o estar só e o ser feliz em liberdade.

Os espaços são um convite ao isolamento, pois são demasiado harmoniosos para serem partilhados. A sua beleza intocada, quase primordial, não permite invasões; só alguns seres solitários poderão apreciar os seus encantos.



A importância que a Autora dá à descrição dos espaços sobrepõe-se ao destaque dado às personagens e à ação; no entanto, é no espaço que as personagens são integradas e é em função dele que são caracterizadas.

Os lugares dos contos de Sophia reaparecem em cada conto. São lugares associados à sua infância em que quer a casa branca nas dunas quer o imenso jardim são palco de diferentes aventuras com diferentes personagens solitárias. A própria Autora, numa das muitas entrevistas que deu, referiu:

*Gosto de começar os livros para crianças todos da mesma maneira: Era uma vez... e de regressar a um certo número de marcos, de sítios. [...] eu sou muito repetitiva por natureza<sup>149</sup>.*

Destas últimas palavras são exemplo os espaços que encontramos na poesia, nos contos para crianças e nos contos para adultos.

As casas, em particular as *d'A Fada Oriana*, em contraste com a alegria e a pureza da floresta, são espaços tristes, pobres e sujos, onde há ausência de quase tudo:

*Era uma velha muito velha que vivia numa casa velhíssima. E dentro da casa só havia trapos, móveis partidos e loiça rachada (FO, p. 8).*

*O lenhador era muito pobre. Na sua casa só havia uma cama, uma lareira, uma mesa e três bancos (FO, p. 14).*

Em oposição às casas dos pobres, a casa do Homem Muito Rico é descrita pelo excesso de tudo, o que não a faz melhor do que as outras, pois é um sítio onde «*reinava uma atmosfera de grande má disposição*».

A casa do Poeta é um espaço diferente: uma torre, como se de um castelo se tratasse, coberta de verduras e de flores. É um lugar misterioso e “mágico”, ideal para a criação da poesia, criação esta que Oriana facilita porque encanta a noite e conta «*histórias maravilhosas dos cavalos do vento, da caverna dos dragões e dos anéis de Saturno*» (FO, p. 31).

A harmonia e a frescura do campo contrastam com a cidade que «*De dia e vista de perto [...] era escura, feia e triste*» (FO, p. 7). É por isso que os seres puros como o poeta a velha e as restantes personagens pobres vivem em comunhão com a natureza e não no ambiente impuro da cidade. No entanto, com a “magia” da noite a cidade escura, feia e triste enche-se de luz e de beleza.

O silêncio da floresta é, mais uma vez, sinónimo de paz, de alegria e de poesia: «*À roda da floresta havia campos e montanhas adormecidos e cheios de silêncio*» (FO, p. 7).

No conto *A Floresta*, a casa de Isabel «era enorme» e a sala «tão grande que nunca ninguém lá ia». Esta casa é propícia a mistérios e a sonhos: «Mas a sala mais misteriosa era a sala de baile», um espaço que lhe permitia sonhar, onde reinava «*um pesado silêncio como se fosse ali o palácio da Princesa Adormecida*». Isabel sonhava, então, que um dia um cavaleiro “desencantaria” todos aqueles objetos e eles ganhariam luz e vida. Em oposição, do outro lado da casa, havia sempre muita agitação; as criadas trabalhavam e conversavam, não permitindo que o “sonho” tivesse lugar.

Embora Isabel seja uma menina da burguesia, é num espaço pequeno, num recanto do bosque, «*um lugar muito solitário onde nunca passava ninguém*», que, deitada num

<sup>149</sup> Sophia de Mello Breyner Andresen em entrevista concedida a Eduardo Prado Coelho, para a Revista nº 6 do ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa), 1986.

tapete de musgo, olhando para o tronco «*escuro, enorme e rugoso*» de um carvalho, sonha acordada, convoca o maravilhoso: «- *Um sítio bom para morarem anões*» (p. 12).

Cria-se um ciclo infinito de invenção: o espaço da árvore transfigura-se num espaço maravilhoso, originando o aparecimento de um ser irreal que se converte em real: «*Parecia-lhe que viver entre anões devia ser uma coisa maravilhosa. Imaginava as casas dos anões, os seus palácios enterrados na terra*» (p. 13).

Lugar isolado por excelência, a floresta expõe quem a invade a todos os perigos, a todas as aventuras. Transforma-se, assim, num espaço privilegiado da narrativa, pois nela é-se submetido a verdadeiras provas de coragem, uma vez que se está só e entregue a si mesmo. A floresta é um local de recolhimento e de encontro solitário e silencioso com forças e seres naturais e sobrenaturais. Isabel aprende nela a enfrentar a incerteza e o mistério.

No conto A Noite de Natal, nos dois espaços dicotómicos, exterior/interior, encontramos uma beleza singular: «*No jardim havia tílias, bétulas, um cedro muito antigo, uma cerejeira e dois plátanos*», [...] «*Esse armário tinha duas portas que nunca se abriam completamente e uma grande chave. Lá dentro havia sombras e brilhos. Era como o interior de uma caverna cheia de maravilhas e segredos*» (NN, p. 12).

A dicotomia céu/terra não implica um contraste belo/feio ou bom/mau; apenas escuro/claro, com o fascínio inerente a qualquer um desses espaços.

Os espaços criados por Sophia são espaços solitários, ideais para se viver uma solidão harmoniosa como se de um mundo perfeito se tratasse.

#### PERSONAGENS SOLITÁRIAS

As personagens dos contos infantis de Sophia que seleccionei para esta apresentação são, como já referi, personagens solitárias. Os espaços em que vivem foram meticulosamente criados para que essa solidão seja vivida com alegria e liberdade: liberdade pela ausência de controlo (o rapaz d'A *Menina do Mar* e Oriana d'A *Fada Oriana*) e liberdade de sonhar com mundos maravilhosos, criá-los e viver neles (Isabel d'A *Floresta* e Joana d'A *Noite de Natal*).

A liberdade que o mar transmite, associada à pureza, é para Sophia uma condição para se ser feliz; no poema «Liberdade», do livro *Mar Novo*, é possível sentirmos isso:

*Aqui nesta praia onde  
Não há nenhum vestígio de impureza,  
Aqui onde há somente  
Ondas tombando ininterruptamente,  
Puro espaço e lúcida unidade,  
Aqui o tempo apaixonadamente  
Encontra a própria liberdade.*  
(ANDRESEN, 2003: 26).

As personagens infantis dos contos gozam desse privilégio, de liberdade. Por outro lado, a felicidade suprema implica que a liberdade seja vivida no isolamento, pois só ele permite sonhar.

Embora Joana tivesse «*muita pena de não saber brincar com os outros meninos*», nada indica que fosse infeliz por isso. Esta criança desenvolveu estratégias para lidar com a solidão sem sofrimento, empoleirava-se no muro do jardim e “procurava” nos transeuntes um amigo; até que um dia o encontrou. Na verdade, ela passa a ser mais feliz quando encontra um “verdadeiro” amigo. Aqui, o que está em causa é o tipo de pessoas (especiais) que podem conviver harmoniosamente com as personagens

(também especiais) criadas por Sophia. Estas crianças<sup>150</sup> solitárias vivem em harmonia com a natureza. A solidão não é aqui descrita como algo negativo, mas como uma condição aceitável com a qual as personagens lidam de forma favorável.

Os adultos são praticamente banidos dos quatro contos selecionados. Só é “permitida” a presença de adultos que, pelas suas características, sejam “almas puras”: os velhos<sup>151</sup>, os poetas, o cientista sonhador; esses, sim, podem “entrar” na vida das crianças solitárias porque a sua presença não macula a inocência:

*Porque a única pessoa crescida a quem Oriana podia aparecer era ao Poeta. Porque ele era diferente das outras pessoas crescidas* (FO, p. 30).

– *Dá o tesoiro ao meu professor de música. É um homem extraordinário [...]. É um poeta.*

– *Parece-me bem – disse o anão. – Sempre gostei de poetas* (F, p. 44).

A família, composta por adultos, também está ausente nestes contos. Relativamente ao rapazinho (MM) e a Oriana não é feita referência à família. No que respeita a Joana, embora ela tenha pais, eles são mencionados de uma forma pontual, sem que sejam feitas alusões às suas características e à relação com a filha. Também em relação a Isabel não são feitas referências à família; sabe-se que ela vive na casa dos pais e nada mais é dito a este respeito.

No conto *A Menina do Mar*, o rapazinho, tal como acontece em todos os contos de Sophia, é apresentado por um narrador heterodiegético e onisciente que o relaciona com a descrição pormenorizada da “casa branca nas dunas, voltada para o mar”: «*Nessa casa morava um rapazito que passava os dias a brincar na praia*» (MM, p. 5).

Esse rapazito não tem nome, não tem idade e, como já se referiu, nada se sabe sobre a sua família.

O importante na descrição do rapazito não são as características físicas, familiares ou sociais, são as emoções, os desejos.

O rapazito, solitário, não é medroso; perante uma grande tempestade imaginou «uma imensa batalha em que o mar, o céu e o vento se combatiam» (MM, p. 8). Quando acordou, estava uma linda manhã e ele foi, livre e sozinho, brincar para as rochas. Sentia-se muito feliz e num dado momento pensou «*Tenho de ir para casa*». Este suposto dever ou compromisso (“tenho”) não é explicado, até porque ele não vai para casa naquela ocasião, mas faz prever a existência de regras importantes, sobretudo, para os adultos.

A entrada do rapazinho no universo marítimo, a realização do sonho, corresponde ao alcance da liberdade plena e da suprema felicidade; é a passagem do universo real para o universo irreal através do caminho da imaginação, da magia. É isso que permite a união entre as duas personagens e a opção pelo mar como espaço ideal do encontro entre os dois.

N’A Fada Oriana, a protagonista é uma fada-menina que «*Vivia livre, alegre e feliz dançando nos campos, nos montes e nos bosques, nos jardins e nas praias*» (FO, p. 6); é segundo Marta Martins «*uma figura solitária que apenas interage com aqueles que necessitam da sua ajuda*» (MARTINS, 1995: 38).

<sup>150</sup> Apesar de Oriana ser uma fada, pelos seus comportamentos e atitudes, percebe-se que será uma fada-menina. O Poeta refere isto mesmo: «– No mundo há muitas meninas bonitas. Mas só tu é que podes encantar a noite porque és uma fada» (MM, p. 31).

<sup>151</sup> «Os velhos porque, próximos do final do Tempo, criaram uma intemporalidade que os aproxima das origens. Eles, tal como as crianças, são intuitivos e estão próximos da verdade» (MARTINS, 1995: 26).

A esta criança é dada, logo no início do conto, uma grande responsabilidade pela Rainha das Fadas: «*entrego-te esta floresta. Todos os homens, animais e plantas que aqui vivem, de hoje em diante, ficam á tua guarda*» (FO, p. 6). Tal como as meninas dos meios socialmente mais desfavorecidos que cedo abandonam as brincadeiras e a escola para tomarem conta dos irmãos e da casa, esta fada-menina aceita um compromisso («– Prometo.») que a levará a encontrar a maturidade. Oriana assume, convicta, a sua missão e mesmo sendo desafiada pelas andorinhas para ir conhecer o «outro lado do Mundo» resiste, pois os homens, os animais e as plantas da floresta precisam dela: «*Eu prometi tomar conta da floresta [...]. Eu fiz uma promessa*» (FO, p. 12).

Este compromisso inquebrável faz da fada um ser perfeito: ela existe para fazer bem aos outros e é feliz assim. Pela poeticidade e pela beleza na descrição do espaço, como é habitual em Sophia, apercebemo-nos que à obrigatoriedade imposta não é atribuído, por parte de Oriana, um caráter de sacrifício. Oriana percorre um caminho de procura e de encontro consigo própria e com o *outro*, que reflete o humanismo que emerge de todas as obras de Sophia.

Oriana, como fada que é, terá de assumir as responsabilidades para que foi destinada: guardar a floresta as pessoas, os animais e as plantas. E é sozinha e feliz que assume o seu fado. Exerce, então, a sua proteção sobre uma variedade de seres humanos, conquistando, pela sua bondade e dedicação ao *outro*, a amizade de todos estes e de todos os habitantes da floresta. Oriana é descrita pelo narrador como símbolo de beleza, de liberdade e de altruísmo, de perfeição, e colocada num universo natural, habitado por criaturas que careciam da sua ajuda.

A velha, uma das muitas personagens secundárias deste conto, é também uma personagem solitária que, embora não sendo feliz, é ajudada por Oriana a viver a solidão de forma menos penosa. Apesar de a velha não poder ver Oriana, porque «*As fadas só se mostram às crianças, aos animais e às flores*» (FO, p. 9), sabia que as fadas

existiam e que havia sempre uma disposta a ajudá-la e a protegê-la. Embora solitária, a velha não está sozinha e sabe disso.

Oriana não contacta com pessoas (à exceção do poeta), isto é, as pessoas não a veem nem lhe podem falar, embora saibam que ela existe e é a responsável pelo que de bom lhes acontece. Quando acaba de auxiliar a velha, vai ajudar o lenhador e a família, depois o moleiro e ainda, de uma forma diferente, o Homem Muito Rico. Em simultâneo, cuida dos animais e das flores; é responsável por todos os seres vivos que vivem na floresta.

Ao ajudar mais um ser, o peixe, Oriana vê a sua imagem refletida na água do rio e constata que é lindíssima, ficando «maravilhada com a sua descoberta». Inesperadamente, afasta-se da sua promessa, da sua natureza e da incumbência para a qual tinha sido eleita e, pela interferência malévola do peixe, entra num processo de alheamento em face dos que precisam dela. Deixando de olhar “para fora”, passa a ter como única preocupação a sua imagem. É a partir deste momento e do castigo subsequente que a fada-menina inicia uma vivência em solidão amargurada.

Neste conto, podemos assinalar duas formas distintas de solidão que Oriana vivencia: a solidão inicial, equilibrada e alegre, e a solidão dolorosa, espinhosa, cruel, à qual é subjugada por não ter cumprido a sua missão e, assim, ter perdido a sua identidade. Oriana deixa de ser uma fada feliz, na sua caminhada solitária pela floresta, e transforma-se numa menina infeliz, sem poderes, indefesa e repudiada por aqueles que já não pode ajudar e que já não a reconhecem, porque não tem asas nem varinha de condão. Perdida a sua identidade mágica, Oriana é obrigada a enfrentar o mundo com as limitações dos humanos, vencer obstáculos, provar o seu valor, o seu total altruísmo para reconquistar a sua condição inicial.

A fada-menina quando, através do castigo, fica sem poderes, inicia um percurso de sofrimento físico e moral que a leva ao arrependimento e posteriormente à reconquista da sua condição de fada.

Embora lhe tenha sido dada a oportunidade de recuperar os seus poderes de fada, através do mal, Oriana recusa essa possibilidade e, pela percepção da dor que causou, debate-se numa tentativa de remediar o mal provocado, através do bem, condição que só é alcançada após demonstrar que se esqueceu de si e colocou o *outro* em primeiro lugar. Quando isso acontece tudo volta a ser com antes; a harmonia regressa à floresta e com ela os seus habitantes: «*E Oriana levantou a sua varinha de condão e tudo ficou encantado*» (FO, p. 82).

A vida de Oriana, em solidão, é uma vida feliz. A infelicidade só se instala quando a fada conhece a vaidade e se humaniza. No desfecho deste conto (em que tudo volta a ficar como antes), a fada-menina voltará, também, a ficar solitária, a guardar a floresta e os seus seres vivos e a gozar os privilégios de morar num espaço perfeito que ela própria encanta.

N' *A Floresta*, Isabel, uma menina de onze anos, brinca sozinha e feliz tendo por isso o privilégio de conseguir «*conversar com as árvores, com as pedras e com as flores*».

A criada Mariana não acredita que os anões existam e consegue que, mais tarde, depois de muito esforço para os encontrar, Isabel comece a convencer-se de que os anões são apenas imaginários. Mesmo assim, a menina sonhadora edifica uma minúscula e acolhedora casa para anões, e deseja ser um: «*Isabel desejou ter meio palmo de altura para caber lá dentro*» (F, p. 14). A criada, como a cozinheira são adultos que simbolizam

o pragmatismo, o ceticismo e a voz do senso comum, ilustrando a razão pela qual os adultos não se integram neste universo de infância e poesia.

É, então, criado um momento de *suspense* que, sem dúvida, entusiasma os pequenos leitores: «*Aquilo que viu deixou-a imóvel, muda, com a boca aberta, com os olhos esbugalhados*» (F, p. 16). O sonho torna-se numa fantástica realidade: «*– Estou a sonhar! Pois dentro da casa tinha acontecido uma coisa extraordinária e incrível: em cima da cama estava deitado um verdadeiro anão*» (F, p.16).

Isabel “entra”, então, num conto de fadas como aqueles que costumava ler: «*Aos sete anos, logo que tinha aprendido a ler, Isabel tinha lido a história d’A Branca de Neve e dos Sete Anões. Pensava muitas vezes nessa história*» (F, pp. 12-13).

Embora com algumas dificuldades, porque na vida real elas existem, Isabel consegue, ao longo da narrativa, confiar e provar que ela própria é digna de confiança. Aprende a esperar, a ouvir, a fazer amigos e, sobretudo, a valorizar a sabedoria dos mais velhos.

O anão era também um ser solitário que desejava ir para junto da sua família, uma personagem (solitária) infeliz com essa condição<sup>152</sup>. Trata-se, todavia, de uma solidão temporária (apesar de durar dois séculos) que depende de um problema, à volta do qual o conto gira, e que Isabel ajudará a resolver.

As personagens reais e adultas, supostamente solitárias, que interagem com Isabel, são pessoas que pertencem a um mundo que as faz diferentes das outras: o mundo da música e da poesia e o mundo da ciência.

<sup>152</sup> Há mais de dois séculos fora incumbido de ficar na floresta a guardar um tesouro e só o poderia dar a uma pessoa boa que o gastasse a praticar o bem. Nessa altura seria possível, então, libertar-se.

O professor de música é um artista, um poeta. O anão, que é «muito desconfiado» e não fala com ninguém (para além de Isabel), sabe que um poeta é “diferente”, é digno de confiança: «– Sempre gostei de poetas». Então, Cláudio passa a fazer parte do grupo de amigos de Isabel (e do anão); é-lhe permitida a entrada num mundo maravilhoso.

O Doutor Máximo é um sábio, um cientista, tido como louco na cidade onde todos troçam dele; É uma “alma pura” .

Também o velho jardineiro, Tomé, se relaciona com a pequena Isabel, mas esta personagem é « – o mediador entre Isabel e o mundo vegetal – que lhe revela os segredos da natureza» (MATOS, 1993: 70). São, sem dúvida, personagens com atributos muito particulares: possuem bondade, são puras e sabem sonhar e/ou estão estreitamente ligadas à natureza.

Isabel é uma personagem com capacidade de ação. Revelando um grande interesse pela experiência do *outro*, esta menina demonstra as virtudes do herói iniciado que quer aprender a viver, contemplando o mundo. Ao abrir-se a seres extraordinários que vivem na Natureza, transforma o seu sonho, a sua experiência individual, numa esperança (de concretização de sonhos) para o pequeno leitor.

Recorde-se que um dos temas prediletos de Sophia é o da justiça, que também é abordado neste conto e que se expressa, sobretudo, no diálogo entre o bandido, que está a morrer, e o frade: «*Frade, transforma em bem o fruto do mal. Faz com esse dinheiro uma obra boa*» (F, p. 39).

Esta narrativa aborda comportamentos e atitudes inter-relacionais, valores de respeito e de confiança, que começam pela palavra («– *Cumpro sempre a minha palavra*») e vão até às ações puras de quem valoriza a amizade e a alegria, que, por sua vez, conduzem a um estado de felicidade: «- *Estou tão feliz, tão feliz, tão feliz!*» (F, p. 24).

Embora desejoso de reencontrar a família, e deixar de viver sozinho, o anão assume a dor da separação, a aceitação da saudade. Isabel, por sua vez, não sabe como consolar-se da partida do amigo, mas recebe um grande conselho: «*escreve esta história. As coisas que passam ficam vivas para sempre numa história escrita*» (F, p. 67), porque é através da palavra escrita que tudo é perpetuado; as palavras faladas poderão ser esquecidas, mas as escritas duram para sempre.

N’A *Noite de Natal*, Joana, assim como Isabel, é também uma personagem solitária.

Tal como a protagonista d’A Floresta, Joana brincava debaixo de uma grande árvore (neste caso, um cedro): «*Com musgo e ervas e paus fazia muitas casas pequenas encostadas ao grande tronco escuro. Depois imaginava os anõezinhos que, se existissem, poderiam morar naquelas casas*» (NN, p. 7). A atração das personagens por espaços maravilhosos e seres fantásticos pertencentes a uma natureza em estado puro é comum nos quatro contos selecionados.

No caso d’A *Noite de Natal*, para além de a Autora escolher, mais uma vez, um espaço privilegiado, a floresta/jardim, por aquilo que de natural e de misterioso encerra, aborda dois temas que lhe são intensamente próximos: a injustiça social e a religião.

Joana procura a verdadeira amizade e, embora seja ainda uma criança, sabe distingui-la.

Entre Joana e Manuel nasce a amizade através da partilha do espaço: «*E foram os dois pelo jardim fora. [...] Joana mostrou-lhe o tanque e os peixes vermelhos. Mostrou-lhe o pomar, as laranjeiras e a horta*»; *ele é o amigo que ela esperava e que lhe passa a fazer companhia: «e começaram os dois a construir a casa do rei dos anões. Brincaram assim durante muito tempo*» (NN, p. 10).

Ainda que o espaço opulento em que Joana vive contraste com a pobreza do lugar em que mora Manuel, a diferença social não é, no entanto, impedimento para que entre as duas crianças nasça uma verdadeira amizade, até porque Manuel «*Era um amigo maravilhoso. As flores voltavam as suas corolas quando ele passava, a luz era mais brilhante em seu redor e os pássaros vinham comer na palma das suas mãos*» (NN, p. 11); estes são indícios do caráter excepcional/sobrenatural da personagem.

Embora na casa de Joana todos vivam aquela noite com conforto e alegria, a criança preocupa-se com o amigo ausente quando descobre que ele não vai ter nem presentes nem um delicioso jantar: «*Os pobres são os pobres. Têm a pobreza*» (p. 21). Mais uma vez a Autora evidencia, através de Joana, tal como havia feito com Isabel, a sua preocupação com a injustiça social; afinal o Natal dos presentes e da consoada não é para todos.

Só, com medo e com frio, Joana, à semelhança da Branca de Neve perdida no bosque, sente-se também perdida. Mas porque o bem é “sempre recompensado”, uma estrela ajuda-a a continuar esse caminho e a viagem solitária na floresta transforma-se num “milagre”: Joana percebe que Manuel é, afinal, o Menino Jesus.

Os quatro contos escolhidos para esta apresentação têm em comum, como referi no início, personagens solitárias, mas de certa forma felizes, que vivem em total harmonia com a natureza: mar e praia, florestas e jardins. São personagens, crianças e adultos, que exprimem o ser humano ideal: puro, sincero e altruísta, ligado à natureza; e são lugares maravilhosos, símbolos da perfeição, onde todos os Homens deveriam viver. São a crença de que existe algo mais do que aquilo que designamos como “real”; real que é definido e aceite pela generalidade dos adultos que são, por isso, excluídos deste universo.

## BIBLIOGRAFIA

### I. DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

#### 1. CONTOS INFANTIS

- (1994). *O Rapaz de Bronze*, 20.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Edições Salamandra, [Minotauro, 1.<sup>a</sup> ed., 1956].
- (2002). *A menina do Mar*, 40.<sup>a</sup> ed., Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1958].
- (2003). *A Fada Oriana*, Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1958].
- (2004). *A Floresta*, Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1968].
- (2004). *A Árvore*, Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1985].
- (2004). *A Noite de Natal*, Porto, Figueirinhas, [Ática, 1.<sup>a</sup> ed., 1960].
- (2004). *O Cavaleiro da Dinamarca*, Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1964].

#### 2. CONTOS

- (2006). *Histórias da Terra e do Mar*, Porto, Figueirinhas.
- (2006). *Contos Exemplares*, 36.<sup>a</sup> ed., Porto, Figueirinhas, [1.<sup>a</sup> ed., 1962].

#### 3. POESIA

- (2003). *Mar Novo*, Lisboa, Caminho, [Guimarães, 1.<sup>a</sup> ed., 1958].
- (2005). *Poesia*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Caminho, [Edição da Autora, 1.<sup>a</sup> ed., 1944].

#### II. Sobre Sophia de Mello Breyner Andresen

CASTELO BRANCO, Maria do Carmo, (2008). *Histórias da Terra e do Mar. Ética e Estética En Sophía de Melo*, disponível em <http://www.iacat.com/Revista/recreate/crearte04/ Seccion3/Hist%C3%B3rias%20da%20Terra%20e%20do%20Mar.pdf> em abril 2008.

COELHO, Eduardo Prado (1980). «Sophia, a lírica e a lógica», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, n.º 54, pp. 20-35.

CUNHA, António Manuel dos Santos (2004). *Sophia de Mello Breyner Andresen: mitos gregos e encontro com o real*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GOMES, José António (2000). *Sophia, Infância e Apelo do Mar: elementos para uma leitura da obra para crianças e jovens*, Matosinhos, Contemporânea.

\_\_\_\_ (2004/2005). «Sophia de Mello Breyner Andresen e a Sua Obra Para Crianças e Jovens», *Malasartes*, n.º 14, pp. 3-5.

JÚDICE, Nuno (2005) «Um Canto Entre a Terra e Mar», in *A Viagem das Palavras*, Lisboa, Colibri, pp. 97-101.

MACHADO, Álvaro Manuel (1978). «Sophia de Mello Breyner Andresen – O Nome das Coisas», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, n.º 41, pp. 71-72.

MARTINS, Marta (1995). *Ler Sophia*, Porto, Porto Editora, 1995.

MATOS, Maria Luísa Sarmiento de (1993). Os Itinerários do Maravilhoso – Uma Leitura dos Contos para Crianças de Sophia de Mello Breyner Andresen, Porto, Porto Editora.

PEREIRA, Cláudia Sousa (2004/2005). «O Mundo Refletido Numa Bola de Natal – Sobre “A Noite de Natal”», *Malasartes*, n.º 14, pp. 9-12.

RAMOS, Ana Margarida (2004/2005). «Dos Espaços e da Sua Magia: uma leitura D’A Floresta” de Sophia de Mello Breyner Andresen», *Malasartes*, n.º 14, pp. 15-17.

ROCHA, Clara Crabbé (1980). *Os “Contos Exemplares” de Sophia de Mello Breyner*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

\_\_\_\_ (1994). «Nos 50 Anos de Vida Literária de Sophia. Sophia de Mello Breyner Andresen: poesia e magia», *Colóquio-Letras*, Lisboa, Gulbenkian, Ensaio n.º 132/133, pp. 165-182.

SEVERINO, Isa (2006). «A Menina do Mar de Sophia de Mello Breyner: do texto ao palco», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (1996). *Sophia: O Canto para Todos*, Trabalho de Síntese Apresentado para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

SILVA, Sara Reis (2004/2005). «“A Fada Oriana”, de Sophia de Mello Breyner Andresen: da ilusão do olhar ao mais profundo do Ser», *Malasartes*, n.º 14, pp. 6-8.

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1974). *A Estrutura do Romance*, Coimbra, Livraria Almedina.

\_\_\_\_ (1981). «Nótula sobre o conceito de Literatura Infantil», in *A Literatura Infantil em Portugal: chegadas para a sua história*, Domingos Guimarães de Sá, Braga, Editorial Franciscana.

\_\_\_\_ (1984). *Teoria da Literatura*, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Almedina.

\_\_\_\_ (1990). *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.

ALBUQUERQUE, Fátima (2006). «Contos de Encontro – (Re)leituras infantis de contos de fadas nos dias de hoje», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

BETHELHEIM, Bruno (1998). *Psicanálise dos Contos de Fadas*, trad. de Carlos Humberto da Silva, 6.ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de (1989). *A Literatura Infantil. Visão Histórica e Crítica*, 3.ª ed., São Paulo, Global.

CERRILLO, Pedro C. (1999). *Literatura Infantil y su Didáctica*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

\_\_\_\_ (2001). «Lo Literario y lo Infantil: concepto y caracterización de la literatura infantil», in *La Literatura Infantil en el Siglo XXI*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

CORREIA, João David Pinto (1973). *A Literatura Juvenil em Portugal: subsídios para o estudo da sua história e de alguns dos seus problemas*, Lisboa, Edição da Direção Geral da Educação Permanente.

\_\_\_\_ (1978). *Literatura Juvenil / Paraliteratura*, Lisboa, Editor Livraria Novidades Pedagógicas.

DIOGO, Américo António Lindeza (1994). *Literatura Infantil, História, Teoria, Interpretações*, Porto, Porto Editora.

ECO, Umberto (1984). *Conceito de Texto*, trad. de Carla Queiroz, São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Lda.

### III. TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIAS



\_\_\_ (1993). *Leitura do Texto Literário. Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos literários*, 2.ª ed., Lisboa, Presença.

\_\_\_ (1995). *Seis Passeios nos Bosques da Ficção*, trad. de Wanda Ramos, Lisboa, Difel, [1.ª ed., 1994].

\_\_\_ (2004). *Os Limites da Interpretação*, trad. de José Colaço Barreiros, 2.ª ed., Algés, Difel.

EPIN, Bernard (1978). «A Literatura para a Infância e para a Juventude, essa Desconhecida», in *O Poder de Ler*, Porto, Porto Editora, pp. 106-114.

FURTADO, Filipe (1980). *A Construção do Fantástico na Narrativa*, Lisboa, Livros Horizonte.

GARCÍA PADRINO, Jaime (1992). «Literatura Infantil y Educación», in *Literatura Infantil y Enseñanza de la Literatura*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

GARRIDO DOMÍNGUEZ, Antonio (1996). *El Texto Narrativo*, Madrid, Editorial Síntesis S. A.

GOMES, Alice (1972). *O Autor e a Comunicação no Livro Infantil*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional.

\_\_\_ (1992). *A Literatura para a Infância*, Lisboa, Torres e Abreu Editora.

GOMES, José António (2002). *Espelhos e Sombras: representações do eu em Luísa Dacosta*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

\_\_\_ (1993). *A Poesia na Literatura para a Infância*, Rio Tinto, Edições Asa.

\_\_\_ (1991). *Literatura para Crianças e Jovens – alguns percursos*, Lisboa, Caminho.

\_\_\_ (1996). *Da Nascente à Voz – contributos para uma pedagogia da leitura*, Lisboa, Caminho.

\_\_\_ (coord.), (1999). *Do Dragão ao Pai Natal. Olhares sobre a Literatura para a Infância*. Porto, Campo das Letras.

GRATIOT – ALPHANDERY, Hélène (1978). «O papel da leitura na formação da criança e do adolescente», in *O Poder de Ler*, Porto, Livraria Civilização, pp. 33-37.

ISER, Wolfgang [s/d]. «El Proceso de Lectura: Enfoque Fenomenológico», in *Estética de la Recepción*, org., José Antonio Mayoral, Madrid, Arco/Libros, [s/d].

JESUALDO (1993), *A Literatura Infantil*, trad. de James Amado, S. Paulo, Editora Cultrix.

KHÉDE, Sónia Salomão (1990). *Personagens da Literatura Infantojuvenil*, S. Paulo, Brasiliense.

LEMOS, Ester de (1972). *A Literatura Infantil em Portugal*, Lisboa, M.E.N., D.G.E.P.

MESQUITA, Armindo (Coord.), (2002). *Pedagogias de Imaginário, Olhares sobre a Literatura Infantil*, 1.ª ed., Porto, Asa.

\_\_\_ (coord.), (2006). «A Sabedoria dos Contos de Fadas», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

\_\_\_ (1999). *A Estética da Recepção na Literatura Infantil*, Série Ensaio, Vila Real: UTAD, disponível em [alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf](http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/infantil/armindo1.rtf). em abril de 2007.

PROPP, Vladimir (2000). *Morfologia do Conto*, trad. de Jaime Ferreira e Vítor Oliveira, 4.ª ed., Lisboa, Vega Editora.

PROUST, Marcel (1997). *O Prazer da Leitura*, trad. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Teorema.

\_\_\_ (1998). *Sobre a Leitura*, trad. de José Augusto Mourão, 2.ª ed., Lisboa, Vega.

RAMOS, Ana Margarida (2005). «Infância e Literatura: contributos para uma leitura da narrativa infantil contemporânea», in *Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. 5. Investigação e prática docente*, Coimbra, Almedina.

ROCHA, Natércia (2001). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa, Caminho, 2.ª ed. (1.ª ed. 1984, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa).

ROSEMBERG, Fúlvia (1984). *Literatura Infantil e Ideologia*, São Paulo, Global.

SILVA, Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da (2004). *O Novo Rosto do Paraíso: diálogos com a infância*, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em Literatura Portuguesa Contemporânea, Ponta Delgada.

\_\_\_\_ (2006). «Porque renascem as bruxas?», in *Mitologia, Tradição e Inovação. (Re)Leituras para uma nova literatura infantil*, coord. Armindo Mesquita, Vila Nova de Gaia, Gailivro.

\_\_\_\_ (2007). «Literatura em Crescimento. O lugar problemático da literatura juvenil no sistema literário», in *A Criança e o Texto Literário – Atas do II Congresso Internacional*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (s/p), texto policopiado.

SOTOMAYOR SÁEZ, M<sup>a</sup> Victoria (2000). «Lenguaje Literario, Géneros y Literatura Infantil» in *Presente y Futuro da la literatura Infantil*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de (2000). *Teoria Breve da Literatura Infantil*, [s/l], Edição do Autor.

WELLEK, René e WARREN, Austin (1962). *Teoria da literatura*, trad. de José Palla e Carmo, Lisboa, Publicações Europa-América.

YUNES, Eliana e PONDÉ, M. da Glória (1988). *Leitura e Leituras da Literatura Infantil*, São Paulo, FTD.

ZILBERMAN, Regina (1987). *A Literatura Infantil na Escola*, 7.<sup>a</sup> ed. S. Paulo, Global Editora.

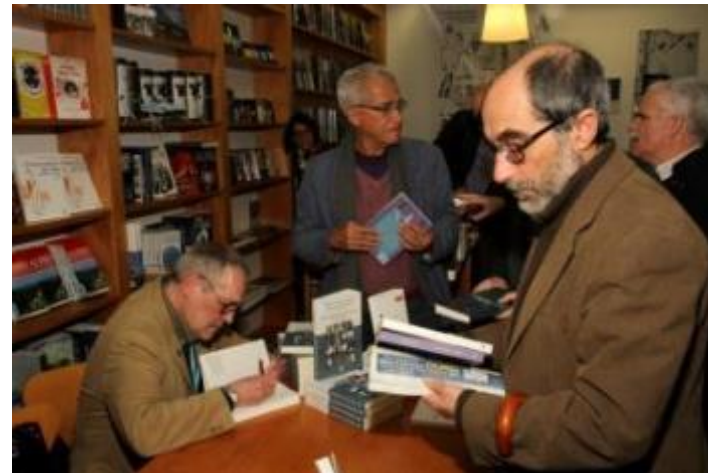
#### TOMA PARTE NAS SESSÕES DE POESIA

#### PARTICIPA PELA 3ª VEZ DEPOIS DO 21º COLÓQUIO NOS MOINHOS 2014 E 22º EM SEIA 2014



MOINHOS 2014

#### **37. URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR AÇORIANO CONVIDADO, ESC. SEC. ANTERO DE QUENTAL, PONTA DELGADA, AÇORES**



PDL 2013



LAGOA 2012



### LAGOA 2012

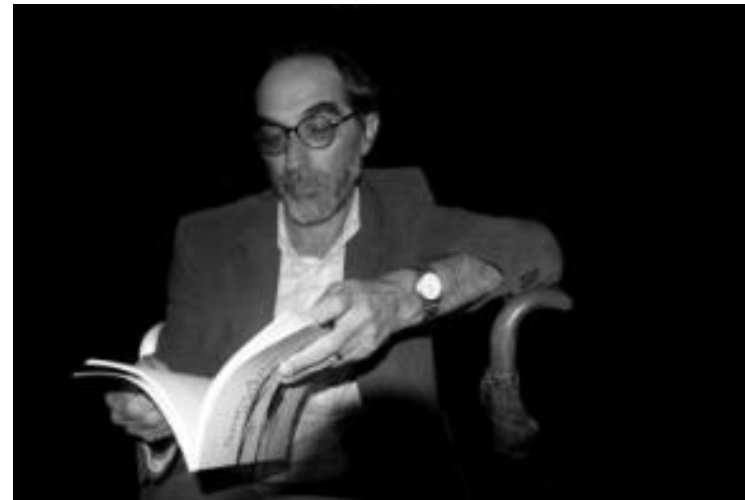
**URBANO MANUEL BETTENCOURT MACHADO**, nasceu na Piedade, ilha do Pico, (1949). Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa. Doutorado em Estudos Portugueses pela Universidade dos Açores, onde lecionou entre 1990 e 2014.

Começou a sua atividade profissional na Escola Secundária da Amora, tendo posteriormente lecionado na E.S. da Bela Vista (Setúbal), na E B 2,3 Padre João José do Amaral (Lagoa) e na E.S. Antero de Quental, a cujo quadro de professores pertence e onde presentemente exerce a docência.

No domínio da investigação, tem dedicado particular atenção às literaturas insulares, sobre as quais já proferiu conferências em Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores.

Colaboração em revistas da especialidade, no país e no estrangeiro.

Entre 2006 e 2009 dirigiu, com Carlos Alberto Machado, a coleção «Biblioteca Açoriana», para a qual preparou a antologia de contos de José Martins Garcia, *Português, Contrabandista*.





LAGOA 2012

Poesia e narrativa:

*Raiz de Mágoa* (1972);

*Ilhas* (de parceria com Santos Barros, 1976);

*Marinheiro com residência fixa* (1980);

*Naufrágios Inscrições* (1987);

*Algumas das Cidades* (1995);

*Lugares sombras e afetos* (2005);

*Santo Amaro Sobre o Mar* (2005; 2.ª ed, 2009);

*Antero* (2006);

*Que paisagem apagará* (2010);

*África frente e verso* (2012);

*Outros nomes outras guerras* (2013);

*O leitor que se perdeu entre os leitores de nuvens* (2013).

Ensaio:

*O Gosto das Palavras*, 3 vols. (1983, 1995, 1999);

*Emigração e Literatura* (1989);

*De Cabo Verde aos Açores – à luz da «Claridade* (1998); *Ilhas conforme as circunstâncias* (2003).

Participou na coordenação das seguintes antologias de poesia açoriana:

*Caminhos do Mar*. Antologia Poética Açoriano-Catarinense (com Lauro Junkes e Osmar Pisani). Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

*Pontos Luminosos*. Açores e Madeira - Antologia Poética do Século XX (com Maria Aurora Homem e Diana Pimentel). Campo das Letras, 2006.

*Azoru Salu*. *Dzejas antologija* (com Leons Briedis). Riga, Letónia, 2009.



LAGOA 2012

### APRESENTA DOIS TRABALHOS:

#### TEMA 3.1.1. JOSÉ MARTINS GARCIA – A LINGUÍSTICA VAI À GUERRA, URBANO BETTENCOURT. ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL (PONTA DELGADA)

No interior da narrativa de Martins Garcia, a instituição militar e a guerra em África constituem um domínio temático de relevo e bem identificado, ao lado de outros como o insular açoriano, sobretudo, e o lisboeta. Objeto de tratamentos narrativos diversificados, os dois tópicos coincidem, todavia, naquilo que é uma perspetiva comum de crítica dos mecanismos e procedimentos militares que se traduzem, em última instância, na anulação do homem, no seu rebaixamento a uma condição de pura irracionalidade.

*Lugar de Massacre* (1975) é, neste aspeto, o romance de uma experiência-limite nos pântanos guineenses, escrito num registo demencial em que o burlesco e o grotesco enquanto estratégias de deformação propiciam a visão de um universo de aviltamento e de exposição da animalidade que subsiste no fundo de cada homem. Experiência tão mais (auto)destrutiva porquanto ela se polariza em Pierre d'Avince, uma personagem cujo ceticismo radical o impede de tomar uma decisão, ainda que uma lucidez extrema lhe permita ver *claramente visto* o desastre coletivo que atinge todos, brancos e negros, civis e militares, milicianos ou de carreira. (a ambiguidade fonética, com a proximidade do onomástico a permitir uma leitura *francesa*).

Mas a verdade é que o tema atravessa toda a obra de Martins Garcia e surge mesmo já em *Katafaraum é uma nação*, um conjunto de «crónicas» e narrativas publicadas em fevereiro de 1974 e cujo pendor crítico e satírico é dominante, mesmo naqueles casos em que uma «escrita oblíqua» exige um processo de leitura em moldes idênticos.<sup>153</sup> Nesta obra, o último dos três «ciclos» da segunda parte intitula-se «Linguagem» e é composto por duas narrativas: «Competência» e «Performance».

Para quem fez a travessia linguística dos anos setenta e oitenta torna-se fácil identificar a sombra de Chomsky neste jogo de títulos, que recuperam dois conceitos provenientes da gramática generativa: o primeiro respeita ao «saber interiorizado que os falantes de uma língua possuem» e que lhes permite comunicar, realizando, pondo em prática, novos enunciados em novos contextos (ou seja, a *performance*).<sup>154</sup>

Já na primeira secção da obra uma crónica intitulada «Elogio da Competência» convocava explicitamente Noam Chomsky: «Vinte séculos antes de Chomsky, a elite

katafaraónica, em cuja sabedoria se haviam depositado as eternas verdades, já tinha estabelecido uma distinção categórica entre «competência» e «performance» (Garcia, 1974: 75).

A ironia começa com a marcação cronológica «antes de Chomsky», que permite a redução às iniciais a.c., que ambigualmente reenviam também a «antes de cristo», assinalando o estatuto de que o *divino Chomsky* desfrutava por esses tempos. Depois, através de uma série de jogos etimológicos e semânticos (por vezes, de pura tautologia) o autor procede a um exercício de composição crítica sobre os costume e os modos de vida em Katafaraum, os rituais de aprendizagem e a aquisição de competência com vista ao desempenho de uma profissão, com a conseqüente ascensão numa sociedade hierarquizada, do competente-mínimo ao competente-crítico, cujo mérito «era diretamente proporcional ao número de vítimas» (p. 76).

Para lá disso, a investigação etimológica sobre «performance» leva a descobrir na palavra o efeito de uma metátese: a palavra original é «preformance», derivada de

*«pre + formar + ânsia; isto é, a ânsia de (se) formar antes, melhor dizendo, a ânsia de nascer formado. Por outro lado, «preformar» mediante queda do p inicial (queda justificada pela evidente imoralidade daquele fonema!) pode muito bem significar «reformatar». E aqui é que bate o ponto: a PREformance é nem mais nem menos do que o estado de quem nasce reformatado.»* (p. 77)

O desenvolvimento irónico levado a cabo pelo narrador revela-nos que esse privilégio de nascer reformatado dependia, do «grupo sanguíneo do katafaraónico», o que é uma forma de denunciar a existência de uma casta familiar no interior da sociedade, pois,

<sup>153</sup> Na nota que escreveu para a 2.ª edição do seu livro (maio de 1974), José Martins Garcia explicita a criação do termo KATAFARAUM, melhor dizendo, as condições em que o vocábulo se lhe impôs, bem como os respetivos sentidos: desde a ressonância bíblica de Cafarnaum até ao processo linguístico de amálgama de «cada (*kata*, em grego) um fareja um», uma divisa adequada aos tempos do Estado Novo.

<sup>154</sup> Lopes, «Competence/Performance», *E-Dicionário de Termos Literários* [online]. Consultado a 14 de fevereiro de 2015.

conclui, os «*preformados-reformados não estavam sujeitos a qualquer prova de competência. Nasciam cultos, eruditos, sapientes, indiscutíveis, realizados, reformados, preformados, performados.*» (p. 77)

É diferente o tratamento a que são sujeitos os conceitos «competência e «performance» na última parte de *Katafaraum é uma nação*.

Transcontextualizados ironicamente, eles recobrem duas fases da experiência militar em espaços e tempos diferentes (a da formação e aquisição de competências e a da aplicação prática dos saberes, a da «performance»); essas fases ou momentos articulam-se mediante a personagem Ramalho, que «migra» de uma para a outra, soldado-cadete na primeira situação e já alferes miliciano na segunda.

Embora sem referências explícitas aos lugares da ação, algumas informações indiretas e alusões permitirão identificá-los como Maфра (no tempo da instrução) e, depois, a Guiné (em situação de combate) e essa ocultação será apenas um dos subterfúgios utilizados para não provocar a atenção (e a intervenção) desses leitores vigilantes que eram os censores institucionais. A isso poderá juntar-se igualmente, na primeira narrativa, a existência de personagens com nomes impronunciáveis e estranhos ao corpo e ao sistema da língua portuguesa, como Tww, Gwlyx, Btyx, por exemplo.<sup>155</sup> Mais do que a simples identificação dos lugares, importa, no entanto, ver como em ambos os casos se procede a uma exploração e aprofundamento do incongruente e do absurdo

<sup>155</sup> Recorde-se que a primeira edição de *Katafaraum é uma nação* teve lugar em fevereiro de 1974. Esses nomes sinalizam a realidade de uma guerra efetiva, mas *não pronunciável*, impedida de ser nomeada fora dos ditames do discurso oficial. Numa entrevista ao jornal *Açores*, o próprio autor deu conta desses subterfúgios textuais em *Lugar de Massacre* (nomes estrangeirados, locais mais ou menos camuflados), por estar convencido de que não conseguiria publicar o livro em Portugal (Garcia, 1993: 9). Em todo o caso, como se vê, esses expedientes dissimulatórios vinham já de *Katafaraum é uma nação*, onde nos deparamos também com exemplos de homonímia estrangeira (Durand, Smith, Ramon) e de topónimos *camuflados*, (Takiá, Takau ou, no limite, um mero X). Na mesma entrevista, Martins Garcia manifesta a sua estranheza quanto ao facto de este livro não ter provocado a interferência da polícia política junto da editora.

da *lógica* militar, acabando esta por desembocar na anulação do que poderemos considerar a dimensão individual e pessoal das personagens.

Em «Competência», principalmente, é manifesta esta última vertente, com a representação do carácter artificial de toda a instrução prática com vista à aquisição da competência: a sua natureza de *guerra* planificada e submetida a um jogo de ordens e contraordens, um puro simulacro mecanizado<sup>156</sup> cujo resultado final se traduz no burlesco que o narrador se encarrega de explicitar pontualmente: «*o bravo alferes mandou fazer alto, para improvisar a vitória*» (Garcia, <sup>2</sup>1974: 151). Num processo diferente, a descrição pormenorizada amplifica e denuncia esses *jogos de guerra*, perfeitamente previsíveis, aliás, e suscetíveis de serem contornados pelo calculismo e pela astúcia individual:

*Circulavam terríveis boatos quanto à ferocidade do inimigo: viria pela calada, iludiria as sentinelas inexperientes, destruiria as barracas, faria prisioneiros e mortos simulados. Diziam os soldados-cadetes melhor informados que, em tais circunstâncias, o melhor era ser-se imediatamente morto. O inimigo deixava os mortos no solo e estes teriam apenas a maçada de reconstruírem as barracas; quanto aos prisioneiros, tinham de acompanhar o inimigo até a um problemático acampamento, às vezes situado a muitos quilómetros de distância. Depois dum dia esgotante, mais valia a morte simulada.* (Garcia, <sup>2</sup>1974: 157).

<sup>156</sup> Esta «paródia de guerra», como é designada pelo narrador, consiste num exercício prático com a duração de uma semana e destinado a proporcionar aos instruendos o *contacto com o terreno* e a testar também o nível e a eficácia da aprendizagem. A passagem do tempo é assinalada pela transformação progressiva das personagens e do seu aprumo, observável a partir do ponto de referência do *incipit* narrativo: «Saíram, barbeados, engraxados e seriamente inócuos, para o reino da competência.» (Garcia, <sup>2</sup>1974: 145); posteriormente, os soldados-cadetes serão descritos como «ainda barbeados, mas desengraxados e seriamente abatidos» (p. 149), mais tarde, «mal barbeados, completamente desengraxados, seriamente amarfanhados» (p. 150) e, finalmente, «barbudos, emporcalhados e seriamente abatidos» (p. 162). O grau de competência é inversamente proporcional ao grau de degradação pessoal.

A incongruência e a dimensão burlesca da narrativa assentam, implicitamente, na distância que se sabe existir entre uma guerra simulada e uma outra verdadeira, a sério, imprevisível e impossível de conter em absoluto dentro de modelos pré-definidos, e sem que se possa estabelecer entre as duas uma relação de implicação e de causalidade no plano da eficácia. A situação inesperada do soldado-cadete Ramalho, «muito embevecido pela beleza do poente» em pleno *campo de batalha*, atesta a pouca consideração que lhe merecem a dor resultante da lesão física e, sobretudo, o desenrolar dos *instrutivos* acontecimentos bélicos.

Mas o burlesco assenta também, a nível explícito, nos jogos efetuados com o lexema «competência», na deriva semântica a que é submetido no fluir da narrativa e nas articulações textuais que vai estabelecendo. É no momento em que se vê «munido da competência advinda das grandes manobras» (Garcia, 2017: 162) que o soldado-cadete Ramalho se descobre *incompetente* para regressar ao quartel, devido à fratura do pé direito. E é também um jogo com o vocábulo-título que provoca o bloqueamento da ação e a confirmação do absurdo da burocracia militar. Ao dirigir-se ao alferes para solicitar um meio de transporte adequado à sua situação de lesionado, Ramalho recebe como resposta: «*Apresente-se ao nosso capitão e exponha-lhe o caso... Isso está acima da minha competência!*» (Garcia, 2017: 162); apresentando-se ao capitão, este devolve-o à procedência com uma resposta de sentido contrário: «*Isso é para ser resolvido pelo seu alferes. Está abaixo da minha competência!*» (Garcia, 2017: 162). Perdido entre estes jogos de linguagem e as sucessivas manifestações de *não-competência*, empurrado de um para outro agente da hierarquia militar, o soldado-cadete Ramalho é um juguete de diferentes poderes, privado de palavra, que só virá a ter quando for promovido a alferes, mas num contexto de guerra efetiva em que a palavra já pouco peso tem no cômputo da vida e da experiência imediata.

Uma parte do sentido geral de «Performance» é função do contraste que permite estabelecer com a narrativa «Competência», numa dicotomia existente já no contexto metalinguístico original e transposta aqui para o domínio da teoria (militar) e da realização prática. A existência de uma mesma personagem, Ramalho, como protagonista de ambas as narrativas permite interpretá-las sequencialmente como uma *história* única em dois tempos e dois espaços, separados por uma elipse que *justifica* esta transposição e a promoção do soldado-cadete a alferes miliciano.

«Performance» abre com a chegada de Ramalho a Takiá, «*mal feito do pifo e muito picado dos mosquitos, com os olhos inchados e os braços quase em carne viva*» (Garcia, 2017: 165). Apesar da natureza críptica ou *camuflada* do topónimo, alguns elementos avulsos do discurso descritivo ajudam a descodificá-lo como sendo a Guiné-Bissau (na altura, apenas a Guiné portuguesa do discurso oficial): o esplêndido verde, a planura enorme e, sobretudo, a presença do vocábulo «bolanha».<sup>157</sup> Mas esse é apenas o reverso paisagístico do reduzido espaço do quartel e nem sequer totalmente pacífico e tranquilizador, pois nele se escondem perigos vários, o que torna o incapaz de motivar o olhar contemplativo ou, pelo menos, demorado do protagonista: funciona apenas como moldura exterior aos muros do quartel, em cujo interior desfilam, afinal, as personagens e se desenrolam os pequenos episódios de um quotidiano que o alferes miliciano Ramalho vai descobrindo progressivamente, por entre a estranheza e o distanciamento ou sobrançeria.

A iniciação do novato alferes no mundo *real* da guerra (isto é, não encenado, não teatralizado) propicia a revelação de um microcosmo em que o rigor e o ritual da disciplina militar alternam com o desmazelo seu contrário. Além disso, as questiúnculas interpessoais, próprias de um espaço claustrofóbico e da situação de desconforto físico e psicológico, contribuem para o mau ambiente humano e fomentam a existência de

<sup>157</sup> Termo do léxico guineense que designa um vasto terreno pantanoso, geralmente nas margens ou proximidade dos rios, e próprio para semear arroz, embora não necessariamente utilizado para esse fim.

intrigas, pequenos rancores e invejas. Por vezes, um discurso narrativo despojado e seco acentua o desgarramento e a clausura individual das personagens no decurso de um tempo arrastado, de tédio, em que a ação se reduz a uma acumulação de gestos mecânicos e desarticulados entre si, num fluir monótono e sem sobressalto interior:

*O alferes Ramalho meteu-se no seu posto. O major exortou o cozinheiro a pôr mais sal na comida. O comandante foi dormir a sesta entre os seus bidões. O médico bocejou. O capelão agarrou no breviário. A tarde acumulava nuvens. A transpiração progredia. O tornado avizinhava-se. O prisioneiro negro balouçava os pés.* (Garcia <sup>2</sup>1974: 182).

Num contexto destes, a figura do alferes Ramalho constitui um elemento dissonante, em virtude do carácter excessivo de dois comportamentos fundamentais: a displicência com que se refere aos assuntos estritamente militares e deles trata e, por outro lado, o consumo de álcool, em sessões regulares, demoradas e excessivas. Se um e outro podem ser considerados como a recusa de acomodação e de conformação com um sistema em que a personagem foi integrada à força e em cujos valores não se revê, o segundo deles não deixa, apesar de tudo, de traduzir ambigualmente um processo de alheamento e de autodestruição, assinalado pelo narrador: «A essa hora [o alferes Ramalho] encontrava-se geralmente bêbado, preso dum embrutecimento pouco visível exteriormente, à força de ser por dentro uma forma de resistir.» (Garcia <sup>2</sup>1974: 184). O embrutecimento aqui referido, sem a dimensão avassaladora que atinge em *Lugar de Massacre*, traduz a progressiva degradação da personagem, a sua *desumanização* e a aproximação a um estado de irracionalidade que tem muito a ver com a condição animal. O desfecho de «Performance» ocorre durante um ataque ao quartel pelas forças inimigas e durante o qual o alferes Trabuco, um veterano calejado pela guerra e pelas armas, se mantém abancado junto ao churrasco e rodeado de cerveja; a figura grotesca que o alferes Ramalho avista, «uns dentes salpicados de bocados de frango» (Garcia <sup>2</sup>1974: 187), representa esse embrutecimento da personagem numa situação em que a voracidade se sobrepõe à ameaça da morte e ao instinto de defesa.

No final, Ramalho e Trabuco envolvem-se numa briga despropositada (se a considerarmos fora de um quadro de alcoolismo) que assinala a eficácia devastadora da guerra sobre o homem, anulando-o, reduzindo-o a uma dimensão animal: «As metralhadoras insistiam na sua interminável competência. Bêbedos, incapazes de se susterm nas pernas, o veterano e o novato chafurdavam na lama.» (Garcia <sup>2</sup>1974: 188).

A citação irónica do vocábulo «competência», desviado do âmbito humano para o das armas, permite estabelecer um contraste com o carácter grotesco e sórdido da situação em que se encontram os dois militares, atordoados pelo álcool, rebaixados à condição de animais de pocilga. Representando simultaneamente o fim desta narrativa e do ciclo «a Linguagem», o excerto retoma os títulos das duas histórias que integram este último, explicitamente o da primeira e de modo implícito o da segunda, «Performance», mas invertendo-lhes o sentido: num caso, a competência é transferida para o campo das armas (e, entre elas, as do inimigo); no outro, a «performance» está reduzida a uma *não-competência*, a uma luta pessoal degradante, na lama, enquanto a guerra efetiva se desenrola lateralmente, à margem.

A recontextualização irónica do léxico da teoria linguística traduz, em primeiro lugar, uma degradação do «sentido sério», científico, que possui no contexto original, ou seja, a primeira vítima da ironia de Martins Garcia é o próprio discurso metalinguístico (dupla ironia, por vir de um autor que era professor de introdução à linguística). Em segundo lugar, a utilização desse léxico no âmbito discursivo do universo militar põe a descoberto a sua *não-significação*, o seu vazio semântico: a *competência* militar pretensamente adquirida acaba por não se traduzir na *performance* esperada. A narrativa das experiências no pântano guineense atesta isso mesmo e os comportamentos individuais atestam exatamente o oposto dos objetivos inerentes à instrução, a preparação técnica torna-se inoperante quando confrontada com a visão concreta da guerra, do seu



absurdo, da sua irracionalidade, da anulação da dignidade humana. Tudo se resume a linguagem oca, o discurso oficial sobre «a pátria» atola-se com ela no lodo guineense.

### REFERÊNCIAS

Garcia, José Martins (<sup>2</sup>1974) *Katafaraum é uma nação*, Lisboa: Assírio & Alvim  
\_\_\_\_\_ (<sup>3</sup>1996) *Lugar de Massacre*, Lisboa: Ed. Salamandra [1975].  
\_\_\_\_\_ (1993) «Autonomia da Literatura Açoriana só com a Independência dos Açores», in jornal *Açores*, 23 de setembro, pp. 8-11.

---

### TEMA 3.1. SER ESCRITOR NOS AÇORES, URBANO BETTENCOURT

O tema e o seu desenvolvimento podiam resumir-se a uma frase: «ser escritor nos Açores é escrever em arquipélago.» Afirmação quase tautológica. E no entanto, determinismo geográfico à parte, escreve-se (escrevo) nos Açores sob o signo de uma condição atlântica de dispersão e distância (Vitorino Nemésio talvez preferisse dizer de longitude e apartamento): dispersão histórica e social, consciência do limite, experiência de lonjura.

Escreve-se na sequência da leitura? Então, há uma narrativa particular a recuperar, a da descoberta do mundo a partir da palavra impressa. O olhar que vê ilhas de cinza e água é o mesmo que lê os textos que falam do mundo e das suas inúmeras ilhas. Tudo, afinal, se resume a ilhas. *No man is an island*, escreveu John Donne. Mas cada homem pode partir de uma ilha qualquer (física, interior) para inventar a sua experiência e mesmo aquela que outros nunca tiveram.

*Nasce-se em setúbal // nasce-se em pequim // eu sou dos açores // (relativamente // naquilo que tenho // de basalto e flores)* – assim começa um poema de Natália Correia.

Também eu, embora ainda menos relativamente do que a escritora, pois dispenso as flores: fico-me pela pedra, que pode comover-se por dentro, mas não por fora. Apesar da influência americana na vida e no imaginário açorianos, escrevo em português. E, para começar, gostava de ser lido em todas as ilhas dos Açores. Será pedir demasiado?

---

### **38. XURXO FERNÁNDEZ CARVALHIDO, ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS, UNIVERSIDADE DE SANTIAGO, GALIZA**



**XURXO FERNÁNDEZ CARBALLIDO** ([xurxo.fernandez@usc.es](mailto:xurxo.fernandez@usc.es)), Centro de Línguas Modernas, Universidade de Santiago de Compostela.

Licenciado e mestre em Filologia Portuguesa pela Universidade de Santiago de Compostela.

Mestre em Português Língua Estrangeira pela Universidade do Minho. Professor de língua portuguesa no Centro de Línguas Modernas - Universidade de Santiago de Compostela.

**TEMA: 2.1. PRESENTE E FUTURO DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA. XURXO FERNÁNDEZ CARVALHIDO - XURXO.FERNANDEZ@USC.ES, CENTRO DE LÍNGUAS MODERNAS**

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS NA GALIZA), E ANTIA CORTIÇAS LEIRA, ANTIA.CORTIZAS.LEIRA@GMAIL.COM, ESCOLA OFICIAL DE IDIOMAS DE FERROL, (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DE PORTUGUÊS NA GALIZA)

### Resumo

Neste artigo vai ser realizado um pequeno percurso sobre como até ao momento tem sido focado, tratado e posto em prática o ensino da língua portuguesa na Galiza. Como foi a sua evolução até ao momento atual e qual poderá ser o seu futuro. Apresentar-se-á a tipologia de ensino existente no passado e na atualidade e quais os principais dados de estabelecimentos de ensino em número de discentes e docentes, nomeadamente no ensino público. Assim como quais as possíveis realidades que se colocam para um futuro a curto prazo.

### **Palavras-chave**

Difusão da língua portuguesa na Galiza, Política linguística, língua portuguesa no sistema educativo galego.

### INTRODUÇÃO

Este artigo é um trabalho colaborativo de dois jovens docentes de língua portuguesa na Galiza mas com um já longo percurso académico, especialmente no ensino do português na Escola Oficial de Idiomas (EOI) e na Universidade de Santiago de Compostela e noutros estabelecimentos onde já lecionamos, como, por exemplo, na Universidade de Vigo.

Os pesquisadores que nos debruçamos sobre este tema, quer a partir de um plano teórico, quer a partir das nossas experiências pessoais como docentes, corremos sempre o perigo em Portugal de que os nossos trabalhos sejam muito básicos para os conhecedores da realidade galega ou muito complexos e incompreensíveis para os desconhecedores das diferentes identidades na Galiza.

Por isso, nós vamos fazer um percurso geral pelas características sociológicas, políticas e linguísticas que molduram o quadro onde se desenvolve a presença da língua portuguesa na Galiza, porém, centrar-nos-emos, de facto, no sistema educativo galego, obrigatório e não obrigatório, onde a análise pode ser mais delimitada e menos livremente interpretativa. Por fim, o artigo termina com uma visão geral do que o futuro imediato pode deparar para a língua portuguesa no sistema educativo galego.

Os fundamentos teóricos do trabalho alargam-se através de diferentes publicações centradas na questão do ensino do português na Galiza, de maneira sintética e muito geral (Fagim Rodrigues e Pichel Campos, 2012; Fernández Carballido, 2012; Palomo Branco, 1995; Pérez Rodríguez, 1997; e Rodríguez, 2000, 2008).

Para além das publicações académicas tradicionais, também recebemos muitos dados e informações através de diferentes pesquisas realizadas ao longo dos anos de vida da Associação de Docentes de Português na Galiza (DPG), associação da qual somos sócios.

Gostávamos de fazer uma referência de especial agradecimento à pesquisa de dois outros sócios da DPG, o professor de português na Escola Oficial de Idiomas de Vigo, Felipe Domínguez Presa, coordenador do primeiro levantamento de dados sistemático sobre o número de estudantes no ensino público galego, e Joseph Ghanime Lopes, professor de português na Escola Oficial de Idiomas de Santiago de Compostela, cujo trabalho de pesquisa e levantamento de dados já foram apresentados na II Conferência Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

### O ENSINO DO PORTUGUÊS NA GALIZA

A língua portuguesa tem um longo percurso no âmbito dos estudos académicos na Galiza, no entanto, o seu estudo foi geralmente reduzido a uma perspetiva filológica,

linguística e literária. Só a partir da década de oitenta do século XX começou a ganhar espaço fora das faculdades de filologia, alargando a sua presença, sobretudo, ao ensino nas escolas oficiais de idiomas.

Esta situação manteve-se inalterada ao longo de muitos anos e só nos inícios do século XXI é possível constatar uma evolução positiva na aprendizagem do português na Galiza. Assim, aumenta a procura da língua portuguesa nas escolas oficiais de idiomas espalhadas ao longo da geografia galega, sobretudo nos estabelecimentos de ensino urbanos e, de maneira muito mais tímida, começa a haver um maior número de estudantes nas escolas básicas e secundárias. Também as universidades começam a disponibilizar a disciplina de língua portuguesa fora das faculdades de filologia, através dos Centros de Línguas Modernas, com uma focagem comunicativa e sem qualquer ligação aos tradicionais estudos linguístico-literários que, como já foi referido, era o espaço onde o português estava recluso no mundo universitário galego.

Na atualidade, no total, estaríamos a falar de, aproximadamente, 2000 estudantes de língua portuguesa na Galiza, um país com 2 700 000 habitantes, nos diversos níveis educativos: básico, secundário, Escola Oficial de Idiomas, Centro de Línguas Modernas das três universidades galegas (Santiago de Compostela, Vigo e Corunha) e ensino não-formal. É um número modesto mas deve ser considerado um primeiro degrau. Por outro lado, faz falta pontualizar que estes dados são levantados de maneira amadora pelos sócios da DPG, porque a Administração pública educativa não oferece dados globais e sistemáticos.

Para além da simples análise estatística dos dados sobre a presença da língua portuguesa, existe um debate de maior complexidade à volta do português na Galiza pela confluência de várias vivências e visões sobre as identidades linguísticas e sociopolíticas galegas. Eis a razão de que seja tão difícil explicar e compreender a situação do português fora do território galego. Isto é constatável ao analisarmos os diferentes discursos sobre a necessidade ou não necessidade de aprender português e sobre a mesma presença do

português no sistema educativo galego, quer no ensino obrigatório, quer na formação superior ou para adultos e âmbitos profissionais.

Normalmente na Galiza os debates à volta da presença da língua portuguesa no sistema educativo galego acabam por ser direcionados para as próprias controvérsias sobre a realidade linguística, cultural e política da Galiza. Sobre a língua portuguesa como língua própria, estrangeira ou língua segunda vamos tratar com maior pormenor no outro artigo redigido para este colóquio, e que complementa a este, mas é preciso frisar que estas circunstâncias sociológicas devem ser tidas em consideração também sobre o processo de ensino, aprendizagem e avaliação do português na Galiza, pois nestes processos podem ser combinados elementos didáticos de língua materna, língua segunda e língua estrangeira, como acontece, aliás, para o galego e para o espanhol ensinados na Galiza.

Um outro aspeto importante que deve ser sublinhado é que a presença geral da língua portuguesa no Estado espanhol é muito fraca. O debate sobre a utilidade / inutilidade de aprender português em Espanha é paralelo ou simbiótico do existente na Galiza, embora as suas dimensões sociopolíticas sejam muito diferentes, como é simples ao conferir alguns trabalhos sobre a questão do ensino do português para espanhóis, quer desde um ponto de vista teórico, quer desde os aspetos didáticos (Albarran Carvalho, 2000; Cabral da Sousa, 2003; Capuz Figueiredo, 2012; Feytor Pinto, 1998; Moreira, 2000; ou Vázquez, 2000).

São várias as razões que possam explicar o desequilíbrio entre a presença do espanhol em Portugal e a do português em Espanha, mas podemos adiantar que a existência de fortes políticas linguísticas no Estado espanhol fez com que o português não fosse visto nunca como uma necessidade educativa para o conjunto da sociedade, com exceção da região autónoma da Extremadura.

Por outro lado e, ao mesmo tempo, em Espanha, mas também na Galiza, o português nunca foi visto nem como uma língua necessária para o âmbito internacional, nem

científico ou económico, onde inglês, francês e agora alemão são preferenciais, sem poder deixar de referir que no plano mundial o espanhol, graças ao peso latino-americano, tem um papel de destaque, embora muitas vezes exagerado e sobredimensionado<sup>158</sup>. Neste sentido, a língua portuguesa parece carecer dessa dimensão internacional que o espanhol tem, se calhar devido a que o Brasil e Portugal, nas estratégias para a promoção da língua, nem sempre percorrem o mesmo caminho.

Assim, é importante ligar a presença da língua portuguesa em Espanha ao próprio sistema educativo autonómico, só assim podemos enquadrar o fenómeno da forte promoção da língua portuguesa na região autónoma da Extremadura e as tentativas que se têm desenvolvido na Galiza para que a língua portuguesa seja língua habitual nos estabelecimentos de ensino daquele território.

#### O ENQUADRAMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

Podem ser várias e de natureza diversa as dificuldades para a implementação da língua portuguesa na Galiza. Algumas partem das próprias dificuldades identitário-políticas de enquadrar o português na sociedade galega e principalmente em que as autoridades políticas e administrativas se empenhem na difusão e promoção da língua portuguesa, especialmente no mundo educativo, que centra a nossa análise.

A primeira, se calhar, é a existência de uma sensação geral de intercompreensão com os espaços de língua portuguesa que faz com que a aprendizagem do português não tenha sido uma prioridade para os membros da comunidade educativa: administração, docentes, pais, mães e alunos, quando comparado com o domínio de outras línguas, como o inglês, o francês ou alemão. Este facto é constatável no mundo educativo e na sociedade

em geral, insistimos, a grandes traços, com independência da língua falada pelos utilizadores, galego ou espanhol, pois a proximidade linguística faz com que a necessidade de conhecer, aprender e aperfeiçoar o português seja tradicionalmente baixa na sociedade galega.

No entanto, isto faz com que o domínio social da língua portuguesa na Galiza seja muito baixo, embora com conhecimentos gerais superiores aos de qualquer outro cidadão espanhol, seja por um conhecimento direto da sociedade, da língua ou do consumo de produtos culturais, de preferência música ou literatura.

Esta sensação de facilitismo e aproximação entre o português e o ensino da língua galega e espanhola no espaço galego faz com que a procura da língua portuguesa na Galiza seja maior entre alunos adultos, sobretudo através das escolas oficiais de idiomas (EOI) e dos centros de línguas modernas (CLM) das universidades do que no período do ensino obrigatório.

A esta situação contribui que a administração educativa não promove a difusão da língua portuguesa, pelo que a lei da oferta e da procura fica sempre aquém das próprias necessidades, ou seja, não vai ao encontro das pessoas que sim procuram português no sistema educativo galego.

Sobre a fraca presença do português nas escolas públicas galegas no ensino básico e no secundário, também são vários os fatores que o podem explicar e que pela dimensão deste artigo não podem ser tratados de maneira pormenorizada, mas, regra geral, a presença do inglês como primeira língua estrangeira e a presença tradicional do francês como segunda língua estrangeira faz com que a incorporação do português traga alguns conflitos ao nível

---

<sup>158</sup>Moreno Cabrera, Juan Carlos (2014), *Los dominios del español. Guía del imperialismo lingüístico panhispánico*. Madrid: Euphonía Ediciones.

da própria direção da escola, pelo que a promoção pela própria administração autonómica é fundamental.

Porém, mesmo com a suposta falta de necessidade ou utilidade de os galegos aprenderem português, – ideia força socialmente transmitida através de diversos mecanismos de representações prefixadas e preconceitos – estamos a sentir um maior interesse pela língua portuguesa, em geral, da sociedade galega, sobretudo em pessoas adultas, com formação e à procura de novas oportunidades laborais, económicas, culturais, etc. tirando proveito da proximidade linguística entre galego e português, pelo que maximizar o esforço e tirar rendimento rápido é uma das vantagens dos formandos à hora de escolherem o conhecimento da língua portuguesa para complementarem o seu CV.

Ou seja, o que historicamente foi um entrave para a promoção da língua portuguesa – a proximidade linguística do português – passa a ser agora uma mais-valia. Este aumento na procura, no interesse geral pela Lusofonia como espaço de interesse para os galegos, pode fazer com que haja maior oferta e procura no sistema educativo obrigatório, alicerce para um conhecimento geral da língua portuguesa na Galiza, tudo num contexto de crise e de fortes restrições económicas no âmbito educativo, o que pode ser um desafio e uma oportunidade. Pois a crise está a provocar que a sociedade e a administração procurem novas oportunidades a todos os níveis e através do português podem ser abertas novas portas. Por isso é fundamental o empenhamento total, rápido e efetivo das autoridades educativas do governo galego neste contexto de fortes desafios.

No que respeita à política da língua portuguesa desde Portugal, achamos que os diferentes governos portugueses não conseguiram sensibilizar os governos espanhóis, e especialmente as comunidades autónomas fronteiriças com Portugal, para a necessidade de promover a língua portuguesa nos próprios sistemas educativos, o que pode ser considerado, com exceção da Extremadura, um fracasso das políticas de integração transfronteiriças. Especialmente quando comparado com a presença do espanhol nas

escolas básicas e secundárias portuguesas (Consejería de Educación de la Embajada de España en Portugal: 2013). Mesmo que no caso da Galiza pareça que no espaço político e económico exista um desenvolvimento através da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal de grandes sinergias.

Desde Portugal, achamos que nas iniciativas em promover a língua portuguesa no Estado espanhol devem ser tidas em consideração a forte autonomia política, administrativa e também sociológica que caracteriza a sociedade galega e, em geral, a sociedade espanhola, pelo que os diferentes programas têm de ter em foco as realidades e as necessidades concretas de cada espaço político e humano, no nosso caso a Galiza.

Assim, por exemplo, a redução da língua portuguesa como língua para as comunidades portuguesas e de lusodescendentes não vai ao encontro das próprias necessidades sociológicas, nem da sociedade de acolhimento, nem da própria população emigrada. Sejam quais forem as razões, o certo é que a língua portuguesa está a ser procurada principalmente por cidadãos galegos e não pelas comunidades lusófonas presentes na Galiza, pelo que a política linguística promovida desde Portugal deveria ter em consideração esta realidade.

Por outro lado, a complexidade das dinâmicas das relações galego-portuguesas são muito alargadas, pelo que a análise não pode ser tão geral nem tão positivista como noutras situações. Não é o mesmo trabalhar a presença da língua portuguesa na Rússia ou na Argentina, do que na Galiza (Rodríguez, 2008). Nos primeiros exemplos a presença da língua portuguesa vai estar muito ligada ao conhecimento cultural, no caso da Galiza a presença cultural lusófona é muito superior à presença da língua portuguesa como língua de ensino e aprendizagem, pois o conhecimento e o relacionamento cultural é muito forte, enquanto a língua portuguesa nas aulas galegas é fraca.

Ou seja, a própria proximidade linguística teve no caso do desenvolvimento da língua portuguesa no sistema educativo galego uma situação contraditória. Por um lado, argumenta-se que as relações luso-galegas são importantes para o desenvolvimento económico da Galiza, e de facto é assim, mas o conhecimento do português não foi potencializado, porque essas relações são realizadas em espanhol, ao funcionar em Portugal o espanhol como língua de intercâmbio na maioria das relações luso-espanholas e porque, no caso específico da Galiza, os galegos podem utilizar o galego para maior intercompreensão.

É por isto que os galegos, em geral, têm a sensação que não é preciso conhecer a língua portuguesa, porque não faz falta, porque com o espanhol, o galego ou uma espécie de portugalegonhol chega, porque nunca tiveram problemas ou porque acham que o rendimento que vão tirar ao esforço de aprendizagem é muito menor do que se estudarem outras línguas.

A este respeito, é evidente a facilidade que representa a aprendizagem da língua portuguesa para os galegos, mas é preciso pôr em destaque que o modelo linguístico da língua galega sofreu, sofre e está a sofrer uma grande mudança linguística com notáveis, gerais e sistemáticos processos de interferência linguística a respeito do castelhano. E, ao mesmo tempo, há que sublinhar que o próprio conflito linguístico que, com maior ou menor intensidade, vive a sociedade galega, é trasladado para a aprendizagem da língua portuguesa, porque é uma das referências para um possível modelo linguístico. Quer dizer, a dimensão linguística e sociolinguística cruzam-se na aprendizagem da língua portuguesa na Galiza.

Por isso, a aprendizagem do português deve ser sistemática e bem estruturada, segundo as necessidades específicas do estudante galego, mesmo que às vezes seja difícil determinar que dificuldades são exclusivas do estudante falante de espanhol (Alonso Rey, 2014), falante de galego ou bilingue. E, embora ainda não exista literatura publicada sobre a questão, isto é muito fácil de determinar pelos docentes quando se debruçam com turmas

onde há formandos galegos, madrilenos, mexicanos, chineses, etc. Nestas situações, as dificuldades em harmonizar os níveis e as necessidades específicas são enormes.

#### UM PERÍODO DE MUDANÇA

Apesar de desleixos e negligências, a procura da língua portuguesa na Galiza tem aumentado nos últimos tempos em todos os níveis onde é ofertada.

Vários podem ser os motivos desta viragem: a procura de novas possibilidades profissionais e académicas; o fenómeno do programa Erasmus – embora nos últimos tempos o número de estudantes Erasmus se tenha reduzido pelas dificuldades económicas –; a procura da acreditação linguística a partir da implementação do programa universitário Bolonha e a obrigatoriedade de acreditar o conhecimento B1 de uma língua estrangeira, pelo que, perante a dificuldade de o ultrapassar em inglês ou francês, as duas línguas estrangeiras tradicionalmente ensinadas no sistema educativo galego, são muitos os que escolhem português; a possibilidade de melhorar o galego através do modelo linguístico português, etc.

Desta forma, o ensino e aprendizagem da língua portuguesa ultrapassou na Galiza os restritos e velhos muros da filologia, da gramática histórica e da literatura medieval, para marcar presença noutros espaços mais dinâmicos e de necessidades específicas (Fagim Rodrigues: 2012).

Também se estão a viver tempos de viragem no espaço político e administrativo galego, novos rumos na Galiza à volta da necessidade de potencializar a aprendizagem e o conhecimento da língua portuguesa. A Iniciativa Legislativa Popular (ILP) Valentín Paz Andrade foi um projeto surgido de várias associações que angariaram mais de 17.000

assinaturas entre a cidadania galega para que fosse debatida no Parlamento galego e aprovada por grupos parlamentares galegos<sup>159</sup>.

A partir desse momento foi redigida a *Lei 1/2014, de 24 de março, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*.

Vamos analisar de maneira breve e geral a Lei<sup>160</sup> que abre novas perspectivas para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa na Galiza. Na análise vai ser mantido o texto legal em galego – na normativa vigente e oficial na atualidade – para evitar qualquer possível interpretação ao traduzi-lo.

A Lei 1/2014 começa com uma exposição de motivos onde se faz referência à especial e tradicional relação entre a Galiza e a língua portuguesa.

*LEI 1/2014, do 24 de março, para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonia.*

#### **Exposición de motivos**

*No actual mundo globalizado, as institucións galegas, comprometidas co aproveitamento das potencialidades de Galicia, deben valorizar o galego como unha lingua con utilidade internacional, algo que indicou no seu debido tempo o autor a quen foi dedicado o Día das Letras de 2012, que chegou a exercer como vicepresidente da Comisión Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

*O portugués, nacido na vella Gallacia, é idioma de traballo de vinte organizacións internacionais, incluída a Unión Europea, así como lingua oficial de nove países e do territorio de Macau, na China. Entre eles figuran potencias económicas como o Brasil e outras economías emerxentes. É a lingua máis falada no conxunto do Hemisferio Sur.*

*É preciso fomentar o ensino e a aprendizaxe do portugués, co obxectivo, entre outros, de que empresas e institucións aproveiten a nosa vantaxe lingüística, un valor que evidencia a importancia mundial do idioma oficial dun país veciño, tendo en conta tamén o crecente papel de bloques como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.*

*A lingua propia de Galicia, polo feito de ser intercomprensible co portugués, outorga unha valiosa vantaxe competitiva á cidadanía galega en moitas vertentes, nomeadamente na cultural pero tamén na económica. Por isto debemos dotarnos de métodos formativos e comunicativos que nos permitan desenvolvernos con naturalidade nunha lingua que nos é moi próxima e nos concede unha grande proxección internacional.*

*Polo tanto, para a mellora do desenvolvemento social, económico e cultural galego, as autoridades deben promover todas cantas medidas sexan posibles para mellor valorizar esta vantaxe histórica.*

*Por todo o exposto, o Parlamento de Galicia aprobou e eu, de conformidade co artigo 13.2 do Estatuto de Autonomía de Galicia e co artigo 24 da Lei 1/1983, do 22 de febreiro, reguladora da Xunta e da súa Presidencia, promulgo en nome de El-Rei a Lei para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonia.*

A questão da internacionalidade da língua galega através da presença mundial da língua portuguesa deve ser analisada a partir dos conflitos linguísticos na Galiza, onde muitas vezes o galego é apresentado como uma língua fechada e que apenas serve para usos restritos ao âmbito galego. Segundo essa perspectiva o espanhol seria a língua internacional para os galegos, situação que pode ser alterada ao adquirir o português aquele mesmo status.

Para a compreensão da exposição de motivos da lei, numa ótica galega, está o facto de fazer referência ao autor que levou o nome da ILP, Valentín Paz Andrade<sup>161</sup>, galeguista histórico em tempos convulsos.

No segundo parágrafo é feita uma análise sobre a presença internacional da língua portuguesa, espaços onde o espanhol não é presente, mas aonde o galego pode chegar através do português. Esta perspectiva também é inovadora, pois ultrapassa o discurso da relação direta com Portugal e põe em foco a projeção internacional da língua portuguesa, com especial referência ao Brasil, mas também ao conjunto da Lusofonia.

O terceiro parágrafo põe em destaque a importância e as vantagens económicas da língua portuguesa para a sociedade galega, por isso seria positivo uma proficiência efetiva nos conhecimentos da língua portuguesa. Estas razões para promover o ensino e aprendizagem do português também são inovadoras, pois tradicionalmente os discursos sobre as relações galego-portuguesas sempre chamavam a atenção para o passado –

<sup>159</sup>Para mais informação sobre a ILP Valentín Paz Andrade <http://academiagalega.org/info-atualidade/2014-03-11-18-21-56.html>

<sup>160</sup>A Lei 1/2014 foi publicada no *Diario Oficial de Galicia* no dia 8 de abril de 2014 [http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaLeisdeGalicia/Lei\\_01\\_2014.pdf](http://www.parlamentodegalicia.es/sitios/web/BibliotecaLeisdeGalicia/Lei_01_2014.pdf)

<sup>161</sup>Para mais informação sobre o autor [http://pt.wikipedia.org/wiki/Valent%C3%ADn\\_Paz-Andrade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Valent%C3%ADn_Paz-Andrade)

história medieval, lírica galego-portuguesa, etc. – e não no futuro e no aproveitamento económico do conhecimento da língua.

O conceito de língua própria enunciado no quarto parágrafo é típico da linguagem jurídica da comunidade bilingue galega pois, embora existam duas línguas oficiais, galego e espanhol, apenas o galego é assumido como língua própria do território galego, e que, pela sua proximidade e intercompreensão com o português, outorga essa vantagem para a cidadania galega de constituir um espaço de dobradiça entre a Lusofonia e o mundo hispânico.

Já no quinto parágrafo desta exposição de motivos da lei é assinalado que é da responsabilidade das autoridades promover medidas para valorizar e aproveitar essas vantagens enumeradas, que são introduzidas nos cinco artigos da lei.

#### TÍTULO ÚNICO

##### *Artigo 1*

*Os poderes públicos galegos promoverán o coñecemento da lingua portuguesa e das culturas lusófonas para afondar nos vencellos históricos que unen Galicia cos países e comunidades de lingua portuguesa e polo carácter estratéxico que para Galicia teñen as relacións económicas e sociais no marco da Eurorexión Galicia-Norte de Portugal.*

Este primeiro artigo assenta a responsabilidade da promoção da língua portuguesa nos poderes públicos. O Governo galego e a sua administração devem assumir a responsabilidade de elaborar os planos necessários para que a cidadania galega atinja uns níveis ótimos nos conhecimentos da língua portuguesa, sobretudo, através da presença maciça do português no sistema educativo galego, como se deriva no artigo 2 da lei.

##### *Artigo 2*

*O Goberno galego incorporará progresivamente a aprendizaxe da lingua portuguesa no ámbito das competencias en linguas estranxeiras nos centros de ensino da Comunidade Autónoma de Galicia.*

Esta visão da introdução progressiva da língua portuguesa no sistema educativo é positivo, mas provavelmente tenha de vencer os numerosos entraves que na atualidade existem pela atual situação económica e por algumas reticências sociológicas às quais já se fez referência.

##### *Artigo 3*

*Deberán ser promovidas, así mesmo, as relacións a todos os niveis cos países de lingua oficial portuguesa, constituíndo este un obxectivo estratéxico do Goberno galego. De maneira especial, fomentárase o coñecemento desta lingua por parte dos empregados públicos, a participación das institucións en foros lusófonos de todo tipo económico, cultural, ambiental, deportivo, etc., así como a organización na Comunidade Autónoma galega de eventos con presenza de entidades e persoas de territorios que teñan o portugués como lingua oficial.*

Embora exista uma muito intensa tradição de cooperação e de presença de organizações galegas em foros lusófonos, o certo é que do ponto de vista institucional estas relações sempre podem ser melhoradas. Que a Galiza não seja um Estado constituído não deveria ser empecilho para que marcasse presença nas principais organizações lusófonas, das desportivas ou culturais às políticas e económicas, como é o caso da CPLP.

##### *Artigo 4*

*1. A Xunta de Galicia promoverá e estimulará ante o Goberno a adopción de cantas medidas positivas resulten necesarias para a aplicación das disposicións da Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeo e do Consello, de servizos de medios audiovisuais sen fronteiras, co fin de favorecer e permitir a reciprocidade das emisións televisivas e radiofónicas entre a Comunidade Autónoma de Galicia e a República de Portugal, coa que comparte patrimonio lingüístico.*

*2. A Compañía de Radio-Televisión de Galicia promoverá os intercambios de producións audiovisuais e de programas completos ou partes destes nos diversos xéneros televisivos, así como a colaboración en materia de proxectos audiovisuais novos, a cooperación no emprego de medios de produción técnicos e humanos e mais a posta en común de coñecemento aplicado á produción audiovisual ou á xestión empresarial, con televisións de lingua portuguesa, especialmente naqueles eidos susceptibles de acadar as maiores posibilidades de beneficio mutuo e recíproco.*

Este artigo 4 reflete uma velha procura de amplos coletivos sociais e culturais galegos que pediam desde há muito tempo a presença das televisões, rádios e outros meios de comunicação social em língua portuguesa na Galiza. Porém, estas propostas fundamentais no processo de integração europeu, para além de possíveis problemas técnicos, há que analisá-los à volta de algumas suscetibilidades e tensões em Espanha pela presença noutras comunidades autónomas de televisões doutras regiões, por exemplo Catalunha-Valência ou País Basco-Navarra, mas que no caso galego simplesmente suporiam uma maior liberdade de escolha à hora de escolher produtos culturais. De facto, neste ano 2015, no dia da passagem de ano a Televisão da Galiza festejou duas vezes o novo ano, uma pela hora galega e outra pela portuguesa.



*Artigo 5*

*O Goberno galego realizará anualmente un informe en relación co cumprimento desta lei, no que se farán constar, de xeito pormenorizado, as accións levadas a cabo, o seu custo e as previsións que efectúa para o exercicio seguinte. O dito informe remitirase ao Parlamento de Galicia.*

Este artigo 5 é muito importante e significativo sobre a seriedade com a que foi tratada por parte dos grupos parlamentares galegos, quer a ILP Valentín Paz Andrade, quer a elaboração e aprovação da Lei 1/2014. Este artigo 5 é muito ambicioso, pois a tradição de incumprir leis por parte dos diferentes governos é muito forte. O acompanhamento das medidas implementadas e a elaboração dum informe sobre os progressos realizados, com análise por parte do Parlamento da Galiza, pode fazer com que as instituições e as associações empenhadas na promoção da língua portuguesa na Galiza tenham dados concretos e uma visão global da evolução deste projeto tão empolgante.

*Disposición derradeira primeira*

*Autorízase o Consello da Xunta de Galicia para que desenvolva regulamentariamente esta lei.*

*Disposición derradeira segunda*

*Esta lei entrará en vigor o día seguinte ao da súa publicación no Diario Oficial de Galicia.*

*Santiago de Compostela, vinte e catro de marzo de dous mil catorce*

*Alberto Núñez Feijóo Presidente*

## **CONCLUSÃO**

Neste trabalho foi realizada uma análise geral sobre o presente e o futuro a curto prazo do ensino do português na Galiza, com especial atenção à presença do português no sistema do ensino obrigatório, básico e secundário, nas escolas oficiais de idiomas (EOI) e nos centros de línguas modernas (CLM) das três universidades galegas.

Com este objetivo teve-se em consideração as conotações e representações que a língua portuguesa tem na própria Galiza – linguísticas, sociolinguísticas e sociológicas –, e que são diferentes de que qualquer outra língua. A partir deste ponto foram apresentadas algumas das dificuldades e desafios na promoção da língua portuguesa na Galiza.

Por último, foi analisada a *Lei 1/2014 para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a Lusofonia*, que é um novo e importante quadro no processo de normalização da presença do português na sociedade galega. Esta lei é ambiciosa e os desafios importantes, mas vai ao encontro de três pontos fundamentais para a promoção da língua portuguesa na Galiza: o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no ensino básico, secundário e para adultos; o relacionamento institucional e cultural com a Lusofonia; e a receção dos média em língua portuguesa.

A assinatura do Memorando de Entendimento para adoção do português como língua estrangeira opcional na Galiza, feita na presença do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e do Presidente da Junta da Galiza, Alberto Núñez Feijóo, a 19 de fevereiro de 2015 na Real Academia Galega, na Corunha, pode ser um bom começo se se concretizar em avanços verdadeiros e efetivos.

Como docentes de língua portuguesa e como protagonistas deste processo de conhecimento e aproximação da nossa sociedade à Lusofonia não podemos deixar de ser otimistas, embora sejamos realistas, pelo que continuaremos com a mesma ilusão na difusão do português na Galiza.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Albarran Carvalho, Maria José (2000), “Ensino de português na fronteira. Notas Soltas”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M Carrasco González, M.ª Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Alonso Rey, Rocío (coord.) (2014), *Português para Hispanohablantes: aspectos teóricos y prácticos*. *Revista de Estudios Portugueses y Brasileños*, 12 (Número monográfico). Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Cabral da Sousa, Maria (2003), “O português, língua estrangeira, em terras de Espanha”, *Un*

- ponte entre dos culturas. Aproximación a la lengua y cultura hispanolusas.* Prado Aragonés, Josefian; Pérez Rodríguez, M.<sup>a</sup> Amor; Galloso Camacho, M.<sup>a</sup> Victoria (Ed.). Huelva: Universidad de Huelva.
- Capuz Figueiredo, Javier (2012), “La enseñanza no reglada de la lengua portuguesa en Extremadura”. *Tejuelo*, 14, 111-121.
- Consejería de Educación de la Embajada de España en Portugal (2013), *La enseñanza de la lengua española en Portugal. Curso 2012 / 13. Escuelas Públicas de Enseñanza Básica y Enseñanza Secundaria*. Consultado em 28 de fevereiro de 2015, <http://www.mecd.gob.es/portugal/dms/consejerias-exteriores/portugal/publicaciones/informe-el-espaa-ol-en-portugal-2012-2013/informe%20el%20espa%C3%B1ol%20en%20portugal%202012%202013.pdf>
- Fagim Rodrigues, Valentim e Pichel Campos, José Ramom (2012), *O galego é uma oportunidade / El gallego es una oportunidad*. Corunha: Agal.
- Fernández Carballido, Xurxo (2012), *O ensino da língua portuguesa na Galiza*. Braga: Universidade do Minho, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24032>
- Feytor Pinto, Paulo e Júdice, Norimar (1998), *Para acabar de vez com Tordesilhas*. Lisboa: Associação de Professores de Português.
- Jornal das Letras (2005), “Aprender Português em terras de Espanha”. Suplemento do JL, 85, 13-26.
- Lei 1/2014, do 24 de março, Lei para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos coa lusofonia. *Diario Oficial de Galicia*, 8 de abril de 2014.
- Moreira, Benjamim (2000), “É possível ensinar Português no estado espanhol? (Para um modelo de ensino)”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.<sup>a</sup> Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Palomo Branco, Paulo. (1995), “O ensino do Português Padrão na Galiza numa Situação de Conflito e Substituição”, *Nós. Revista da Lusofonia*. N.º 41-50. *Atas do III Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas*. Pontevedra-Braga: Nós.
- Pérez Rodríguez, Henrique (1997), “A língua portuguesa no ensino secundário na Galiza”, *Língua, literatura e arte. Aspectos didáticos*. Aurora Marco (Ed.). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Rodríguez, José Luís (2000), “Reflexões sobre o ensino do português para galego-falantes”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.<sup>a</sup> Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Rodríguez, José Luis (2008), “A Galiza, umha lusofonia de fronteira”, *Atas do VIII Congresso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Vázquez, Ignacio e Pitta, Paulo (2000), “O ensino da língua e linguística portuguesas a estudantes espanhóis segundo a experiência na Universitat de Barcelona”, *Congreso Internacional de Historia y cultura en la frontera – 1.º Encuentro de Lusitanistas españoles*. Tomo II. Edición de Juan M. Carrasco González, M.<sup>a</sup> Jesús Fernández García, Maria Luísa Trindade Madeira Leal. Cáceres: Universidad de Extremadura.

**PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ**

---

39. **ZÉLIA MARTINS PEREIRA, SETÚBAL, PORTUGAL PRESENCIAL  
CONVIDADA**



JÁ TOMOU PARTE COMO ASSISTENTE PRESENCIAL NO 1º COLÓQUIO PORTO  
2002, 2º BRAGANÇA 2003, 3º BRAGANÇA 2004, 7º RIBEIRA GRANDE 2007,

---

*Compilação Chrys Chrystello/AICL, Capa DVD/Gravação João Chrystello ©2015*

---

# XXIII COLÓQUIO LUSOFONIA

fundão  
365 dias à descoberta

27 A 31 . MARÇO . 2015

FUNDÃO, PORTUGAL | CASINO FUNDANENSE



ORGANIZAÇÃO



APÓIO





# ATAS/ANAIS XXIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA

*27-31 março 2015 Fundão (Castelo Branco - Serra Da Estrela - Portugal)*

ISBN 978-989-8607-05-8





APOIOS

